

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E
INFORMAÇÃO**

ELIEGE MARIA FANTE

**O JORNALISMO DO CORREIO DO POVO E
O DISCURSO DO DESMONTE DA POLÍTICA AMBIENTAL
DO RIO GRANDE DO SUL**

Porto Alegre, RS

2020

ELIEGE MARIA FANTE

**O JORNALISMO DO CORREIO DO POVO E
O DISCURSO DO DESMONTE DA POLÍTICA AMBIENTAL
DO RIO GRANDE DO SUL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, PPGCOM/UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Comunicação e Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi

Porto Alegre

2020

CIP - Catalogação na Publicação

Fante, Eliege Maria
O JORNALISMO DO CORREIO DO POVO E O DISCURSO DO
DESMONTE DA POLÍTICA AMBIENTAL DO RIO GRANDE DO SUL /
Eliege Maria Fante. -- 2020.
217 f.
Orientador: Ilza Maria Tourinho Girardi.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e
Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação
e Informação, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Jornalismo Ambiental . 2. Discurso. 3.
Arqueologia foucaultiana. 4. Correio do Povo . 5.
Política Ambiental . I. Girardi, Ilza Maria Tourinho,
orient. II. Título.

ELIEGE MARIA FANTE

**O JORNALISMO DO CORREIO DO POVO E
O DISCURSO DO DESMONTE DA POLÍTICA AMBIENTAL
DO RIO GRANDE DO SUL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, PPGCOM/UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Comunicação e Informação.

Aprovada em: 6 de março de 2020. Conceito A.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Ilza Maria Tourinho Girardi – UFRGS (Presidente/Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Ângela Zamim – UFSM

Prof.^a Dr.^a Sabrina Franzoni – UNISINOS

Prof.^a Dr.^a Eloísa Beling Loose – UFRGS

Prof. Dr. Paulo Brack – UFRGS

Para o benefício dos seres.

AGRADECIMENTOS

À sociedade que criou e mantém a Universidade Pública; à Universidade Pública por nos possibilitar o estudo e a convivência com a diversidade; à UFRGS por ser pública e admitir as coexistências por meio das centenas de formas de participação que propicia no ensino, na pesquisa e na extensão; ao PPGCOM pela riqueza de professores e de experiências; à Capes por acreditar no nosso trabalho, por possibilitar a minha dedicação ao doutorado e a esta pesquisa com exclusividade através de bolsa de estudos;

Aos idealizadores, aos servidores estaduais e ao público visitante que mantém vivo o Museu da Comunicação Hipólito José da Costa. Lá são conservados, não sem dificuldades, um rico acervo onde pesquisamos, trocamos informações e experiências, aprendemos, nos divertimos, fazemos amizades, vivemos um presente construtivo e planejamos outros futuros possíveis;

Ao NEJ-RS pelo amplo aprendizado compartilhado gratuitamente e com afeto, além dos especiais vínculos proporcionados; à Professora Doutora Ilza Girardi, pela infinita paciência e generosidade com esta aluna, pela confiança no tema e objetivos desta pesquisa, por propiciar a minha circulação na Fabico - espaço de aprendizado, de prática profissional, de lutas, por incentivar e acreditar na minha atuação nas diversas atividades do doutorado como os estágios, os projetos de extensão, as aulas abertas, os cursos, os artigos científicos, as pesquisas do Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (GPJA), por me incluir neste grupo onde convivo com outras professoras e professores “particulares”, já que até quando contrariam minhas certezas (ou por isso mesmo) trazem elementos que somam sempre, em alguma medida, na ampliação do nosso estudo e visão de mundo: Cláudia Herte de Moraes, Débora Gallas Steigleder, Ângela Camana, Úrsula Schilling, Jamille Almeida, Eutalita Bezerra, Carine Massierer, Eloísa Beling Loose, Reges Schwaab, Roberto Villar Belmonte, Dora Jacobus, Patrícia Kooling e Nicoli Saft, em nome da professora Ilza e destes colegas, agradeço com carinho os demais professores e colegas do PPGCOM, agradeço também os técnicos e os demais funcionários da UFRGS que mantiveram tudo pronto para a realização do nosso trabalho diário durante esses quatro anos;

À minha mãe, Nilva Apio Fante, que enfrentou todos os obstáculos para sustentar o tempo, o espaço e os recursos financeiros para a concretização dos meus estudos, e em seu nome agradeço ao meu pai e meus dois irmãos pelos benefícios concedidos;

Àqueles e àquelas que, mesmo não tendo mais uma convivência, fizeram a diferença ao possibilitarem, cada qual da sua forma, as transformações que vivenciei até chegar aqui. Gratidão!

... reinventemos o futuro mergulhando em um presente mais criativo...
Michel Foucault

RESUMO

Nesta tese buscamos compreender como o jornalismo do Correio do Povo (CP) construiu o discurso do desmonte da política pública ambiental do Rio Grande do Sul entre 2003 e 2018 em um contexto de neoliberalismo global. Tomamos o Jornalismo como uma forma de conhecimento (PARK, 1940; GENRO FILHO, 1987; MEDISCHT, 1997) relacionado ao poder associado à sua prática (GROTH, 2011) e contamos com o instrumental teórico e metodológico da arqueologia foucaultiana (FOUCAULT, 1999c; 2002) para responder o nosso problema de pesquisa sobre quais transformações ocorreram neste discurso sobre esta política que é objeto de disputa permanente entre os saberes e os poderes na sociedade. Em acordo com os objetivos específicos mapeamos a circulação dos enunciados e os acontecimentos discursivos, descrevemos os efeitos de verdade, a formação dos saberes sobre a política ambiental que circularam nas notícias e o funcionamento do discurso do jornalismo do CP. O Jornalismo faz circular verdades baseado na própria credibilidade, verdades portadoras de saberes que podem gerar efeitos sobre a vida do público leitor, individual e coletiva, e somar para a constituição de subjetividades. O discurso do desmonte da política ambiental do Rio Grande do Sul não foi um discurso do jornalismo do CP, mas foi um discurso que o jornalismo do CP reproduziu e, por consequência, produziu, a partir da decisão de garantir as informações através de fontes oficiais e limitadas aos cargos de chefia dos poderes Executivo, Legislativo e entidades do setor econômico-produtivo e empresas vinculadas. Este discurso do desmonte da política ambiental caracterizou-se pelo uso dos termos do liberalismo e do neoliberalismo (FOUCAULT, 2008) como reestruturação, desburocratização, entre outros, em relação às leis e aos órgãos estaduais. Esta prática discursiva procurou persuadir o público para aderir a uma verdade unidimensional e foi evidenciada pela polarização das informações entre aspectos positivo e negativo, e pela oposição entre fontes favoráveis e contrárias ao desenvolvimento. Entre as transformações que verificamos no discurso do jornalismo do CP no período sob análise, estão: gradativa redução da cobertura de pautas ambientais; crítica crescente à Fepam (Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler) e ao licenciamento; acontecimentos discursivos de reivindicação ou justificativa para alterar leis (flexibilização, modernização e atualização) e para descentralizar o licenciamento (retirada da Fepam) através da habilitação dos municípios e do autolicensing; exígua cobertura sobre a depredação do patrimônio público ambiental; precária e decrescente cobertura sobre as atividades da Fundação Zoobotânica após a extinção confirmada pelo Executivo e Legislativo.

Palavras-chaves: Jornalismo Ambiental. Discurso. Arqueologia foucaultiana. Correio do Povo. Política Ambiental.

RESUMEN

En esta tesis buscamos comprender cómo el periodismo del Correio do Povo (CP) construyó el discurso del desmantelamiento de la política ambiental pública en la Provincia de Rio Grande do Sul entre 2003 y 2018 en un contexto de neoliberalismo global. Tomamos el periodismo como una forma de conocimiento (PARK, 1940; GENRO FILHO, 1987; MEDISCHT, 1997) relacionado con el poder asociado con su práctica (GROTH, 2011) y a partir de las herramientas teóricas y metodológicas de la arqueología de Foucault (FOUCAULT, 1999c; 2002) para responder a nuestro problema de investigación sobre cuales transformaciones ocurrieron en este discurso sobre esta política que es objeto de una disputa permanente entre el conocimiento y los poderes en la sociedad. De acuerdo con los objetivos específicos, mapeamos la circulación de declaraciones y eventos discursivos, describimos los efectos reales, la formación del conocimiento sobre la política ambiental que circulaba en las noticias y el funcionamiento del discurso periodístico del CP. El periodismo circula verdades basadas en su propia credibilidad, verdades que transmiten conocimiento que puede generar efectos en la vida del público lector, individual y colectivamente, y que se suman a la constitución de subjetividades. El discurso del desmantelamiento de la política ambiental de Rio Grande do Sul no fue un discurso del periodismo del CP, pero fue un discurso que el periodismo del CP reprodujo y, en consecuencia, produjo, basado en la decisión de garantizar la información a través de fuentes oficiales y limitado a puestos de liderazgo en las entidades de los poderes Ejecutivo y Legislativo, de sectores económico-productivos y empresas relacionadas. Este discurso del desmantelamiento de la política ambiental se caracterizó por el uso de los términos de liberalismo y neoliberalismo (FOUCAULT, 2008) como reestructuración, reducción de la burocracia, entre otros, en relación con las leyes y las agencias estatales. Esta práctica discursiva buscó persuadir al público lector para que se adhiriera a una verdad unidimensional y fue evidenciada por la polarización de la información entre aspectos positivos y negativos, y por la oposición entre fuentes favorables y contrarias al desarrollo. Entre los cambios que observamos en el discurso periodístico del CP en el período bajo análisis destacamos: una reducción gradual en la cobertura de los temas ambientales; creciente crítica a la Fepam (Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler) y a la emisión de licencias ambientales; reclamos discursivos o eventos de justificación para cambiar las leyes (flexibilización, modernización y actualización) y con el objetivo de descentralizar las licencias (retirar la competencia de la Fepam y pasar a los municipios); noticias limitadas de la depredación de activos ambientales públicos; noticias precarias y decrecientes acerca de las actividades de la Fundação Zoobotânica después de su extinción confirmada por los poderes Ejecutivo y Legislativo.

Palabras claves: Periodismo Ambiental. Discurso. Arqueología foucaultiana. Correio do Povo. Política Ambiental.

LISTA DE QUADROS

QUADRO A: Como o Correio do Povo apresenta sua renovação.....	42
QUADRO B: Preceitos do liberalismo e neoliberalismo no CP.....	64
QUADRO C: A reprodução da crise em nível nacional no discurso do CP.....	81
QUADRO D: A reprodução da crise em nível nacional no discurso do CP.....	83
QUADRO E: Ações da Fepam entre 2003 e 2004.....	99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGAPAN: Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
AL: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul
APEDEMA: Associação Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente
ANJ: Associação Nacional de Jornais
CAOMA: Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente do MPE
CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAR: Cadastro Ambiental Rural
CETAS: Centro de Triagem de Animais Silvestres
CP: Correio do Povo
CONAMA: Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONSEMA: Conselho Estadual do Meio Ambiente
CNMP: Conselho Nacional do Ministério Público
EIA-RIMA: Estudo de Impacto Ambiental - Relatório de Impacto Ambiental
FARSUL: Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul
FECOMÉRCIO: Federação do Comércio de Bens e de Serviços
FEPAM: Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler
FETAG: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul
FIERGS: Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul
FZB: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul
ICMBio: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IBAMA: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IPBES: Science and Policy for People and Nature
IRGA: Instituto Rio-Grandense do Arroz
MMA: Ministério do Meio Ambiente
MPE ou MP-RS: Ministério Público Estadual ou Ministério Público do Rio Grande do Sul
MPF: Ministério Público Federal
NEJ-RS: Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul
PEC: Proposta de Emenda Constitucional
PL: Projeto de Lei
PPGCOM: Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação
SEMA: Secretaria Estadual do Meio Ambiente
SISEPRA: Sistema Estadual de Proteção Ambiental
SMAM: Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Alegre
UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ZAS: Zoneamento Ambiental da Silvicultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 O JORNALISMO E AS SUBJETIVIDADES	20
2.1 O Jornalismo e suas relações	22
2.1.1 <i>Jornalismo: saberes como verdades</i>	26
2.1.2 <i>As fontes jornalísticas</i>	30
2.2 A prática engajada do Jornalismo Ambiental	32
2.3 O Jornalismo e o Correio do Povo	39
2.4 O modo sobre como a pesquisa pensou a discursividade do CP	46
3 OS ANTECEDENTES	51
3.1 O contexto político-econômico ambiental global	51
3.2 Neoliberalismo como uma biopolítica	58
3.3 A circulação do discurso neoliberal no CP	63
3.3.1 <i>Discursividade do CP sobre a proteção ambiental</i>	67
3.3.2 <i>Discursividade do CP sobre uma indiscutível exploração da natureza</i>	69
4 PALMO A PALMO EM DISPUTA.....	73
4.1 Percalços da política ambiental brasileira e o golpe de 2016	73
4.1.1 <i>Discursividade sobre a mudança estrutural</i>	81
4.2 A política ambiental no Rio Grande do Sul	86
4.2.1 <i>Discursividade sobre a Sema</i>	90
4.2.1.1 Efeitos de verdade e formação dos saberes.....	96
4.2.2 <i>Discursividade sobre a Fepam</i>	98
4.2.2.1 Efeitos de verdade e formação dos saberes.....	105
4.2.3 <i>Discursividade sobre o licenciamento ambiental</i>	107
4.2.3.1 Efeitos de verdade e formação dos saberes.....	128
4.2.4 <i>Incompreensões entorno da Fepam</i>	132
4.2.4.1 Efeitos de verdade e formação dos saberes.....	141
4.2.5 <i>Um “novo” Código Florestal Estadual ou do Meio Ambiente?</i>	142
4.2.5.1 Efeitos de verdade e formação dos saberes.....	153
4.3 Tentativa de despolitização ambiental no pós-golpe	155
4.3.1 <i>Da flexibilização liberal para o discurso neoliberal</i>	155
4.3.1.1 Efeitos de verdade e formação dos saberes.....	163

<i>4.3.2 A extinção da Fundação Zoobotânica</i>	164
4.3.2.1 Efeitos de verdade e formação dos saberes	178
<i>4.3.3 Discursividade sobre o bioma Pampa e o CAR</i>	180
4.3.3.1 Efeitos de verdade e formação dos saberes	189
<i>4.3.4 Discursividade sobre a mineração</i>	189
<i>4.3.4.1 Discursividade sobre mineração de areia</i>	196
4.3.4.1 Efeitos de verdade e formação dos saberes	202
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DA PESQUISA	204
REFERÊNCIAS	209
APÊNDICE A.....	215
APÊNDICE B.....	216

1 INTRODUÇÃO

Início compartilhando acontecimentos pessoais e constituintes da presente tese, seja para situar quem lê sobre o meu lugar de fala seja para situar sobre o meu engajamento-jornalístico-ambiental que aparecerá no decorrer deste trabalho. O primeiro acontecimento foi ter conhecido Ana Carolina Martins da Silva, integrante do Grupo Sentinela dos Pampas (Gesp)¹ em Passo Fundo, onde nasci. Graças a esse encontro participei como manipuladora do teatro de bonecos “O negrinho do pastoreio em um caso ecológico”, com apresentações por dois anos em municípios no interior e na capital do Rio Grande do Sul. Foi com o Gesp que acessei a questão dos transgênicos e experienciei a organização do seu arquivo de notícias sobre meio ambiente. Ana Carolina ainda contribuiu para a minha educação ambiental me incentivando a realizar um dos exercícios de reportagem, já na Faculdade de Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo (1998-2001) na Universidade de Passo Fundo, sobre o rio que nomeia o município. Ela dizia: “Você que vai ser jornalista, se prepara porque só vai se falar em ecologia e meio ambiente no futuro.”. Assim foi, assim é.

O segundo acontecimento foi ter conhecido o blog do Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul (NEJ-RS), referência de Jornalismo Ambiental, e buscado ali temas para repercutir e pautar a minha prática como repórter do Jornal e Rádio Diário da Manhã em Carazinho (RS), entre 2002 e 2004. Mesmo residindo em Porto Alegre, a partir de dezembro de 2006, só me apresentei ao Núcleo após conhecer um dos integrantes, Ulisses Nenê, durante um curso do Comunique-se em fevereiro de 2007. Assim, em março daquele ano, foi aprovada a associação e passei a frequentar as reuniões, cujo assunto predominante era a realização do II Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental (CBJA)² com o tema “Aquecimento Global: um desafio para a mídia”. Foi também através do NEJ³ que conheci, e onde trabalhei como assessora de imprensa entre 2007 e 2009, a entidade ambientalista Amigos da Terra Brasil (NAT); são destas duas entidades as pessoas que mais influenciaram no meu caminho e a elas tenho imensa gratidão. O aprendizado e a prática no NAT provocaram (ou despertaram?) inquietações a serem contornadas por um mestrado. Contudo,

¹ ONG fundada em 21 de setembro de 1983 “sem fins lucrativos, beneficente e assistencial, de direitos privados, autônoma e com personalidade jurídica, política, trans-partidária, civil, social, cultural, tecno-científica e de pesquisa, aberta a todas as pessoas da comunidade.”. Disponível em: <<http://www.sentineladospampas.eco.br/p/historico.html>> Acesso em: ago. 2019.

² Entre 10 e 12 de outubro de 2007 no Salão de Atos da Reitoria da UFRGS, reuniu 500 participantes entre estudantes, jornalistas e pesquisadores de 17 estados brasileiros mais os convidados de Inglaterra, México, Panamá, Cuba e Uruguai.

³ Atuei como repórter e editora (de forma voluntária e não remunerada na maior parte do período) na EcoAgência Solidária de Notícias Ambientais, site do NEJ-RS, entre 2007 e 2016.

realizar a dissertação (2012) sobre as representações sociais do bioma Pampa, conforme os jornais Correio do Povo e Zero Hora, trouxe muitas questões as quais pediram “um tempo” antes de eu poder tentar uma nova candidatura no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS. O tempo pedido foi ganho; trabalhei na Fundação Luterana de Diaconia⁴ com o foco sobre o bioma Pampa e, na sequência, com a Rede Campos Sulinos⁵, onde a convivência com técnicos e professores/pesquisadores permitiu um aprendizado sobre a biodiversidade e a política ambiental do Estado.

Assim, durante o período retratado fui beneficiada pela convivência com parte do movimento ambientalista porto-alegrense (com atuação local, estadual, nacional e/ou internacional), integrado por diversos profissionais das referidas instituições ou não, bem como filiados a associações e ONG's ou não. Passados quase dez anos envolvida pessoal e profissionalmente com atividades que relacionavam questões ambientais e implicações políticas, senti a motivação para propor um anteprojeto de tese. O tema escolhido foi o discurso do jornalismo de referência gaúcho sobre o desmonte da política ambiental do Estado. O dito desmonte era alertado e pontuado tanto pelos agentes sociais citados acima como pelo trabalho de Oliveira e Martins (2010), que situa justamente na fase de maior organicidade da política ambiental gaúcha, a partir de 2003⁶, um desmonte. Conforme acompanhei durante atuação profissional, o foco se manteve em determinadas áreas até culminar em 2018 com a precarização ou extinção de órgãos constituidores das políticas públicas ambientais gaúchas.

A culminância de retrocessos em políticas públicas não foi desvinculada de um contexto mais amplo, foi produto do neoliberalismo global (PORTO-GONÇALVES, 2006). Recordamos que o anteprojeto desta pesquisa foi pensado no período pré-golpe (2016) que destituiu a presidenta Dilma Rousseff (PT)⁷, colocou o então vice-presidente Michel Temer (MDB) na presidência até o pleito de 2018, o qual elegeu Jair Bolsonaro (ex-PSL, atual sem partido) presidente da República. Portanto, de uma (suposta) paisagem em nível de Estado e de país de mobilização para evitar retrocessos e buscar a manutenção e o prosseguimento dos

⁴ Assistente de projetos socioambientais entre 2012/2 e 2013/2.

⁵ Jornalista responsável pela comunicação entre 2014/2 e 2015/2. Na época sediada no Laboratório de Ecologia da UFRGS, e congrega cerca de 30 instituições científicas do país. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/redecampossulinos/>> Acesso em: ago. 2019.

⁶ Houve a fragilização dos órgãos ambientais, como Sema e Fepam, através da redução do investimento em suas estruturas, não realização de concursos públicos, bem como fechamento de laboratório, biblioteca, etc., antes da extinção da FZB através do segundo projeto de lei proposto pelo Executivo à Assembleia Legislativa.

⁷ Dilma é filiada ao Partidos dos Trabalhadores e foi eleita pela coligação PT, PMDB, PSB, PDT, PRB, PR, PC do B, PSC, PTN e PTC para mandato entre 2011 e 2014. Reeleita em 2014 para mandato entre 2015 e 2018, quando sofreu o impeachment.

avanços nas políticas sociais, ambientais, de direitos humanos, sofremos durante e pós-golpe uma enxurrada de retrocessos com a revogação ou perda de efeito de leis e políticas dentre elas as ambientais. Assim, o desafio pessoal e profissional para enfrentar a realidade de “lutos” em relação às perdas políticas e de lutas por resistência passou a exigir maior capacidade de resiliência em todos os aspectos.

O caso da extinção da Fundação Zoobotânica (FZB/RS) é emblemático por nos indicar um caminho que, há mais de uma década, não foi tão bem dimensionado pelo Jornalismo, instituição social a qual atribuímos (também) este papel em nome da premissa que tem de atuar atendendo ao interesse público. A referida extinção, autorizada pelo Legislativo e Executivo do Rio Grande do Sul em 2016, teve o encerramento das atividades publicado no Diário Oficial do Estado através do Decreto 54.268 de 10 de outubro de 2018. Somos testemunhas do desmantelamento de um dos principais órgãos do Sistema Estadual de Proteção Ambiental (Sisepra, instituído pela Lei Estadual 10.330/1994), porque as suas atividades subsidiavam, embasavam, forneciam as informações técnicas e especializadas necessárias à atuação dos demais órgãos.

A partir da pergunta “quais transformações ocorreram no discurso do Correio do Povo sobre a política ambiental do RS?”, temos como objetivo geral compreender como o jornalismo do Correio do Povo construiu o discurso do desmonte da política ambiental do Rio Grande do Sul entre 2003 e 2018. Os objetivos específicos são: a) mapear a circulação dos enunciados e os acontecimentos discursivos; b) evidenciar os efeitos de verdade e a formação dos saberes sobre a política ambiental que circularam nas notícias sobre a política ambiental; c) descrever o funcionamento do discurso do Correio do Povo no contexto do desmonte da política ambiental do Estado.

A seleção do período da pesquisa coincide com o dos quatro governos estaduais que conduziram o desmonte da política ambiental do RS. Em comum, entre 2003 e 2018, mantiveram o uso da palavra “progresso” e “crescimento” para legitimar o discurso do desenvolvimento, em nome do qual propuseram a dita “flexibilização” de leis e processos, essencialmente, o do licenciamento ambiental. Não obstante, neste período, um dos governos estaduais tenha sido de esquerda (2011-2014), vimos a convergência com a lógica do progresso, crescimento e desenvolvimento⁸. De fato, Scotto (2011, p. 7) relata que governos

⁸ A convicção do Governador Tarso Genro (PT) fica explícita nestas duas manifestações: “Não é aceitável que o Estado não utilize esta riqueza natural para produzir energia”, disse Tarso logo após assinar dois protocolos de intenção, com a empresa MPX e a Copelmi Mineração com o objetivo de “dar competitividade aos projetos dos próximos leilões de energia lançados pelo governo federal”. (Disponível em: <<https://rsurgente.wordpress.com/2013/06/12/governo-gaucho-quer-explorar-reservas-de-carvao-sao-quase-um->

identificados como de esquerda nos países da América do Sul possibilitaram a modificação de leis mesmo exacerbando conflitos através do neoextrativismo e da repetição de “estratégias empresariais baseadas na competitividade, redução de custos, aumento da rentabilidade e persistência dos impactos sociais e ambientais.”. O que converge com a constatação de Porto-Gonçalves (2006) sobre o avanço do neoliberalismo global.

A seleção do jornal *Correio do Povo*⁹, cujo discurso é objeto de nossa análise, se explica por pertencer ao Grupo Record ligado ao conglomerado Igreja Universal do Reino de Deus, que é um dos dois grupos¹⁰ que predominam na comunicação gaúcha através de meios impressos, radiofônicos, televisivos e digitais. E ainda, por acessar a maior parcela das audiências, de assinantes, de patrocínios governamentais e empresariais, considerando a privilegiada concentração dos recursos midiáticos nas mãos de poucos grupos. Contudo, tão relevante quanto a longevidade deste jornal (1895-) é a capacidade de se manter como um dos principais meios na capital do Estado e nos demais municípios.

O instrumental teórico-metodológico foucaultiano denominado arqueologia, isto é, descrição do arquivo, foi utilizado para realizar a “análise descritiva das diferentes transformações efetuadas” no discurso do jornal *Correio do Povo* (FOUCAULT, 2010, p. 7). Por arquivo, o pensador afirma que “é um tipo de pesquisa que se dedica a extrair os acontecimentos discursivos como se eles estivessem registrados em um arquivo.” (FOUCAULT, 2006, p. 257).

Em acordo, Vogel (2009, s/p) destaca os diferentes mecanismos de poder relacionados à produção de saberes pelo Jornalismo. Desta maneira, vemos o jornalismo sob nossa análise permeado pelas relações de poderes que, segundo Foucault (1999b, p. 27), produzem saberes: “O poder produz saber; poder e saber são implicados; não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder.”. Neste contexto, temos a preocupação com a

pre-sal/> Acesso em: dez. 2019) e “Nossa equipe vem trabalhando de modo persistente no aproveitamento do carvão gaúcho. É muito importante potencializarmos o uso dessa riqueza para o desenvolvimento do Estado”, disse o governador. (CP, 3 dez. 2014. Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/economia/rs-assina-protocolo-para-instalar-ind%C3%BAstria-coreana-entre-eldorado-e-charqueadas-1.159957>> Acesso em: dez. 2019). A exploração do carvão mineral avançou no governo seguinte, de José Ivo Sartori (MDB, 2015-2018) o que reforçou a insensatez de investir numa forma de geração de energia condenada em quase todo o planeta por ser uma das principais formas de emissão de gases de efeito estufa e acelerar a mudança climática. A nossa análise contemplou também esta questão ambiental e pode ser conferida a partir da página 180 deste trabalho.

⁹ A informação disponível sobre a tiragem é igual a 160.320 exemplares impressos. Disponível em: <<https://portfoliodemidia.meioemensagem.com.br/portfolio/midia/CORREIO+DO+POVO/14400/home>> Acesso em: dez. 2019.

¹⁰ O outro é o Grupo RBS.

qualidade dos saberes que o Jornalismo faz circular em relação a constituição de que subjetividades visando o atendimento de quais interesses em jogo.

Ao procurar compreender como os discursos que circularam no passado, ligados a certos temas, impactaram a população considerando que nem todos os grupos sociais conseguiram a mesma oportunidade de fazer circular o próprio discurso, Michel Foucault (1926-1984, França) percebeu que uns discursos e seus efeitos foram mais valorizados historicamente do que outros, tendo sido predominantes os de agentes da sociedade ligados aos poderes institucionalizados como governos e determinados grupos da sociedade. O pensador considera que o discurso “nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos” (FOUCAULT, 1999c, p. 49) e que verdade “[...] o conjunto de procedimentos que permitem a cada instante e a cada um pronunciar enunciados que serão considerados verdadeiros.” (FOUCAULT, 2006, p. 233). A partir disso, nos questionamos: as verdades publicadas em meios de comunicação com credibilidade, como o jornal Correio do Povo, produzem que saberes e para o atendimento dos interesses de que públicos?

No capítulo 2 “O Jornalismo e as subjetividades” buscamos estabelecer a relação entre a prática discursiva do Jornalismo e a construção de saberes e de subjetividades. Abordamos a nossa prática profissional como uma forma de conhecimento (PARK, 1940; GENRO FILHO, 1987; MEDISCHT, 1997). Vemos a nossa prática também relacionada ao exercício de poderes (GROTH, 2011), tema sobre o qual refletimos a partir da definição de saber e de poder de Michel Foucault (1999a; 2006). Situamos a prática engajada do Jornalismo Ambiental, a qual nos filiamos, como uma possibilidade diante da urgente compreensão das questões ambientais e da qualificada produção jornalística necessária em vista das transformações provocadas pelo ser humano no funcionamento planetário como o aquecimento global e a mudança climática. Apresentamos o jornal Correio do Povo (CP) e descrevemos o discurso que produziu sobre si mesmo no período e, na sequência, abordamos o modo sobre como realizamos a nossa pesquisa.

No capítulo 3 sobre “Os antecedentes” expomos o contexto político-econômico ambiental global com a questão ambiental em relação à questão econômica através da abordagem sobre a globalização neoliberal (PORTO-GONÇALVES, 2006). Com Michel Foucault (2008) passamos a conhecer a discursividade do liberalismo e do neoliberalismo desde o seu surgimento há três séculos bem como os seus critérios. Este aporte nos orientou para a compreensão sobre a circulação do discurso neoliberal nas notícias do CP. Na sequência apresentamos a descrição sobre a discursividade do CP sobre proteção ambiental e

exploração da natureza. Devemos ressaltar que alguns nomes das fontes circulantes nas notícias foram subtraídos na descrição no intuito de preservá-los, especialmente os nomes de técnicos servidores (concurados) do Estado.

No capítulo 4 “Palmo a palmo em disputa” apresentamos a política ambiental no Rio Grande do Sul em permanente disputa, desde a sua elaboração. Mencionamos alguns acontecimentos da política ambiental brasileira no período sob análise e o golpe de 2016 no contexto das alterações legais viabilizadas em nível federal e estadual. Apresentamos a descrição da discursividade nas notícias do CP sobre a mudança estrutural na administração pública, como um dos critérios do neoliberalismo, e nas leis ambientais. É nesta parte do trabalho que abordamos a elaboração da política ambiental no Rio Grande do Sul no âmbito dos principais órgãos que a constituem, como a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema, o órgão central), Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (Fepam) e a Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (FZB, extinta em 2018). Na sequência, temos a descrição da discursividade do jornalismo do CP sobre estes órgãos e os temas que selecionamos e estiveram em disputa no período sob análise: silvicultura, mortandade no Rio dos Sinos em 2006, licenciamento ambiental; Fepam; Código Florestal Estadual e Código Estadual do Meio Ambiente.

A abordagem sobre a flexibilização liberal no discurso do CP até o golpe de 2016 para o discurso da neoliberalização ambiental mostra a descrição da discursividade sobre os temas: Sistema Estadual de Proteção Ambiental (Sisepa); Código Florestal Estadual; Política Agrícola Estadual para Florestas Plantadas e seus Produtos; extinção da Fundação Zoobotânica; decreto sobre o bioma Pampa para implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR); mineração de carvão e mineração de areia. Na sequência da descrição de cada discursividade sobre esses temas, com as transformações verificadas no discurso do jornalismo do CP sobre o desmonte da política ambiental, apresentamos os efeitos de verdade e a formação dos saberes que circularam no período.

Nas considerações finais da pesquisa são retomados alguns aspectos para responder como funcionou o discurso do desmonte da política ambiental do Rio Grande do Sul entre 2003 e 2018, produzido pelo jornalismo do Correio do Povo.

2 O JORNALISMO E AS SUBJETIVIDADES

Encaramos a realidade como construída. A partir das percepções possíveis, cada interlocutor elabora infinitas versões sobre a realidade e, entre estas, escolhe algumas para expressar. A subjetividade está presente em todo este percurso e constitui-se também de repertórios particulares e/ou coletivos, e individuais ou compartilhados cujas características podem vir a transparecer. Por exemplo, a complexa rede da Comunicação Social pode ser melhor compreendida se pudermos vir a conhecer **quem** comunica **o que** e/ou **como e quais as relações** existentes também com os **poderes** exercidos sobre a sociedade. Os agentes integrantes dessa rede incluem todos os setores da sociedade em suas respectivas escalas de poder.

Quem comunica, no presente trabalho, é o jornal Correio do Povo (CP), cujas versões sobre a realidade, através das notícias publicadas, reverberam efeitos de verdade com implicações, consequências, impactos seja na vida dos indivíduos leitores seja nos grupos de indivíduos da sociedade, articulados e/ou em diálogo com outros ou não. As notícias publicadas contêm informações que podem vir a somar, em alguma medida, para a formação das subjetividades¹¹ dos sujeitos leitores. Não fosse desta maneira, principalmente os setores mais abastados da sociedade sul-rio-grandense não buscariam circular com tanta frequência nos discursos do periódico de três séculos, como o mesmo se agracia: por ter surgido no século XIX (1895), se consolidado no século XX e se renovado no século XXI.

Nossa investigação está preocupada com parte de um processo histórico, o período de 15 anos em que houve um desmonte da política ambiental do Rio Grande do Sul, e os discursos de verdade reproduzidos e produzidos pelo jornalismo do CP que, em alguma medida, somaram para a construção de subjetividades dos sujeitos, o público desse meio de comunicação. Isto porque, estudos sobre os efeitos do poder evidenciam que também o Jornalismo pode contribuir para a **normalização**:

¹¹ Segundo Judith Revel (2005, p. 82-83) Foucault investigou “processos de subjetivação” sobre como ocorre a constituição de um sujeito e/ou de sua subjetividade. Explica que, primeiro, ele percebeu três modos de subjetivação: “os diferentes modos de investigação que buscam atingir o estatuto da ciência”; “as práticas divisoras”; e as técnicas de governamentalidade. Em segundo, Foucault procurou compreender como os sujeitos (produzidos pelos modos de subjetivação) se relacionam consigo mesmos. Finalmente, Foucault voltou-se à antiguidade grega para “compreender as modalidades de uma relação consigo, que envolve a realização de uma prática contínua de procedimentos de escrita de si e para si, isto é, um procedimento de subjetivação”.

A normalização, segundo Foucault, um dos grandes instrumentos de poder a partir do final da época clássica, constringe para homogeneizar as multiplicidades, ao mesmo tempo, individualiza porque permite as distâncias entre os indivíduos, determina níveis, fixa especialidades, e torna úteis as diferenças. (PORTOCARRERO, 2008, p. 292).

Destacamos a seguir três manifestações indicativas do que pode significar o jornalismo do CP para quem estabelece alguma relação com ele:

[nas páginas do CP]: “Tudo está lá, vivo, como um material palpitante a depor para que as gerações vindouras conheçam as motivações mais profundas e as realizações dignas de nota dos seus antepassados.” (CP, 1 out. 2010, editorial).

Ex-governadora e ex-articulista do CP Yeda Crusius parabenizou o CP: “[...] pela tradição de respeito [...] ao fazer o presente, que é escrever a história do futuro”. (CP, 2 out. 2009, notícia).

“[...] aos seis anos me autoalfabetizei com as páginas deste prestigioso jornal [...]”. (CP, 2017, p. 2, carta de leitora).

Por isso, a nossa preocupação é com os discursos que o Jornalismo faz circular o qual pode influenciar os sujeitos em alguma medida, como vimos acima descrita cada experiência.

Neste capítulo, apresentaremos o Jornalismo como forma de conhecimento (PARK, 1940; GENRO FILHO, 1987; MEDISCHT, 1997) relacionado ao poder associado à sua prática (GROTH, 2011). Com essas premissas problematizaremos o discurso das notícias do jornal Correio do Povo em acordo com os conceitos de saber e de poder de Michel Foucault no intuito de qualificar a nossa atividade e destacar a relevância da profissão de jornalista para a sociedade. Como diz Vogel (2009, s/p), “[...] o jornalismo pode ser compreendido como um saber, no sentido que lhe confere Foucault [...]. O pensador descreveu em variadas pesquisas as relações entre os saberes e os poderes: “O poder produz saber; poder e saber são implicados; não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder.” (FOUCAULT, 1999b, p. 27).

De fato, Foucault afirma que o tema dos seus estudos é o sujeito ou como o mesmo se constitui na nossa sociedade moderna. Daí a busca do autor pela reconstrução de subjetividades no intuito de vislumbrar saídas no momento presente mediado pelo controle, a normalização e a punição dos transgressores. Neste sentido, o Jornalismo percebe total afinidade com o referido tema de estudos, na medida em que o consideramos uma forma de conhecimento, entre outras tantas, para os sujeitos. A tarefa do jornalista não está meramente em produzir a notícia diária como podem supor aqueles que almejam um futuro próximo

onde se encontrem robôs nas redações. A tarefa é informar sobre acontecimentos relevantes a partir das diversas dimensões de modo que a cidadania usufrua plenamente de sua liberdade para (re)agir ou não, posicionar-se, debater, participar das decisões a serem tomadas em nome da e pela sociedade. Entretanto, o jornalista encontra-se, muitas vezes, funcionário de uma empresa de comunicação, cuja característica no país é a concentração dos meios nas mãos de poucos grupos ou conglomerados. Assim, temos tensões, disputas pelo poder de decidir o que é notícia e o que “pode” ser publicado ou o que “não pode”, assim como “quando”. O poder permeia todas as relações sociais manifestando-se nas correlações de forças e de resistências. Segundo Foucault (1999a, p. 183) o poder circula, “[...] funciona e se exerce em rede. [...]” Consideramos o Jornalismo um importante fio desta rede disciplinar também pela sua capilaridade, já que um jornal, ou melhor, as notícias que ele produz, se espraiam nos mais longínquos pontos, como é o caso do Correio do Povo que chega aos 496 municípios do Rio Grande do Sul, na sua forma física e/ou na sua forma digital. Além da característica de ser mais um gerador de saberes e de debates.

2.1 O Jornalismo e suas relações

O vínculo entre as relações de poder e a publicação de “determinados temas e questões” justificou o interesse científico de Max Weber¹² sobre o poder do Jornalismo manifesto no primeiro congresso da Sociedade de Sociologia da Alemanha em 1910. (WEBER, 2005, p. 15).

Há um século as relações do Jornalismo com os meios político e econômico, segundo Otto Groth¹³ (2011), tanto permitiram um suporte para consolidar a profissão como trouxeram consequências à prática do profissional de redação: sacrificar convicções, submeter-se intelectualmente, perder o emprego ou sofrer perseguições de governos (GROTH, 2011). A recente constatação de Esteves (2016, p. 10) converge ao afirmar que a influência dos profissionais jornalistas sobre o próprio trabalho, diminui ao passo que as empresas de comunicação “[...] incorporam no seu próprio funcionamento princípios que não são propriamente de ordem democrática.”. Explica:

¹² Max Weber (1864-1920) é um dos fundadores da Sociologia, ao lado de Émile Durkheim e Karl Marx.

¹³ Jornalista e pesquisador alemão, nascido em 1875 e falecido em 1965. Em 1890 escreveu “O jornal” e em 1897 “O poder cultural desconhecido”. Ambos foram publicados e difundidos após sua morte.

Os *media* nos nossos dias fazem valer um poder de gestão e controle sobre o universo global da comunicação pública; planificação, racionalização e cálculo implacáveis, a que nem as novas tecnologias (ditas redentoras) parecem eximir-se – bem pelo contrário, pelo menos quanto a certos aspectos (ou situações). A extensão (no tempo e no espaço) e a aceleração dos fluxos comunicacionais são atributos prioritários desta tendência: delas depende em larga medida a eficácia de um poder disciplinar dos *media* (sobre a comunicação pública). Sobre a internet, por exemplo, vai-se desvanecendo cada vez mais no horizonte um primeiro referencial libertário muito associada a Rede, a medida que esta se vê mais e mais emaranhada numa gigantesca teia de outras redes ainda mais poderosas – de controles econômicos e político-administrativos. (ESTEVEES, 2016, p. 12, grafia original).

Não obstante as dificuldades registradas por Groth (2011) e Esteves (2016) sejam enfrentadas nas redações de todos os portes e em graus diferentes, apresentamos a seguir, o esclarecimento de Sartor (2016) sobre o modo como pode acontecer o vínculo entre o Jornalismo e a Democracia:

[...] se revela na *potencialidade* da atividade informativa no sentido de expor o que está intencionalmente oculto por aqueles que exercem os poderes político e econômico, evidenciar as causas e as consequências de decisões e fatos que afetam a vida dos cidadãos, explicar os temas e ocorrências que dizem respeito ao âmbito coletivo, dar voz aos diferentes grupos sociais, prover o debate público de informações a ele pertinentes e facilitar a comunicabilidade entre os indivíduos. (SARTOR, 2016, p. 230, grifo do autor).

Contudo, o Jornalismo não é produzido somente pelos jornalistas na redação. Não são raras as vezes em que uma notícia publicada está em acordo mais com preceitos particulares do proprietário e/ou acionistas da empresa de comunicação, do que com a política editorial da mesma empresa, esta sim transparente e acessível à redação e ao público em geral. Ao mesmo tempo, não ignoramos que os profissionais jornalistas também exerçam e/ou mantenham relações de poder. A conjugação (perfeita ou precária) dessas relações foi analisada por Otto Groth (2011, p. 31) há mais de um século: “O jornalismo determina principalmente a direção do pensar e do querer de amplas camadas sociais. E não somente destas: dele depende em grande parte o saber e com isso a capacidade de discernimento do povo como um todo.”

A prática que produz efeitos no público (GROTH, 2011, p. 441) faz do Jornalismo uma instituição social mobilizadora de debates. Da Espanha e mais antigo que Groth, Gabriel Tarde constatara que o jornal dispunha “um espaço de conversação pública” aos leitores, através de um “leque diverso de temas” (PONTE, 2005, p. 87). Robert Park (2008, p. 72), por sua vez, compreendeu o papel da imprensa como sendo o “[...] de criar um desejo coletivo e um poder político, o qual à medida que mobiliza a comunidade, tende a finalizar a

discussão.” Possivelmente, o sentido de “finalizar” seria o de solucionar ou direcionar encaminhamentos à questão outrora aberta. E, o meio predominante pelo qual o jornalismo manifesta este poder, é a notícia, para a qual Park (2008, p. 82), atribui uma “importância como processo político”.

O jornalista e sociólogo Robert Park (2008) está entre aqueles que conceituaram o Jornalismo através da notícia como forma de conhecimento. Park situava a notícia no continuum, ou intermédio, que percebia entre o conhecimento-familiaridade das coisas (*acquaintance with*, ou não sistemático/senso comum) e o conhecimento sobre as coisas (*knowledge about*, formal/racional)¹⁴. A partir da caracterização que fez da notícia destacamos: que “[...] não apenas informa, como orienta o público [...]” (p. 60); e “A notícia é mais ou menos autenticada pelo fato de ter sido exposta ao exame crítico do público ao qual ela se dirige e cujos interesses ela trata.” (p. 62). Park explica que a primeira reação de quem lê uma notícia é desejar repeti-la a alguém, daí que entende que a opinião pública se apoia na interpretação de notícias sobre os eventos para nutrir a “ação política possível”, rumo ao consenso, ao protesto, enfim, ao tratamento dos conflitos.

Adelmo Genro Filho (1987) também define o Jornalismo através da análise da notícia, como uma forma de conhecimento, mas as categorias que utilizou foram: singularidade, particularidade e universalidade.

[...] o singular é a matéria-prima do jornalismo, a forma pela qual se cristalizam as informações ou, pelo menos, para onde tende essa cristalização e convergem as determinações particulares e universais. Assim, o critério jornalístico de uma informação está indissoluvelmente ligado à reprodução de um evento pelo ângulo de sua singularidade. Mas o conteúdo da informação vai estar associado (contraditoriamente) à particularidade e universalidade que nele se propõem, ou melhor, que são delineadas ou insinuadas pela subjetividade do jornalista. O singular, então, é a forma do jornalismo, a estrutura interna através da qual se cristaliza a significação trazida pelo particular e o universal que foram superados. O particular e o universal são negados em sua preponderância ou autonomia e mantidos como o horizonte do conteúdo. (GENRO FILHO, 1987, p. 183).

Essa referida singularidade, tomada como a forma de conhecimento do Jornalismo, consiste na compreensão pelo jornalista da essência, da integralidade de um fenômeno real ao mesmo tempo em que têm dissolvidas suas características particulares e universais, já que o autor considera essas três categorias em permanente relação. Destacamos dessa teoria marxista elaborada por Genro Filho o potencial transformador do Jornalismo também

¹⁴ Explica que estas são duas formas distintas de conhecimento devido funções, que exercem sobre os indivíduos e as sociedades, e “diferentes graus de precisão e validade” que apresentam. As duas categorias foram emprestadas de seu professor William James. A novidade foi publicada em artigo de 1940: “*News as a form of knowledge*”. (CONDE, 2008, p. 23-27).

reconhecido quase um século após Robert Park. Genro Filho (1987) entende que o Jornalismo busca, entre outras: atender as necessidades do público no contexto cidadão, o efêmero e o imediato, a veracidade dos dados, as relações objetivas do evento. Por fim, o segredo da pirâmide revelado, ou a sua tese, é de que a prática jornalística deve caracterizar-se pela escritura da notícia na forma original da pirâmide e não invertida¹⁵ como ocorre. Assim, na forma de pirâmide segundo Genro Filho (1987, p. 216), “[...] a notícia caminha [...] do singular para o particular, do cume para a base.” Ele explica:

[...]. Há um grau mínimo de conhecimento objetivo que deve ser proporcionado pela significação do singular (pelo singular-significante), que exige um mínimo de contextualização do particular, para que a notícia se realize efetivamente como forma de conhecimento. A partir dessa relação minimamente harmônica entre o singular e o particular, a notícia poderá - dependendo de sua abordagem ideológica - tornar-se uma apreensão crítica da realidade. (GENRO FILHO, 1987, p. 217).

Devemos mencionar ainda a definição de Eduardo Medischt (1997, p. 3) do Jornalismo como uma forma de produção de conhecimento: “O Jornalismo não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz, reproduz também o conhecimento produzido por outras instituições sociais.”. Para ele, o conhecimento produzido pelo Jornalismo alcança aspectos da realidade que as outras formas (como a ciência) não conseguem, sem desconsiderar as próprias finalidades. Em acordo com Medischt (1997) vemos que reconhecer a importância do Jornalismo como forma de conhecimento para a sociedade converge com a busca pelo aperfeiçoamento da prática e a exigência de formação qualificada. Entendemos que a validade do diploma¹⁶ para o exercício da profissão assim como a manutenção do registro profissional¹⁷ contribuem para a preservação do lugar institucional do Jornalismo e de jornalistas na sociedade.

A breve apresentação dos pressupostos mobilizados pelos três autores, que citamos anteriormente, nos fundamenta e nos motiva a valorizar o papel do Jornalismo na sociedade considerando que tem um poder de constituir-se numa forma de conhecimento. Não obstante as raízes¹⁸ diverjam entre Park (2008) e Genro Filho (1987), ambos compreendem a diferença que o Jornalismo, através das notícias, pode fazer diante dos acontecimentos e conflitos na

¹⁵ Os manuais de redação orientam a produção de notícias a partir do aspecto mais importante para o de menor importância cujo formato se chama pirâmide invertida, ou seja, o primeiro parágrafo ou lead (lide), deve apresentar respostas em ordem de importância às seguintes perguntas: O que? Quem? Onde? Quando? Por quê?

¹⁶ Revogada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, em 2009.

¹⁷ Ameaçado pela Medida Provisória 905/2019 do presidente Jair Bolsonaro.

¹⁸ Segundo Pontes (2015), a teoria de Robert Park não é funcionalista, mas sim do Interacionismo Simbólico, uma vertente culturalista. Adelmo Genro Filho, por sua vez, elaborou uma teoria marxista do jornalismo inspirada principalmente em György Lukács (1885-1971).

sociedade. Por isso, nesse momento, nos referimos ao trabalho, a atuação do profissional jornalista¹⁹ em qualquer redação onde se encontre. O necessário aperfeiçoamento da prática pontuado por Medischt (1997), segundo entendemos, consiste mais na complexificação dos efeitos, das implicações, das consequências da produção jornalística sobre a sociedade, do que na adoção de um maior número de tecnologias e mais velozes. Obviamente não se trata de negar a importância do uso de novas tecnologias e do desenvolvimento de novas técnicas jornalísticas. Nosso intuito é clarificar o papel do jornalismo, o papel dos jornalistas e o papel das empresas de comunicação e/ou jornalísticas.

É comum ouvirmos que o jornalismo fragmenta a realidade, seja para simplificar para o público poder compreender, seja para contribuir para um controle da circulação de informações conforme interesses não totalmente conhecidos. Porém, essa rotulagem oblitera o potencial da prática discursiva que tomamos como uma forma de conhecimento, por ser mais percebida como uma atividade produtiva geradora de sustento para os profissionais e de lucros para as empresas. Daí a relevância da adoção generalizada, pelos integrantes da rede da Comunicação Social, dos pressupostos do paradigma da complexidade conforme Edgar Morin (2008): busca de um conhecimento multidimensional; distinção e não separação ou simplificação do conhecimento; transdisciplinaridade; pluralismo em favor da justiça e da solidariedade; mais explicação do que descrição; contextualização; aceitação do diverso. O Jornalismo reconhece as assimetrias enquanto participa da experiência como observador e as põe em evidência através da produção do conhecimento a ser publicado.

2.1.1 Jornalismo: saberes como verdades

A nossa reflexão sobre a prática jornalística segue a orientação de uma “ética de princípios”, sendo o princípio mais importante, conforme define Bernardo Kucinski (2005, p. 2), “[...] a busca e a socialização da verdade de interesse público [...]”. Esta forma de atender ao interesse público por meio de publicações comprovadamente verossímeis passou a vigorar há um século a partir de um acordo inaugurado nos Estados Unidos entre jornalistas e

¹⁹ Em contraposição à postura de um amplo número de empresas de comunicação, principalmente aquelas vinculadas aos conglomerados, de que são ou representam o jornalismo ou a própria imprensa em si. O que não coincide com a realidade, já que as empresas, através de sua estrutura vertical, determinam as convenções sobre as práticas do jornalismo a partir de vínculos que estabelecem com os setores dominantes na sociedade em acordo com interesses econômico-políticos particulares e privados.

empresas de jornalismo, devido aos impactos decorrentes das publicações sensacionalistas. A seguir, ele exemplifica uma publicação com uma verdade de interesse público:

O jornalista não é responsável pelas consequências de dizer a verdade, mas é responsável pelas consequências de suprimi-la. Se ao revelar a verdade sobre uma determinada situação de trabalho escravo, alguns trabalhadores morrerem, o jornalista não é responsável. Mas se o jornalista se submeter a uma decisão do comando da operação de esconder a verdade por algum tempo, ele passa a ser responsável pela eventualidade de alguns dos trabalhadores escravos morrerem no período da espera. (KUCINSKI, 2005, p. 2).

A maneira encontrada para ratificar essa veracidade das informações foi através da adoção da objetividade²⁰ como principal critério na produção noticiosa. O entendimento é de que essa objetividade se constitua de imparcialidade²¹, apresente fontes reconhecidas em sua autoridade²² sobre o tema da pauta, dados em documentos e/ou fotografias como comprovantes, etc. Entretanto, não são raras as vezes em que essa objetividade, acordada entre jornalistas e chefias ligadas aos proprietários dos meios de comunicação, surja como uma “máscara” na hora da publicação da notícia. Ou seja, por trás de uma edição da notícia com o corte de informações justificada como uma tentativa de dar maior objetividade e/ou do adiamento da sua publicação para aguardar o surgimento de mais provas, está a perda da autonomia do profissional de redação sobre a sua prática orientada pela ética de princípios. Pois, o jornal enquanto empresa²³ costuma valorizar mais o atendimento ao interesse dos públicos aos quais está vinculado, tais como os sócios e patrocinadores ou anunciantes, do que o atendimento aos princípios da profissão vista há poucas décadas como mera reprodutora de mais uma “mercadoria” (a notícia) nessa sociedade chamada “de consumo”²⁴.

²⁰ Da abordagem do Manual da Folha de São Paulo (MANUAL, 2001, p. 45-46) sobre a “obrigação de ser o mais objetivo possível” destacamos: encarar o fato com distanciamento e frieza e buscar informações sobre fatos análogos do passado.

²¹ Pode ser resumida como a inclusão na notícia dos dois lados (que seriam contraditórios) sobre os fatos, não obstante seja mais comum a inclusão de múltiplos aspectos e/ou fontes vinculadas a um mesmo lado ou a uma mesma dimensão dos fatos. Da mesma maneira, provavelmente não seria satisfatório publicar informações referentes a apenas dois lados, já que uma aproximação da complexidade do real somente pode ser possível em se considerarmos o pluralismo ou vários lados ou diversas dimensões dos fatos.

²² O que acabou exacerbando a escolha de dirigentes das áreas, como a política ou a científica, e ocasionou o risco do/e o repasse de informações incompletas, simplificadas, estratégicas e sob o interesse do público e/ou interesses que representam ou estão vinculados.

²³ Segundo Charron e Bonville (2016) a censura e a autocensura dos agentes envolvidos na produção jornalística resulta na publicação de uma “realidade” hegemônica. Alsina e Silva (2018) que também verificam este problema, constata nas notícias a unilateralidade ou a falta de equilíbrio. Essa precariedade ou ausência de pluralismo conforme estes autores, está relacionada à concentração da propriedade dos meios de comunicação em oligopólios ou monopólios (a depender da região).

²⁴ Consideramos que o excesso de consumo e mesmo a prática consumista tornada comum e incentivada por políticas sociais e econômicas de governos nos últimos 40 anos (crescimento e desenvolvimento neoliberal) consiste em mais uma característica da nossa época, mas não pode definir o que é ou o todo complexo que é a sociedade. Da mesma forma, não é adequado se referir aos leitores de jornais como consumidores de conteúdo,

De fato, este engano corriqueiro por parte das empresas jornalísticas ameaça não só a credibilidade do meio de comunicação e do jornalismo que pratica, como também a conservação ao médio e longo prazo dos patrocinadores ou anunciantes. Isto porque, segundo Eugênio Bucci (2000, p. 66):

A credibilidade é produzida com qualidade editorial, que pressupõe conhecer o leitor, atender suas necessidades e antecipar-se a elas, fazer valer seus direitos, defendê-lo, [...], escrever numa linguagem que ele entenda e goste, com a qual ele aprenda e se divirta. Daí nasce a relação de confiança. O público não vai atrás do anunciante, mas o contrário. Este é que vai atrás do público, beneficiando-se legitimamente da relação de confiança que vincula cidadão-consumidor a tudo aquilo que o jornal ou revista publicam.

A descrição acima de Jornalismo sobre o atendimento das necessidades²⁵ do leitor converge com a definição de Charron e Bonville (2016, p. 186) ao se referirem a “uma prática discursiva que tem por objeto as questões públicas”. E é a partir dessas questões públicas que buscamos a verdade nos fatos para construirmos uma versão o mais aproximada possível daquilo que realmente ocorrera. Como diz Bucci (2000, p. 51): “a verdade dos fatos é sempre, uma versão dos fatos. O relato qualquer que seja ele, é um discurso, [...], o relato jornalístico é encadeado segundo valores que obrigatoriamente definem aquilo que se descreve.” É por oferecermos à publicação os resultados da nossa apuração e reflexão a respeito, que acabamos por construir um discurso próprio e, supostamente, verdadeiro, o qual contém, além do acordo com a linha editorial do meio de comunicação ao qual estamos vinculados, os nossos valores, nossas crenças, nossa ética e nossos saberes acumulados. Tudo isso é compartilhado nas publicações.

Para Michel Foucault (2006, p. 233) verdade é “o conjunto de procedimentos que permitem a cada instante e a cada um pronunciar enunciados que serão considerados verdadeiros. [...]. Há regiões onde esses efeitos de verdade são perfeitamente codificados, onde o procedimento pelos quais se pode chegar a enunciar as verdades são conhecidos previamente, regulados.”. Para exemplificar, cita como regulados os procedimentos voltados aos domínios científicos, absoluto o das matemáticas, flutuante o das ciências empíricas. Sobre os efeitos de verdade que circulam em discursos como os que o Jornalismo faz circular, comenta:

de informação, de jornais, etc. A relação entre o Jornalismo e o seu público possui outras dimensões além dessa produtiva e economicista.

²⁵ Assim como também definiu Adelmo Genro Filho (1987) sobre a função do Jornalismo.

[...] afora as ciências, tem-se também os efeitos de verdade ligados ao sistema de informações: quando alguém, um locutor de rádio ou de televisão, lhe anuncia alguma coisa, o senhor acredita ou não acredita, mas **isso se põe a funcionar na cabeça de milhares de pessoas como verdade**, unicamente porque foi pronunciado daquela maneira, naquele tom, por aquela pessoa, naquela hora. (FOUCAULT, 2006, p. 233, grifo nosso).

Foucault (1999) explica que os discursos visam provocar esses efeitos de verdade no público. A dita (vontade de) verdade reside no sentido do enunciado do discurso, na sua forma, no seu objeto, na sua relação. Apoiada em um suporte institucional é “[...] reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas [...]. Mas ela é também reconduzida [...] pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído.” (FOUCAULT, 1999, p. 17). Considerando o Jornalismo uma prática discursiva nos perguntamos: quais os efeitos de verdade sobre a política ambiental do Rio Grande do Sul que o jornalismo do CP circulou? Como o saber sobre a política pública ambiental do Rio Grande do Sul foi apresentado pelo CP? Quais as correlações de força e poder expostas na prática discursiva do jornal Correio do Povo?

Importante ressaltar que, segundo Foucault, “o poder não é o sentido do discurso”, porque este consiste numa “[...] série de elementos que operam no interior do mecanismo geral do poder. [...]” (FOUCAULT, 2006, p. 254). Daí o seu conceito de **acontecimentos discursivos** delineados a partir das singularidades identificadas as quais vão desenrolar e evidenciar para nós as transformações ocorridas no discurso sob análise.

Para Foucault (1999c), o discurso não é transparente e neutro, ainda que olhemos o texto e vejamos os signos desenhados diante dos nossos olhos. Não basta ser alfabetizado para compreender os sentidos publicados, não basta conhecer a língua local nem os costumes. Seremos estrangeiros dentro da própria comunidade se não compreendermos o contexto em que se dão as disputas de poder por meio da disputa dos sentidos. O autor considera a importância do conhecimento sobre o que está em jogo no embate político-econômico entre os agentes sociais, que poderes ambicionam e disputam. O papel do Jornalismo é dar conta deste contexto presente e histórico. Presente porque é contemporâneo, mas histórico porque tem raízes em dias, meses, anos passados e em seus agentes sociais que deixaram pistas pelo caminho as quais nós recolhemos, a cada passada, para recontar os fatos.

2.1.2 As fontes jornalísticas

A prática mais comum em redação é antiga e problematizada em diversos estudos divulgados nos anos 1970 e 1980 que demonstraram a predominância de fontes oficiais e a ausência das outras possíveis fontes nas notícias. A conclusão é de que essa escolha “legítima” o *status quo* e pode servir como um tipo de “ferramenta” aos agentes dos poderes estabelecidos. (TRAQUINA, 2005, p. 197-199). A técnica profissional atualizada indica recorrer às fontes jornalísticas múltiplas e plurais encontradas além do âmbito oficial e/ou vinculado aos poderes instituídos. Segundo Bueno (2007, p. 50), “[...] a pluralidade de vozes e opiniões contribui para o debate, estimula a reflexão, evita que o jornalista se torne refém de fontes e que possa enxergar o mundo a partir de perspectivas ou filtros viciados.”.

A classificação frequente das fontes jornalísticas, como oficiais e não oficiais, mostra uma simplicidade aparente. Na busca pela **diversidade de fontes nas notícias e pluralismo de informações** de modo a corresponder a complexidade dos temas, é útil procurar pelas **resistências** em ambos os grupos ouvidos, sejam oficiais ou não-oficiais. Encontrar estas resistências deve possibilitar a ampliação e a qualificação das informações a serem publicadas, com relação a: consequências ou implicações, maior abrangência ou profundidade, contradição, oposição²⁶, complementaridade, etc. Denominamos “resistência”, com inspiração em Michel Foucault, por ter constatado que onde há exercício de **poder**, há **resistência**. Não há dúvida que a fonte²⁷ jornalística ao pronunciar-se exerce algum tipo de poder e, como é muito difícil ao jornalista constatar a que correlações de forças uma fonte está vinculada ou representa (políticas, partidárias, econômicas, institucionais, profissionais, etc.), vale estar aberto a possibilidade de tentar identificar essas resistências, geralmente situadas próximas à fonte ouvida. Por exemplo, quando o tema é política pública, ouvimos as fontes oficiais do governo. Mas, não somente os cargos do governo já que este é transitório; os técnicos, e não necessariamente os chefes de departamentos, aqueles concursados que passaram ou passarão décadas nas instituições públicas, também devem ser ouvidos. Dessa maneira, as resistências têm mais chances de serem identificadas e, as variadas dimensões relacionadas ao tema investigado podem vir a ser incluídas com maior completude e exatidão.

²⁶ “A contraposição é o possível quando não se pode conhecer a realidade de uma ocorrência.” (SEIXAS, 2009, p. 223). As rotinas produtivas estão tão aceleradas que expor as oposições tornou-se praxe, também expresso através do dito “contraditório” e de “os dois lados”.

²⁷ Uma classificação específica em relação ao papel ou função que a fonte assume, a partir da percepção do jornalista, diante da notícia ou das informações que presta é: autorizada, qualificada, envolvida, testemunhal ou interessada. (SEIXAS, 2009, p. 137).

Entre as fontes não-oficiais²⁸, consideramos aquelas não ligadas, ao menos direta ou explicitamente, aos poderes vigentes, como o político-governamental, o econômico-empresarial e o jurídico. No grupo dessas fontes estão as **entidades** não-governamentais, como os sindicatos, os movimentos e as associações nas variadas formas (de servidores públicos, comunitárias, ambientalistas, etc.), tais como ONG's e OSCIP's²⁹. Contudo, também possuem as suas fontes oficiais, que são os presidentes ou os coordenadores, os responsáveis pela divulgação dos discursos que, muitas vezes, pronunciam consensos ou visões e posições majoritárias. Ao jornalista, dependendo da pauta, pode ser pertinente vir a saber dos discursos não consensuais circulantes no interior desses grupos. Dessa maneira, cabe atentar à possibilidade de ouvir outros integrantes no intuito de ampliar ou aprofundar o foco definido pela primeira fonte ouvida. Portanto, a busca pela **diversidade** e o **pluralismo** que o Jornalismo depende para reportar os temas em questão na sociedade precisa horizontalizar a escuta das fontes dentro do grupo das fontes oficiais e do grupo das não-oficiais.

Devemos destacar que, no período sob nossa análise, percebemos um aumento na possibilidade de encontrar as resistências³⁰, conforme denominamos, presentes em meio aos discursos das fontes oficiais e das fontes não-oficiais. Ao que atribuímos à amplificação do uso da internet, através de blogs e, nos últimos anos do período, de uma ênfase sobre as redes sociais como o Facebook. Pois, tanto as fontes oficiais como as fontes não-oficiais compartilharam informações em páginas das redes sociais, fossem perfis particulares ou dos grupos sociais aos quais estavam integrados e/ou relacionados. Salientamos, ao mesmo tempo, que a observação destas práticas comunicacionais das nossas fontes, consiste na etapa anterior a da apuração³¹ jornalística e que, não podem substituir a entrevista. Ou seja, consideramos a observação dessas práticas dentro do conjunto de técnicas de pesquisa sobre o tema antes de o profissional sair da redação para ouvir as fontes. Afinal, nenhum jornalista chega a uma fonte sem ter acumulado alguns pares de informações sobre o tema a ser reportado bem como sobre a própria fonte a ser ouvida.

²⁸ Fontes não-oficiais também são encontradas de forma não vinculadas a nenhuma entidade não-oficial, ou seja, podem ser pessoas envolvidas e/ou integrantes de comunidades relacionadas às questões sob o debate público. Uma decisão assertiva sobre quais fontes ouvir considera o nível e a intensidade do seu envolvimento com os fatos, mais do que a ligação com grupos/entidades formalizadas.

²⁹ Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

³⁰ Uma posição de resistência não significa, necessariamente, oposição no sentido de expressar um conflito/um problema; são expressões minoritárias, ideias em construção internamente, etc., e o jornalista toma conhecimento para analisar se tem relação ou não com o contexto da pauta em andamento. A questão do Jornalismo é manter uma postura aberta diante das escutas possíveis.

³¹ Busca pela identificação e verificação dos fatos e envolvidos (SEIXAS, 2009).

Ainda relacionado às fontes, devemos abordar a exacerbada **limitação** como uma das maneiras de acelerar a rotina produtiva³² nas redações. No nosso *corpus* de análise, o uso da técnica expressa como “**ouvir os dois lados**” ficou evidente de duas maneiras: primeiro, pelo sensível controle e redução de informações a partir da **polarização** entre positivo e negativo e, da **oposição ou** contraposição entre setores/ou interesses econômico e ambiental; segundo, pelo excesso no uso de declarações³³ das fontes no lugar do contexto e explicações pelo jornalismo. A extensão curta de uma notícia costuma ser relacionada à publicação do essencial, do que é o principal. Porém, sem a contextualização e apenas com a reprodução das falas das fontes o que temos é uma notícia precária, afinal o papel do jornalista na notícia não é só apresentar os envolvidos. Sem dúvida, não é o espaço na folha do jornal impresso ou o número de linhas no site de internet, destinado ao nosso texto, que impede a contextualização pertinente.

2.2 A prática engajada do Jornalismo Ambiental

O Jornalismo Ambiental, prática jornalística a qual nos filiamos, percebe a reprodução e a produção de conhecimento como o cerne da atuação profissional. Pois o conhecimento sobre as questões ambientais, reproduzido e produzido de si/seus pares e de outros agentes sociais, constituem o princípio (ou um importante contribuinte) para a construção das subjetividades em torno de mobilizações (ou não) em prol de políticas públicas coerentes com o momento histórico vivido pela humanidade. Precisamente nos referimos ao Antropoceno conforme explica o geógrafo da Universidade de São Paulo Wagner Costa Ribeiro³⁴: a diferença desta era para o Holoceno é o aumento da capacidade de transformação da superfície terrestre que o ser humano alcançou com a modernidade. As tecnologias possibilitaram o aumento significativo da extração de recursos, mas a partir do século 18 com a Revolução Industrial e a criação da máquina a vapor e do motor à explosão, vem agudizando velozmente a devastação em diversas áreas do planeta. A consequência é a extinção de espécies da fauna e da flora e a inviabilidade do modo de viver humano moderno

³² Mais consequências da aceleração das rotinas produtivas na página 44.

³³ “A ideia de que citações conferem credibilidade resvala para um abuso no uso de declarações, o que se chama de matérias “declaratórias”, conforme Lia Seixas (2009, p. 223). Ela explica que esta é uma tática utilizada quando não há a possibilidade de obter os esclarecimentos necessários das fontes e o maior número possível de versões é recolhido a partir das fontes encontradas.

³⁴ Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/552037-antropoceno-ou-mudamos-nosso-estilo-de-vida-ou-vamos-sucumbir-entrevista-especial-com-wagner-costa-ribeiro>> Acesso em: jul. 2019.

por depender intensivamente do ciclo do consumo e da extração. Daí a urgente busca por outros modos de existir e de viver, não restritos ao crescimento infinito e ao desenvolvimento³⁵. Tanto que, a promotora pública Annelise Steigleder (2017, p. 131) considera alterada a racionalidade do desenvolvimento sustentável difundida a partir da Rio 92 ou Eco 92, “que tinha sinalização de proteção efetiva”:

Hoje esse conceito é utilizado no sentido contrário, para legitimar impactos que vão ser muito perniciosos para o meio ambiente e para a sociedade em um prazo um pouco mais longo, em nome de uma visão neoliberal. Vejo o poder econômico se sobrepondo cada vez mais, inclusive se sobrepondo e tomando conta do Estado. [...]. Um Estado cada vez mais encolhido e menos capacitado para intervir efetivamente, para regerar risco, para impedir risco. Noto que, por detrás desse retrocesso da legislação ambiental, temos um fenômeno muito perigoso de encolhimento da capacidade do Estado de intervir, de regerar, de proteger. (STEIGLEDER, 2017, 131-132).

A própria biodiversidade oferece as saídas, segundo Brack (2011), como o conhecimento do seu uso e aproveitamento local ao contrário da lógica liberal e neoliberal de hegemonizar alguns tipos de alimentos (eliminando outros do mercado e da dieta) e criando *commodities* as quais só tem sentido na ordem da globalização cuja mirada é estritamente economicista, de oligopólios e excludente.

Apesar de o Brasil ser considerado o país campeão da biodiversidade, grande parte da energia alimentar é baseada em espécies exóticas. Entre estas espécies, o país é o maior produtor de cana-de-açúcar e o maior exportador mundial de açúcar e álcool. Também é o maior exportador global de café e está em segundo lugar na produção e

³⁵ O debate sobre o desenvolvimento teve origem no século 19, mas o “mandato ideológico” seguido pela nossa sociedade provém do discurso do presidente estadunidense Harry Truman em 1949. O chamado “quarto ponto” da sua explanação defendia um “**novo** programa que disponibilize os benefícios dos nossos **avanços científicos** e nosso **progresso** industrial para a melhoria e o **crescimento** das nações **subdesenvolvidas**”, criando dessa maneira, a ideia de que o seu país era desenvolvido e se oferecia para ajudar a desenvolver os demais. O desenvolvimento como meta a ser alcançada inexoravelmente teve apresentadas características encontradas por Michel Foucault (2008) em sua pesquisa sobre o liberalismo e o neoliberalismo (a partir da p. 58 neste trabalho), como consta em mais este fragmento do presidente Truman: “[...] produzam **mais** alimentos, **mais** vestimentas, **mais** materiais para suas casas, **mais** potência **mecânica** para **aliviar** as suas cargas. [...]. Com a cooperação das **empresas**, do capital **privado**, da agricultura e da mão-de-obra, este programa pode **aumentar** a atividade industrial em outras nações e **melhorar** substancialmente seus padrões de vida. [...]” Como vimos, **progresso** e **crescimento** na ordem do seu discurso, sendo este tomado como infinito a partir dos “mais” apresentados, a adesão ao uso de tecnologias e da ciência para o “alívio” do ser humano, o papel das empresas e do privado o que converge com a exacerbação do individualismo, e o desenvolvimento como condição para um padrão de vida em oposição ao subdesenvolvimento traduzido durante a explanação como pobreza. (ACOSTA, 2015, p. 44). Não obstante o desenvolvimento tenha ganhado classificações como, sustentável, humano, rural, local, global, etc., merece ser problematizado pelo Jornalismo toda vez que for utilizado nos discursos para que haja uma compreensão complexificada sobre os possíveis interesses e agentes sociais em disputa. Não ignoramos, contudo, o surgimento do conceito de **progresso** na Europa do século 15. É dessa compreensão sobre o funcionamento mecânico, simplificado e fragmentado do mundo que se constituiu o cartesianismo, visão dualista que separou o ser humano da natureza e criou as **polarizações** entre bem e mal e as **oposições** ainda vigentes: civilizado e primitivo, ser humano e outros animais, branco e negro/indígena, homem e mulher, etc. (ACOSTA, 2015, p. 55-56).

exportação de soja, atrás apenas dos Estados Unidos. Em contrapartida, perdeu variedades de mandioca, planta nativa do Brasil. Fato semelhante ocorreu, em países da Ásia Oriental, com milhares de variedades de arroz. Hoje, devido à agricultura moderna, sobram não mais do que cinco variedades, que correspondem a 95% da colheita mundial desta cultura. [...]. A mandioca - que é originária do Brasil e rica em nutrientes - pode ser cultivada em quase todas as regiões do país, porém, contribui com apenas 7% na alimentação dos brasileiros. O Brasil está na posição de segundo produtor mundial, com 26 milhões de toneladas, atrás da Nigéria. Seu cultivo e seu uso são importantes e essenciais principalmente para as classes menos favorecidas da população. O país tem um enorme débito com a mandioca, não só na alimentação, mas no campo da culinária e na cultura, pois seus diferentes usos históricos foram se perdendo com o tempo. Segundo dados fornecidos pela Embrapa, existem pelo menos quatro mil variedades de mandioca registradas em bancos de germoplasma do País. (BRACK, 2011).

Além de prejudicar a saúde pela precária alimentação, a perda de variedades e de espécies cultivadas por milênios pelos povos originários, que as adaptaram para o uso das futuras gerações, materializa o desatar dos laços comunitários e o rompimento com estruturas de saber que viabilizaram a existência humana na superfície da Terra. Tudo isso em apenas três séculos e sem considerar a relação entre biodiversidade e saúde:

A conservação dos ecossistemas e de sua biodiversidade garante a manutenção dos serviços ecossistêmicos, que, por sua vez, estão diretamente relacionados ao bem-estar humano, às boas condições de vida das populações e à redução das chances de surgimento ou agravamento da transmissão de doenças. Num ecossistema preservado garante-se, por exemplo, o bom fornecimento de água para consumo humano e animal, terrenos apropriados para agricultura e habitação, regulação natural da temperatura dos ambientes, entre outros. A conservação da biodiversidade também é importante para o fenômeno conhecido como efeito diluidor. Um ecossistema preservado apresenta muitos animais com capacidades diferentes de transmissão de parasitas. A presença de hospedeiros menos competentes “dilui” a transmissão e diminui as chances de infecção humana. [...]. (GENTILE; D’ANDREA, 2016, p. 160).

“Biodiversidade” é a expressão surgida em 1986 e sinônima de diversidade biológica. Foi difundida a partir da Convenção sobre Diversidade Biológica no Rio de Janeiro em 1992 (Decreto 2.519, de 16 de março de 1998). É do documento da Convenção que Scariot (2010) destaca algumas definições consideradas pelos jornalistas ambientais um importante conteúdo de educação ambiental e conhecimento para os profissionais que reportam o meio ambiente e a natureza. Ressaltamos que o acúmulo deste conhecimento visa facilitar o diálogo entre o jornalismo e suas fontes da área para auxiliar na complexa problematização da questão da biodiversidade no contexto econômico que nos legou esta modernidade de devastação e ameaças a própria existência da espécie humana. São eles:

[...] **diversidade biológica** significa a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas.

Os três níveis de diversidade podem ser definidos como:

A diversidade **dentro de espécies** envolve a variação entre indivíduos de uma mesma população, assim como entre populações da mesma espécie separadas espacialmente. Esta variação pode ser morfológica, comportamental, genética, e assim por diante.

A diversidade **entre espécies**, mais comumente denominada de *diversidade de espécies*, é a variedade de espécies que ocorre em determinado ambiente ou região definida.

Já, **ecossistema** significa um complexo dinâmico de comunidades vegetais, animais e de microrganismos e o seu meio inorgânico que interagem como uma unidade funcional. A diversidade de *ecossistemas* corresponde a diversidade de fitofisionomias, paisagens ou biomas. [...]. (SCARIOT, 2010, p. 113, destaques do autor).

Igualmente importante para os jornalistas é o conhecimento que Scariot (2010) assinala sobre as “principais ameaças à biodiversidade no Brasil”. A “modificação de habitats” ocupa o primeiro lugar e se deve ao desmatamento (no caso de florestas) ou a supressão de vegetação nativa (florestas e outros biomas como os campestres). As finalidades, como sabemos, foram a exploração do espaço para o provimento das famílias e a geração de renda e empregos na sociedade. Por exemplo, os habitats foram modificados (ou devastados/extintos) para a abertura de lavouras, a construção de cidades, de diversos empreendimentos, de loteamentos, enfim, de tudo o que a inventividade da mente humana pode criar. Ao mesmo tempo, a ameaça que representa a “poluição e contaminação” constitui outra forma de modificação dos habitats devido ao acúmulo de nitrogênio, fósforo, enxofre, entre outras, e comumente o uso dessas substâncias é justificado com o argumento da necessidade de crescimento econômico e progresso social, como é o caso dos agrotóxicos.

A “sobre-exploração dos recursos” ocorre com o “excesso da caça, pesca ou coleta de uma espécie ou população, capaz de levá-la à extinção local. [...]” (SCARIOT, 2010, p. 122). O comércio internacional favoreceu as “invasões biológicas”, uma ameaça das espécies exóticas para a biodiversidade nativa já que interferem no funcionamento dos ecossistemas perturbando ou impedindo a continuidade dos processos, que devido interdependência humana chamamos serviços ecossistêmicos. Finalmente, a ameaça que pode trazer a “mudança climática” reside nas “modificações nos padrões de migração das espécies e no ritmo de floração, bem como da distribuição das espécies e no tamanho das populações, vem sendo registradas no mundo todo, o que pode alterar as cadeias alimentares e criar desequilíbrios dentro de ecossistemas.” (SCARIOT, 2010, p. 124).

A exposição do conteúdo acima mostra um pouco do aporte diferenciado que o jornalista ambiental mobiliza sobre as pautas com as quais trabalha ao reconhecer a diversidade e o pluralismo da cidadania que permeia os diversos grupos sociais e caracteriza suas lutas. Sejam entidades, associações e ONG's, sejam instituições como universidades, escolas, sejam órgãos públicos ou privados (como empresas) e cooperativas, entre outros formatos, cada qual com suas especificidades. O engajamento³⁶ do jornalista ambiental resulta da convicção, que se consolida durante a sua prática discursiva, sobre a relevância de acumular estes conhecimentos específicos. Esta ânsia por ter em conta esses saberes circulantes nos impulsiona a acompanhar as ações desses agentes sociais (eventos, palestras, reuniões, manifestações públicas, etc.) para poder comunicar os efeitos que pairam ou poderão pairar sobre a cidadania.

O Jornalismo Ambiental é Jornalismo, ou seja, segue o preceito da profissão de atender ao interesse público, que para nós é o interesse da cidadania, assim como afirma Graça Caldas (2005, p. 96, grifo da autora):

Antes de ser profissional, o jornalista tem de assumir, plenamente, sua condição de cidadão. Por isso é passível de questionamento quando se atribui o desenvolvimento de trabalhos que contrariem a ética humana, com o argumento de “profissionalismo”. Não existe o profissional desconectado de sua ética individual, de sua prática da cidadania. E o que é ser cidadão? Ser cidadão é ser ético, não ir atrás da informação a qualquer custo, sem pensar nas consequências.

Em acordo, está um dos fundadores do Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul (NEJ-RS), Juarez Tosi, que encara como um “dever ético” mostrar:

[...] que os metais pesados fazem mal para a saúde, que eles podem provocar câncer. E o uso absurdo [...] de plástico, causa sérios problemas hormonais. Quem sabe hoje que as substâncias estrogênicas (que imitam o efeito do estrógeno, que é o hormônio feminino) afetam fortemente a reprodução e a saúde, tanto de animais como de seres humanos? E que os detergentes, usados abundantemente nos lares e todas as embalagens plásticas possuem essas substâncias? [...]. Então, de certa forma, acabamos sendo, além de jornalistas, também militantes que procuram conscientizar as pessoas sobre os riscos que correm no dia-a-dia. (BUENO, 2007, p. 141).

³⁶ Engajamento não é sinônimo de filiação, de associação ou mesmo de apoio à atuação e/ou às bandeiras das entidades ambientais ou ambientalistas e ligadas (ou não) ao movimento ambientalista. Do mesmo modo como encontramos jornalistas ambientais vinculados e/ou apoiadores das entidades ambientais ou ambientalistas e ligadas (ou não) ao movimento ambientalista, encontramos jornalistas ambientais apenas filiados a grupos de ecojornalistas ou não filiados a nenhum grupo de debate da questão ambiental.

No Brasil, o adjetivo ambiental passou a ser atribuído no momento histórico às vésperas da realização da Rio92 ou Eco92³⁷ vivenciado pelos profissionais que eram ligados às entidades ambientalistas, como a Agapan³⁸ e em 1990 fundaram o NEJ-RS³⁹. Os jornalistas ambientais compreendem a interdependência entre o meio ambiente e a economia, relação essa comumente ignorada ou negada pelos vários grupos da sociedade e em geral invisibilizada nas editoriais dos jornais.

Girardi e outros (2012, p. 149) atribuem ao Jornalismo Ambiental a virtude de “[...] incorporar a participação, elemento central do nosso tempo, em que os cidadãos têm a possibilidade de serem incluídos mais fortemente na discussão da vida social, trazendo luzes para as preocupações ambientais [...]”. Fazemos um jornalismo que se dedica a escutar a cidadania em sua complexidade e assim nos propomos a viabilizar a sua plena participação nas questões em debate na sociedade. O intuito é propiciar uma compreensão da complementaridade entre visões de mundo particulares, porque estas variam conforme as construções sociais as quais estão ligadas ou ao que comumente chamamos “bolhas” (onde os membros têm as visões assemelhadas). A questão permanente é sobre quais os referenciais, que evidenciam a complementaridade, serão utilizados na construção das identidades (individuais ou coletivas) a serem retratadas nas notícias. Ou seja, muito além da polarização ou da oposição. Porque é preciso que as “bolhas” interajam, se escutem ao contrário de fecharem-se sobre suas verdades, e debatam as questões que atingem a todos em sociedade. É a instituição social do Jornalismo que tem as condições práticas mais afeitas à circular por entre a pluridiversidade discursiva dos grupos e reverberar os distintos sons em prol de uma comum ação.

Não se está aqui desconsiderando as interdependências da prática, como administrativa, política, cultural ou financeira de cada meio de comunicação, o que pode vir a impedir ou dificultar que este outro/alteridade (como os limites da natureza) seja reportado. A maneira mais assertiva de lidar com estas dificuldades seria facilitar e promover o surgimento de meios jornalísticos, reduzindo a concentração de meios (impressos e audiovisuais) sob o poder de poucas famílias como é no Brasil, e propiciando o acesso da população a rádios comunitárias, por exemplo, tanto na produção como na audiência.

³⁷ Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro.

³⁸ Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural fundada em 1971 com atividade ininterrupta, local, regional e nacional. Disponível em: <www.agapan.org.br> Acesso em: dez. 2019.

³⁹ O artigo “A trajetória do Jornalismo e dos Jornalistas Ambientais no Brasil” aborda as atividades de formação como cursos e palestras, e de atuação como através de jornal impresso inicialmente e da EcoAgência Solidária de Notícias Ambientais que se mantém. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-do-jornalismo/a-trajetoria-do-jornalismo-e-dos-jornalistas-ambientais-no-brasil-o-nucleo-de-ecojornalistas-do-rs/view>> Acesso em: dez. 2019.

Como já expressado anteriormente, vemos a atividade jornalística como uma atividade intelectual⁴⁰. Também porque está nas raízes da profissão a busca por um lugar ideal de observação e possível interação na experiência. O profissional do Jornalismo é aquele que vai ao encontro dos fatos, portanto fora ou além da redação da empresa de comunicação. É a partir deste lugar na experiência, de observador dentre os/e dos demais observadores, que constrói a sua narrativa crítica-compreensiva, analítica, interpretativa, etc. Se o que define de pronto o jornalismo é a atribuição de narrar o presente, o contexto é o aspecto mais importante. Atitudes da prática intelectual, em acordo com Foucault (2004, p. 249), que podem ser úteis aos jornalistas, incluem:

[...] interrogar [...] as evidências, as maneiras de fazer e de pensar, dissipar as familiaridades aceitas, retomar a avaliação das regras e das instituições e, a partir dessa nova problematização [...], participar da formação de uma vontade política (na qual ele tem seu papel de cidadão a desempenhar).

A ida à campo possibilita ao jornalista “sentir” a experiência do vivido, no ambiente onde estão as possíveis fontes e se salientam as relações de força, poder, hierarquias entre elas. Como diz Cremilda Medina, “E como não me convenceram que o ato presencial é dispensável, seja no Jornalismo seja nas demais áreas da Comunicação Social, defendo *o signo da relação* impregnado de olfato, paladar, tato, palavra dita e visão sutil.” (MEDINA, 2016, p. 25, grifo da autora). A partir dos contatos brotam as subjetividades, se entrelaçam, e se soltam ou não, mas como não é possível ultrapassá-las, percebeu-se que os enroscos das tramas relacionais humanas são mais interessantes do que sua invisibilidade. Assumir as subjetividades é reconhecer a sua complementaridade, e como diz uma ex-aluna de Cremilda, “[...] com suas vantagens, desvantagens, variações e limitações. A sobrevivência nunca é excludente e, sim, agregativa [...].” (LOPES, 2016, p. 105).

Nestas duas primeiras décadas do século 21 vimos a ascensão do uso da internet dentro das redações propiciar uma redução das saídas “à campo”. De fato, o telefone e outros meios de comunicação anteriores já possibilitaram a realização de uma matéria em menos tempo na medida em que foi reduzida a necessidade de deslocamento. Para uns, uma facilidade ao profissional, para outros à empresa: menos tempo despendido na produção de uma matéria pode significar também a produção em maior quantidade de matérias e com menor tempo dedicado a cada uma delas. O que pode implicar na qualidade do trabalho ou do produto final, a notícia. Profundidade, pesquisa, apuração, busca pelas fontes plurais e

⁴⁰ Guimarães (2006, p.186) cita o decreto-lei 910 de 1938 que definiu o jornalista como “trabalhador intelectual” e menciona que ainda antes este profissional já era conhecido dessa maneira.

reflexão demandam tempo. Adghirni concorda que a “incorporação de ferramentas tecnológicas representa um avanço na prática jornalística contemporânea”, mas enfatiza que “não serve para todos os casos”. “Na maioria das vezes é impossível conceber o exercício do jornalismo sem a presença do jornalista. Não há jornalismo sem jornalistas, nem antes nem depois da era digital.” (ADGHIRNI, 2016, p. 250-251).

2.3 O Jornalismo e o Correio do Povo

A busca por um estado da arte da pesquisa apontou centenas de trabalhos que incluíram o Correio do Povo em diversas áreas, principalmente na História. Já na Comunicação e no Jornalismo, a busca por dissertações e teses no repositório digital da UFRGS, indicou poucos trabalhos contemplando algumas das palavras-chaves da nossa pesquisa. É o caso da dissertação “O debate público sobre a proposta de extinção da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul” (LINCKE; 2018), em que um dos resultados é o predomínio no debate do argumento econômico, com o foco no volume dos investimentos privados, e o “pouco espaço para os argumentos ambientais”. Tendo sido este um resultado semelhante ao da nossa dissertação “As representações sociais sobre o Bioma Pampa no jornalismo de referência sul-rio-grandense” (FANTE, 2012)⁴¹.

Não obstante a dissertação “Sistema central de mídia: proposta de um modelo sobre os conglomerados e comunicação no Brasil” (GÖRGEN, 2009) contenha apenas a palavra-chave Correio do Povo, traz importante abordagem sobre o contexto político e econômico das empresas de comunicação no Brasil. As informações devem auxiliar na reflexão sobre o poder do jornalismo, pois o autor identificou dez conglomerados que constituem um Sistema Central de Mídia: “Eles controlam, direta ou indiretamente, 12 redes de televisão, nove rádios e 1.310 veículos de comunicação [...]” (GÖRGEN, 2009, p. 98). Entre estes se encontra o Correio do Povo, cujo discurso é objeto de nossa análise, que pertence ao Grupo Record ligado ao conglomerado Igreja Universal do Reino de Deus. Pamela Pinto (2011, p. 180) acrescenta que a “[...] a formação do sistema midiático é vinculada historicamente ao campo político.” Para a autora, foi a falta de rigor legal que permitiu a propriedade cruzada de veículos o que culminou com a consolidação dos conglomerados.

⁴¹ Neste trabalho citamos alguns apontamentos dessa dissertação os quais nos ajudam a refletir sobre o discurso do Correio do Povo no período sob análise.

O Correio do Povo foi fundado em 1895 por Francisco Antônio Vieira Caldas Junior. Teve atividade ininterrupta até novembro de 1984, quando saiu de circulação no dia 16 e retornou em maio de 1986 sob a direção do empresário e economista Renato Bastos Ribeiro. Esta gestão inovou, conforme destacado nas edições de aniversário desta pesquisa, na adequação do formato para tabloide e criação do acervo com pesquisa no segundo andar do prédio da empresa. Em março de 2007 nova mudança: passou a pertencer ao Grupo Record, assim como as demais mídias do antigo grupo (TV Guaíba e Rádio Guaíba).

Entre 2003 e 2018, o período de nossa análise, o Correio do Povo circulou com ênfase e frequência o fato de ter sido o primeiro jornal do Estado a não ter ligação com partidos, e lembrou que os jornais eram tidos como instrumentos para a defesa de opiniões políticas, tais como A Federação, ligado ao partido republicano e, A Reforma, de posição federalista. As edições de aniversário no mês de outubro em 2012 e em 2015 foram as mais extensas, onde vimos os princípios de sua origem serem ratificados:

Credibilidade, o maior bem de uma empresa de comunicação em qualquer parte do mundo e em qualquer momento, sempre foi o norte do Correio do Povo, que hoje chega aos seus exatos 117 anos. Credibilidade conquistada a partir de uma missão. Desde aquele 1º. de outubro de 1895, pelas mãos de seu fundador, Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior, o seu maior compromisso foi e é o interesse público e o bem-estar social e coletivo que se aliam a outras importantes bandeiras: a liberdade de imprensa e o direito à informação. (CP, 1º. out. 2012, capa do especial).

[...]. No Correio do Povo, o texto sempre atual de seu primeiro editorial é essa Constituição, que aponta os caminhos e mostra os compromissos que o jornal assume perante a sociedade, delineando seu presente e seu futuro, comprometido com a independência, a modernidade, a qualidade e a democracia. (CP, 1º. out. 2012, p. 2 do especial).

O CP será noticioso, comercial, literário, esportivo e industrial, e ocupar-se-á de todos os assuntos de interesse geral, obedecendo à feição característica dos jornais modernos, sem compromissos partidários e só subordinando os seus intuítos às aspirações do bem público e do dever inerente as funções da imprensa livre e independente. Como seu título indica, será uma folha essencialmente popular, pugnando por todas as boas causas, e oferecendo, não só leitura recreativa e instrutiva, como também informações detalhadas sobre tudo quanto vá diariamente ocorrendo no desenvolvimento do nosso meio social e nos domínios da alta administração pública do Estado e do país. [...].” (carta aos leitores na primeira edição do CP em 1895; CP, 1º. out. 2015, capa do especial de 120 anos).

A cada aniversário, todo início do mês de outubro, o CP rememorava o seu surgimento e divulgava as congratulações recebidas de autoridades, ex-funcionários e amigos. Após a observação das qualidades exaltadas sobre a sua prática jornalística, vimos que “credibilidade” foi a mais citada, tanto pela própria empresa jornalística sobre si mesma, através das notícias e opiniões/editoriais durante as comemorações de aniversário e/ou

anúncios⁴², como pelas pessoas que a cumprimentavam. A partir dessa constatação, reunimos essas qualidades em ordem decrescente quanto ao número de citações, são elas: que o CP é um jornal que tem credibilidade, independência, ética; que informa com imparcialidade e isenção; que faz crítica qualificada e forma opinião crítica; que defende os valores da nossa gente; que realiza edições voltadas aos interesses da coletividade e da nação; que é comprometido com o interesse público, o bem-estar social e coletivo; que atua em prol das grandes causas da sociedade e da democracia; que tem um estilo sintético, é fácil de ser lido, traz a síntese das informações com objetividade, precisão e simplicidade.

Credibilidade é a qualidade do que é de confiança (HOUAISS, 2009, p. 568). Eugênio Bucci (2000, p. 52) corrobora definindo a própria imprensa como “a materialização de uma relação de confiança”, indo muito além da lógica de mercado que se refere ao produto de consumo proveniente do jornalismo. A seguir veremos a descrição que faz do funcionamento desta prática:

[...] a credibilidade da imprensa pode ser duradoura. Ela só depende do vínculo de confiança. [...]. A credibilidade e a confiabilidade advêm da atitude, em relação aos fatos e ao público, daqueles encarregados de relatar os fatos a esse mesmo público [...]. (p. 52).

A credibilidade é produzida com qualidade editorial, que pressupõe conhecer o leitor, atender suas necessidades e antecipar-se a elas, fazer valer seus direitos, defendê-lo, informá-lo com exclusividade e em primeira mão, escrever numa linguagem que ele entenda e goste, com a qual ele aprenda e se divirta. Daí nasce a relação de confiança. O público não vai atrás do anunciante, mas o contrário. Este é que vai atrás do público, beneficiando-se legitimamente da relação de confiança que vincula cidadão-consumidor a tudo aquilo que o jornal ou revista publicam. (p. 66).

Outra marca enfatizada pelo CP foi a independência editorial em relação à política partidária, ao mesmo tempo em que assumiu publicamente os vínculos estabelecidos com setores econômicos. No período sob análise, logo no primeiro ano (2003), ao ser cumprimentado em seu aniversário, recebeu o agradecimento por apoiar os novos setores da economia, no caso específico se tratava de uma empresa de gás natural. Já em 2007, a direção sob o Grupo Record declarou, com ênfase, o agronegócio como sua bandeira. Em 2015, na edição de aniversário, foi noticiado o investimento da CMPC Celulose Riograndense no projeto de digitalização do arquivo impresso do CP.

⁴² Credibilidade e capacidade de síntese das informações foram as qualidades mais destacadas nos anúncios durante o período sob análise.

A marca da tradição e da modernidade aliada à capacidade de renovação, conforme definido, teve no período sob análise, um crescente destaque e não só no mês de aniversário. O quadro a seguir (A) descreve as novidades divulgadas.

QUADRO A: Como o Correio do Povo apresenta sua renovação

<p>1 out. 2005</p> <p>É impresso simultaneamente, nos parques gráficos de Porto Alegre, Carazinho e São Sepé, com transmissão digital por satélite; têm distribuição própria; a tiragem é destinada assinantes do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná; a alta tecnologia do sistema permite que as últimas notícias sejam incluídas ou atualizadas nas edições; o conteúdo do jornal também está disponível na internet onde é possível consultar as edições publicadas a partir do ano 1997; o jornal foi o 1º do país a disponibilizar na íntegra suas edições a rede mundial de computadores; no arquivo que funciona no 2º andar da histórica sede estão as edições a partir do número um, mais de 34 mil exemplares; é ainda o único entre os grandes jornais do Estado a realizar pesquisas eleitorais próprias; [...].</p>
<p>6 mai. 2008</p> <p>Bem recebido novo visual do Correio do Povo. Reforma gráfica foi submetida à apreciação de leitores e representantes da área da comunicação</p>
<p>5 fev. 2009</p> <p>Nova campanha institucional com o slogan “Eu leio o Correio”. Objetivo é destacar os pontos cada vez mais valorizados pelo público leitor [...]. [...] a credibilidade, a objetividade, a agilidade e a relação custo benefício entre outros conceitos que fazem do Correio do Povo um veículo informativo de respeitabilidade. Exemplo dos textos dos anúncios publicados durante o ano:</p> <p>Eu me sentia culpada por nunca conseguir ler todo o jornal. Aí eu descobri que o problema não era comigo, mas com o jornal. Eu leio o Correio.</p> <p>Eu quero informação na medida certa. O meu jornal precisa saber filtrar só o que é realmente importante para minha vida. Eu leio o Correio.</p> <p>Quanto você pagaria para ficar bem informado? Eu pago menos de 1 real por dia. Para mim, não existe jornal com melhor relação custo benefício. Eu leio o Correio.</p> <p>Leio o Correio desde 1941. Espero seguir lendo até no mínimo 2041. [...].</p> <p>Eu não me importo que o jornal que eu leio puxe para um dos lados. Isto é, desde que seja o meu lado. Quero um jornal que valorize os seus leitores acima de tudo. Eu leio o Correio.</p>
<p>17 mar. 2009</p> <p>Correio do Povo investe na modernização da redação e na área industrial</p>
<p>30 ago. 2009</p> <p>Após 25 anos, ele está de volta [caderno encartado Correio do Povo Rural]</p>
<p>19 mar. 2010</p> <p>Correio do Povo será todo em cores [e nova diagramação]</p>
<p>26 abr. 2010</p> <p>Record terá uma sucursal na Serra [ação se estende ao jornal Correio do Povo também]</p>
<p>5 jul. 2010</p> <p>[anúncio do CP] Novo site do Correio. Mais moderno, mais prático e com muito mais conteúdo.</p>
<p>7 jul. 2010</p> <p>Correio do Povo recebe duas novas rotativas [ampliação do número de páginas, de 32 para 64 e todas à cores]</p>
<p>5 mar. 2012</p> <p>Correio do Povo lança caderno para Alto Jacuí e Planalto</p>
<p>7 mar. 2012</p>

Festa comemora expansão do CP [especial sobre abertura da sucursal em Carazinho e ampliação do noticiário regional]
20 fev. 2013 Correio do Povo moderniza sua marca
1 mai. 2014 Correio do Povo atualiza visual [especial]
27 mai. 2016 Fim de semana terá ainda mais conteúdo [especial]
29 nov. 2017 Correio do Povo lança seção de Tecnologia
3 jan. 2018 Redação passa por uma profunda reforma

FONTE: a autora.

Como vimos, a inovação do CP no período se deu com a adesão a novas tecnologias, retomada de fórmulas de sucesso como o Caderno Rural encartado, e muita atenção com a imagem tanto da marca institucional como do visual impresso do jornal diário. A expansão rumo ao interior do Rio Grande do Sul era historicamente pretendida tendo se concretizado em um dos mais, senão o mais, importante núcleo do agronegócio do Estado: a sede em Carazinho é estratégica. O município é um polo entre as regiões noroeste e norte, de forte presença de cooperativas ruralistas. A inovação e a renovação presentes no discurso do CP sobre si não se refletiu tanto na prática discursiva verificada nas notícias. No jornalismo das empresas de meios de comunicação, predomina a política do enxugamento das redações e aproveitamento máximo dos profissionais seja em horas de trabalho seja em volume de produção de notícias. Belda (2017, s/p) refletiu em artigo do Observatório da Imprensa sobre a singularidade do nosso tempo: “jornais sem jornalismo, jornalismo sem jornais”, se referindo às milhares de demissões de jornalistas que têm ocorrido desde 2012 no Brasil. O professor da Unesp critica os jornais brasileiros “[...] que servem prioritariamente à veiculação de publicidade e propaganda, seja política, institucional ou comercial [...]”. Para Belda, “Um jornal que faz jornalismo mantém sua publicação em função de sua redação, e não o contrário. Não está a serviço de uma marca ou de um personagem ou grupo político, por exemplo.”. A sua definição do fazer jornalismo é:

Fazer jornalismo exige o compromisso de pautar-se pelo interesse público, dedicar-se a apurar, verificar e contextualizar os fatos, documentar referências e mediar, criticamente, os principais conhecimentos e saberes que procuram explicar, interpretar e avaliar os acontecimentos de atualidade.

Quando falamos de imprensa nos referimos à prática do Jornalismo em todos os meios de comunicação, desde o impresso até o mais recente site da internet; mas também, esta imprensa possui múltiplos perfis em relação ao porte, à política editorial, aos vínculos que possui ou não com os representantes dos poderes instituídos como o político ou o econômico. Porém, a complexidade dos temas vai de encontro a quase incompatibilidade do tempo limitado das rotinas produtivas. Zélia Adghirni (1997, p. 467) ressalta que “toda verdade é uma realidade interpretada” e evidencia o papel vivido por jornalistas em redações:

[...] está mais para executor de ordens previamente estabelecidas (reuniões de pauta, sistemas de avaliação interno dos jornais, **limitação das fontes**, imposição de deadlines, matérias limitadas por um certo número de linhas [...], enfoques determinados pelos editores, disputa do espaço com matérias de última hora ou com anúncios publicitários, etc.) [...].

Não obstante haja esta diferenciação que pesa no resultado e na qualidade da notícia, diferença que redundará em conflitos entre profissionais jornalistas e representantes da linha editorial ou política da empresa sobre a pauta, esta é uma questão interna, ou seja, o público não toma conhecimento. É assim que as empresas dos meios de comunicação mantêm o **ideário** da neutralidade, da imparcialidade e da isenção, o qual não corresponde à realidade que conhecemos a partir das publicações diárias.

A atualidade de uma pauta implica o acompanhamento em profundidade, além da mera repetição de temas e fontes oficiais. As rotinas produtivas da empresa jornalística impõem focos, como na coleta dos dados e entrevistas principais, mas o trabalho jornalístico depende de análise, do estabelecimento de relações, da ampliação e aprofundamento da investigação, reflexão e uma conclusão a ser reportada. O que não implica o uso de opiniões, mas sim a tomada de posições fundamentadas com informações verificadas durante a prática profissional. Interessa ao leitor, conforme Dines (1996, p. 90), mais do que:

[...] saber o que acontece à sua volta, mas assegurar-se da sua situação dentro dos acontecimentos. Isto só se consegue com o engrandecimento da informação a tal ponto que ela contenha [...]: a dimensão comparada, a remissão ao passado, a interligação com outros fatos, a incorporação do fato a uma tendência e a sua projeção para o futuro.

O sentido do discurso depende do lugar ocupado pelos interlocutores. Em acordo, Adriano Duarte Rodrigues (1997, p. 225-227) percebeu entre as funções do discurso midiático, a estratégia de naturalização, que é a “[...] modernização dos fundamentos da legitimidade das outras instituições.” Definiu também a estratégia de reforço, que “legitima

outras instituições e garante a sua permeabilidade por todo o tecido social”. A estratégia de compatibilização é a que ocorre quando a legitimidade dessas instituições se revela contraditória ou competitiva e o discurso midiático busca esvaziar o confronto ao empregar enunciados formais. De fato, não são raras as vezes em que percebemos mais a atuação da imprensa (de interesses particulares ou dos donos dos veículos e seus sócios) durante a leitura do conteúdo dito jornalístico do que propriamente um texto jornalístico. Em pesquisa recente sobre as representações sociais do bioma Pampa conforme o jornalismo dos dois principais jornais impressos do RS (CP e ZH) fizemos esta constatação:

[...], as notícias eram publicadas, com frequência, enfatizando a geração de empregos e o investimento no lugar. A sequência delas, [...], ultrapassa a função do jornalismo de atender ao interesse público. Dentro do contexto de implantação da Silvicultura no Estado, elas serviram mais para persuadir o leitor sobre as vantagens quanto à geração de empregos e renda, conforme as notícias, o sinônimo do desenvolvimento social proposto pelo agronegócio. Essas notícias acabaram propagando informações, ideias, conceitos. Mas a persuasão compete à Publicidade e à Propaganda. Pensando nisso, recorda-se o conceito de notícia enquanto mercadoria. [...]. (FANTE, 2012, p. 121).

Ao tornar o bioma Pampa latente nas notícias, os jornais puderam se eximir de abordar os impactos dos plantios arbóreos monoculturais, de eucalipto ou pinus, em grandes extensões de terras antes utilizadas para a pecuária, atividade tradicional no Rio Grande do Sul e que, se feita atendendo aos parâmetros conservacionistas da pesquisa científica, mantém as características campestres e a biodiversidade pampiana. Entre estes impactos, citamos: devastação do bioma, perda de flora e fauna, erosão do solo e escassez de água, perda de empregos locais, não incentivo às atividades econômicas locais vigentes em favor de uma política econômica global de desenvolvimento (a silvicultura). Logo, que tipo de problematização quem lê pode fazer a partir de informações que buscam mais o seu convencimento do que a sua reflexão, ponderação, análise? Segundo Gomes (2008, p. 121):

[...] a política midiática é organizada segundo a lógica dominante nos próprios meios de comunicação, transformando-se, portanto, em atividades de luta pela construção e pela gestão de imagens, e pela produção da opinião pública predominante. Assim, é organizada segundo princípios da sedução e da persuasão, tornando-se cada vez mais refratária à argumentação coerente e demonstrativa.

Desta maneira, percebemos que o debate público é alimentado pelos múltiplos perfis de imprensa, desde aqueles com maior acesso ao público àqueles com público específico e/ou

limitado (não massivo). Nesta era de transformações nos modos de sociabilidades, Marques (2016, p. 37) entende que:

[...] os discursos midiáticos podem promover um processo reflexivo de debate coletivo e de busca de compreensão e entendimento, aproximando diferentes esferas públicas de discussão. Tal processo é essencial para a ética e para a construção de uma perspectiva colaborativa a partir da qual podemos pensar sobre a questão da democracia e da responsabilidade solidária no mundo contemporâneo.

O maior desafio tem sido ultrapassar as dualidades representadas por polarizações, com exposição do positivo/negativo, e por oposições, por meio da definição de favoráveis ao/contrários ao (progresso, desenvolvimento, etc.). Este modo de simplificar a realidade também reduz a complexidade dos temas e das pautas com a consequência de invisibilizar aspectos e fontes que poderiam ter sido acessados e incluídos.

2.4 O modo sobre como a pesquisa pensou a discursividade do CP

A leitura do nosso arquivo neste trabalho corresponde a ler a circulação de saberes/sentidos em disputa sobre a política ambiental do Estado e as relações com os poderes. O *corpus* mostra as transformações nos discursos do CP sobre os órgãos da política ambiental do Rio Grande do Sul, por meio das ações que atribui à política ambiental e aos órgãos, ao endosso que o CP dá ao discurso das fontes que privilegia ao repetir o que dizem, como se fosse um só discurso: o do jornal e o das fontes ouvidas.

Em cada ano do período sob análise os enunciados se repetiram, mas com ênfases e frequências variadas, conforme a gestão do governo estadual e o respectivo apoio que cedeu à determinada política pública e/ou atividade produtiva, fosse ligada ao agronegócio, à mineração, à construção civil, etc. Apresentamos a discursividade do CP sobre os órgãos da política ambiental do Rio Grande do Sul com exemplos de enunciados, ano a ano, e também de acontecimentos discursivos.

Além das notícias, coletamos os editoriais e os textos de opinião (posição da empresa de comunicação publicada na página dois) porque estes enunciados são representativos do ideário do CP. Da mesma maneira, entendemos os anúncios publicitários do CP para a captação de assinantes.

Nossa pesquisa é qualitativa de caráter analítico-descritivo do arquivo montado para responder aos nossos objetivos. Este arquivo contém, além das notícias, editoriais/opiniões e

anúncios⁴³ do CP, cujo jornalismo é o nosso objeto, e leis⁴⁴, notas públicas e documentos⁴⁵, publicações impressas e digitais⁴⁶ relacionadas ou vinculadas aos atores/autores ligados direta ou indiretamente à política ambiental do Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo, a nossa análise das notícias teve como suporte a leitura de notícias, do mesmo período, que circularam em outros meios de comunicação⁴⁷. Todos estes materiais constituem o arquivo segundo a perspectiva foucaultiana: um conjunto de discursos pronunciados em um período e que se mantém historicamente.

A construção desta pesquisa teve como base duas preocupações interligadas: com o crescente desmonte da política ambiental do Estado e a vontade de compreender o discurso do jornalismo do Correio do Povo sobre este processo de desmonte e os retrocessos políticos decorrentes. Após uma aproximação com o trabalho de Michel Foucault por dois momentos durante os seis anos da pós-graduação, a leitura de “Vigiar e Punir” e “Microfísica do Poder” causou o interesse em utilizar o mesmo instrumental teórico-metodológico nesta pesquisa. Assim segui com repetidas leituras de “Análise do Discurso” e “Arqueologia do Saber” principalmente, e “História da Loucura” e “A vontade de saber”, entre outros. Igualmente segui com a leitura de trabalhos inspirados no instrumental foucaultiano como de Marocco (2002), Fischer (1996) e Silva (2017).

A aproximação da discursividade jornalística do Correio do Povo se deu com a coleta de centenas de notícias, tendo sido a maior parte feita manualmente no Museu da Comunicação Hipólito José da Costa com agendamento prévio. Devido ao imenso volume de edições a ser verificado (entre 2003 e 2015), obtivemos a autorização da Coordenação do Museu para pesquisar todas as tardes de segunda a sexta-feira. Para concluir a verificação em apenas um semestre, optamos por intercalar as edições, ou seja, buscar as notícias dia sim dia não nas edições impressas do Correio do Povo. Esta etapa se concretizou entre janeiro e abril de 2019. Entre maio e junho, foi a vez da busca on-line pelas notícias no período que o Museu não dispunha de exemplares, isto é, entre 2016 e 2018. Por meio de uma assinatura fizemos a leitura, igualmente dia sim dia não, dos documentos online e salvamos os PDF's

⁴³ Total de 157.

⁴⁴ Leis e minutas, estatutos e decretos.

⁴⁵ De acesso público através da internet, tais como atas de reuniões de conselhos estaduais, processos administrativos de órgãos ambientais e processos judiciais.

⁴⁶ Notícias dos seguintes sites, entre outros: da Apedema; da Agapan; dos Amigos da Terra Brasil; do Ingá; da Rede Campos Sulinos; do Ibama; do Ministério do Meio Ambiente; da Fepam, da Sema e da FZB; da Ajuris; do MPRS; do MPF; da Justiça Federal no RS; da Farsul; de alguns políticos vinculados a partidos e de algumas empresas vinculadas a empreendimentos; do Semapi; do Sindsepe; do Senge.

⁴⁷ Entre outros: Agência de Notícias da Assembleia Legislativa do RS, Agência Senado, Canal Rural, EcoAgência, Jornal ExtraClasse, Infomoney/Datagro, IHU Online; Jornal Já, JusBrasil, Jornal do Comércio, Sul21, Zero Hora.

das páginas de interesse para a pesquisa. A busca pelas seguintes palavras-chaves direcionou a seleção das notícias: Código Estadual do Meio Ambiente e Código Florestal do Estado⁴⁸, Licenciamento Ambiental⁴⁹, Secretaria Estadual do Meio Ambiente⁵⁰, Fundação Estadual de Proteção ao Ambiente Natural Henrique Luiz Roessler⁵¹, Fundação Zoobotânica⁵². A eleição desses temas se explica pela relação que têm com a política ambiental do Estado.

A nossa pesquisa privilegia a análise sobre o discurso do jornal Correio do Povo porque Michel Foucault (1999a, p. 13) considerava os meios de comunicação entre os “grandes aparelhos políticos ou econômicos”, assim como o Exército ou a Universidade, por exemplo. Em acordo, Grohmann (2009) explica a atuação desses aparelhos e diz que o Jornalismo, por vezes, naturaliza verdades como integrante de uma sociedade “normalizadora”:

Em Foucault, a mídia é um elemento importante nas características do biopoder: há o surgimento de mídias rizomáticas, atuando como um “poder pastoral” invisível, caracterizadas por micropoderes; este “poder pastoral” é individualizante (faz pelo bem geral, porém controla cada indivíduo). (GROHMANN, 2009, p. 8, destaque do autor).

A circulação de acontecimentos discursivos sob a visão de mundo neoliberal, **disciplinadamente** por meio de um jornal com credibilidade contribui para a constituição de um saber. Pois, a disciplina “implica o registro contínuo de conhecimento”. (MACHADO, 1999a, p. XVIII). Sendo este saber aquele que o público precisa dominar para que os setores socioeconômicos interessados no aumento da sua concentração de riquezas sejam beneficiados. Para Gomes (2003, p. 102), “É tempo [...] de considerarmos a **repetição** das temáticas, entre jornais ou no interior de um mesmo, isso que passa como mera constatação da importância dos fatos, no quadro abrangente que as disciplinas compõem.”. Por fim, Gomes acredita que este processo de repetição seja uma operação disciplinar.

O poder disciplinar, explica Foucault (1999a), foi o instrumento utilizado pela sociedade burguesa para constituir o capitalismo industrial. “As disciplinas veicularão um discurso que será o da regra, não da regra jurídica [...], mas o da regra ‘natural’, quer dizer, da norma; definirão um código que não será o da lei, mas o da normalização [...]”. (FOUCAULT, 1999a, p. 189, destaque do autor).

⁴⁸ Ao menos 33 notícias, além de considerarmos as menções em outros temas como o do licenciamento.

⁴⁹ Ao menos 137, além de considerarmos as menções em outros temas como os órgãos Sema e Fepam.

⁵⁰ Total de 428.

⁵¹ Total de 662.

⁵² Ao menos 135 notícias, além das menções em outros temas como Unidades de Conservação (131 selecionadas).

Os discursos, definidos por Foucault (2002, p. 136) como uma prática onde buscamos “as condições de exercício da função enunciativa”, constituem-se por enunciados:

[...] o enunciado circula, serve⁵³, se esquia, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade. (FOUCAULT, 2002, p. 121).

Ao mesmo tempo, caracteriza o enunciado como uma “função de existência” a qual vai possibilitar a decisão, por quem pesquisa, sobre “[...] se eles ‘fazem sentido’ ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado em sua formulação (oral ou escrita)”. (FOUCAULT, 2002, p. 99, destaque do autor).

A nossa proposta no presente trabalho foi de imergir na prática discursiva do jornalismo do CP sobre a política ambiental, através da descrição da discursividade sobre os órgãos que mais circularam nas notícias: a Fepam, a Sema e a FZB, assim como os temas indicados pelas anteriormente palavras-chaves citadas. O nome do instrumental teórico-metodológico, segundo o autor, partiu de uma brincadeira com o significado da palavra em francês: arquivo. Daí definiu que arqueologia “é um tipo de pesquisa que se dedica a extrair os acontecimentos discursivos como se eles estivessem registrados em um arquivo.” (FOUCAULT, 2006, p. 257). Por acontecimento discursivo, explica:

O que me interessa no problema do discurso é o fato de que alguém disse alguma coisa em um dado momento. Não é o sentido que eu busco evidenciar, mas a função que se pode atribuir uma vez que essa coisa foi dita naquele momento. Isto é o que eu chamo de acontecimento. Para mim, trata-se de considerar o discurso como uma série de acontecimentos, de estabelecer e descrever as relações que esses acontecimentos, que podemos chamar de acontecimentos discursivos, mantém com outros acontecimentos que pertencem ao sistema econômico, ou ao campo político ou as instituições. [...]. (FOUCAULT, 2006, p. 255).

O acontecimento discursivo para o arqueólogo é o que o enunciado faz irromper, emergir através da linguagem para a nossa leitura e é amparado em suportes materiais com caráter histórico como livros, jornais, revistas, documentos. No nosso caso, o campo essencial de memória sobre o qual apoiamos a análise é o jornal Correio do Povo.

Passamos a constituir o *corpus* de análise a partir do recorte dos fragmentos das notícias ano a ano. A nossa busca foi pelos discursos circulantes nas páginas do CP e o que

⁵³ Destacamos uma reflexão de Foucault (2006, p. 249, destaque do autor): “As relações de poder servem, de fato, porém não porque estão ‘à serviço’ de um interesse econômico dado com primitivo, mas porque podem ser utilizadas em estratégias.” É importante atentarmos a esta reflexão de modo a evitar a proliferação de polarizações e simplificações sobre as fontes e os agentes sociais.

eles produziram de saberes com efeitos de verdade sobre a política ambiental do Rio Grande do Sul naquele contexto conjuntural político-econômico de desmonte da política. Consideramos o período de 15 anos amplo o bastante para identificarmos as continuidades e descontinuidades do discurso.

3 OS ANTECEDENTES

Nosso trabalho conta um período da história do Correio do Povo (CP) para através dela propiciar uma reflexão sobre acontecimentos ambientais recentes com impacto na sociedade. O nosso enfoque visa mostrar a dinâmica do poder manifesta, dentre outras, também na forma de normalização social em torno da função, da validade e da manutenção da política pública ambiental.

O contexto político e econômico, entre 2003 e 2018, foi de aprofundamento do neoliberalismo através do hasteamento pela imprensa das bandeiras dos oligopólios brasileiros nos variados setores econômicos do agronegócio e da grande indústria como da celulose e da mineração. Essencialmente, o dístico defendia a redução das atribuições do Estado (como atender a população com programas nas áreas de saúde, educação e outros direitos) e, no seu jargão, a simplificação e flexibilização das regulações vigentes sobre a atuação empresarial. No caso desta pesquisa, tratamos somente da política ambiental do Rio Grande do Sul e fizemos apenas as necessárias abordagens nos temas e questões da mesma em nível nacional.

3.1 O contexto político-econômico ambiental global

O debate público sobre as questões ambientais tornou-se amplo e político após os anos sessenta do século passado. Até então conhecíamos, por um lado, a dominação da natureza como o caminho para o desenvolvimento e o progresso, e por outro, assistíamos a acumulação dos efeitos negativos das ações humanas provocarem acidentes e desastres ambientais. Um dos mais marcantes foi em 1951, o da contaminação por mercúrio na baía de Minamata no Japão. Os peixes contaminados eram o alimento para comunidades, provando que a espécie humana não era inatingível pelos impactos que provocava na natureza. Contudo, Porto-Gonçalves (2006) nos insta a localizar entre 1956 e 1969 os conflitos sociais vivenciados em diversas partes do mundo para elucidar o momento da emergência das questões ambientais como um problema comum e o surgimento do neoliberalismo como uma reação a este debate. Além das questões ambientais, o autor conta que as greves se sucediam assim como as mobilizações estudantis expressando crítica às rígidas hierarquias, às desigualdades, ao machismo e ao racismo, ao militarismo, ao consumismo, ao produtivismo, etc. E que a resposta consistiu numa “profunda revolução tecnológica” para viabilizar a “reprodução das

assimétricas relações sociais e de poder que recuperou o slogan conservador – *mudar para que fique tudo como está* [...]”. Na sequência, Porto-Gonçalves (2006, p. 19) descreve a oferta:

Um mundo sem fronteiras, sim, mas no sentido neoliberal, que facilita a livre circulação de bens e mercadorias e não dos homens, sobretudo, de pobres; menor hierarquia e centralização, sim, mas com um Estado Mínimo para a maioria, uma flexibilização generalizada que vai dos valores às relações trabalhistas; novas sensibilidades, sim, mas estimulando um individualismo narcísico com uma mídia que opera uma eficaz fabricação capitalística da subjetividade [...] que instrumentaliza o desejo, [...]; [...] no lugar do direito ao ócio estimulou exatamente a sua negação, o negócio e, no lugar do trabalho livre, procurou se livrar do trabalho, gerando um desemprego generalizado que, associado a um Estado mais atento ao capital que à questão social, levará ao aumento das migrações e à sobrecarga de responsabilidades da mulher nos cuidados com os filhos, com os idosos, com os doentes – à falta de Previdência Social resta a mulher previdente – *feminizando* a pobreza [...] no exato momento em que as mulheres se afirmam no espaço público; aos ambientalistas, que se associavam a toda essa revolução política e cultural, se responderá com a paulatina institucionalização da questão ambiental (conferências mundiais, colóquios, seminários...) que, assim, vai pouco a pouco se tornando uma questão paradoxalmente específica e, como tal, perdendo seu poder transformador. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 19-20, destaques do autor).

Neste contexto, a ciência econômica tem o foco no alto valor, no sentido de preço, e não na “materialidade dos processos implicados” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 27), as externalidades, como é tido entre elas o meio ambiente, não entram no cálculo. Daí que o capitalismo neoliberal é fossilista, dependente dos mercados e fontes de energia e matérias-primas não renováveis para manter a bandeira da qualidade de vida que tremula nos países de poder dominante, e em nome do que acreditam, conflitos e até guerras podem ser justificadas em outros territórios. De fato, o Brasil é um dos países, de subdesenvolvido alçado para emergente pelos ditos desenvolvidos ou Primeiro Mundo, que tem sofrido a depleção dos ditos recursos da natureza, como os minerais, e contribuído através dos seus governos e políticas públicas, para a transformação dos ecossistemas com perda de biodiversidade devido as monoculturas, extração de minérios e combustíveis fósseis, instalação de mega hidrelétricas ou mesmo mega parques eólicos. Assim, os bens naturais e coletivos são encarados como *commodities*, mercadorias cujo preço é determinado pelo mercado internacional.

O projeto civilizatório se perpetua calcado na ideia de desenvolvimento a qual pode ser traduzida como dominação da natureza independente de seus limites quanto ao volume a ser explorado, a qualidade da matéria-prima, ao risco de contaminação da biodiversidade incluída a espécie humana, ao conflito e impactos provocados aos povos originários, negros e mulheres. “Afinal, ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrializado, enfim, tudo aquilo

que nos afaste da natureza e que nos coloque diante de constructos humanos, como a cidade, como a indústria.” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 62).

Se hoje é corrente, o conceito de recursos não-renováveis não era até a publicação do Relatório Meadows financiado pelo Clube de Roma, fundado por empresários transnacionais⁵⁴ em 1968, cuja atuação persiste até os dias de hoje tendo sido ampliado o número de membros e de associações representativas em diversos países, bem como publicado relatórios periodicamente. Os Limites do Crescimento⁵⁵ foi o título do trabalho realizado por cientistas do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) que pôs em questão as demandas do projeto civilizatório sobre a natureza nas categorias população, produção agrícola, esgotamento de recursos não renováveis, produção industrial e poluição. Na apresentação do Relatório lemos: “A mensagem deste livro é válida ainda hoje: os recursos interligados da Terra - o sistema global da natureza em que todos vivemos - provavelmente não podem suportar as taxas atuais de crescimento econômico e populacional muito além do ano 2100 mesmo com tecnologia avançada. [...]”. (COR, site, 2019).

Contudo, o apontamento de soluções incluía nos idos de 1970, o controle da taxa de natalidade e a “contenção da produção industrial”, a recair sobre os países do chamado Terceiro Mundo, segundo o jornalista José Pedro Martins. Ele também apresenta as críticas sobre este Relatório que permeou os debates na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano ou Conferência de Estocolmo, cidade onde se realizou na Suécia em 1972, como a do jornalista francês Michel Bosquet⁵⁶, que considerou:

[...] a consciência ecológica ostentada por alguns grandes patrões [...] uma manobra estratégica com um duplo objetivo. O primeiro é de desarmar a contestação ecológica apropriando-se de alguns dos seus temas, servindo-se deles como de um álibi. Nesta ordem de ideias, pode-se entender o financiamento do estudo do MIT pelos monopólios do automóvel como um estratagema de relações públicas: trata-se de retirar à contestação ecológica o seu potencial anticapitalista, contê-la nos limites do sistema, distrair as nações ricas enquanto os seus Estados organizam, ajudam ou toleram os massacres programados, mecanizados e quimicizados no Vietnã e noutros locais.⁵⁷ (grafia original).

⁵⁴ Tais como da Fiat, Ford e Volkswagen, entre outras.

⁵⁵ Lançado em 1972. Autores: Donella H. Meadows, Dennis L. Meadows, Jorgen Randers William W. Behrens III. Disponível em: <<http://www.clubofrome.org/report/the-limits-to-growth/>> Acesso em: nov. 2019.

⁵⁶ Pseudônimo do filósofo André Gorz, que fundou com Jean-Paul Sartre o jornal *Le Nouvel Observateur* e após os acontecimentos de 1968 tornou-se referência em ecologia política. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Andr%C3%A9_Gorz> Acesso em: nov. 2019.

⁵⁷ MARTINS, José Pedro. Limites do Crescimento: o relatório que impulsionou o debate ambiental. *ASN* (site, 14/05/2015). Ecodesenvolvimento. Páginas da história ambiental – VII. Disponível em: <<http://agenciasn.com.br/arquivos/3391>> Acesso em: nov. 2019.

José Pedro Martins mostra também a crítica feita por Josué de Castro⁵⁸, de que o documento considerava apenas um “único modelo de desenvolvimento possível, o da sociedade industrial”. “Este exclusivismo, típico de cultura etnocêntrica dos países altamente desenvolvidos, revela a natureza não científica do mesmo relatório”, disse o brasileiro que acreditava ser, “[...] necessário pensar um novo modelo de desenvolvimento, em benefício principalmente do Terceiro Mundo”⁵⁹. Numa convergência, Porto-Gonçalves, 2006, diz:

A homogeneização é, [...], contrária à vida, tanto no sentido ecológico quanto no cultural. [...].

[...] a globalização de uma mesma matriz de racionalidade comandada pela lógica econômica em sentido estreito nos conduz inexoravelmente a uma economia que ignora sua inscrição na terra, no ar, na água, no solo, no subsolo, nos ciclos vitais das cadeias alimentares, de carbono, de oxigênio ... e, assim a humanidade toda, embora de modo desigual, está submetida a riscos derivados de ações decididas por alguns e para benefício de alguns. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 72).

O Relatório Meadows sinalizou a assimilação da questão ambiental pela lógica técnico-científica que até então era criticada pelo ambientalismo na contracultura naquele momento histórico. Parte daquele ambientalismo seguiu em diálogo com esta perspectiva técnico-científica e outra manteve-se focada na questão ambiental como questão cultural e política ao mesmo tempo (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Para Porto-Gonçalves (2006, p. 89) este período de globalização neoliberal é responsável por transformações sem precedentes na história e é onde a ciência, a técnica e a tecnologia são onipresentes. Àqueles que ainda consideram a dita revolução tecnológica como justificada diante dos benefícios que gerou à humanidade não obstante tenha gerado também malefícios e impactos, o autor explica que o acontecimento deve ser nomeado como uma “revolução nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia”. Dentre os exemplos, evidencia que através da biotecnologia tanto o protagonismo como o acesso às inovações ficaram restritos às megacorporações transnacionais químicas farmacêuticas e alimentícias. O seu interesse de pesquisa, predominantemente mercadológico, passa a valer mais que o de pesquisa de órgãos do Estado, cuja lógica acaba adentrando os órgãos que ainda não foram

⁵⁸ Professor brasileiro e autor de “Geografia da fome, o dilema brasileiro: pão ou aço” de 1946. Atribui o problema social da fome às estruturas político-econômicas herdadas do colonialismo. Disponível em: <<http://files.o-geografo.webnode.com.br/200000097-d07dcd177a/Jos%C3%BAe%20de%20Castro%20Geografia%20da%20Fome.pdf>> Acesso em: nov. 2019.

⁵⁹ In: MARTINS, José Pedro. Limites do Crescimento: o relatório que impulsionou o debate ambiental. **ASN** (site, 14 mai. 2015). Ecodesenvolvimento. Páginas da história ambiental – VII. Disponível em: <<http://agenciasn.com.br/arquivos/3391>> Acesso em: nov. 2019.

privatizados ou extintos⁶⁰. De outro modo, podem ocorrer também parcerias com governos e financiamentos com recursos públicos.

Porto-Gonçalves (2006, p. 109) conclui que este resultado decorre do “deslocamento da ciência e da tecnologia em direção às empresas”, tornando a ciência mais “uma força produtiva de capital e não mais um meio para a emancipação humana”. A ênfase nas supostas virtudes do mercado como um modelo de organização e administração a ser adotado em todas as atividades e em qualquer escala ou porte é acompanhada de uma “hipervalorização da dimensão econômica”, ou seja, só tem validade ou merece atenção se seguir ou contemplar uma lógica econômica. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 120).

Ao mesmo tempo, David Harvey (2008) constatou “[...] em toda parte uma empática acolhida ao neoliberalismo nas práticas e no pensamento político-econômico [...]”. Práticas essas caracterizadas pela desregulação, privatização e retirada do Estado de muitas áreas do bem-estar social, como emprego, seguridade e saúde. Em relação ao Estado, passaram a vigorar, desta maneira, políticas de austeridade fiscal, controle monetário e a lógica do Estado mínimo. Este é o processo que caracterizou o contexto político-econômico na primeira década dos anos 2000 nos países da América Latina. Svampa e Viale (2014) explicam que a partir da transição do Consenso de Washington para o Consenso de *Commodities*, estes países viram a reprimarização da sua economia por meio da exportação de natureza, ou seja, bens naturais e coletivos ou os recursos naturais, dos quais toda a humanidade e a biodiversidade dependem para existir: petróleo, metais, minerais e produtos agrários.

O primeiro Consenso tornou-se política dominante do Fundo Monetário Internacional em 1990 e constituía-se de dez regras, tais como a redução do Estado, a privatização de estatais, abertura e menos restrições às empresas estrangeiras, desregulamentação de leis trabalhistas e, concernente ao nosso estudo, leis ambientais ou a sua “flexibilização”. O segundo Consenso, baseado na definição de *commodity* como um produto qualquer com preço definido pelo mercado internacional, evidencia um acordo “tácito ou explícito” de desenvolvimento extrativista contra o qual quem se manifestar é encarado como anti-moderno, anti-progresso ou ecologista fundamentalista. Mas, de fato, os resultados e efeitos são injustiça ambiental e ainda maior concentração de riquezas, explicam Svampa e Viale (2014):

⁶⁰ No Rio Grande do Sul, fundações de pesquisa foram extintas entre 2015 e 2018 e empresas privadas passaram a ser contratadas para atender as demandas.

A escala dos empreendimentos nos adverte também sobre a grande envergadura das inversões (se trata de atividades capital-intensivas e não trabalho-intensivas), assim como sobre o caráter dos atores envolvidos e a tendência a concentração econômica (grandes corporações transnacionais). Em razão disso e de modo similar ao passado, estes tipos de empreendimentos tendem a consolidar pontos de exportação – associados a uma lógica neocolonial – que geram escassos encadeamentos produtivos endógenos, provocam uma forte fragmentação social e regional, e vão configurando espaços sócio-produtivos dependentes do mercado internacional. (SVAMPA; VIALE, 2014, p. 16-17, tradução nossa).

Em acordo com Gros (2003) temos o neoliberalismo como o sistema político-econômico dominante neste século 21, tendo-se firmado nos anos 1970 do século anterior como uma resposta conservadora à crise do capitalismo europeu. A alta do preço do petróleo em 1973 e em 1989 indicavam uma alteração no padrão de crescimento das economias ditas desenvolvidas. Os sintomas incluíam baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação, recessão e desemprego. O próprio perfil dos políticos e partidos se alterou em profundidade, o exemplo emblemático é o da conversão do Partido Conservador britânico ao neoliberalismo, alçando Margaret Thatcher ao poder em 1979. Gros (2003, p. 26) conta que eram tidos como “seus inimigos: o Partido Trabalhista e os grandes sindicatos a ele associados, o esquerdismo intelectual, o planejamento econômico, o protecionismo e o keynesianismo, hegemônicos desde a II Guerra.” O suporte à referida conversão consistia nas ações de um movimento intelectual através de centro de pesquisa em universidades e os, atualmente bastante difundidos, *think tanks*. O modelo neoliberal inglês, conforme descreve Gros (2003):

[...] aplicou todo o pacote de medidas [...] propugnadas pelo monetarismo (diminuição da emissão monetária, altas taxas de juros, decréscimo de impostos sobre ganhos elevados, eliminação de controles financeiros); foi duro com os movimentos grevistas, criou uma nova legislação antissindical, diminuiu os gastos sociais e elevou substancialmente o nível de desemprego; e, por fim, lançou um drástico programa de privatizações, que começou na habitação pública e atingiu as indústrias básicas, como a eletricidade, o petróleo, o aço, o gás e a água. (GROS, 2003, p. 27).

Na América do Sul, o caso emblemático é o do Chile, país que passou por uma convulsão social em 2019, decorrente dos resultados das políticas neoliberais impostas pelo governo ditatorial de Augusto Pinochet: “Implementadas a partir de 1979, essas reformas ficaram conhecidas como as ‘sete modernizações’ e referiam-se a mudanças radicais em sete áreas: política trabalhista, previdência social, educação, saúde, descentralização regional, agricultura e aparato judicial.” (GROS, 2003, p. 42).

Não obstante nosso continente sulino tenha reencontrado a democratização nos anos noventa do século passado, os sucessivos governos de centro-direita e socialistas deram continuidade ao andamento destas políticas. As reformas trabalhista e previdenciária que atingiram o Chile, agora estão em implantação no Brasil, tendo sido a primeira aprovada em 2018 e a segunda em prosseguimento no Congresso Nacional. No Chile os resultados incluem uma convulsão social devido empobrecimento generalizado da população, conforme mostra a cobertura internacional sobre os protestos sociais que iniciaram em 18 de outubro de 2019 na capital Santiago e em outros pontos do país e seguem até o momento (final de dezembro de 2019). No Brasil, o discurso de reformas institucionais acompanhou o movimento internacional, porém com heterogeneidades. Os governos de esquerda (Lula, 2003-2010, e Dilma, 2011-2016) assinaram compromissos com os poderes dominantes, definido como governo de coalizão⁶¹. E, mesmo permitindo a implantação de políticas neoliberais, o governo da esquerda brasileira foi golpeado, ainda que um esboço de estado de bem-estar social tenha se evidenciado através de políticas de inclusão⁶² pelo consumo, que foram significativas para a retirar famílias da situação de pobreza. Como bem explicou Gros (2003) em sua tese, um dos componentes do ideário neoliberal é o anticomunismo, o antissindicalismo, uma contrariedade à qualquer forma de organização comunitária e reivindicatória, daí a repressão violenta e armada imposta sobre os manifestantes em todos os estados do país por todos os governos, inclusive no segundo período do governo Dilma quando foi regulamentada a Lei antiterrorismo⁶³. Nesse período, notamos a intensa divulgação das ações realizadas pelo empresariado em favor do liberalismo, através de palestras em universidades e entidades representativas da classe patronal gaúcha. Gros conta que passados os anos 1980, quando da criação dessas entidades, vieram a apresentar “um caráter distinto, muito mais amplo do que a luta corporativa⁶⁴ imediata.”.

As consequências do neoliberalismo estiveram visíveis no Brasil muito antes do golpe de 2016 também por meio das notícias publicadas, tema que abordaremos na próxima parte.

⁶¹ Apoio de políticos da direita ou centro direita durante as campanhas eleitorais e cessão de cargos nos governos durante os mandatos.

⁶² Tais como Bolsa-Família, Bolsa-Escola, Bolsa-Floresta.

⁶³ Lei 13.260 de 16 de março de 2016 que regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis n.º 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13260.htm> Acesso em: nov. 2019.

⁶⁴ A atuação estratégica do Instituto Liberal “[...] inclui: edição de livros; promoção de palestras e cursos nos meios empresariais, universitários, jornalísticos, jurídicos, militares e políticos; publicação de artigos de opinião escritos por seus ‘intelectuais orgânicos’ em revistas e jornais; e a contratação de especialistas para a elaboração de estudos e sugestões de projetos de lei.” (GROS, 2003, p. 59).

A seguir, vamos conhecer as origens do neoliberalismo a partir da pesquisa realizada por Michel Foucault. Compreendemos que este trabalho reconta um período histórico delineando um campo discursivo cujas características se aprofundaram, em diversas partes do mundo, e possibilitaram no nosso país as condições de emergência do discurso e dos acontecimentos discursivos objetos de nossa análise sobre a política ambiental do Rio Grande do Sul.

3.2 Neoliberalismo como uma biopolítica

Atento aos conflitos sociais mencionados por Porto-Gonçalves (2006), estava Michel Foucault na segunda metade do século 20 considerando o liberalismo e o neoliberalismo⁶⁵ em seus estudos e percebendo que se tratava da emergência de “um modo de vida, de um ethos, de maneiras de ser e de estar no mundo” (VEIGA-NETO, 2011, p. 38). O que extrapola a análise meramente economicista de nova etapa do capitalismo. Com essa premissa passamos a conhecer com Foucault as características que nos mostram como estamos enredados neste sistema que norteou as ações dos governos no período de nossa análise.

Foucault (2008) denominou o liberalismo como o regime governamental cuja razão era a verdade econômica. Encontrou suas características a partir do século 18 onde “o mercado era o lugar da verdade” e “um lugar dotado de uma regulamentação [...] quanto aos objetos” (p. 42), [...] tinha por objetivo [...] a distribuição tão justa quanto possível das mercadorias, e também o não-roubo, o não-delito” (p. 43), “o mercado quando se deixa que ele aja por si mesmo de acordo com a sua natureza, [...], permite que se forme certo preço que será metaforicamente chamado de preço verdadeiro, [...]” (p. 44). Este foi o conhecimento acerca do funcionamento do mercado notabilizado naquela época.

Assaz pertinente na atualidade rememorar a origem da interrelação entre mercado e verdade frequentemente aplaudida nas notícias que circulam nos meios de comunicação em

⁶⁵ Foucault fala ao mesmo tempo de liberalismo, liberalismos e neoliberalismo. A diferença no seu uso está nas características que foram se firmando entre os séculos 19 e 20 assim como nos diferentes países e governos à medida que o autor cita, tendo se manifestado “sob duas formas principais [...] a ancoragem alemã, que se prende à República de Weimar, à crise de 29, ao desenvolvimento do nazismo, à crítica do nazismo [...] à reconstrução do pós-guerra. E [...] a ancoragem americana, isto é, um neoliberalismo que se refere à política do New Deal, à crítica da política de Roosevelt e vai se desenvolver e se organizar, principalmente depois da guerra, contra o intervencionismo federal, depois contra os programas de assistência e outros programas que foram implantados pelas administrações democratas [...]”. Não traremos a análise integral do filósofo, não obstante sua leitura seja fundamental, porque a nossa intenção é apenas destacar algumas características reproduzidas nos discursos recentes. (FOUCAULT, 2008, p. 107).

geral, através da repetição dos discursos de políticos e empresários de destaque no mundo dos negócios. Seguindo a reflexão com Foucault:

O mecanismo natural do mercado e a formação de um preço natural é que vão permitir - quando se vê, a partir deles, o governo faz, as medidas que ele toma, as regras que impõe - falsificar ou verificar a prática governamental. Na medida em que, através da troca, o mercado permite ligar a produção, a necessidade, a oferta, a demanda, o valor, o preço, etc., ele constitui nesse sentido um lugar de verificação, quero dizer um lugar de verificabilidade/falsificabilidade para a prática governamental. [...]. O mercado é que vai fazer que o governo, agora, para poder ser um bom governo, funcione com base na verdade. (FOUCAULT, 2008, p. 45).

A tendência da razão governamental do Estado mínimo é de que ele não precisa mais intervir nas relações entre as pessoas ou sobre elas, exceto se tiver alguma utilidade, individual e coletiva. A definição da/de/para a utilidade foi o critério no qual se baseou a construção dos limites a serem conferidos ao poder público.

Troca, do lado do mercado - utilidade, do lado do poder público. Valor de troca e verificação espontânea dos processos econômicos, medidas de utilidade e jurisdição interna dos atos do poder público. Troca para as riquezas, utilidade para o poder público [...]. (FOUCAULT, 2008, p. 60).

Tão presente e, até hoje justifica muitas de nossas ações, está o princípio do interesse, como no Jornalismo que é o do atendimento ao interesse público. Pois, Foucault explica que é o interesse que faz funcionar os critérios de troca e de utilidade.

O governo [...] é algo que manipula interesses. [...] os interesses são, no fundo, aquilo por intermédio do que o governo pode agir sobre todas estas coisas que são, para ele, os indivíduos, os atos, as palavras, as riquezas, os recursos, a propriedade, os direitos, etc. (FOUCAULT, 2008, p. 61).

O documento histórico que denota os critérios do neoliberalismo e foi encontrado por Foucault consiste nas atas do "Colóquio Walter Lippmann", realizado na França em 1939, onde além de Lippmann⁶⁶ se encontravam, Ropke, Riistow, Hayek, Von Mises, Rueff e Marjolin. Todos eram ligados ao liberalismo clássico e constituintes do novo liberalismo através da formalização, durante o evento, da "Comissão Internacional de Estudo para a Renovação do Liberalismo". Foi no documento de resumo do Colóquio, que Foucault encontrou as "propostas específicas e próprias do neoliberalismo", e descreveu para nós:

⁶⁶ Walter Lippmann (1889-1974) foi colunista de vários jornais estadunidenses, escrevia sobre política e os partidos democrata e republicano. Foi agraciado com prêmios do jornalismo e títulos concedidos por universidades. Foi autor de diversas publicações, entre elas *Public Opinion* de 1922.

[...] um dos participantes [...] propõe como nome para esse neoliberalismo que se estava procurando formular a expressão bem significativa "liberalismo positivo". Esse liberalismo positivo é, portanto, um liberalismo intervencionista. É um liberalismo de que Ropke, [...] publicara, aliás, pouco tempo depois do colóquio Lippmann, diz: "A liberdade de mercado necessita de uma política ativa e extremamente vigilante." (FOUCAULT, 2008, p. 183, destaque do autor).

A partir disso, o filósofo concluiu que “o problema do neoliberalismo é [...] saber como se pode regular o exercício global do poder político com base nos princípios de uma economia de mercado. [...]” e “O neoliberalismo [se situa] sob o signo de uma vigilância, de uma atividade, de uma intervenção permanente.” (FOUCAULT, 2008, p. 181-183). Enquanto o liberalismo clássico se debatia em determinar no que poderia intervir e no que não poderia intervir, no neoliberalismo a questão é sobre como intervir em todos os momentos⁶⁷.

Agora, a origem da ideia de indivíduo em voga. Segundo Foucault (2008, p. 74), a compreensão era de que o enriquecimento individual e do país somente ocorreria a longo prazo e se fosse recíproco “graças ao próprio jogo da concorrência”. Concorrência entre indivíduos, entre os coletivos, entre os países, e assim por diante, para alcançar o “progresso econômico ilimitado”. Daí a ideia de “mundialização do mercado”:

[...] para que essa liberdade de mercado que deve assegurar o enriquecimento recíproco, correlativo, mais ou menos simultâneo de todos os países da Europa, para que isso possa funcionar, [...] é necessário também convocar [...], um mercado cada vez mais extenso e, no limite, a própria totalidade do que pode ser posto no mercado, no mundo. [...]. (FOUCAULT, 2008, p. 74).

Será este extenso mercado, planetário mesmo, assim como se deu a colonização pelos países europeus em todos os demais continentes, será a ideia de um ilimitado mercado externo que criou os projetos de paz perpétua e as organizações internacionais em prol deste objetivo. Finalmente, vamos conhecer o lugar destinado à natureza dentro da razão governamental da verdade econômica. O filósofo cita o texto “a garantia da paz perpétua”, de Immanuel Kant, de 1795, como um dos documentos da sua investigação sobre o liberalismo. Merece a transcrição da leitura que Foucault (2008) fez:

[...] o que garante essa paz perpétua através da história e o que nos promete que ela poderá efetivamente um dia adquirir figura e forma no interior da história? A vontade dos homens, o entendimento entre eles, as combinações políticas e diplomáticas que conseguirem arquitetar, a organização de direitos que instaurarem entre si? De jeito nenhum. É a natureza, assim como para os fisiocratas era a

⁶⁷ Através de exemplos, Foucault descreve aos seus alunos práticas neoliberais conhecidas envolvendo três questões: monopólio, economia conforme e política social. Os pormenores devem ser conferidos em “Aula de 14 de fevereiro de 1979”. (FOUCAULT, 2008, p. 184-205).

natureza que garantia a boa regulação do mercado. E como é que a natureza garante a paz perpétua? Pois bem, diz Kant, é muito simples. A natureza tem feito, afinal, coisas absolutamente maravilhosas, tanto assim que conseguiu, por exemplo, fazer não somente animais, mas até mesmo pessoas viverem em países impossíveis, completamente calcinados pelo sol ou gelados por neves eternas. Pois bem, tem gente que vive aí apesar dos pesares, o que prova que não há uma só parte do mundo em que os homens não possam viver. Mas, para que os homens possam viver eles precisam poder se alimentar, produzir sua alimentação, ter uma organização social [e] trocar seus produtos entre si ou com os homens de outras regiões. A natureza quis que o mundo inteiro em toda a sua superfície fosse entregue a atividade econômica que é a da produção e da troca. E, a partir daí, a natureza prescreveu ao homem certo número de obrigações que são ao mesmo tempo para o homem obrigações jurídicas, mas que a natureza de certa forma [lhe] ditou por baixo do pano, de certa forma deixou impressas na disposição das coisas, da geografia, do clima, etc. E quais são essas disposições? Primeiro, que os homens possam, individualmente, ter uns com os outros relações de troca baseadas na propriedade, etc., e é isso, essa prescrição da natureza, esse preceito da natureza, que os homens vão retomar como obrigações Jurídicas, e assim teremos o direito civil. Segundo, a natureza quis que os homens fossem repartidos através do mundo em regiões distintas e mantivessem entre si em cada uma dessas regiões, relações privilegiadas que não terão com os habitantes das outras regiões e foi esse preceito da natureza que os homens retomaram em termos de direito ao constituir os Estados, Estados separados uns dos outros e que mantinham uns com os outros certo número de relações jurídicas. Teremos, assim o direito internacional. Mas, além disso, a natureza quis que entre esses Estados existissem não apenas relações jurídicas que garantissem a independência, mas também relações comerciais que atravessam as fronteiras dos Estados e, por conseguinte, tornam, de certa forma, porosa a independência jurídica de cada Estado". Essas relações comerciais percorrem o mundo, do mesmo modo que a natureza quis, e na medida em que a natureza quis que o mundo inteiro fosse povoado, e é isso que vai constituir o direito cosmopolita ou o direito comercial. E esse edifício, direito civil, direito internacional, direito cosmopolita - nada mais é que a retomada pelo homem, na forma de obrigações, do que havia sido um preceito da natureza". Podemos dizer [portanto] que o direito, na medida em que retoma o próprio preceito da natureza, poderá prometer o que de certo modo já estava esboçado, desde o primeiro gesto da natureza, quando esta povoou o mundo inteiro: uma coisa como a paz perpétua. A paz perpétua é garantida pela natureza, e essa garantia é manifestada pelo povoamento do mundo inteiro e pela rede das relações comerciais que se estendem através de todo o mundo. A garantia da paz perpétua é, portanto, de fato, a planetarização comercial. (FOUCAULT, 2008, p. 78-80).

Pelo o que vimos, o lugar destinado à natureza na razão governamental da verdade econômica é de exploração para além de prover a existência humana, garantir a paz perpétua entre os homens. O texto de Kant e a narrativa de Foucault sobre o mesmo não mencionam a poluição, a degradação, a devastação, as ameaças (e o fato) da extinção da flora e da fauna implicados nas atividades antrópicas. Não sabemos se isso ocorreu por não considerarem esses problemas ou porque não era do seu conhecimento durante a escritura dos seus textos. O caso aqui é que a exploração econômica da natureza sem limites é o princípio que faz valer a razão do Estado mínimo. Assim, o liberalismo é a doutrina que funciona a partir da ilimitável exploração da natureza, ou dos ditos recursos naturais, o que pode explicar a ausência de compreensão sobre os limites da natureza que vêm sendo divulgados, formal e

mundialmente, desde os anos 1970⁶⁸. Os negacionistas, cientistas ou demais cidadãos, vinculados aos setores interessados nas energias fósseis e demais formas de exploração econômica da natureza condenadas devido ao esgotamento em nível planetário do recurso natural, bem como os políticos aliados, não se permitem compreender a distância histórica e ambiental na qual nos encontramos quando da emergência do liberalismo a partir do século 18.

O dispositivo utilizado por esta nova arte de governar foi denominado por Foucault (2008) como biopolítica. A partir da pesquisa que realizou sobre o arquivo do liberalismo e do neoliberalismo o filósofo constatou que as políticas da vida serviam como suporte para a governamentalidade moderna com a finalidade de extrapolar o controle sobre a sociedade. Explica que o objetivo de uma política social:

[...] não era considerar todas as vicissitudes que podem ocorrer à massa global da população, mas que uma verdadeira política social devia ser tal que, sem tocar em nada do jogo econômico e deixando, por conseguinte, a sociedade se desenvolver como uma sociedade empresarial, instaurar-se-ia um certo número de mecanismos de intervenção para assistir os que deles necessitam naquele momento, e somente naquele momento em que deles necessitam. (FOUCAULT, 2008, p. 285).

[...] uma "biopolítica": esta tende a tratar a "população" como um conjunto de seres vivos e coexistentes, que apresentam características biológicas e patológicas específicas. [...]. (FOUCAULT, 2008b, p. 494).

Segundo Michel Senellart (2008b, p. 497) a questão do biopoder⁶⁹ seguiu no horizonte do filósofo, mas ele acabou debruçando-se sobre a problemática do “governo de si e dos outros” o que significou a migração de Foucault do estudo sobre o poder nos anos 1970 para a ética do sujeito nos anos 1980.

A questão do biopoder é, no entanto, inseparável do trabalho sobre a história da sexualidade, a que ele dá seguimento paralelamente aos cursos. Esta, afirmava ele em 1976, "está exatamente na encruzilhada do corpo e da população". A partir de 1978, e ao longo de todo o caminho que levará, em 1984, a *O uso dos prazeres* e a *O cuidado de si*, ela se carrega de uma nova significação, não representando mais apenas o ponto de articulação dos mecanismos disciplinares e dos dispositivos de regulação, e sim o fio condutor de uma reflexão ética centrada nas técnicas de si. (SENELLART, 2008b, p. 497).

⁶⁸ Relatórios do Clube de Roma e documentos das Conferências da ONU sobre meio ambiente, os quais permanecem sendo divulgados bem como de outras organizações internacionais, sendo a mais importante, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC em inglês, conferir em <https://www.ipcc.ch/>).

⁶⁹ O conceito de biopoder de Michel Foucault seguiu sendo trabalhado por outros pesquisadores, tais como Mbembe (2003) que definiu o poder e as políticas para a morte como necropoder e necropolítica, como Banerjee (2008) que definiu no mesmo sentido o necrocapitalismo, e como Medeiros (2013) que desenvolveu o conceito de necrocorporação.

A descrição que Michel Foucault faz da discursividade do liberalismo e do neoliberalismo ou da governamentalidade moderna nos auxilia na reflexão sobre as formas de gestão do Estado sobre as atividades econômicas possíveis na sociedade. No nosso caso, poderíamos relacionar o dispositivo da biopolítica ao controle da circulação dos cidadãos e das cidadãs nos territórios porque define quais atividades físicas (forma de movimentação sobre o espaço, na atualidade mais sedentária possível) são consideradas produtoras de riqueza, de progresso e de desenvolvimento. As determinações por parte dos governos em acordo com o setor empresarial sobre os usos dos recursos naturais por quem, como, para que, por qual valor econômico e por quanto tempo podem sinalizar, ainda que indiretamente, uma biopolítica da população. Pois, interfere e define especificamente os/nos modos econômicos e políticos de circular das distintas camadas sociais.

3.3 A circulação do discurso neoliberal no CP

Por considerarmos o Jornalismo uma forma de produção e de reprodução de conhecimento, buscamos nos conceitos foucaultianos de **saber**⁷⁰ e de **poder**, um fundamento para refletirmos sobre e compreendermos o discurso do jornalismo do CP relacionado ao desmonte da política ambiental. Foucault percebeu a interdependência entre saber e poder, a partir de quais saberes carregados de verdades específicas (e fixadas pelos agentes sociais conforme os interesses aos quais estão ligados) circulam orientando, induzindo e **disciplinando** os sujeitos mesmo que não pareça óbvio. Pois, essas verdades também são construídas, portanto não são fixas nem unidimensionais mesmo que assim sejam apresentadas. Os saberes que temos acumulados utilizamos como formas de saber-poder nos debates públicos e nas disputas pela implantação ou não de atividades produtivas em vista dos objetivos que temos ou finalidades a cumprir na sociedade.

Nesta parte apresentamos os fragmentos das notícias, “apedidos” (anúncios de entidades) e opiniões do CP (os editoriais que apareciam sob a cartola de Opinião) que mostram os termos que circularam nos discursos e podem ser relacionados aos preceitos do liberalismo e neoliberalismo. Estão assinalados em negrito no Quadro B:

⁷⁰ O que as práticas discursivas podem dizer, dar a conhecer.

QUADRO B: Preceitos do liberalismo e neoliberalismo no CP

<p>Correio do Povo</p>	<p>[...]. [governo diz] que finanças encontram-se na pior condição possível. Aliás, afirmações do gênero não são novidades, uma vez que os governos anteriores igualmente bateram na mesma tecla. [...]. É sabido que os governos arrecadam muito, investem pouco e gastam mal, [...]. [...]. Quanto ao Estado no Brasil, pode-se afirmar que “ruim com ele, pior sem ele”. Cabe ao poder público gerenciar educação, segurança pública, saúde, emprego, meio ambiente e outros itens. [...]. (Opinião CP, 4 jan. 2003).</p> <p>[...]. É evidente que o Estado carece de mudanças estruturais. Aliás, elas estão sendo implementadas, figurando como um exemplo a reestruturação do Instituto de Previdência do Estado. Mas, até que medidas nesse sentido assegurem condições de melhor governabilidade, é preciso encarar a realidade. [...]. (Opinião CP, 30 dez. 2004).</p> <p>[...]. Os serviços considerados essenciais, como educação, saúde, segurança pública, previdência e assistencial social, entre outros, são prestados de maneira precária. [...] isso ocorre em uma nação que tem uma das mais altas cargas tributárias do mundo. A pergunta [...] para onde vai o dinheiro dos nossos impostos? [...] São instituições e órgãos que põem e dispõem do erário público ao seu bel-prazer, [...]. [...] acresça-se o custo da corrupção e da dilapidação dos recursos públicos, do que nos dá notícia o cotidiano da Previdência Social, cujo déficit é uma chaga aberta e incurável a sangrar os cofres públicos. Diante de tão incruenta realidade, vemos violentado o contrato pelo qual o indivíduo vê diminuído uma porção de seu patrimônio para que a máquina governamental lhe preste serviços. [...]. Temos assim que o cidadão de bem está órfão diante de um poder público ineficiente e de parca operosidade, que lhe custa muito e devolve pouco em serviços. [...]. (Opinião CP, 27 mar 2005).</p> <p>A cúpula da indústria no país está convicta de que a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), adotada em 2008 pelo governo federal, padece de revisões importantes a serem feitas. [...] [...] a crise inflexiona no sentido de que seja traçada uma nova formulação para a PDP. [equacionar melhor carga tributária, investir infraestrutura, inovação, diminuir custo do capital, menor taxa de câmbio, recuo taxa de juros]. Pela importância da indústria para o nosso PIB, o governo, deve ouvir o setor, considerando seus argumentos. Vencer a crise é uma tarefa de todos os setores produtivos do país. (Opinião CP, 13 jul. 2009).</p> <p>[Rio+20]. Já é mais do que chegada a hora de dizer sim a parâmetros que possam equilibrar expansão do PIB e defesa do meio ambiente, harmonizando duas variantes que precisam estar em consonância. [Recursos federais para] empresas que tenham como finalidade a inovação tecnológica. [...] maior parte das verbas [...] direcionada para empresa de grande porte, 25% irá para o orçamento de institutos de ciência e tecnologia para que possam estabelecer parcerias com empresas pequenas e médias que não tenham, por falta de verbas, condições de investir em sustentabilidade. [...]. (Opinião CP, 18 jun. 2012).</p> <p>[...] não tivemos apagão em 2014 e em 2015 apenas por conta da recessão econômica. Caso o país estivesse com sua economia aquecida, é fato que a geração de energia não daria conta da demanda, e então, teríamos falta desse insumo fundamental para o funcionamento da indústria, do setor de serviços e do varejo. No momento em que o país tem a premente necessidade de voltar a crescer, essa realidade de insuficiência da matriz energética fundada nas hidrelétricas e, por vezes nas termelétricas, precisa ser tratada com um gerenciamento eficaz. [...]. (Opinião CP, 24 nov. 2015).</p>
<p>Legislativo</p>	<p>A decisão sobre a reforma administrativa do estado está nas mãos do governador Germano Rigotto. [...] [...] o conjunto das sugestões resulta em</p>

	<p>redução de 50% da máquina do estado. Para tanto a proposta é reduzir na mesma proporção o número de secretarias, autarquias, fundações e demais órgãos que compõem a administração do estado. “É necessário ter 20 secretarias e 30 fundações,” questionou o deputado [...] acrescentando que existem secretarias que cuidam dos mesmos assuntos, falta comunicação entre elas e algumas não têm recursos suficientes. Entre as alterações que estão propostas [...] a extinção de 13 secretarias, de 10 fundações e de 2 gabinetes, além da alienação do Instituto Rio-grandense do Arroz (Irga), das Centrais de Abastecimento do RS (Ceasa) e da Companhia Estadual de Silos e Armazéns (Cesa). [...]. (CP, 3 nov. 2004).</p>
Setor econômico	<p>APEDIDO⁷¹ “Por uma nova sociedade” [...]. O Estado foi progressivamente inchando, a burocracia foi aumentando, os gastos tornaram-se cada vez mais exponenciais, enquanto a sociedade foi cada vez mais exigida. [...]. A tarefa que hoje se impõe é a de uma mudança de mentalidade, na forma de administração do Estado, que se traduza na reestruturação da máquina pública, no fazer mais com menos recursos, no evitar desperdícios e sobreposições. [...]. Um Estado menor é sinônimo de uma economia pujante e de uma sociedade responsável. [...]. Quando impostos são aumentados, é você, cidadão-contribuinte que está pagando a conta. [...]. As entidades signatárias reafirmam publicamente a disposição para que seja elaborado um novo projeto de Estado, adequado às nossas necessidades e às potencialidades da economia gaúcha. [...]⁷². (CP, 22 dez. 2004, p. 10-11).</p>

⁷¹ No início da edição, um anúncio de página inteira do Governo do Estado intitulado “Ao povo rio-grandense” relata “a grave situação das finanças públicas” para justificar o envio de projetos de lei à Assembleia Legislativa, entre eles de “elevação das alíquotas de ICMS sobre três produtos [...]”, ponto este não aceito pelas entidades signatárias do referido A pedido. Entre as justificativas das proposições está a “modernização da gestão” após, dentre outras ações, ter suprimido secretarias de Estado e efetuado outros cortes. (CP, 22 dez. 2004, p. 3).

⁷² Signatários: Federação da Agricultura do Estado do RS (Farsul), Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do RS (FCDL), Federação do Comércio de Bens e Serviços do RS (Fecomércio), Federação das Associações Comerciais e de Serviços do RS (Federasul), Federação das Indústrias do Estado do RS (Fiergs), Associação Brasileira de Agronegócios do RS (ABAG RS), Associação Brasileira de Agências de Viagens do RS (ABAV), Associação Brasileira das Indústrias de Arroz Parboilizado (ABIAP), Associação Brasileira de Química (ABQ), Associação Brasileira de Medicina de Grupo do RS (ABRAMGE-Sul), Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Associação dos Cerealistas do RS (ACERGS), Associação da Classe Média do RS (ACLAME), Associação Comercial de Porto Alegre (ACPA), Associação Gaúcha de Supermercados (AGAS), Associação de Jovens Empresários de Porto Alegre (AJE POA), Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA), Associação dos Produtores e Comerciantes de Sementes e Mudanças do RS (APASSUL), Associação dos Analistas e profissionais de Investimento do Mercado de Capitais do Extremo Sul (APIMEC-SUL), Associação dos Bancos no Estado do RS (ASBANCORS), Associação Gaúcha de Avicultura (ASGAV), Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação, Software e Internet – Regional RS (ASSEPRO-RS), Associação de Mulheres de Negócios (BPW-POA), Câmara de Turismo do RS (CAMTURS), Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Alegre (CDL-POA), Conselho de Entidades de Tecnologia da Informação (CETI), Federação das Cooperativas de Arroz do RS (FEARROZ), Federação Brasileira das Associações de Criadores de Animais de Raça (FEBRAC), Federação das Cooperativas Agrícolas do RS (FECOAGRO), Federação Nacional de Mulheres de Negócios, Federação dos Arrozeiros do RS (FEDERARROZ), Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do RS (FETAG), Federação das Empresas de Carga no RS (FETRANSUL), Fundação Pró-Semente, Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (IBEF), Instituto de Estudos Empresariais (IEE), Instituto de Estudos Jurídicos da Atividade Rural (IEJUR), Instituto Liberdade do RS, Movimento das Donas de Casa e Consumidores do RS, Agência de Desenvolvimento-Porto Alegre Convention Bureau (Pólo RS), Sindicato dos Despachantes Aduaneiros do Estado do RS (SDAERGS), Sindicato das Empresas de Informática do Estado do RS (SEPRORGS), Sociedade de Engenharia do RS (SERGS), Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas no RS (SETCERGS), Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Porto Alegre (SHRBS), Sindicato das Indústrias de

	<p>A Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa) pretende adotar uma postura mais firme em 2008 junto aos governos estadual e federal para garantir o direito de propriedade⁷³ no Brasil. [...]. O que está em jogo é a aplicação de 6 bilhões de dólares entre 2010 e 2012 no país. Parte dos recursos se concentra no RS. Por isso, o licenciamento ambiental é outra preocupação da Bracelpa. [...]. (CP, 12 dez. 2007).</p> <p>Para apresentar propostas e projetos que colaborem com a melhoria da competitividade industrial e, conseqüentemente, da economia gaúcha, a Federação das Indústrias do RS (Fiergs) realizou [...] reunião com a bancada federal. [...] analisados três temas principais: 101 Propostas para a Modernização Trabalhista, o Projeto Sul Competitivo e Carvão Mineral. “Nosso propósito é o de colaborar [...] com propostas aos parlamentares e dialogarmos para que nossa economia tenha o maior crescimento possível. Nosso partido é o Partido do Desenvolvimento,” resumiu o presidente da Fiergs [...]. [...]. (CP, 19 mar. 2013).</p> <p>[...]. Segundo [presidente do Instituto de Estudos Empresariais], o atual modelo de gestão do Estado deve ser revisto. “Defendemos a ideia de maior participação do setor privado. O Estado deve se restringir a ações mínimas,” argumentou. [...]. Presidente da empresa de maior investimento privado do Rio Grande do Sul, a CMPC, Lídio Nunes afirmou que o setor privado pode ajudar o poder público por meio da proposição de discussões, reformas e medidas. [...]. “O Estado não tem que concorrer com o que o setor privado pode fazer. Não pode ser economicamente intervencionista como tem sido,” assinalou. (CP, 18 ago. 2016).</p>
--	---

FONTE: a autora.

Nos chamou muito a atenção o grande número de editoriais e opiniões (publicados na página dois) do Correio do Povo demarcando a sua posição liberal, no período de nossa análise, o que nos motivou a mostrar tantos fragmentos acima. Esta transparência é esperada neste espaço editorial. No espaço do jornal dedicado ao jornalismo, ou às notícias que são a maior parte do conteúdo, a transparência esperada é aquela voltada ao resultado do trabalho dos jornalistas, isto é, um equilíbrio por meio de uma complementaridade entre as fontes e as informações envolvidas nos fatos sob apuração.

Adubo do RS (SIARGS), Sindicato das Indústrias de Máquinas e Implementos Agrícolas do RS (SIMERS), Sindicato das Indústrias de Arroz de Pelotas (SINDAPEL), Sindicato das Indústrias de Arroz do RS (SINDARROZ), Sindicato da Indústria e da Extração de Mármore, Calcário e Pedreiras no Estado do RS (SINDICALC), Sindicato dos Hospitais e Clínicas de Porto Alegre (SINDIHOSPA), Sindicatos das Indústrias de Produtos Suínos do RS (SIPS), Sindicato Intermunicipal do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes (SULPETRO), Força Sindical RS. Outro A pedido foi publicado, também em duas páginas, em 28 de dezembro de 2004, intitulado “Estão comendo no seu prato” e especificamente criticando o aumento de impostos em especial o do ICMS (já citado) e pedindo mobilização junto aos deputados para a não aprovação do projeto de lei do Executivo.

⁷³ O “livre exercício do direito de propriedade” era a única forma de intervenção no mercado permitida pelos liberais do século 18, pois servia para garantir a propriedade individual da produção sobre a qual era feito um investimento. (FOUCAULT, 2008, p. 86/161).

Outro aspecto a ressaltar é que um anúncio muito semelhante ao de 2004 e publicado pelo Governo Germano Rigotto⁷⁴ (PMDB, circulou no CP intitulado “Comunicado ao povo gaúcho” do Governo José Ivo Sartori⁷⁵ (MDB). Os políticos são do mesmo partido e têm origem natural e política no mesmo município: Caxias do Sul, situado na Serra gaúcha. Os pontos em comum foram: a abordagem sobre a grave crise, sobre os cortes já efetuados pela gestão, o pedido de apoio à aprovação de aumento do ICMS e a outras propostas de reestruturação, pois “precisamos de um Estado novo”. (CP, 21 set. 2015, p. 5). Neste sentido, o governo Sartori obteve maior êxito em comparação com o governo Rigotto ao ter conseguido a inacreditável extinção de dez⁷⁶ fundações do Rio Grande do Sul, ainda mais com o argumento de que geraria economia e a continuidade dos serviços prestados, não obstante tenha se confirmado a contratação de consultorias privadas para a realização de estudos técnicos antes elaborados por servidores a custo muito inferior ao de mercado, e a transferência de técnicos para secretarias, ou seja, retirando-os da sua base de atuação.

Passamos a enxergar nos discursos circulantes do CP, a repetição, a reprodução e o apoio do CP às reivindicações para a **alteração** de políticas públicas ambientais, feitas pelas entidades de classe patronais aos governos, convergente com os critérios do liberalismo e do neoliberalismo segundo investigação empenhada por Michel Foucault.

3.3.1 Discursividade do CP sobre a proteção ambiental

A proteção aparece no discurso do CP sobre a natureza e o meio ambiente atrelada ao uso econômico, ao desenvolvimento e a outros critérios liberais. Essa confiança no modo de proteção proporcionado pelo ente individualizado, um empresário que faz um uso econômico da natureza com **cuidado** também caracteriza o discurso neoliberal. Nos chamou a atenção a ampla circulação deste termo ao contrário de **proteção**, ou seja, obras podem ser feitas com cuidados ambientais, as licenças podem ser emitidas aos empreendimentos com cuidados ambientais, etc. Veremos também a preocupação com o resguardo ou a salvaguarda da floresta e da biodiversidade mediante ou condicionada a um uso econômico. A seguir,

⁷⁴ Eleito pela coligação União Pelo Rio Grande (PMDB, PSDB, PSD, PHS, PPS, PFL, PDT, PTB, PSL, PTdoB, PSC, PRP) com mandato entre 2003 e 2006.

⁷⁵ Eleito pela coligação O Novo Caminho para o Rio Grande (PSD, PSB), PPS), PTdoB), PSDC, PHS, PSL, PSD), com mandato entre 2015 e 2018.

⁷⁶ No total foram 10 fundações extintas, duas companhias e uma autarquia. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2019/05/qual-a-atual-situacao-das-fundacoes-companhias-e-da-autarquia-extintas-por-sartori-cjvbl8wph012t01pev9hosfip.html>> Acesso em: dez. 2019.

destacamos fragmentos desta visão a partir da fala institucional manifesta na página dois do jornal, sob a Cartola Opinião ou Editorial:

[preservação da Mata Atlântica]. O plano foi aprovado por um acordo entre governo, ambientalistas e ruralistas e tem a garantia de que **não trará nenhum tipo de entrave à atividade econômica**. A finalidade dos planos federal e estadual é idêntico no sentido de que é preciso **resguardar** o pouco que resta da floresta, **combinando** desenvolvimento e preservação. (Opinião CP, 13 jun. 2004).

Cada vez maior consciência social na busca do chamado **desenvolvimento sustentável**. [...] [...] as empresas demonstram cada vez mais estar conscientes de que devem aliar as questões ecológicas com a finalidade econômica, **salvaguardando** a biodiversidade, o uso racional da água e da energia, contribuindo para a neutralização das alterações bruscas do clima. [...] Uma outra mudança que seria bem-vinda é a de **não mais encarar investimentos em questões ambientais como custo, mas sim como investimento**. [...] Com investimento em tecnologias limpas, com reciclagem e economia de materiais e recursos, estaremos dando nossa contribuição para um mundo melhor [...]. (Opinião CP, 1 mar. 2007).

[...]. A Rio+20 deverá unir [...] governantes, ONG's e empreendedores. **É a hora de olhar para a natureza e identificar prioridades na relação com ela, que pode também colaborar, porque, quando para de ser agredida, regenera-se com uma grande facilidade**. A **economia verde** também é uma alternativa. [...]. (Opinião CP, 27 mar. 2012).

[...]. Mantendo-se a tendência hoje verificada, as **perdas serão de 428 bilhões de dólares** em 2050, chegando a 0,25% do PIB. [...] [...] é necessário que as nações entrem em entendimentos para realizar ações concretas no sentido de **minorar e estancar os efeitos** das degradações ambientais. [...]. (Opinião CP, 21 mar. 2012).

[...]. Na questão ambiental, é preciso equilibrar os **recursos finitos com as demandas infinitas**. A água potável do planeta não é inesgotável e os rios devem receber atenção especial. **Cada pessoa** deve refletir sobre o uso consciente dos bens naturais. Se **cada um fizer a sua parte** e as autoridades agirem em conjunto com a iniciativa privada para implantar medidas preservacionistas, então o quadro atual poderá ser melhorado. [...]. (Opinião CP, 25 mai. 2013).

[...]. [...] **o desafio para o mundo é produzir alimentos de forma sustentável, aumentando a produtividade**. Urge investir na recuperação de solos degradados, atender à demanda de alimentos pelo incremento na qualidade, combater o desperdício dos itens da cesta básica e priorizar o bom aproveitamento das terras cultiváveis. [...]. (Opinião CP, 25 jan. 2014).

Os enunciados mostram os efeitos de verdade que percebemos nas notícias produzidas pelo jornalismo do CP. Por isso, atentamos para o sentido dos enunciados, “sua forma, seu objeto, sua relação e sua referência” (FOUCAULT, 1999c, p. 15-16). Assim vamos compreendendo a “forma geral da vontade de saber” que o jornalismo do CP reproduziu de suas fontes e produziu elaborando as transformações no seu discurso jornalístico.

Em acordo com a economicização do próprio discurso, o CP igualmente vê a natureza como mais um agente à serviço da sociedade, tanto que teria a sua parcela de colaboração a prestar. Os fragmentos descritos acima colocam a natureza como aliada se tiver a existência

conjugada a alguma atividade econômica, como fonte de investimentos e ganhos ao contrário de custos na nova economia (verde) e interveniente no PIB das nações em caso de degradação ambiental. Poderíamos pensar numa influência positiva no PIB se houvesse a disposição para ao invés de investir em monoculturas de exóticas, aproveitar o conhecimento disponível sobre as possibilidades de exploração sustentável da biodiversidade, tais como através de agroflorestas. Finalmente, destacamos o **aparente** reconhecimento da finitude dos recursos ambientais ante a afirmação de uma economia crescente ao infinito assim como a demanda por alimentos a ser atendida neste século 21.

3.3.2 Discursividade do CP sobre uma indiscutível exploração da natureza

No contexto da implantação da silvicultura em 2004, o entrevistado (que veremos a seguir) afirma que há meios de expandir o negócio no Brasil já que o percentual de participação no mercado internacional é baixíssimo. Tornar esta pretensão realidade implica a utilização de quais terras? As que ele vai denominar “ociosas”. Não sabemos se o jornalismo do CP não questionou onde estariam estas áreas, o fato é que a notícia não explica. Ociosa em termos de silvicultura; possivelmente, outra atividade econômica ocorre. Caso não, o que é raro, há ecossistemas funcionando com as respectivas espécies em harmonia. Ociosas, portanto, diante da miopia sobre a biodiversidade.

[representante do BNDES...] a meta é atingir 120 mil hectares de área de plantio até 2006. O objetivo é produzir madeira para a indústria de móveis, compensados e aglomerados, papel e celulose. “Essa cadeia, a produção de florestas plantadas, movimenta no mercado internacional 300 bilhões de dólares. O Brasil participa com apenas 1,5% deste total,” disse. Segundo ele, a intenção é que o projeto aproveite as **terras ociosas**. (CP, 24 abr. 2004).

Já as profundezas do subsolo gaúcho onde se encontra carvão de má qualidade⁷⁷ é caracterizado como um depósito, um acumulado esperando por alguma uma forma de ser

⁷⁷ Documento de 2011 da Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente (Apedema) diz: “A composição química do carvão mineral do Sul do Brasil pode ser considerada uma verdadeira enciclopédia de venenos. O mais prejudicial é o vapor de mercúrio metálico emitido na sua combustão. São lançados na atmosfera 300g de vapor metálico de mercúrio para cada tonelada de carvão gaúcho queimado, ou seja, 0,3% do seu peso pode ser representado pelo mercúrio [...]. [...]. Esta concentração é seis vezes superior àquela encontrada no carvão mineral dos Estados Unidos, onde são liberados à atmosfera, em média 44 gramas por cada tonelada queimada. [...]. Outras emissões atmosféricas resultantes da queima do carvão mineral incluem metais pesados como vanádio, cádmio, arsênio e chumbo, além de SO² - dióxido sulfúrico, CO² - dióxido de carbono, materiais particulados e NOX - óxidos de nitrogênio, os quais resultam em ozônio ao nível da superfície. [...]. Os gases SO² e NOX estão também relacionados às causas primárias da chuva ácida. O CO² é o

utilizado. Não obstante ocorra a liberação de gases tóxicos no processo de exploração comercial, se garante que alguma solução tecnológica, em algum futuro, dará conta além das compensações.

Com 90% da reserva, o Rio Grande do Sul é o **maior fornecedor** nacional. [...] O problema maior é quanto ao CO². **Este gás não tem uma solução**, ainda. Porém, salientou, haverá **compensações** em contrapartida ao uso. “Todos os investimentos terão que ser de forma sustentável. A forma de energia terá que ser limpa,” ponderou [representante da CRM Companhia Riograndense de Mineração]. Tarso considerou a notícia muito importante para a economia gaúcha. “Obviamente, temos de ter todos os cuidados ambientais. Afinal, somos um dos maiores **depósitos de carvão para produção de energia térmica** do país.” [governador]. (CP, 20 mar. 2013).

Mais uma vez, seguindo a certeza da ilimitável possibilidade de exploração da natureza, está o fragmento justificando a pertinência da criação de hidrovias, sob o ângulo economicista.

[...]. Com duas bacias hidrográficas bastante importantes e **disponíveis** [...], o Estado tem condições de realizar o escoamento de sua produção até os pontos de embarque de forma **mais econômica**, permitindo que nossos produtos ganhem em **competitividade**. [...]. Essa logística exige ainda um gerenciamento estatal em perfeita sintonia com o setor privado, **atraindo empreendimentos** para as áreas hidrográficas. [...]. (Opinião CP, 19 ago. 2015).

Como vimos até aqui, a parceria entre o público e o privado é considerada condição para o sucesso econômico. O empresário ouvido na notícia a seguir afirma que a ampliação de um parque de conservação não é de interesse público. O entrevistado acredita que é mais fácil e viável aprender o manejo de uma cultura exótica e destrutiva dos próprios recursos de que necessita, como água em abundância, do que aprender o manejo do lugar, do bioma onde vive e de onde obtém o seu alimento.

[...]. Empresas da região sul do Estado festejam a suspensão pelo Supremo Tribunal Federal (STF) decreto presidencial assinado em junho do ano passado que ampliou a Estação Ecológica do Taim em mais de 77 mil hectares. [...]. O diretor [...] uma das empresas que ingressou com mandado de segurança contra ampliação, [...], endossa a opinião dos ministros que votaram pela suspensão da medida. “**A ampliação não interessava a ninguém e foi feita de forma unilateral**, sem consulta pública”, afirma [...]. Opinião semelhante é do presidente do Sindicato dos Comerciários de Rio Grande [...]. O dirigente salienta que **a suspensão premiou o desejo de desenvolver** a metade sul do Estado. Ele ainda classifica a suspensão impetrada pelo STF como um reparo, uma vez que empresas têm projetos de ampliar os negócios da região com o plantio de eucaliptos e de pinus. [...]. (CP, 4 dez. 2004).

gás dominante responsável pelo efeito estufa, que está elevando as temperaturas da atmosfera global a 0,8°C e acidificando os oceanos em intensidades nunca vistas.” Disponível em: <<http://www.agapan.org.br/2011/08/alerta-sobre-os-danos-socioambientais.html>> Acesso em: nov. 2019.

A ausência de reconhecimento sobre a relevância da conservação e da preservação ambiental se repetiu na abordagem sobre a extinção de “[...] mais de seis mil hectares de mata de araucária em estado virgem ou avançado de regeneração, que juntamente com os mil hectares de campos naturais formavam mais de 85% da área alagada [...]”⁷⁸ não obstante tenham ocorrido intensas manifestações públicas de universidades, órgãos ambientais e entidades do movimento ambientalista. Nem o jornalismo declaratório⁷⁹ deu conta de perguntar, tentar esclarecer o que justificava tamanho sacrifício da biodiversidade:

Não houve acordo na tentativa de conciliação realizada ontem na corte especial do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) quanto à **retirada de vegetação** na área da Usina de Barra Grande. O resultado mantém a paralisação de corte da mata na usina entre Pinhal da Serra (RS) e Anita Garibaldi (SC). [...]. Mais de 150 entidades [...] protestaram contra a **extinção da área florestal** ameaçada pela represa que está em fase final de construção. [...]. As ONGs defendem **novos estudos para identificar a área que será extinta**. [...]. Há um termo de compromisso entre Ibama, MP e Baesa [empresa concessionária] impondo uma série de medidas compensatórias. (CP, 22 dez. 2004).

O futuro mais uma vez é invocado na sequência, onde a fonte oficial acredita que as recompensas, como ela define e possivelmente se refira às financeiras, darão conta de resolver os impactos ambientais e sociais gerados com a construção de grandes hidrelétricas no Rio Uruguai. No fragmento a seguir, a situação se relaciona ao projeto da hidrelétrica de Garabi, na fronteira com a Argentina.

Lideranças de Porto Mauá entendem que, **apesar dos problemas ambientais e sociais** provocados pela instalação da usina Panambi, o **futuro deve trazer recompensas**. [...]. [representante da Associação Comercial e Industrial de Porto Mauá] entende que as **obras trarão investimentos**. [...]. No que se refere ao impacto ambiental diz que tudo será compensado. [...]. Para ele [prefeito] os prós e contras acabam se neutralizando. **“Mas teremos mais prosperidade com a barragem do que como está hoje, apesar das inúmeras consequências.”** (CP, 10 mar. 2013).

⁷⁸ As informações foram obtidas e difundidas pelo grupo “Rio Uruguai Vivo” que reunia membros do Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais (INGÁ) e do Diretório Acadêmico do Instituto de Biociência (DAIB) da UFRGS. A usina hidrelétrica de Barra Grande é um empreendimento do consórcio “Energética Barra Grande S.A.” ou BAESA, formado pelas empresas Alcoa, Votorantim, Bradesco, Camargo Corrêa. Além de não ter visto a floresta de Mata Atlântica, não considerou “a presença da bromélia *Dyckia distachya*, que constava na lista da flora ameaçada do Brasil (IBAMA, 1992) e era endêmica dos rios da região, estando hoje praticamente extinta na natureza. A ameaça a extinção também se deu nos peixes exclusivos de corredeiras, que ali viviam e a uma infinidade de espécies pouco estudadas [...]” Disponível em: <<https://riouruguaiativo.wordpress.com/2010/11/07/a-fraude-de-barra-grande-foi-esquecida/>> Acesso em: nov. 2019.

⁷⁹ Em acordo com Felipe Simões Pontes (2015, p. 445), “O jornalismo está permeado pelo senso comum em grande parte de seus produtos, suas matérias muitas vezes resultam do processo de produção de versões por diferentes atores midiáticos (incluindo jornalistas) que se especializam na “publicização” de interesses privados. A disseminação acrítica do jornalismo declaratório é outra característica.”

As notícias circularam um discurso através da repetição e não problematização do dizer das fontes oficiais, de que os recursos naturais não têm outra finalidade a não ser a utilização humana que aprouver e no momento em questão, seja para a geração de emprego, de renda, de lucros. Mesmo no caso do atendimento a uma necessidade humana imediata como é o acesso à energia elétrica, o risco e as consequências da extinção de espécies da fauna e da flora, merecia ser aprofundada. Foi em nome do desenvolvimento que as propostas foram tornadas aceitáveis apesar da devastação irremediável implicada pela atividade econômica defendida.

A seguir, veremos a descrição sobre a desregulamentação das leis ou a difundida “flexibilização” tida como necessária para a atração dos investimentos e o crescimento econômico.

4 PALMO A PALMO EM DISPUTA

A nossa compreensão é de que os fluxos nos processos ou já nas decisões políticas não são contínuos não obstante as tentativas de homogeneização com a generalização das ideias, dos argumentos, das posições, etc. ocorram desde dentro dos partidos, das entidades, das instituições; é justamente a tentativa de mostrar externamente/ao público que há unidade e coerência nos discursos como se os entendimentos diversos e, sim, muitas vezes antagônicos, não permeassem também as relações internas, as mais próximas, até as familiares. Por isso, buscamos descrever o discurso do desmonte reproduzido e produzido pelo jornalismo do CP, um desmonte que também têm um fluxo contínuo porque já interagiu no período de estruturação da política ambiental do Rio Grande do Sul, talvez ao ter conseguido a não inclusão do bioma Pampa por exemplo no Código Estadual do Meio Ambiente, no ano 2000, onde apenas o bioma Mata Atlântica teve o regramento efetivado.

De fato, a estruturação da política ambiental brasileira e estadual teve momentos ascendentes e descendentes intercalados, o que por si já evidencia as constantes disputas de poder e de sentidos (saberes-poderes) no caso, sobre a tríade (1) proteção ambiental, (2) desenvolvimento econômico e (3) o que deveria vir primeiro entre esses dois: por ser mais importante em cada caso e de cada decisão político-econômica a ser tomada. Esta constatação nos sugere que sempre tivemos uma concepção utilitarista e imediatista, materialista da natureza e do meio ambiente, ou seja, de usos modeláveis conforme as intenções e/ou pretensões particulares dos agentes sociais individuais ou organizados em grupos como os empresariais e os governos.

4.1 Percalços da política ambiental brasileira e o golpe de 2016

Advogados e promotores da área do Direito Ambiental postulam que os “ordenamentos jurídicos” dos países somente passaram a incluir a questão ambiental a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano ou Conferência de Estocolmo de 1972. Não obstante, dividem em três fases o ordenamento brasileiro: formação do Direito Ambiental entre 1889 e 1981; consolidação do Direito Ambiental entre 1981 e 1988; e desde 1988 a fase contemporânea, na qual avanços, como a utilização do Termo de

Ajustamento de Conduta (TAC) tem sido “muito importante na área ambiental” (SOUTO; YOUNG; CARRION, 2017, p. 17-18).

Souto, Young e Carrion (2017) destacam desta última fase, a importância da Lei 9.605 de 1998, dos Crimes e Infrações Administrativas Ambientais, a única que prevê a responsabilização penal de pessoa jurídica. Com relação à fase anterior, de consolidação do Direito Ambiental brasileiro, estes autores destacam a criação das seguintes leis: Lei 6.938 de 1981, da Política Nacional do Meio Ambiente; Lei 7.347 de 1985, da Ação Civil Pública e a Constituição de 1988 com um capítulo todo sobre o meio ambiente. Conforme a procuradora de Justiça Silvia Cappelli (2017), até os anos 1980 do século passado, não havia uma legislação ambiental porque a característica predominante era a criação de códigos: de Águas, Florestal, de Mineração e de Caça.

Para a promotora Ana Maria Marchesan, em acordo com diversos colegas do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente (Caoma, MP-RS), “Não há uma estabilidade, uma consolidação na legislação ambiental”. Ela explica:

Está terrível porque, no âmbito do município, como no do Estado e da União Federal, a legislação está sofrendo ataques de todos os lados. Ficamos tentando, com base na Constituição Federal, com base em construções jurídicas que determinam que o que vale é o valor em si de [...] um bem natural. Com base nessa densidade do bem em si, podemos lutar pela sua preservação. (MARCHESAN, 2017, p. 83).

Entre os ataques, esta promotora cita aprovação do código federal “antiflorestal” como o denomina, Lei 12.651 de 2012⁸⁰. “Se ele fosse florestal, ele se preocuparia com a preservação das florestas. E na verdade, ele abre uma série de portinhas para destruir as florestas. E com o advento deste instrumento, hoje nós estamos lidando com as queimadas de novo, infelizmente”, afirma Ana Maria Marchesan (2017, p. 83).

Para a doutora em Sociologia Potyara Pereira, os retrocessos nas políticas ambientais brasileiras coincidem com a mudança de rumos para o neoliberalismo, no Brasil nos anos 1990, opção feita pelos governos e maioria dos congressistas brasileiros seguindo lógica estadunidense e europeia. Pereira (2017) explica que, em nível mundial, o período entre 1976 e 2007 caracterizou-se pela ampliação crescente da privatização de estatais e de serviços públicos nos demais países. A lógica empresarial e de mercado passaram a ser vistas como as ideais para a gestão pública porque o Estado era entendido como “paternalista”. O adjetivo se referia a não aceitação por parte dos neoliberais com a manutenção das políticas sociais

⁸⁰ Atual Lei de Proteção da Vegetação Nativa.

universais de Bem-Estar, principalmente em relação ao emprego, à seguridade e à saúde. Passaram a vigorar gradualmente, desta maneira, políticas de austeridade fiscal, controle monetário e redução do tamanho do Estado.

A chegada de Marina Silva ao Ministério do Meio Ambiente foi amplamente aceita pelas entidades e instituições ligadas à área ambiental. Não era desconhecida a pressão exercida sobre o Ministério do Meio Ambiente pelo Ministério da Agricultura ou outro, muito semelhante ao que ocorre nos Estados entre as Secretarias do Meio Ambiente e da Agricultura ou outra. Porém, o pedido de demissão de Marina Silva em 2008⁸¹ sinalizava que algo subdimensionado acontecia. Dali em diante o trator⁸² do retrocesso só se fortaleceu e ampliou-se englobando além da alteração nas leis (conhecida “flexibilização”), a fragilização, precarização e intervenção nas instituições ambientais do país com o loteamento de cargos no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), superintendências do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e chefias de unidades de conservação. Para ilustrar, traremos na sequência dois relatos, o primeiro em 2012 e o segundo em 2016.

Em 21 de junho de 2012, enquanto acontecia a Rio+20 e Cúpula dos Povos no Rio de Janeiro, houve uma paralisação nacional dos técnicos do Ibama, ICMBio e Ministério do Meio Ambiente (MMA) para denunciar o desmonte dos três órgãos e da política ambiental brasileira. Comunicaram a destruição do Código Florestal; o esfacelamento da gestão ambiental pública citando Ibama, Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) e comissões tripartites; a redução de áreas de oito unidades de conservação para abrigar futuras hidrelétricas; a PEC 215 de 2000⁸³ que compromete a demarcação de terras indígenas; o fechamento de unidades dos Institutos e escassez de servidores com a sobrecarga dos que permanecem; a precariedade da estrutura física dos prédios; a falta de equipamentos, móveis, e todo tipo de material necessário; falta de condições de trabalho desde uniforme à coletes salva-vidas, GPS, veículos, etc.; falta de recursos para os centros de pesquisa e outros.

O “violento ataque” à legislação ambiental e a “drástica redução de verbas” destinadas aos órgãos ambientais federais se agravou em 2016 conforme retrata o

⁸¹ “[...]. Aquele Brasil não existe mais, com a saída da ministra Marina. [...] Voltou a ser um país da década de 1970, quando a questão ambiental era equivocadamente considerada um entrave para o desenvolvimento do país.” Frase que anteviu a fase de retrocessos que o país submergia de ambientalista do Greenpeace. Disponível em: <<https://www.greenpeace.org/archive-brasil/pt/Noticias/marina-silva-pede-demiss-o-e-l/>> Acesso em: nov. 2019.

⁸² Alusão à força, ao poder e à responsabilidade do agronegócio sobre os retrocessos sofridos no Brasil.

⁸³ A Proposta de Emenda à Constituição foi aprovada em 2015 deixando ao cargo do Congresso aprovar as demarcações e ratificar aquelas já homologadas. Mais em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14562>> Acesso em: nov. 2019.

documento⁸⁴ da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA (Ascema Nacional). O contexto pós-golpe, com a destituição da presidenta Dilma Rousseff (PT) em abril de 2016, e a posse de Michel Temer, ex-vice-presidente (PMDB - depois MDB) alçou outra agenda, a de pressão para aprovação de projetos de lei que fragilizam a fiscalização e a proteção da natureza por meio do desmonte dos dispositivos legais vigentes. O jornal *O Globo*⁸⁵ associou esta ação de Temer a uma “barganha” e “moeda de troca” com os parlamentares no Congresso que serviu para defender-se contra denúncias e pedidos de impeachment enfrentados nos dois anos em que presidiu o país (2016-2017).

São os casos: do Projeto de Lei (PL) 6.299 de 2002 que revoga dispositivos da Lei dos Agrotóxicos (7802 de 1989), quer a imunidade para sanções penais lesivas ao ambiente e pretende modificar o nome do produto para “fitossanitário” o que é incompatível com os ingredientes utilizados, entre outros equívocos; do PL 3.729 de 2004, que está na Câmara Federal⁸⁶, quer dar “celeridade” ao licenciamento ambiental impondo prazos impossíveis de serem cumpridos por órgãos como Ibama e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) resultando na dispensa deste serviço imprescindível por expor as comunidades atingidas e o patrimônio histórico aos riscos dos empreendimentos, sem as condicionantes cabíveis; do PL 168 de 2018 no Senado⁸⁷ que propõe a dispensa de licenciamento para atividades agrossilvipastoris e ampliação de estradas e determina a licença por decurso de prazo, dentre outras. Este é o caso da chamada Licença por Adesão e Compromisso (LAC), autodeclaratória e providenciada pela internet pelo empreendedor. Mas, a experiência na Bahia conforme o relatório da Associação dos Servidores de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (ASCRA)⁸⁸, contabilizou a fiscalização em apenas 152 ou 9% do total de 1.596 LAC’s emitidas entre 2012 e 2015, sendo que 89% ou 135 delas possuíam pendências e irregularidades.

⁸⁴ Disponível em: <<http://www.ascemanacional.org.br/wp-content/uploads/2016/07/Documento-Ascema-Nacional-25-Jul-16.pdf>> Acesso em: nov. 2019.

⁸⁵ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/de-olho-em-211-votos-do-agronegocio-temer-ameaca-politica-ambiental-21621738>> Acesso em: nov. 2019.

⁸⁶ A versão final do projeto de lei foi divulgada em agosto de 2019 e consistia numa “colcha de retalhos”, numa proposta “nada equilibrada” para os setores envolvidos e criadora de insegurança jurídica segundo a análise dos professores e pesquisadores Luís Enrique Sánchez (USP), Alberto Fonseca (UFOP) e Marcelo Montañó (USP). Disponível em: <<https://jornal.usp.br/artigos/verdades-inconvenientes-sobre-a-proposta-de-lei-geral-do-licenciamento-ambiental/>> Acesso em: nov. 2019.

⁸⁷ Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/132865?o=t>> Acesso em: nov. 2019.

⁸⁸ Disponível em: <<https://amazonia.org.br/2020/01/texto-desconhecido-que-altera-licenciamento-pode-ser-votado-na-camara-ja-em-fevereiro/>> Acesso em: jan. 2020.

Segundo reportagem da Rede Brasil Atual⁸⁹ esteve “em curso [no Governo Temer] a maior ofensiva ambiental desde a ditadura” e colocou em xeque “os poucos avanços na legislação dos últimos 20 anos”. Para ilustrar, cita o Projeto de Lei do Senado 620 de 2015⁹⁰ que altera a Política Nacional de Recursos Hídricos, facilitando a concessão de empreendimentos sem licenciamento ambiental e a introdução de espécies de peixes exóticas ameaçando a biodiversidade nativa; o projeto de Lei 4.148 de 2008⁹¹ que altera a lei de rotulagem de transgênicos desobrigando a publicação do “T” nos produtos; Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215 de 2000⁹² que condiciona a aprovação da demarcação de terras pelo poder Legislativo e não mais pelo Executivo; os Projetos de Lei 1.216/2015 e 1.218/2015⁹³ que determinam a expropriação em terras nos casos onde a homologação ocorreu nos cinco primeiros anos da Constituição de 1988; a PEC 76 de 2011⁹⁴ que facilita a utilização dos recursos hídricos para hidrelétricas e a exploração de minerais em terras indígenas; e o PL 37 de 2011⁹⁵ que estabelece um novo Código de Mineração.

O manifesto “Resista”⁹⁶ contra retrocessos ambientais foi assinado por 150 organizações, uma mobilização cujos agentes têm participado de acirrado debate no Congresso Nacional sobre as dezenas de projetos de lei que representam ameaças de retrocessos e riscos para todas as espécies, o que significa o comprometimento da continuidade das próprias atividades produtivas atuais. Os pesquisadores Roberto Schaeffer⁹⁷, Alexandre Szklo e Pedro Rochedo da UFRJ, Raoni Rajão da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Eduardo Viola da Universidade Nacional de Brasília (UnB), publicaram, em revista científica, o prejuízo financeiro provocado pelo retrocesso ambiental, estimado em

⁸⁹ Disponível em: <<https://mst.org.br/2016/11/18/em-curso-a-maior-ofensiva-ambiental-desde-a-ditadura/>> Acesso em: nov. 2019.

⁹⁰ Em tramitação. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/123190/>> Acesso em: nov. 2019.

⁹¹ Aprovado na Câmara Federal, aguarda apreciação da plenária do Senado. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=412728/>> Acesso em: nov. 2019.

⁹² Pronto para entrar na ordem do dia na Câmara. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14562/>> Acesso em: nov. 2019.

⁹³ Foram pensados aos PL’s 6818 de 2013, sobre tramitação de terras indígenas, e 490 de 2007, que altera o Estatuto do Índio (Lei 6001 de 1973). Todos aguardam apreciação no plenário da Câmara. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=345311&ord=1/>> Acesso em: nov. 2019.

⁹⁴ Foi arquivada ao final de 2018. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/101654/>> Acesso em: nov. 2019.

⁹⁵ Tramita em regime de prioridade e aguarda apreciação do plenário da Câmara. Disponível em: <<https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=490935/>> Acesso em: nov. 2019.

⁹⁶ Disponível em: <https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/carta_resista_0.pdf> Acesso em: nov. 2019.

⁹⁷ Disponível em: <<https://www.valor.com.br/brasil/5647915/retrocesso-ambiental-pode-custar-us-5-tri-ao-brasil-ate-2050-diz-estudo>> Acesso em: nov. 2019.

US\$ 5 trilhões em um prazo de 30 anos. A maior crítica se refere ao desmatamento em fase de “flexibilização” pelo governo federal com o comprometimento de decisões assumidas, como o Acordo de Paris⁹⁸ sobre a redução da emissão de gases de efeito estufa (GEE).

A degradação da biodiversidade é generalizada em todo o planeta. Documentos publicados em junho de 2018 pelo IPBES (*Science and Policy for People and Nature*), organização intergovernamental que reúne 129 cientistas representantes de diversas regiões geográficas da Terra, denotaram resultados da análise sobre a perda de biodiversidade e impactos decorrentes como o comprometimento da capacidade de realização dos serviços ecossistêmicos (dos quais a existência da humanidade depende). A agricultura e a urbanização reduzem os habitats das espécies de fauna e flora porque são dependentes de insustentável exploração dos recursos naturais e causam poluição nos solos, no ar e na água. Além disso, a pegada ecológica aumentou “entre 200 e 300%” desde 1960 nas diversas regiões do continente americano⁹⁹.

De fato, a partir do golpe de 2016 sofrido pela presidenta Dilma Rousseff (PT) e a parcela da população brasileira que acreditava na consolidação da democracia nas instituições, o meio ambiente, a agenda dos técnicos ambientais e dos movimentos ambientalistas foi dramaticamente atingida e a natureza sacrificada. Na avaliação de Immanuel Wallerstein (2016, p. 117), nos 14 anos de governo do PT (entre dois mandatos de Lula e um e meio de Dilma) “as políticas macroeconômicas permaneceram bastante ortodoxas com a ênfase **neoliberal** nas orientações de mercado sobre as políticas governamentais. E as múltiplas promessas do PT de prevenir a destruição ambiental nunca se implementaram seriamente. [...]” (tradução nossa)¹⁰⁰.

⁹⁸ Acordo assinado na capital francesa em 2015 no âmbito da 21ª Conferência das Partes (COP21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC) ou *United Nations Framework Convention on Climate Change* (UNFCCC). Nem todos os 195 países que aprovaram o Acordo de Paris o ratificaram. O Brasil se comprometeu com a redução de 37% abaixo dos níveis de GEE de 2005 em 2025 e 43% abaixo dos níveis de GEE de 2005 em 2030. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/images/arquivos/clima/convencao/indc/BRASIL_iNDC_portugues.pdf> Acesso em: dez. 2019.

⁹⁹ Informações disponíveis em: <<https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,declinio-da-biodiversidade-em-todo-o-planeta-ameaca-bem-estar-da-humanidade,70002239318>> e <<https://www.ipbes.net/news/comunicado-de-prensa-las-contribuciones-de-la-diversidad-biológica-y-la-naturaleza-continúan->>> Acesso em: nov. 2019.

¹⁰⁰ “[...] las políticas macroeconómicas permanecieron bastante ortodoxas desde el punto de vista del énfasis neoliberal en las orientaciones de mercado de las políticas gubernamentales. Y las múltiples promesas del PT relativas a la prevención de la destrucción ambiental nunca se implementaron seriamente. El PT tampoco llevó a cabo sus promesas de una reforma agraria. En resumen, su desempeño como movimiento de izquierda fue una bolsa mezclada. El resultado es que la desertión de grupos dentro del partido y en las más amplias alianzas políticas fue constante. Esto debilitó su posición e hizo posible que en 2015 los enemigos del PT instrumentaran un plan para destruirlo.”

A condução da política ambiental pela presidenta Dilma era motivo de muita crítica pelos diversos setores ambientais e eleitores ou não apoiadores, por exemplo, em relação a imposição de construções de mega hidrelétricas, como foi o caso de Belo Monte¹⁰¹ na Amazônia. Não obstante essa agenda liberal estivesse em andamento, os partidos aliados do governo reeleito para o mandato 2015-2018, com Dilma na presidência e Michel Temer (PMDB) como vice-presidente, ampliaram gradualmente o apoio às manifestações de oposição vindas de diversos partidos ligados à direita retrógrada brasileira. O catalisador dos insatisfeitos foi o derrotado na eleição para presidente de 2014, Aécio Neves (PSDB), que logo após o resultado das urnas, expressou a não aceitação do segundo mandato do partido representante da esquerda brasileira no cargo máximo do país. Além dele, seu partido e os apoios que foram se generalizando em torno de partidos da direita bem como a classe empresarial patronal, a influência dos meios de comunicação hegemônicos, principalmente a Rede Globo, para o desfecho do impeachment da presidenta foram além do previsível e imaginável.

Os parlamentares do Congresso Nacional e demais integrantes de partidos e do setor empresarial somaram-se na difusão, reproduzida pela imprensa dominante, de uma suposta fraude no resultado da eleição, da tentativa de cassação da chapa junto à Justiça Eleitoral, da obstrução dos projetos do Executivo na pauta do Congresso. Miguel (2019, p. 163-164) conta que a reação da presidenta de conceder espaço nos ministérios, autarquias e estatais aos conservadores não foi suficiente¹⁰². Afirma que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) foi a “pioneira no estímulo as manifestações de deposição da presidenta, financiando-as [...] e endereçando-as à defesa da redução do Estado e de uma política tributária regressiva”. Daí o surgimento dos trajados com roupas verde-amarelas remetendo ao uniforme da seleção de futebol, que não se reuniam em número de milhões, mas as grandes redes de comunicação faziam as imagens de televisão demonstrarem quarteirões inteiros ocupados. A influência exercida pelos Estados Unidos ainda é motivo de investigação, afirma este pesquisador, tanto por parte do governo quanto por parte das fundações privadas estrangeiras de cor partidária liberal. Para sintetizar, Miguel (2019) ainda destaca o papel exercido pelo já citado Legislativo, o Executivo através da Polícia Federal, do Ministério Público e do gabinete do vice-presidente, e o Judiciário principalmente com o juiz

¹⁰¹ Reportagem de Eliane Brum sobre erro do projeto. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/08/politica/1573170248_680351.html> Acesso em: nov. 2019.

¹⁰² O primeiro governo Lula, eleito em 2002, tinha como vice o empresário José Alencar, que era filiado ao PMDB e passou ao PL (Partido Liberal) no ano da coligação e ao PRB (Partido Republicano Brasileiro) para a campanha de reeleição. Coligação PT, PCdoB e PMN com mandato de 2003 a 2010.

de primeira instância Sergio Moro e a Operação Lava Jato, abertamente inspirada na original italiana “Mãos Limpas” de combate à corrupção.

O impeachment da presidenta Dilma Rousseff foi justificado a partir de operações de crédito junto à bancos estatais (pedaladas fiscais), mas Miguel (2019, p. 172) explica que foi a Lava Jato que proporcionou “o clima de opinião que sustentou a derrubada do governo”. O vice Michel Temer (PMDB) concluiu o mandato e, nesses dois anos, implantou uma série de medidas, tendo sido, uma das mais dramáticas para o futuro do país, a então PEC 241 ou PEC do Teto, promulgada em dezembro de 2015 como Emenda Constitucional 95¹⁰³. Trata-se de um “Novo Regime Fiscal dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União” a vigorar por 20 anos, implicando um limite fixo para os gastos do governo. À crítica sobre congelamento dos gastos públicos o governo respondeu que este crescimento superava o do Produto Interno Bruto (PIB) e era a única forma de reequilibrar as contas.

A Operação Lava Jato ainda conseguiu aprisionar o ex-presidente Lula (PT) visando o impedimento da sua candidatura na eleição de 2018. Vale explicar que, a prisão em segunda instância é inconstitucional conforme consta no Artigo quinto “LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória¹⁰⁴,” ou seja, a prisão somente pode ser cumprida a partir do julgamento e condenação pela terceira instância (que completa o chamado trânsito em julgado), o Supremo Tribunal Federal. Entretanto, foi o entendimento utilizado em 2016 e corrigido em uma nova seção do STF em novembro de 2019:

Por maioria, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que é constitucional a regra do Código de Processo Penal (CPP) que prevê o esgotamento de todas as possibilidades de recurso (trânsito em julgado da condenação) para o início do cumprimento da pena. Nesta quinta-feira (7), a Corte concluiu o julgamento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADC) 43, 44 e 54, que foram julgadas procedentes.¹⁰⁵

A promessa dos políticos e magistrados que acreditam na prisão em segunda instância é a de votar e aprovar no Congresso Nacional uma Emenda Constitucional. De todo modo, o PSDB não somou o número de eleitores que almejava no pleito presidencial, enquanto Jair

¹⁰³ “Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.” Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm> Acesso em: nov. 2019.

¹⁰⁴ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: nov. 2019.

¹⁰⁵ Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=429359&ori=1>> Acesso em: nov. 2019.

Bolsonaro (então PSL)¹⁰⁶ foi eleito por mais de 57 milhões de eleitores ou 55% dos votos válidos. Este é o presidente que, recém no primeiro ano de mandato (2018-2021), alterou grande parte das leis vigentes, entre elas as ambientais, e não reagiu conforme o previsto pelos órgãos técnicos estatais aos desastres ocorridos na Amazônia, através dos dias de queima os quais se espalharam da Amazônia para o Pantanal, e o derramamento de petróleo que atingiu praias em todos os estados do Nordeste brasileiro, prejudicando a conservação da biodiversidade, o trabalho e o sustento de populações tradicionais, e o turismo. O governo de Jair Bolsonaro em suas próprias palavras:

Nunca a economia brasileira deu tantos passos em direção ao **liberalismo** quanto está dando em nosso Governo, coisa que jamais aconteceria não fosse nosso projeto independente que permitiu escolher nomes técnicos comprometidos com o Brasil e com o povo. É preciso reconhecer isto, [...]. (CP, 27 out. 2019)¹⁰⁷.

Os presidentes anteriores não foram tão francos como o atual na descrição acima, mas os elementos liberais ou neoliberais já estavam presentes no discurso pré e pós-golpe, com a culminância de Michel Temer à presidência da República, e circulavam com frequência nas notícias do CP entre 2015 e 2016 como poderemos ver a seguir.

4.1.1 Discursividade sobre a mudança estrutural

Os políticos e os integrantes do setor econômico, através de empresas e de indústrias bem como suas entidades de classe, que foram fonte no período sob análise utilizaram a expressão “crise” ao referenciar a situação econômica estadual ou de país. A seguir (QUADRO C), estão os fragmentos que abordam a questão nacional:

QUADRO C: A reprodução da crise em nível nacional no discurso do CP

Setor econômico	<p>Agenda econômica está no debate. “A presidente Dilma Rousseff precisa de nova agenda econômica e fazer um reordenamento político para tirar o país da crise,” afirmou ontem o cientista político [...] em evento promovido pela Braskem no British Club, na capital. [...]. (CP, 30 jan. 2016).</p> <p>Fiergs pede fim do impasse. A Federação das Indústrias do RS (Fiergs) exige solução imediata para a crise política do país. Segundo a entidade, a “economia não pode esperar”. [...]. Também a Federasul e a Associação Comercial de Porto Alegre divulgaram notas comentando a gravidade do momento e dizendo que a situação</p>
-----------------	---

¹⁰⁶ Partido Social Liberal.

¹⁰⁷ Disponível em: <<https://www.correiopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/bolsonaro-enfatiza-brasil-em-dire%C3%A7%C3%A3o-ao-liberalismo-durante-viagem-1.375676>> Acesso em: nov. 2019.

	<p>brasileira está colocando a economia em xeque. [...]. A entidade afirma que “é com um Judiciário forte que se faz uma nação forte”. [...]. (CP, 19 mar. 2016).</p> <p>Com o afastamento de Dilma Rousseff da Presidência da República, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), divulgou comunicado ontem dizendo que o aumento da participação privada, já sinalizada por integrantes da equipe de Michel Temer, abrirá caminho para a modernização da infraestrutura brasileira. [...]. (CP, 13 mai. 2016).</p> <p>[...]. A expectativa da Firjan [Federação das Indústrias do Rio de Janeiro] é que o Congresso seja convocado a dar sua contribuição por meio da aprovação de “projetos que recolocam o Brasil no caminho do desenvolvimento econômico e social”. A entidade destacou a fixação de metas para a dívida pública e um amplo programa de venda de ativos públicos. (CP, 13 mai. 2016).</p> <p>O primeiro ato do presidente [...] foi assinar a medida provisória (MP) que cria um Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) para cuidar da execução de projetos de infraestrutura considerados prioritários para o país. [...]. (CP, 13 mai. 2016).</p>
Correio do Povo	<p>[...]. Enquanto os governantes não melhorarem a qualidade do gasto público, com um planejamento estratégico e não apenas de custeio imediato da máquina administrativa, o país continuará à margem do seu grande potencial econômico. (CP, 23 mar. 2016, editorial).</p> <p>Sob nova gestão. [...]. Dilma Rousseff, de acordo com a decisão do Senado Federal, foi afastada por 55 votos contra 22. Michel Temer (PMDB) assume sob a expectativa de que possa empreender novos rumos para o país. [...]. A promessa de cortar gastos não relacionados com a atividade-fim do poder público estabelece uma expectativa que, se frustrada, poderá provocar o afastamento entre governo e sociedade, que não tolera mais pagar altos tributos e não ter o retorno condizente em matéria de serviços. [...]. O Brasil não tem mais tempo a perder. (CP, 13 mai. 2016, editorial).</p>
Políticos	<p>Na expectativa pela queda da presidente Dilma Rousseff, a cúpula do PMDB, partido do vice, Michel Temer, tem prontas e divulga em todos os diretórios regionais as propostas que pretende implementar para enfrentar a crise, caso Temer se torne o presidente. [...]. O modelo Temer aponta na necessidade de reformas na Constituição [...]. No quesito desenvolvimento, a aposta do partido é pela execução de uma política centrada na iniciativa privada, [...]. [...]. O deputado federal Alceu Moreira (PMDB) [...]. “[...]. Então, por exemplo, vai ser preciso reduzir o tamanho do estado e acabar com o atual modelo de ‘vagabundização’ remunerada que gera direito social sem obrigação de produção. Agora, quanto à taxa de juros, não se reduz por decreto, não.” (CP, 27, mar. 2016).</p> <p>[...] o ex-ministro Eliseu Padilha (PMDB) é claro quando fala sobre a montagem do eventual futuro governo peemedebista. [...]. Sobre o número de ministérios, Padilha diz que Temer gostaria de realizar um corte que mantivesse apenas 19 pastas [de 31]. “Era o ideal. É o número de prédios da Esplanada dos Ministérios, mas não é bem assim, partidos iam ficar de fora. Muitos interesses foram importantes, agora, no impeachment. Então, interesses estão sendo considerados. Vai subir (número de ministérios). Não sabemos quanto, mas vai subir.” [...]. (CP, 1 mai. 2016).</p>

FONTE: a autora.

No Rio Grande do Sul, o CP fez circular a agenda do governo Sartori (PMDB, 2015-2018) nas notícias, nas opiniões/editoriais bem como nos “apedidos” sobre as tidas como urgentes mudanças a serem implantadas. Na sequência (QUADRO D), estão os fragmentos que abordam a questão estadual:

QUADRO D: A reprodução da crise em nível estadual no discurso do CP

<p>Governo</p>	<p>Patrimônio à venda. Governo quer faturar R\$ 100 milhões. [...]. Em tempos de crise, qualquer corte de despesa e entrada de dinheiro no caixa é bem-vindo. Por isso, uma das prioridades do governo do Estado é concluir o levantamento do patrimônio para diferenciar o que é útil do que pode ser vendido. A previsão é de leiloar 200 imóveis [...]. [...]. (CP, 26 dez. 2015).</p> <p>Base de Sartori levanta bandeira da privatização. [...]. A defesa aberta da redução do papel do Estado foi feita por deputados da base em entrevistas e na tribuna da Assembleia. Eles argumentam que a venda de estatais resolveria os problemas de caixa do Estado, além de tornar os serviços mais eficientes sob a administração da iniciativa privada. [...]. (CP, 14 fev. 2016).</p> <p>O RS amanheceu ontem com a decretação de estado de calamidade financeira na administração estadual. Assinado pelo governador José Ivo Sartori [...] tem como principal ponto o artigo 2º., que estabelece que secretários e dirigentes de órgãos e entidades da administração podem “adotar as medidas excepcionais necessárias à racionalização de todos os serviços públicos, salvo os considerados essenciais, mediante a edição de atos normativos”. [...]. O principal, contudo, na avaliação de [um professor] é que o decreto pode propiciar a suspensão de providências contra o gestor, previstas na lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) caso haja descumprimento de limites referentes a despesas e prazos. “Sem dúvida, a medida tem um efeito psicológico sobre a população.” [...]. (CP, 23 nov. 2016).</p>
<p>Empresas</p>	<p>O ex-ministro do Desenvolvimento (2003-2007) e presidente do Lide Internacional, Luiz Fernando Furlan, afirmou [...] que o empresariado brasileiro está otimista com eventual mudança na Presidência da República. [...]. O Lide é um grupo que reúne empresas e líderes de diversos segmentos da economia, sendo considerado importante fórum empresarial. [...]. Sobre o possível governo de Temer, Furlan defendeu a adoção de medidas fortes, com austeridade e reformas como no sistema previdenciário. [...]. [...] a Lide promete ter posição propositiva em relação ao atual momento econômico e financeiro do país e do Estado. [...]. (CP, 7 mai. 2016).</p> <p>Na história da Federação das Associações Comerciais e de Serviços do RS (Federasul) a empresária Simone Leite é a primeira mulher a chegar ao topo do comando da entidade criada e 28 de outubro de 1927. [...]. Do governo do Rio Grande do Sul, Simone Leite espera reforma da previdência e redução da carga tributária para tornar o Estado competitivo em relação aos demais na guerra fiscal [...]. [...]. Michel Temer, avalia [...], tem inclinação mais pró-mercado que Dilma Rousseff. Isso sugere menor intervenção do governo no setor privado, maior agenda de concessões na infraestrutura, alianças comerciais [...] e fortalecimento das agências reguladoras. O Estado, afirma Simone, passará a ter papel de indutor do crescimento, e não mais planejador, organizador e definidor da aplicação de recursos da economia. [...]. (CP, 15 mai. 2016).</p> <p>[...]. Para o presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs) [...]. [...] defende menos burocracia, mais abertura para parcerias público-privadas, investimentos na área da logística, redução da máquina estatal, modernização da legislação previdenciária [...] e atualização das leis trabalhistas. [...]. [...] também pede bom senso do governo quanto às exigências que são feitas ao setor industrial. Ele exemplifica que as empresas tiveram que dar conta de executar planos de prevenção contra incêndio, programas de acessibilidade, exigências ambientais e normas reguladoras do Ministério do Trabalho. “A indústria não tem mais como atender isso na velocidade que as coisas são estabelecidas. [...] precisamos de prazo para viabilizar. [...]” (CP, 25 mai. 2016).</p> <p>Entidades que representam o empresariado se pronunciaram favoráveis ao pacote de medidas apresentado pelo governador José Ivo Sartori (PMDB). A Federação das Indústrias (Fiergs) considerou as ações como um “esforço de enxugamento da máquina estatal que se faz necessário”. O presidente da entidade [...], apontou que “a falência das finanças públicas estaduais já estava prevista desde 1989, quando a Fiergs lançou o</p>

	estudo que ficou conhecido como Relatório Sayad”, [...]. A Federasul, por nota, declarou apoio [...]. O texto fala em “sacrifícios necessários” para que o Estado saia da situação de dificuldade financeira. [...]. (CP, 23 nov. 2016).
Correio do Povo	Não é de hoje que a sociedade discute a qualidade do gasto público. Quando ele é realizado apenas para manter a máquina administrativa diz-se que foi aportado para a atividade-meio. Se ele é destinado para serviços importantes para a população, como nas áreas de saúde, educação, saneamento, segurança pública e inovação, temo-lo como carregado para a atividade-fim. [...] há que se remunerar o trabalho dos servidores, por exemplo, mas ele deve ficar restrito ao necessário . Assim, há que se gerir verbas orçamentárias com probidade e eficiência para que elas possam ser empregadas de forma eficaz em atividades que se revelem benéficas para a economia . (CP, 15 mai. 2016, editorial).
Legislativo	<p>A Assembleia Legislativa concentra [...] as pressões a respeito da votação do pacote de medidas lançado pelo governo do Estado. As assessorias técnicas [...] estão debruçadas sobre o conteúdo das sete Propostas de Emenda Constitucional (PEC’s), 11 projetos de Lei (PL’s) e quatro Projetos de Lei Complementar (PLC’s) que promovem fusões de secretarias, extinção de fundações, privatizações de companhias, desligamento de servidores, aumento da alíquota previdenciária, adiamento no pagamento de salários, corte de benefícios e alteração nos repasses de valores a outros poderes. O grande questionamento no Legislativo é sobre os motivos que levaram o Executivo a enviar um pacote recheado de medidas que podem ser questionadas juridicamente e sobre as quais não há consenso nem na base aliada. A ele se juntam as críticas sobre a falta de discussões anteriores para elaborar as propostas e a suposta pouca transparência a respeito dos dados que embasaram o conjunto. [...]. (CP, 27 nov. 2016).</p> <p>A Assembleia Legislativa aprovou na madrugada e na manhã de ontem a extinção de oito fundações públicas do Rio Grande do Sul, na mais profunda e polêmica alteração na estrutura do Estado desde a venda da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) em 1998, durante o então governo Antônio Brito (PMDB). Às 3h58min da madrugada, após 13 horas de discussões e polêmicas no plenário e em torno do Legislativo, por 30 votos a 23, deixavam de existir as fundações Zoobotânica, de Ciência e Tecnologia, (Cientec), de Economia e Estatística (FEE), a Televisão Educativa (TVE)¹⁰⁸, a Fundação estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan) e a Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos. Pouco depois, já às 8h da manhã, por 29 votos a 23, os deputados da base aliada de Sartori decidiram também pela extinção da Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (FIGTF) e da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro). Agora, os bens das fundações extintas reverterão ao patrimônio do Estado e podem ser alienados. Os servidores celetistas serão demitidos e os servidores terceirizados e os Cargos em Comissão também serão dispensados ou absorvidos pela administração direta. Segundo o governo, 1,2 mil servidores devem perder seus cargos. [...]. (CP, 22 dez. 2016).</p> <p>Na votação mais rápida desta semana, a Assembleia Legislativa aprovou [...] o projeto 244/16 que extingue a Companhia Riograndense de Artes Gráficas (Corag). [...] o texto integra o projeto de austeridade do governador José Ivo Sartori [...]. [...] a Corag proporciona lucros ao Estado. Em 2015, o balanço positivo foi de R\$ 7,7 milhões. [...]. (CP, 22 dez. 2016).</p>
Servidores estaduais	A pedido. Nota oficial do Sindicato dos Servidores Efetivos e Estáveis da Assembleia Legislativa – SINFEEAL, do Sindicato dos Servidores da Justiça – SINDJUS, do Sindicato dos Auditores Externos do TCERS – CEAPE/SINDICATO, da Associação dos Servidores da Justiça – ASJ, da Associação dos Contadores, Escrivães e Distribuidores da Justiça – ACEDIJUS e da Associação dos Servidores do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul – ASTC sobre o “pacote de projetos” do Poder Executivo. Entidades clamam pela união dos servidores para discutir, de forma transparente e

¹⁰⁸ Refere-se a Fundação Piratini que administração a Televisão Educativa (TVE-RS) e a Rádio FM Cultura.

	<p>consciente [...] e a conscientizar os Senhores Parlamentares a não aprovarem os projetos, [...].</p> <p>[...].</p> <p>A crise no nosso Estado, decorrente da sonegação e das isenções fiscais, que já vinha ocorrendo há tempo [...].</p> <p>[...].</p> <p>Sem sombra de dúvida, tal iniciativa, constitui-se em um avassalador retrocesso nos direitos dos servidores e o conseqüente desmonte total da administração pública do nosso Estado, com reflexos negativos na prestação dos serviços públicos devidos à sociedade rio-grandense. [...]. (CP, 29 nov. 2016, a pedido).</p>
Magistrados	<p>A extinção da Fundação Zoobotânica, proposta pelo governo Sartori e aprovada pela Assembleia ontem, foi repudiada por juízes ambientais de 11 estados. [...]. “Extinguir a FZB significa um incomensurável retrocesso em matéria ambiental, é um acinte à Constituição de 1988,” sustentam os 25 magistrados signatários da nota [...]. “Proteger o meio ambiente não é tarefa delegável à iniciativa privada. É atribuição do Estado. Está na Constituição e deve ser prestada com eficiência. É lamentável que ideologia do Estado mínimo interfira no dever de proteção do meio ambiente equilibrado para as presentes e futuras gerações,” afirmam os magistrados, aludindo ao artigo 225 da Constituição. [...]. (CP, 22 dez. 2016).</p>

FONTE: a autora.

Como vimos foi um ano de robustas manifestações, preenchidas por conceitos do neoliberalismo ainda que sem nominá-lo. Os editoriais do Correio do Povo acompanharam este ritmo em diversas datas, ora abordando a questão nacional ora a estadual. As fontes pertencentes às entidades patronais e dominantes na economia gaúcha assim como grandes empresas difundiram e exigiram (também diretamente aos seus públicos em ações de comunicação) uma outra receita ao governo Dilma, de “crescimento de bolos” como antigamente se dizia. Ao mesmo tempo, o espaço cedido para uma crítica do desmonte da administração pública do Rio Grande do Sul foi representado por um “apedido” de servidores públicos e críticas de especialistas e de membros da magistratura diante da tentativa (em 2015) e da subsequente conquista (2016) da extinção de fundações científicas estaduais. Permeou o discurso em favor desse desmonte, caracterizado pela extinção e pela venda do patrimônio público, enunciados de menosprezo ou insignificância sobre o que é público ao pôr em questão a sua real qualidade e utilidade para a manutenção contrapondo a uma certeza diante da capacidade e competência do que é privado em sua substituição.

4.2 A política ambiental no Rio Grande do Sul

Oliveira e Martins (2010, p. 2) explicam que as políticas públicas são o “resultado da interação entre os atores coletivos e individuais que se relacionam de maneira estratégica a fim de fazer valer e articular seus diferentes projetos”. As políticas públicas ambientais foram elaboradas a partir da percepção da urgência em organizar os usos da natureza pelos seres humanos, no sentido de um uso saudável e equânime, possibilitando o acesso com suficiência para a vivência das gerações presentes e das futuras. Não por acaso esta percepção ocorreu no século 20, período histórico em que tanto a comunidade científica como a sociedade se deram conta dos malefícios sofridos a partir da poluição, degradação e devastação da natureza. No Rio Grande do Sul, o Sistema Estadual de Proteção Ambiental (Sisepa) foi elaborado para implementar e controlar a política ambiental e, em atendimento a um preceito constitucional, como consta no Artigo primeiro: “Esta Lei, com fundamento no artigo 252 da Constituição do Estado, estabelece o Sisepa [...], visando preservar o seu equilíbrio [do meio ambiente] e os atributos essenciais à sadia qualidade de vida, bem como promover o desenvolvimento sustentável.” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 1994, p. 1).

Portanto, a finalidade dessa legislação é corresponder às demais exigências legais, além da estadual, a federal (Constituição de 1988), a qual é reconhecida como válida e adequada, conhecida como “Constituição Cidadã”. O desenvolvimento sustentável está previsto em todo o escopo da legislação brasileira, sendo equivocada a afirmação [ainda mais a reprodução e repetição] de que entrava o desenvolvimento e o progresso econômico. Minimamente, o que a legislação ambiental reza é que se “use com cuidado hoje para não faltar amanhã”, como se diz no senso comum. As leis vigentes orientam para a conservação das outras espécies de modo a permitir a sua reprodução condicionada aos interesses humanos. Sendo preponderante, o interesse de exploração econômica para a obtenção de lucros imediatos e concentração de riquezas.

As políticas ambientais no Estado tiveram dois momentos de formação: o primeiro, nos anos 1970, de forma dispersa e fragmentada, e voltadas à conservação de solos e o controle da poluição industrial; o segundo, ao final dos anos 1990, quando houve maior organicidade, segundo Oliveira e Martins (2010, p. 2). Neste contexto o Sisepa, Lei 10.330 de 27 de dezembro de 1994, surgiu determinando os órgãos e as entidades que constituem este Sistema e as suas respectivas atribuições. Em resumo, são eles: Conselho Estadual do

Meio Ambiente (Consema), que é o órgão superior¹⁰⁹ do Sistema; a Sema, que é o órgão central; “as Secretarias de Estado e organismos da administração direta e indireta, bem como as instituições governamentais e não-governamentais com atuação no Estado [...] como órgãos de apoio”; “os órgãos responsáveis pela gestão dos recursos ambientais [...] como órgãos executores”. Dessa maneira, podemos compreender o porquê de zoneamentos, habilitação de municípios ao licenciamento ambiental, etc. terem que passar pelo Consema. E, também, esclarece a imprescindível participação das entidades do movimento ambientalista.

Merecem também a descrição aqui, os instrumentos da política estadual do meio ambiente do Rio Grande do Sul, conforme consta no Artigo 20: Fundo Estadual do Meio Ambiente; Plano Estadual de Proteção Ambiental; zoneamento ecológico; sistema estadual de registros, cadastros e informações ambientais; comitês de bacias hidrográficas, os planos de preservação de mananciais, a outorga de uso, derivação e tarifação de recursos hídricos; zoneamento das diversas atividades produtivas ou projetadas; avaliação de impactos ambientais; análise de riscos; fiscalização, controle e monitoramento; pesquisa científica e capacitação tecnológica; educação ambiental; Sistema Estadual de Unidades de Conservação; licenciamento ambiental sob as suas diferentes formas, bem como as autorizações e permissões; acordos, convênios, consórcios e outros mecanismos associados de gerenciamento de recursos ambientais; sanções; estímulos e incentivos. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 1994, p. 8).

No entanto (OLIVEIRA; MARTINS, 2010, p. 12), em plena “ascensão da agenda ambiental gaúcha”, passou a ocorrer uma “desconstituição progressiva”:

Essa situação fica evidente, por exemplo, pela nomeação de oito secretários de meio ambiente no período de 2002 a 2009 e pela redução do papel de referência do Rio Grande do Sul na área das políticas ambientais, em termos nacionais, como na estruturação de agências de bacias (OLIVEIRA; MARTINS, 2010, p. 12).

A repetição e a reprodução de discursos precários ou equivocados sobre o conteúdo da legislação ambiental, possivelmente, tenha somado para a vigência da acima citada desconstituição.

¹⁰⁹ A lei 15.017 de 13 de julho de 2017 que “Dispõe sobre a organização do Sistema Estadual de Proteção Ambiental, a elaboração, implementação e controle da política ambiental do Estado e dá outras providências” não altera esta posição e o decreto 53.911, de 7 de fevereiro de 2018, que “Dispõe sobre a estrutura básica da Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável” afirma no artigo primeiro que a Sema é o “órgão central e coordenador do Desenvolvimento Sustentável e do Sistema Estadual de Proteção Ambiental - SISEPRA”.

A questão que rendeu o maior volume de notícias coletadas nesta pesquisa foi a do licenciamento ambiental e, o órgão mais penalizado, por consequência, foi a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler¹¹⁰ (Fepam). De acordo com o divulgado no site¹¹¹, está entre os órgãos executivos do Sistema Estadual de Proteção Ambiental (Sisepa, Lei 10.330 de 1994), e desde a criação da Sema (Lei 11.362 de 1999) se encontra sob sua coordenação. O histórico da Fepam a liga à existência da Coordenadoria do Controle do Equilíbrio Ecológico do Rio Grande do Sul (criação anos 1970) e no Departamento de Meio Ambiente (DMA) que era vinculado à Secretaria de Saúde e Meio Ambiente. A Lei 9.077 de 4 de junho de 1990 a instituiu, mas a sua implantação se deu em 4 de dezembro de 1991.

A sua função mais destacada e lembrada é a responsabilidade pelo licenciamento ambiental¹¹², ainda que possua outras duas funções essenciais: planejamento e fiscalização. Além da sede em Porto Alegre, a Fepam possui regionais¹¹³ no Estado.

A Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Sema, foi criada pela Lei 11.362 em 29 de julho de 1999. Por meio do projeto de lei 282 de 2014 do governo José Ivo Sartori, aprovado pela Assembleia Legislativa, teve o seu nome alterado em dezembro de 2014 para Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável¹¹⁴. Trata-se do principal órgão do Sistema Estadual de Proteção Ambiental (Sisepa), responsável pela política ambiental do Rio Grande do Sul.

¹¹⁰ Henrique Luiz Roessler foi um pioneiro ambientalista gaúcho nascido em 16 de novembro de 1896 em Porto Alegre e falecido em 14 de novembro de 1963 onde residiu, Novo Hamburgo (RS). Neste município fundou a União Protetora da Natureza (UPN) em 1955. Escreveu 301 crônicas no caderno rural do jornal Correio do Povo entre 1957 e 1963 reunidas em coletânea publicada pela Sema e Fepam em duas edições, 1986 e 2005.

¹¹¹ Disponível em: <<http://www.fepam.rs.gov.br/institucional/institucional.asp>> Acesso em: nov. 2019.

¹¹² “É o procedimento administrativo realizado pelo órgão ambiental competente, que pode ser federal, estadual ou municipal, para licenciar a instalação, ampliação, modificação e operação de atividades e empreendimentos que utilizam recursos naturais, ou que sejam potencialmente poluidores ou que possam causar degradação ambiental. O licenciamento é um dos instrumentos de gestão ambiental estabelecido pela lei Federal n.º 6938, de 31/08/81, também conhecida como Lei da Política Nacional do Meio Ambiente. Em 1997, a Resolução n.º 237 do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente definiu as competências da União, Estados e Municípios e determinou que o licenciamento deverá ser sempre feito em um único nível de competência. No licenciamento ambiental são avaliados impactos causados pelo empreendimento, tais como: seu potencial ou sua capacidade de gerar líquidos poluentes (despejos e efluentes), resíduos sólidos, emissões atmosféricas, ruídos e o potencial de risco, como por exemplo, explosões e incêndios. Cabe ressaltar, que algumas atividades causam danos ao meio ambiente principalmente na sua instalação. É o caso da construção de estradas e hidrelétricas, por exemplo. É importante lembrar que as licenças ambientais estabelecem as condições para que a atividade ou o empreendimento cause o menor impacto possível ao meio ambiente. Por isso, qualquer alteração deve ser submetida a novo licenciamento, com a solicitação de Licença Prévia.” Disponível em: <<http://www.fepam.rs.gov.br/perguntas/perguntas.asp#>> Acesso em: nov. 2019.

¹¹³ Disponível em: <<http://www.fepam.rs.gov.br/institucional/regionais.asp>> Acesso em: nov. 2019.

¹¹⁴ Atualmente, a Sema é conhecida como Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura, alteração promovida pelo Governo Eduardo Leite (PSDB, 2018-2021). Disponível em: <<https://www.sema.rs.gov.br/quem-somos>> Acesso em: nov. 2019.

A Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (FZB) foi instituída através da lei 6.497¹¹⁵ de dezembro de 1972 “com o objetivo de manter e administrar áreas destinadas à proteção e preservação da flora e da fauna e outros recursos naturais” com a determinação explícita de permitir convênios “com entidades públicas e privadas, atividades científicas, culturais, recreativas e turísticas”. Mas, no período sob análise, o governo Sartori deu ênfase à necessidade de haver uma abertura às parcerias privadas como se as mesmas já não tivessem acontecido ou necessitassem ser incluídas na legislação. Pois, neste mesmo documento, em seu artigo quinto, vemos as finalidades:

Manter uma coleção de plantas e de espécimes animais vivos da flora e fauna nacional e estrangeira e coleções de estudo de ciências naturais; Proporcionar condições para estudos e pesquisas por parte de investigadores nacionais e estrangeiros sobre História Natural; Colaborar com os poderes públicos na preservação dos recursos do meio ambiente; Desenvolver outras finalidades compatíveis com as suas finalidades.

O Estatuto da FZB¹¹⁶, por sua vez, só foi aprovado e publicado no Diário Oficial do Estado em 22 de maio de 2002, no período do governo Olívio Dutra (PT, 1999-2002). As finalidades foram estendidas, sendo elas:

manter, proteger e administrar áreas e estabelecimentos destinados à conservação e preservação da flora, fauna e de outros recursos naturais, como parques zoológicos, jardins botânicos, museus e unidades similares relacionadas com seu objetivo; manter coleções de plantas e animais in vivo, nativas e exóticas, e coleções de estudo de ciências naturais, visando à conservação do patrimônio genético; proporcionar condições para estudos e pesquisas, por parte de investigadores nacionais e estrangeiros, sobre ciências naturais e ambientais de acordo com as leis vigentes, promovendo a difusão dos resultados obtidos; colaborar com os poderes públicos na gestão dos recursos do meio ambiente; desenvolver atividades científicas, conservacionistas, educacionais, culturais, recreativas e turísticas, **inclusive por meio de convênios com entidades públicas e privadas**; assessorar os poderes públicos em matéria pertinente ao uso dos recursos naturais; realizar outras atividades compatíveis com as suas finalidades.

Já o plano de empregos, funções e salários da FZB só foi instituído em 2012 pela Lei 14.187 de 31 de dezembro¹¹⁷. A referida lei dividiu o plano de empregos em dois quadros: o de empregos permanentes e o de empregos e de funções em comissão. Especificou as categorias e o número de servidores que compunham cada um dos tipos de empregos e, ainda, o padrão de remuneração, carga horária, a concessão de promoções, os direitos e os

¹¹⁵ RIO GRANDE DO SUL. Lei N.º 6.497, DE 20 DE DEZEMBRO de 1972. Autoriza a instituição de Fundação e dá outras providências. Porto Alegre, p. 1-12.

¹¹⁶ Decreto Estadual 41.624 de 21 de maio de 2002 que aprova o Estatuto da FZB.

¹¹⁷ Pelo governo Tarso Genro (PT), mesmo partido do governo de 2002 que publicou o Estatuto da FZB.

benefícios. Esta foi considerada um importante passo dado por ter atualizado a Lei 13.420 de 5 de abril de 2010 sobre o mesmo tema. Um documento completo que traz nas oito folhas de anexos a descrição das responsabilidades e atribuições dos cargos, bem como os pré-requisitos.

Pensando com Michel Foucault (1999a) sobre a “microfísica do poder”, que o poder está onde se exerce, e que onde há poder, há **resistência**, consideramos que a “interação” anteriormente definida a partir de Oliveira e Martins (2010), entre os agentes sociais na construção de políticas públicas ocorre com dificuldades e conflitos nos sugerindo a instabilidade dos acordos. Essa constatação nos sinaliza que a suposta consolidação da legislação ambiental não era concreta. A variável considerada aqui é a da diferença de meses ou anos entre a aprovação das leis, a sua implantação e as regulamentações dos artigos. É importante enfatizar este aspecto porque a nossa adoção do instrumental arqueológico foucaultiano sobre o desmonte dessa política ambiental intenta mostrar uma **disputa permanente** por saberes e poderes sobre a sua existência e aplicação. Por isso, colocamos em xeque as certezas que tínhamos sobre a consolidação da democracia nas instituições brasileiras, em face dos retrocessos sofridos além da área ambiental também na de direitos humanos. A nossa descrição da discursividade sobre a política ambiental através dos enunciados sobre órgãos ambientais e algumas leis, a seguir, deverá demonstrar as interfaces dos agentes sociais envolvidos nessas disputas.

Devemos justificar ainda que trabalhamos apenas sobre um recorte histórico da política ambiental do Rio Grande do Sul. Pois, de certa forma já havia uma política ambiental em vigor, através de algumas leis assim como no país, ainda que estivessem sob o guarda-chuva de outros órgãos que não especificamente os ambientais, mas de saúde e de obras, por exemplo.

4.2.1 Discursividade sobre a Sema

No período sob análise referente ao governo Rigotto (PMDB, 2003-2006) era corrente a cobertura das pautas sobre a Sema, seu aniversário, histórico e ações. Se havia crítica, esta pesava sobre a Fepam e devido ao licenciamento. Em julho de 2004, ao menos duas notícias retrataram as ações de conscientização e lembrança do aniversário de cinco anos de criação, além das notícias onde apareceu como fonte oficial e principal nas comemorações de Dia do Meio Ambiente (5 de junho), ou da Água (22 de março). O “[...] principal desafio a enfrentar

[são] as questões relativas a saneamento como a destinação adequada do lixo no Estado.” (CP, 29 jul. 2004). No ano seguinte, a comemoração incluiu a inauguração da galeria dos ex-secretários:

Desde sua formação em agosto de 1999, foram quatro dirigentes incluindo o atual secretário Mauro Sparta. As fotos ficaram no auditório da secretaria e deverão ganhar um espaço próprio. A cerimônia faz parte da semana estadual do meio ambiente, que se encerra em 5 de junho. Foram homenageados Cláudio Langone, José Alberto Wenzel e Adilson Troca. Atual secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente, Langone foi o 1º titular da secretaria, cargo que exerceu até 2002. O período entre a aprovação da Assembleia Legislativa e a instalação da pasta levou oito meses. “Foi um processo institucional difícil por envolver deslocamento de pessoal de outras cinco secretarias,” lembrou. [...]. (CP, 31 mai. 2005).

O balanço das atividades de 2005, apresentado pelo secretário Mauro Sparta, contava 118 municípios aptos a licenciar atividades de impacto local, ano em que foram habilitados 22 municípios pelo Sistema Integrado de Gestão Ambiental¹¹⁸ (Siga) e capacitados 500 agentes. (CP, 3 jan. 2006). O secretário disponibilizou números sobre programas efetivados como Pró-Guaíba e projeto Mata Atlântica, informações estas de balanços que tiveram a frequência bastante reduzida até o último período sob nossa análise, o do governo Sartori.

As edições de 29 de julho de 2009 e de 2010 abordaram as atividades e comemorações de aniversário da Sema. Também chamou a atenção a notícia na editoria de Verão do CP (3 jan. 2010), através da qual arrolava as atividades programadas pela Sema durante o verão, no Litoral Norte:

[...] a participação da secretaria não irá se restringir a fornecer licenciamento ambiental, índices de balneabilidade e de resíduos, questões que envolvem a biodiversidade, os recursos hídricos, vegetação ciliar e as dunas, considerados temas prioritários. “Nosso foco também será ampliar o conhecimento através de ações que conduzam a mudança de comportamento ao desenvolvimento sustentável e à melhoria da qualidade de vida,” especifica a coordenadora [de Educação Ambiental da Pasta]. [...]. (CP, 3 jan. 2010).

Consideramos que uma abordagem predominantemente simplificada das responsabilidades da Sema pode ter contribuído, em alguma medida, para a incompreensão manifestada através das notícias e por representantes de entidades de classe patronais, com relação à necessidade de seu fortalecimento e ampliação. Em 2007, por exemplo, a gestão dos

¹¹⁸ Em uma manifestação pública, o representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag) afirma que o estado chegou a ter 320 municípios licenciando (de um total de 496) em 2011, mas este número passou a reduzir-se devido falta de técnicos e de renovação de convênios. (CNMP, 2014, p. 40-41).

recursos hídricos ficou em disputa com a Secretaria de Obras em um contexto de reforma administrativa do Estado. Segundo a então secretária da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, “a principal vantagem é que os projetos da Sema serão mantidos, entre eles o Plano Estadual de Recursos Hídricos que prevê apresentação até o final do ano de um mapa sobre a deficiência hídrica dos municípios gaúchos.” (CP, 19 mar. 2007). O que foi justificado como uma vantagem se traduz como o simples andamento do processo; a mudança para outra secretaria de Estado alteraria completamente a condução dessa política, o que exigiria antecipadamente a abertura de um amplo e aprofundado debate público.

Certamente, ao contrário dos reclames das acima mencionadas entidades de classe patronais, a legislação ambiental e a atuação da Sema desde sua criação convergiram para somar ao desenvolvimento sustentável com vistas, sim, a dimensão econômica. As coberturas do CP motivadas pelo 5 de junho, Dia do Meio Ambiente, também mostravam isso. O tema da semana estadual do meio ambiente de 2011 foi desenvolvimento com sustentabilidade. “Dia para se pensar no futuro do planeta” e “Dia para pensar em preservar” foram as notícias principais e que deram ouvidos as fontes oficiais e contaram com anúncios das empresas ligadas à silvicultura e celulose (CP, 4 jun. 2011; CP, 5 jun. 2011). Não houve notícia onde o discurso da economicização, como classificou Porto-Gonçalves (2006), esteve ausente. O então diretor-presidente da Fepam pronunciou em primeiro de junho de 2005: “[...]. ‘Não podemos barrar o desenvolvimento nem permitir que o ambiente seja degradado e destruído.’ [...]”.

Em 2011, diversas notícias denotaram a abertura à modernização por parte da Sema: seminário interno reunindo servidores também da Fepam e FZB para “reestruturação da pasta” e “reengenharia do sistema de gestão ambiental”, “A secretária [...] afirmou que a iniciativa pretende atualizar órgãos e a legislação, buscando métodos modernos e ágeis de gestão com foco na celeridade com responsabilidade ambiental para promover o desenvolvimento sustentável.” (CP, 22 abr. 2011); levantamento junto aos servidores do Zoológico em Sapucaia do Sul mostrou “urgente a realização de um concurso público”, e “a titular do meio ambiente [...] destacou que a reestruturação dos órgãos será fundamental para o desenvolvimento sustentável no RS.” (CP, 9 mai. 2011); “Sema ganha reforço” com novos servidores aprovados em concurso de 2010 e, a Fepam, 57 entre administradores, advogados, geólogos, químicos, biólogos, engenheiros agrônomos, florestais e ambientais, e agentes administrativos (CP, 17 mai. 2011).

Em 2013, no “Dia para repensar o futuro do planeta” [5 de junho], o recém assumido secretário da Sema, Néio Pereira, disse que “a missão na Sema é oportunizar o

desenvolvimento sustentável e a preservação da natureza durante o ano todo, para ‘reforçar a responsabilidade com o planeta, tanto no nosso cotidiano quanto em relação ao legado que deixaremos para as próximas gerações.’ [...]” (CP, 5 jun. 2013).

A Sema ou servidores/dirigentes de um dos órgãos a ela vinculados apareceram nas notícias do CP ainda em 2014 na cobertura de Dia do Meio Ambiente, mesmo que com o espaço reduzido em comparação com os anos iniciais do *corpus* de pesquisa. Por exemplo, notícias de 2014 mostravam: a entrega de veículos, uniformes, equipamentos de proteção individual aos servidores, os quais também chegaram às agências regionais da Sema ao Comando Ambiental da Brigada Militar (CP, 17 mar. 2014); e a aquisição de 30 estações de monitoramento hidrometeorológico e a previsão de outros cem no ano seguinte, para obter informações importantes para a gestão dos recursos hídricos (CP, 5 jun. 2014).

Dessa maneira, percebemos a partir deste período, uma transformação no discurso do jornalismo do CP em relação às fontes. Não por coincidência, as palavras dos técnicos dos órgãos ambientais passaram a circular menos nas notícias de forma muito semelhante ao período em que a secretária do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Sema) do governo Sartori (2015-2018), Ana Pellini, dirigiu a Fepam por um período durante o governo Yeda (2007-2010). De fato, durante estes dois mandatos de governo, predominou a circulação de fontes oficiais nas notícias, através de secretários e diretores dos órgãos.

Já a transformação no discurso do jornalismo do CP percebida a partir dos anos de 2016, 2017 e 2018 quanto ao desaparecimento de notícias nas datas ambientais comemorativas outrora lembradas também por meio da divulgação das atividades especiais realizadas pela Sema e os demais órgãos ambientais do Estado, talvez não esteja relacionada somente ao agendamento governamental. Pois, eventos e comemorações continuaram a ser realizadas por entidades e instituições; de fato, percebemos uma redução significativa na cobertura desse tipo de pauta. Teria deixado de ser relevante dentro da razão neoliberal, onde a natureza e o meio ambiente são considerados apenas matéria-prima com vistas ao progresso e crescimento?

Recordamos que, em 2015, a pauta focou nas “ações individuais”, na “ecologia aliada à produção” e na educação ambiental a partir de uma grande empresa (CP, 5 jun. 2015). Uma única ação da Sema ocorreu nesse Dia do Meio Ambiente e mereceu capa na edição do dia seguinte (CP, 6 jun. 2015), que foi o “passeio [de barco] ecológico pelo Delta do Jacuí” com a presença de um técnico ambiental que também foi fonte na notícia. A partir de 2016, nem sob a ótica neoliberal, como na data do ano anterior, houve cobertura. As notícias ambientais mais próximas da principal data comemorativa mundial foram “Primeira usina solar chega

em 2017” e “Posto de combustível obtém licença on-line” na editoria de Economia (CP, 4 jun. 2016). Em 2017, as três notícias ambientais vieram também em Economia, em uma página, através da cobertura sobre a missão do governo gaúcho no Japão em busca de tecnologias sustentáveis para explorar carvão no Rio Grande do Sul. A secretária da Sema, Ana Pellini, foi fonte em: “Cinzas dão lugar a cimento e gesso” (CP, 6 jun. 2017). Finalmente, em 2018, a data mereceu um espaço na capa, com foto e cartola Dia do Meio Ambiente sob o título: “Reciclagem inadequada ainda causa prejuízos à cidade”. Na página interna, sob a editoria Geral, trazia como título “Capital perde mais de R\$ 39 milhões por ano” (cartola Reciclagem) e abordava o lançamento na véspera da 34ª. Semana Municipal do Meio Ambiente em Porto Alegre. Do Estado, vimos nesta mesma página “Fepam atualiza critério para licença ambiental” (cartola Aterros Sanitários) e não remete ao Dia do Meio Ambiente. A fonte dirigente ressalta: “[...]. ‘[...] as novas regras simplificam o licenciamento de aterros localizados em áreas menos suscetíveis a danos ambientais, **desburocratizando** o processo e estimulando o **empreendedorismo** nessas regiões,’ [...]”. Dessa maneira, vimos que, no contexto da razão neoliberal, a função do licenciamento passou a ser, também, a de estimular empreendimentos.

Outro efeito da mudança nos discursos foi a restrita cobertura sobre a depredação do patrimônio público. Até aqui, a constatação sobre o desmonte se caracterizava pela falta de investimento nos órgãos ambientais, da fragilização e precarização da infraestrutura e sobre a atuação dos servidores, os técnicos ambientais. Mas, o roubo de material radioativo da estação de monitoramento de qualidade do ar localizada em frente a rodoviária de Porto Alegre, não teve o acompanhamento necessário pelo jornalismo do CP, e nem respostas por parte do governo do Estado:

[...]. Foram levados todos os materiais utilizados pela equipe, como sensores e ar-condicionado, além de sete equipamentos, sendo dois deles com fonte de carbono 14, material radioativo. O serviço de análise da qualidade do ar ficará prejudicado por alguns meses. [prejuízos estimados em R\$ 500 mil]. [...]. A Fepam monitora a qualidade do ar por meio de rede manual e rede automática, diferenciadas em função das áreas que abrangem, dos equipamentos que utilizam e dos parâmetros do ar que determinam. [...]. (CP, 5 mar. 2015).

Destacamos o episódio, sobre o qual nada mais foi divulgado, referente ao arrombamento do Serpentário do Museu de Ciências Naturais da Fundação Zoobotânica (FZB), a qual desde sua extinção, é a Sema que responde:

Pedaços de tijolos foram arremessados especialmente em direção a dois terrários de vidro. Um deles com uma cobra cascavel, altamente perigosa e peçonhenta e outro com uma cobra píton. Para tentar acessar o interior do serpentário, local diariamente aberto à visitação pública, foram danificadas as dobradiças da porta externa de vidro. A existência, entretanto, de outra porta gradeada impediu o ingresso no interior do ambiente. O diretor presidente da Fundação Luiz Fenando Branco acredita que trata-se de um crime premeditado já que os tijolos com seis furos utilizados na ação não existem na sede da Fundação. Os vigilantes armados de uma empresa terceirizada que fazem a segurança da FZB nada viram. A ocorrência será registrada na Delegacia de Polícia de Proteção Ao Meio Ambiente, que realizará perícia no local. Branco informa ainda que as cobras serão removidas e o serpentário será fechado à visitação para manter a segurança dos visitantes do Museu de Ciências Naturais. (CP, 18 jan. 2017).

O Serpentário foi reaberto à visitação somente em dezembro de 2018 conforme notícia veiculada no site da FZB¹¹⁹, a qual não explica os motivos do fechamento e cita apenas que passou por reformas e adequações. Tampouco o governo informou a respeito do trabalho interrompido de coleta de soro antiofídico sobre o qual vimos uma notícia¹²⁰ em que há o relato da visita do secretário municipal de Saúde de Porto Alegre para acompanhar a extração de peçonha para a produção do soro na Fundação Zoobotânica:

Durante a atividade, foi extraída peçonha de quatro espécies que ocorrem no Rio Grande do Sul: jararaca-pintada, cruzeira e cascavel. A FZB mantém desde 1988 um serpentário científico onde são criadas mais de 30 serpentes peçonhentas, e que é destinado à extração de veneno. A peçonha é utilizada na produção de soro antiofídico e diversas pesquisas. Em 2015 foram extraídos 16,8 gramas de veneno de serpentes. A quantidade é suficiente para a confecção de 33 mil ampolas do medicamento, e pode salvar a vida de quatro mil pessoas envenenadas. A FZB é a única instituição do Brasil fornecedora de veneno para a produção de soro antiofídico e para a prospecção de princípios ativos com potencial medicinal. (FZB, 2016).

O projeto do Executivo do Rio Grande do Sul de extinção da FZB passou na Assembleia Legislativa antes de findar 2016 e já no ano seguinte surgiram relatos de falta de soro antiofídico o que motivou os deputados a realizarem uma audiência pública no âmbito da Comissão de Saúde e Meio Ambiente¹²¹. Na notícia, as representantes da Secretaria Estadual de Saúde garantiram que não houve mortes no Rio Grande do Sul por falta do soro. A representante do Conselho Regional de Biologia da terceira região “manifestou

¹¹⁹ Disponível em: <http://www.jb.fzb.rs.gov.br/conteudo/10195/?Sema_reabre_visita%C3%A7%C3%A3o_ao_serpent%C3%A1rio_do_Museu_de_Ci%C3%A4ncias_Naturais> Acesso em: nov. 2019.

¹²⁰ Disponível em: <http://www.fzb.rs.gov.br/conteudo/7470/?Secret%C3%A1rio_de_Sa%C3%BAde_de_Porto_Alegre_acompanha_atividades_da_FZB> Acesso em: nov. 2019.

¹²¹ Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/agenciadenoticias/destaque/tabid/855/IdMateria/316613/Default.aspx>> Acesso em: nov. 2019.

preocupação com a ausência de investimento na produção de soro no Estado” e um biólogo explicou a especificidade do trabalho que era realizado pelo Serpentário da FZB:

[...] os venenos das cobras variavam de acordo com a espécie e a região de incidência e informou que no Rio Grande do Sul havia cascavéis com concentração maior de uma determinada substância, por exemplo, que tornavam o soro produzido a partir dela mais barato e eficaz. (PERUZZO, 2019).

Outro episódio sobre o efeito de depredação desde o desmonte da política ambiental, destacamos da notícia concernente à Fepam a partir do alerta feito pelos funcionários:

[...] trabalhadores ligados à Associação do Servidores da FZB inspecionaram a área onde funcionou o laboratório de análises da Fepam ao lado do Jardim Botânico. O local foi desativado em 2015 por determinação da Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, órgão ao qual a Fepam está subordinada. Com a desativação da área, os cinco prédios sofrem a ação de vândalos e outros criminosos, que furtaram equipamentos do local. Um funcionário informou que um barco foi levado da garagem da Fepam. Um caminhão teria entrado no terreno, segundo o servidor, e levado portas, janelas, um transformador, aparelhos de computador e cadeiras. [...]. Com a denúncia de abandono da área feita pelos servidores da FZB, o Ministério Público do Rio Grande do Sul abriu inquérito civil determinando providências por parte do governo do Estado para o local. A primeira medida foi a limpeza da área. [...]. [...] o MP/RS determinou ainda a realização de um laudo pela Fepam sobre a contaminação do solo. Vândalos que invadiram o local derrubaram produtos químicos pela área do laboratório [...]. Além disso, um dos prédios foi queimado. [...]. (CP, 21 mar. 2017).

O desmonte da estrutura física ocorreu, na sequência, ou como consequência, do desmonte que vinha sendo alertado pelo movimento ambientalista desde 2003. O processo constituiu-se de: parcos investimentos, redução dos investimentos, uma fragilização do órgão com a precarização da infraestrutura e da atuação dos técnicos ambientais (primeiramente Fepam e após FZB), impedimento de funcionar estruturas (como laboratórios e biblioteca), redução de programas (Ar do Sul, CP, 20 mai. 2007), prejuízos e perdas incorrigíveis devido incêndio no Parque Zoológico (CP, 26 mai. 2007) e culminou no último governo da nossa análise com alterações legais da política ambiental.

Adiantamos que a Sema continuará presente na descrição da discursividade do CP sobre o desmonte da política ambiental do Rio Grande do Sul nas páginas seguintes.

4.2.1.1 Efeitos de verdade e formação dos saberes

Retomando, vimos que o discurso sobre a Sema iniciou, no nosso período de análise, vigoroso (em relação ao que se tornou), através da publicação de notícias no CP não só nas datas comemorativas, como o próprio aniversário da Secretaria, o Dia do Meio Ambiente e

respectivas ações da Semana do Meio Ambiente, ou o Dia da Água, entre outras. Essas notícias variavam em extensão e completude das informações. Tanto os secretários estaduais como os técnicos circulavam frequentemente nessas notícias. O jornalismo do CP tinha interesse nas pautas da Sema. A descentralização do licenciamento ambiental era pauta realizada o ano inteiro assim como eram divulgadas as licenças “dadas” às empresas requerentes. As palavras sobre as ações de educação ambiental mereciam destaque ainda que não fossem tão frequentes como era a abordagem do licenciamento; havia também ampla difusão das ações da Fundação Zoobotânica (FZB) e dos órgãos que ela era a responsável: Museu de Ciências Naturais, Parque Zoológico e Jardim Botânico.

Ao mesmo tempo, o discurso do jornalismo do CP sobre a Sema, especialmente em situação de conflito ou disputa de poder com outras secretarias do governo e/ou empresas, não complexificava a sua abordagem, limitando-se a repetir ou reproduzir o discurso das fontes oficiais. Mesmo que tenha sido com a intenção de demonstrar imparcialidade e neutralidade ou isenção, a falta de explicações junto às fontes quanto às consequências e impactos das mudanças em questão, possivelmente tenha sido precarizado o atendimento ao interesse público. Desse modo, os acontecimentos discursivos produzidos pelo jornalismo do CP assumiram características que evidenciam já a tomada de posições na interface das disputas de poder na sociedade.

De fato, as características dos acontecimentos discursivos produzidos pelo jornalismo do CP no período da nossa análise, coincidiram com o “discurso da economicização” como chamou Porto-Gonçalves (2006), amplamente em voga, senso comum mesmo, nessas duas primeiras décadas do século 21. Este discurso da economicização materializado até mesmo na forma de tratamento das pessoas em geral envolvidas com as mais diversas atividades, tornadas “consumidoras”, emergiu dentro deste campo do neoliberalismo. Não que as relações econômicas já não caracterizassem essas formas de tratamento, mas havia uma diversidade: cliente, assinante, usuário, ouvinte, telespectador, audiência, público, etc.

O que possibilitou a adesão a este discurso, supostamente aceita e compreendida por todos os públicos (do CP, dos meios de comunicação, do nosso meio acadêmico, etc.) foi a crescente circulação do discurso neoliberal através dos seus critérios ou pressupostos. Poucas vezes vimos, especificamente, o discurso “do liberalismo” ou “do neoliberalismo” assim nomeados; vimos as fontes oficiais e, o jornalismo e a opinião ou editorial do CP, priorizando, enfatizando, a função e a importância da redução do Estado e da administração pública e a ênfase na dimensão econômica, mais no sentido dos ganhos financeiros e imediatos para as empresas (no aspecto privado e individual).

Duas transformações marcantes no discurso do jornalismo do CP, em relação aos órgãos ambientais, foram percebidas através da significativa redução (1) da circulação de fontes técnicas da Sema entre 2008 e 2010 e entre 2016 e 2018 e (2) da cobertura das datas especiais para o Meio Ambiente a partir de 2016. Nesses dois momentos houve a gestão de Ana Maria Pellini como presidente da Fepam, e como secretária da Sema e presidente da Fepam, respectivamente. Ao mesmo tempo, essa adesão às fontes oficiais por meio dos cargos de chefia e **redução** do acompanhamento do tema ambiental, em especial nas datas comemorativas (antes era constante) pode evidenciar a adesão do jornalismo do CP ao pensamento neoliberal onde natureza e meio ambiente são percebidos e mencionados como matéria-prima, recurso para exploração, em caso de prejuízo por degradação e gasto para recuperação. E pouca frequência como objeto de investimento e ganhos futuros. Nos últimos anos do período de nossa análise a ênfase das notícias e opinião/editorial nas ações “individuais” e empresariais (do particular, do privado) também caracterizaram os critérios do neoliberalismo, segundo pesquisou Michel Foucault.

Foi a adesão ao discurso das fontes oficiais que possibilitou ao jornalismo do CP produzir um discurso de defesa da geração de energia termelétrica a partir do carvão mineral do Rio Grande do Sul. E, foi a racionalidade neoliberal que possibilitou a reprodução do discurso das supostas “tecnologias sustentáveis” para viabilizar essa forma de exploração abandonada cada vez por mais países nos últimos anos. A partir das informações que reunimos, consideramos que a exploração do carvão está **condenada** devido à emissão de gases de efeito estufa em nível já insuportável para o planeta como indicam os mais de 40 relatórios¹²² elaborados pelos cientistas do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, em inglês) desde os anos 1990 do século passado.

4.2.2 *Discursividade sobre a Fepam*

A maior parte dos fragmentos apresentam a Fepam como aquela que resguarda o meio ambiente e a saúde humana, resolvendo: os problemas causados pelos danos ambientais como contaminações de cursos de água, do solo, do ar e as ameaças à conservação e preservação da biodiversidade (flora e fauna), provocados por serviços prestados e/ou produtos utilizados, na maioria das vezes neste *corpus*, por empresas ora licenciadas ora em débito com o órgão

¹²² Disponíveis em: <<https://www.ipcc.ch/reports/>> Acesso em: dez. 2019.

licenciador. A Fepam é o órgão (ou o tema na política ambiental devido ao licenciamento) que mais circulou nas notícias do CP. Apareceu tanto como benfeitora da sociedade ao proteger as pessoas (como notícias sobre balneabilidade no verão), e o meio ambiente (encaminhamento de acidentes com cargas tóxicas, avaliação de contaminações nos rios, etc.) e como vilã através do discurso das fontes empresariais e de entidades de classe patronais repetidos pelo CP, essencialmente sobre o licenciamento ambiental mas também quanto à fiscalização.

O CP apresenta a Fepam e seus técnicos ambientais como aqueles que fazem/propiciam/garantem o cuidado ambiental porque ela é referência para informações e estudos, orientações sobre procedimentos e esclarecimentos que visam harmonizar as relações entre o meio ambiente e o ser humano urbanizado, porque disciplina as ações, impondo limites de uso dos recursos naturais e condicionantes, constrói regramentos sob critérios de equilíbrio, e de coerção porque vistoria, autua os infratores, interdita em caso de não cumprimento pelo empreendedor do estabelecido legalmente. Nos 15 anos sob análise, este discurso sobre a Fepam como benfeitora predominou mesmo na variação dos temas das pautas e a extensão das notícias. Os enunciados caracterizaram as funções, as ações, as responsabilidades e as críticas atribuídas a este órgão.

Nos dois primeiros anos, 2003 e 2004, o discurso circulante nas notícias do CP sobre a Fepam foi muito semelhante e com ênfase sobre o aspecto benfeitor da Fepam, daquela que é útil, necessária em se tratando de cuidado do meio ambiente e assim da manutenção da saúde das pessoas. As notícias eram curtas, muitas vezes sem entrevistados e traziam a sumária descrição dos fatos. A nossa análise considerou os títulos, as linhas de apoio e o texto da notícia em si, mas na sequência exemplificamos o discurso do CP sobre a Fepam nestes dois primeiros anos do *corpus*, a partir dos títulos porque evidenciam os enunciados. Destacamos em negrito as ações de benfeitora no Quadro E:

QUADRO E: Ações da Fepam entre 2003 e 2004

2003	2004
Fepam confirma balneabilidade	Fepam aponta locais impróprios (balneabilidade)
Fepam monitora a qualidade do ar	Arroio é vistoriado pela Fepam (mortalidade de peixes)
Fepam aponta aumento de poluição	Fepam decidirá sobre aterro (capacidade/continuidade)
Fepam descarta riscos ao meio ambiente em Tapera	Fepam sugere desligar o motor dos ônibus (qualidade do ar no entorno da Estação Rodoviária)
Fepam recolhe produto químico	Fepam garante que 6ª feira retomará monitoramento no entorno da Rodoviária de Porto Alegre
Fepam analisa a causa do incêndio	
Fepam avalia em Caxias áreas para tratar esgotos	
Fepam entrega relatório sobre a morte de peixes no rio Ijuí	

FONTE: a autora.

Como os títulos indicam, a Fepam assegura ou alerta sobre a possibilidade de banho nas praias de água doce e salgada no Estado; acompanha as oscilações da poluição atmosférica e sugere medidas de enfrentamento; faz investigações sobre sinistros seja incêndio ou mortandade da fauna aquática; informa as áreas mais adequadas, com as respectivas condicionantes, para a implantação de projetos seja estação de tratamento seja aterro sanitário.

Ao mesmo tempo, nesses dois anos, quando a pauta abordava o licenciamento ambiental ao cargo da Fepam, o papel do cuidado do meio ambiente e da saúde das pessoas, foi deixado de lado. Vimos o CP aderir às expressões das fontes oficiais (governo ou empreendedores) em relação a dois aspectos principais: forma de referir a emissão da licença (como dar, liberar) e ações visando reduzir ao máximo o prazo de conclusão do processo de licenciamento ambiental. A seguir, os exemplos:

Seberi **espera liberação** da Fepam para usina de lixo
Fepam **dá licença** para energia eólica
Caxias **agiliza** trâmite para licenciamento ambiental
Fepam **autoriza** a retomada de obra (em avenida)
Fepam **autoriza** usina de reciclagem no Médio Uruguai

Em 2005, por sua vez, vimos uma maior circulação de notícias sobre a Fepam e a inclusão de mais técnicos explicando nas notícias a situação da qualidade do ar e da água; a Fepam é quem cuida, orienta, intensifica a fiscalização e tem a confiança do jornalismo do CP para publicar a sua informação fundamentada com credibilidade:

Açudes de Torres tem água analisada. [...]. Orientação da Fepam é para que as pessoas evitem tomar banho nas águas.

Por falta de regras na utilização da beira da praia em grandes festas, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) intensificará a fiscalização durante o feriado de carnaval. [...].

Fepam faz avaliação de resíduo. A equipe técnica da Fepam concluirá, no 2º semestre, um diagnóstico sobre a situação do lixo produzido no Rio Grande do Sul.

Conforme o meteorologista [...], da Fepam, a inalação de partículas de poluição afeta todo o organismo. “Podem ocorrer problemas de pele, no estômago e principalmente pulmonares que causam falta de ar,” frisou. Segundo ele, as informações sobre a qualidade do ar quando considerada inadequada são repassados em caráter de urgência aos órgãos de saúde e também ao poder público.

A Fepam monitora a qualidade da água de 87 pontos em 70 praias de 42 municípios gaúchos.

A partir de 2005, iniciou a difusão da intensa habilitação de municípios para licenciar empreendimentos de impacto local e com ênfase nesta possibilidade de independência da Fepam.

Os prefeitos das cidades litorâneas [...] **não precisam mais da autorização da Fepam** para terminar com a areia existente nas calçadas e nas vias públicas [...]. O motivo que justificava a dificuldade da limpeza foi derrubado ontem. Os promotores de Justiça das cidades com o problema assinaram uma deliberação [...].

Habilitação agiliza licença ambiental em Santa Rosa. “A mudança **agiliza a emissão** da licença e **reduz custos** ao empreendedor,” diz [...].

No Dia do Meio Ambiente, 5 de junho, foi predominante a cobertura pelo jornalismo do CP das ações das secretarias estadual e municipais de Meio Ambiente, bem como de entidades e instituições, e a realização de reportagens especiais. Ao mesmo tempo, fez circular informações com o foco na economia e na **desburocratização** do licenciamento ambiental. Não obstante essa função da Fepam também se justifique para o cuidado ambiental, no discurso do jornalismo do CP percebemos uma separação a qual pode ter decorrido da mera repetição e/ou reprodução do discurso das fontes. De todo modo ficou negada, apagada esta que é uma das principais dimensões da proteção ambiental porque foca na prevenção e no controle dos efeitos dos problemas/desastres/crimes ambientais e, portanto, objetiva garantir o bem-estar humano.

Como exemplo, vimos em 2005, que além de lembrar o aniversário de 15 anos da Fepam, comunicou “a medida **inovadora** envolvendo o meio rural”. Referia-se a integração das licenças a partir de julho: “o órgão não mais fornecerá autorizações individuais para avicultores, suinocultores, silvicultores e piscicultores [...]”. A medida em questão visava possibilitar “a regularização da situação de 20 mil produtores em curto espaço de tempo” segundo o diretor-presidente, a fonte ouvida. O especializado trabalho da Fepam ficou em segundo plano diante da necessidade de regularização da atividade econômica de milhares de empreendedores do meio rural. A mudança dos procedimentos técnicos específicos foi subordinada à necessidade de corrigir a situação de produtores rurais. A notícia não explica qual exatamente era a irregularidade nem a justificativa por parte dos referidos produtores, apenas trata da pressão, da cobrança mesmo sobre o órgão ambiental para solucionar a questão. Tampouco ficamos sabendo o porquê de as autorizações a milhares de produtores rurais não terem sido emitidas dentro do prazo legal. Mais adiante no *corpus*, veremos que os técnicos da Fepam começarão a denunciar a falta de entrega de documentos exigidos, por parte do requerente da licença ambiental, para a realização do processo do licenciamento.

Portanto, nos dois primeiros anos do período sob análise nesta pesquisa, as notícias circularam com uma crítica ao órgão, focada somente a um suposto atraso (por parte do órgão, nunca por parte do requerente) na conclusão do processo de licenciamento de empreendimentos sob responsabilidade tanto de municípios como de empresas privadas.

Assim, o Estado sob o governo de Germano Rigotto dava ênfase à importância e ações para a **descentralização** do licenciamento o que significava a sua municipalização.

Por outro lado, entre 2005 e 2006, dois fatos deram início a uma cobertura de meio ambiente diferenciada da vigente até aqui, percebida por meio da adesão do CP ao discurso das fontes oficiais, o qual passou a colocar em questão, explicitamente, a qualidade e a eficácia do trabalho da Fepam, culminando com a recusa de reconhecer o papel e a importância da Fundação até então considerado no *corpus*. Aprofundaremos sobre esta diferenciação ou singularidade na prática discursiva do jornalismo do CP através da descrição da discursividade sobre os dois fatos anteriormente referidos enquanto **acontecimentos discursivos**, em acordo com a arqueologia foucaultiana (FOUCAULT, 2006). Retomamos o conceito exposto na página 49 deste trabalho para ressaltar que buscaremos evidenciar a função do que foi dito em cada momento determinado, sob quais relações de poder e de saber específicas e que mantiveram uma regularidade para percebermos quais transformações ocorreram no discurso do jornalismo do CP.

Ambos os fatos se deram quase que simultaneamente. A implantação da silvicultura foi um processo que denotou a visão de crítica negativa por parte dos setores empresariais e políticos sobre a atuação da Fepam, principalmente, e a política ambiental do Rio Grande do Sul, até então manifesta timidamente ou de maneira controlada com relação à suposta demora no licenciamento. Pois, a partir de 2005 e em acordo com o governo estadual vigente, houve o início dos investimentos, no Rio Grande do Sul, pelas grandes empresas do ramo da silvicultura para obtenção de celulose, através da compra de terras. Daí se seguiu a constatação da necessidade de construção de um regramento para o plantio de monocultivos arbóreos (eucaliptos e pinus) o que fez aumentar a frequência das críticas ao órgão pelos empreendedores da silvicultura e integrantes dos governos subsequentes. Por ter perdurado praticamente até o final do período sob análise, a descrição desta discursividade será apresentada a partir da página 108.

Já o desastre ambiental no Rio dos Sinos se deu em outubro de 2006 com a mortandade de um milhão e meio de peixes (entre outubro e dezembro) e a autuação de ao menos seis empresas acusadas de despejarem efluentes sem o adequado tratamento. Devemos ressaltar, que este tratamento é especificado na licença ambiental emitida pela Fepam onde consta a descrição dos passos para o seu cumprimento. É um serviço prestado pelo Estado em benefício da cidadania e em acordo com as interdependências da espécie humana com o todo da biodiversidade. Se este trabalho de interesse público fosse realizado por uma empresa privada seria pago pelo empreendedor e, se fosse realizado por uma consultoria ligada ao

órgão, seria um trabalho pago pelo Estado. Ou seja, o custo do serviço prestado seria mais elevado em ambas as situações. Como a discursividade sobre este acontecimento ficou limitada a 2006, daremos início a sua descrição na sequência, deixando o processo de implantação da silvicultura para posteriormente.

O discurso das notícias do CP nos dias seguintes ao desastre ambiental no Rio dos Sinos foi de responsabilização do órgão público sobre o fato, com a posição do CP demarcada quatro dias após a primeira mortandade (8 de outubro), na edição de 12 de outubro de 2006:

A Fepam é responsável pela concessão e fiscalização do licenciamento ambiental das empresas instaladas na região. **No entanto**, o presidente da entidade Antenor Ferrari descartou a **possibilidade de omissão** por parte do órgão. “A Fepam faz fiscalização periódica nas empresas e não havia sido constatada nenhuma irregularidade,” afirmou. (grifo nosso).

A leitura acima nos sinaliza um discurso de responsabilização do órgão ambiental pelos erros e consequentes crimes ambientais causados por agentes privados (as empresas), que tinham a licença ambiental válida, portanto, em acordo e cientes da obrigatoriedade do cumprimento das normas e condicionantes referendadas pela Fepam no processo do licenciamento. O enunciado desproporcionalmente crítico à atuação da Fepam pelo próprio CP, não se repetiu neste caso da mortandade nos Sinos, porém, se fez presente nas palavras das fontes ouvidas, em especial os empresários através de suas entidades de classe. “Empresas se eximem de culpa” (CP, 4 nov. 2006) foi a notícia onde empresas acusadas do despejo de efluentes não tratados afirmaram cumprirem a legislação, contestando desta maneira, a atuação da Fepam. Endossando esta versão, a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), apontou como a principal causa da redução dos níveis de oxigênio no Rio dos Sinos (causando a mortandade de peixes) o despejo de esgoto doméstico não tratado pelas 32 prefeituras da bacia hidrográfica, ou seja, reforçando a inocência das empresas suspeitas. Em resposta (na mesma notícia, 11 nov. 2006) a Fepam enfatiza que ainda em 11 de outubro (3 dias após o desastre) emitiu “portaria dando prazo de 180 dias para que as prefeituras da bacia dos Sinos” elaborassem plano de saneamento visando reduzir o lançamento de esgoto doméstico não tratado.

Em 29 de novembro foi publicada a notícia sobre a prisão preventiva decretada do diretor-presidente da principal empresa suspeita de ser a responsável pelo desastre ambiental no Rio dos Sinos, investigada pela Fepam desde 2004 e autuada pelo lançamento irregular de efluentes no período compatível com o da mortandade de peixes.

As notícias do CP traziam como fontes os técnicos e dirigentes da Fepam explicando a situação do Rio (por um lado, de redução do nível devido escassez de chuvas e/ou estiagens bem como a captação para irrigação de lavouras de arroz e, por outro, de degradação pelo despejo *in natura* de esgoto doméstico pelos municípios e de efluentes não tratados devidamente por empresas com alto potencial poluidor). Traziam também os encaminhamentos descritos conforme a sequência da publicação das notícias: “A Fepam enviou técnicos para vistoria nas empresas que despejam efluentes no arroio que deságua no Sinos”; “três indústrias localizadas na sub-bacia do arroio Portão foram autuadas ontem pela Fepam”; “A Fepam já vistoriou 24 estabelecimentos de grande potencial poluidor, trabalho que ainda deve ser feito em outros 40 locais nos próximos dias”.

O fato nomeado pelo CP “acidente ambiental” em vez de “crime ambiental”, não obstante foi comprovada mais tarde a responsabilidade de empresas pelo despejo de efluentes industriais sem o tratamento necessário, e o monitoramento do Rio com investigação subsequente por parte da Fepam, foi pauta praticamente diária até dezembro de 2006. Nessa cobertura foram citados: a ênfase das autoridades na intensificação da fiscalização; no uso de equipamentos de oxigenação da água do Rio dos Sinos; na importância da interrupção da retirada de água das bacias dos Rios dos Sinos e Gravataí para irrigação das lavouras de arroz; na verificação em propriedades de arroz próximas ao Rio dos Sinos sobre o cumprimento do termo de licenciamento para a captação de água. E ainda, a decretação de situação de emergência pelo governo do Estado em função da persistência dos efeitos da poluição, e a portaria da Fepam 087/2006 que também determinou a redução “em 30% a vazão licenciada de todas as atividades industriais situadas na sub-bacia do Arroio Portão” (CP, 28 de out. 2006), se repetiram em diversas edições, assim como a avaliação dos efeitos da chuva sobre um possível aumento no nível do Rio e melhora no índice de oxigênio na água com a instalação de equipamento para injeção de oxigênio puro no Rio dos Sinos.

Estes fatos, provocaram, conforme os técnicos do órgão divulgaram, um enfraquecimento e um descrédito da sua atuação:

[...] a diretoria da associação dos servidores da Fepam entregou carta às direções da Fundação, do Conselho Estadual [Consema] e da Secretaria do Meio Ambiente, referindo-se ao desastre do rio dos Sinos. O documento é um desabafo dos servidores à gestão ambiental do Estado. Além de denunciar o descrédito sofrido pelo corpo técnico após o episódio, em outubro, a carta reivindica a implementação de ações preventivas que minimizem os riscos de novas tragédias ambientais. (CP, 11 nov. 2006).

Neste acontecimento discursivo construído pelo jornalismo do CP vimos os técnicos terem sua voz reverberada pelo meio de comunicação, a qual evidenciou uma lacuna entre a gestão ambiental em si e a gestão praticada pelo governo do período. Esta lacuna se fará presente nos demais acontecimentos discursivos a serem descritos.

A última notícia sobre o desastre dos Sinos trouxe a constatação de um técnico da Fepam, de que a chuva e a oxigenação: “não solucionará os problemas do rio, agravados pelo lançamento de esgoto doméstico e resíduos industriais” (CP, 20 dez. 2006). A situação do Rio dos Sinos ainda apareceu no nosso *corpus* de pesquisa, porém estritamente sobre a condição/qualidade da água, ou seja, nenhum apontamento com relação às responsabilidades dos usuários públicos (prefeituras da bacia) ou privados (empresas da região). Nenhuma notícia surgiu investigando junto às prefeituras o porquê da impossibilidade de ampliar o saneamento e, assim, evitar o despejo dos resíduos domésticos sem tratamento adequado nos mananciais hídricos. Tampouco junto às empresas, sobre as dificuldades de adaptação às normas legais que enfrentariam, tais como financeira, de acesso à tecnologia e/ou à informação para implementá-las, ou outras.

Vimos circular no jornalismo do CP neste período um saber-poder sobre a Fepam como um órgão que cabe fiscalizar, porém não apontar culpados, essencialmente se forem agentes privados, bem como reconhecer a sua parcela de responsabilidade sobre a fiscalização no sentido de impedir os desastres e de ter o poder de solucionar esses desastres se e quando ocorrerem.

Também ficou evidente a correlação de forças entre os servidores públicos do órgão ambiental e os integrantes do governo, disputa que foi repetida em todos os quatro governos do período estudado. Em cada mandato estadual, os técnicos expressaram resistência aos critérios preponderantemente econômicos (geração de receitas ao Estado e municípios, e geração de empregos em sobreposição aos limites ambientais do território) impostos sobre os critérios distintos conforme a área de atuação de cada técnico: Biologia, Geologia, Química, Engenharia Florestal, etc. Considerando a finalidade do órgão conforme a legislação vigente, percebemos uma distorção por parte dos governos.

4.2.2.1 Efeitos de verdade e formação dos saberes

O jornalismo do CP fez circular saberes-poderes sobre a Fepam e seus técnicos ambientais como quem ou aqueles que fazem/propiciam/garantem o **cuidado** ambiental (mais do que a proteção ambiental) porque ela é referência para informações e estudos, porque orienta empreendedores sobre procedimentos e esclarecimentos que visam harmonizar as

relações entre o meio ambiente e o ser humano urbanizado, porque **disciplina** as ações impondo limites de uso dos recursos naturais e as condicionantes, constrói regramentos sob critérios de equilíbrio e de coerção, porque vistoria, **autua** os infratores, **interdita** empreendimentos. O próprio discurso sobre a Fepam ficou em disputa no CP sobre as funções e as ações, e também as críticas. Por exemplo, em relação ao licenciamento ambiental, quando mesmo em datas especiais como o Dia do Meio Ambiente, fez circular informações com o foco na economia e na **desburocratização**, negando e apagando esta que é uma das principais dimensões da proteção ambiental.

A discursividade sobre a política ambiental foi recebendo outros contornos a partir de 2005 com a implantação da silvicultura e de 2006 com a mortandade no Rio dos Sinos. A adesão do CP ao discurso das fontes evidenciado pela repetição e reprodução dos seus dizeres, passou a colocar em questão a eficácia do trabalho da Fepam, culminando com a recusa de reconhecer as suas funções.

A pauta do desastre ambiental no Rio dos Sinos, em outubro de 2006 com a mortandade de um milhão e meio de peixes (entre outubro e dezembro) e a autuação de ao menos seis empresas, teve como **acontecimento discursivo a responsabilização do órgão público** com a posição do CP (12 out. 2006). A Fepam ficou como suspeita de omissão pelo erro de empresas (agentes privados), mas o crime ambiental, independente de dolo, foi nomeado pelo CP “acidente ambiental”. O crime foi mais tarde comprovado mediante resultados de investigação que envolveu o Ministério Público estadual. Não obstante os técnicos ambientais tenham denunciado “um enfraquecimento e um descrédito da sua atuação” (CP, 11 nov. 2006) o jornalismo do CP não percebeu ou deixou de problematizar esta e outras evidências da **lacuna** entre a gestão ambiental em si (no rigor da lei vigente) e a gestão praticada pelos governos do período sob análise. O saber-poder que circulou sobre a Fepam foi o de um órgão que cabe fiscalizar e reconhecer a sua parcela de responsabilidade sobre a fiscalização no sentido de impedir os desastres e de ter o poder de solucionar esses desastres se e quando ocorrerem.

Uma **distorção** por parte dos governos na gestão do órgão ambiental se evidenciou diante do **desequilíbrio** na correlação de forças entre os servidores públicos do órgão ambiental e os integrantes do governo. Durante os quatro mandatos os técnicos buscaram resistir às imposições preponderantemente econômicas sobre o licenciamento e o regramento ambiental.

4.2.3 Discursividade sobre o licenciamento ambiental

A compreensão distorcida sobre as obrigações da Fepam, e em diversos níveis de governos e de empresas bem como na sua complexidade, ocorreu principalmente na função do licenciamento ambiental. O saber-poder da Fepam ficou circunscrito ou limitado, reduzido ao saber-poder de “quem” e “como” demandava uma resposta ou recebia uma resposta inesperada. Por exemplo, em 16 fevereiro de 2007, o “Secretário **pede** licenças”:

O secretário extraordinário de Irrigação [...] encaminha hoje para análise da Fepam projetos de barragens nos arroios Tacuarembó e Jaguari. O **licenciamento prévio vai permitir a assinatura do convênio** entre o governo e o Ministério da Integração Nacional que representará o **maior investimento federal dos últimos anos** no RS [...]. [...].

Possivelmente por não ter havido a resposta esperada pelo secretário extraordinário, a notícia de 5 de março “Licenças **devem** sair em 15 dias”, deu a ordem:

As licenças ambientais para a construção das barragens de Tacuarembó em Dom Pedrito e de Jaguari na divisa de Lavras do Sul e São Gabriel **devem sair** nos próximos 15 dias. [...]. Os municípios **dependem somente do aval da Fepam** para iniciar a construção que **já tem garantidos** recursos federais na ordem de R\$ 80 milhões. As informações são do secretário de irrigação [...]. [...]. (CP, 16 fev. 2007).

Em situação semelhante à do secretário, colocou-se uma empresa de laticínios com projeto de instalação em município do interior do Estado. Da mesma forma, o CP reproduziu as informações prestadas pela fonte desconsiderando um critério de noticiabilidade, o de novidade:

A [empresa de laticínios] **deve apresentar, ainda nesta semana, o pedido de liberação** da licença ambiental da Fepam para dar início às obras de sua unidade fabril em Passo Fundo. A medida depende apenas da conclusão da transferência do terreno que a fábrica vai ocupar no município. [...]. "A expectativa é de que, de 10 a 15 dias, a licença esteja liberada," informa o assessor da [...]. [...]. (CP, 12 jun. 2007).

A Fepam recebeu ontem o pedido de licença ambiental que autoriza a [empresa de laticínios] a iniciar as obras da unidade industrial da empresa em solo gaúcho. [...]. [...], a estimativa é que em 30 dias a Fepam tenha o parecer definitivo. "**Só dependemos disso para começar as obras,**" informa o assessor [...]. [...]. (CP, 26 jun. 2007).

De que interesse público falamos ao considerar notícia que uma empresa irá (no futuro) requerer uma autorização e qual a expectativa que ela tem sobre o tempo de evolução do processo de licenciamento? Tanto que o dito pedido somente foi entregue 15 dias depois,

não tendo sido cumprido o anúncio feito pela empresa. Tampouco importa do que a empresa **depende** para começar as obras já que a conclusão do processo de licenciamento é que depende da entrega completa da documentação por parte da empresa requerente. Nessas duas situações (a do secretário de Estado e a da empresa) verificamos a observação de um técnico da Fepam, ainda que com relação ao licenciamento da silvicultura e diante dos reclames das megaempresas sobre um suposto atraso: “[...] as queixas podem ser atribuídas a **inversão de procedimentos**. ‘Eles compraram as terras antes da conclusão do estudo. Se as áreas compradas não são as indicadas para o plantio de eucalipto, a culpa não cabe aos técnicos.’ [...]”. (CP, 1 mai. 2007).

Esta inversão de procedimentos permeou os discursos que circularam nas notícias do CP como veremos nos fragmentos a seguir. Caracterizou-se pela repetição e reprodução pelo jornalismo do CP do discurso das fontes oficiais sobre a necessidade de mudar o processo de licenciamento ambiental no Rio Grande do Sul em atendimento ao interesse dos chamados ora empreendedores ora investidores. A descentralização foi defendida, no período de nossa análise, de duas formas: através da cessão deste poder de licenciar para os municípios e através do autolicensing (no último governo). A intenção, ainda do governo Germano Rigotto (2003-2006), era concluir o mandato com todos os 496 municípios gaúchos licenciando empreendimentos de impacto local. Os outros governadores não conseguiram cumprir essa meta, mas o número dos chamados **balcões** de licenciamento se multiplicou em municípios que atendem microrregiões.

O trabalho já poderia ter avançado não fosse o **atraso** de quase um ano provocado pela **necessidade de obtenção** das licenças ambientais para a construção dos tanques. O que gerou um descompasso entre o recurso solicitado originalmente e o orçamento, provocando a necessidade de uma série de reuniões. Os piscicultores da região estão aguardando resposta do pedido de prorrogação de 18 meses feito junto ao RS Rural para dar continuidade e conclusão ao trabalho. (CP, 21 dez. 2003).

[...] o Banrisul, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema) e a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) firmaram um acordo para **agilizar** o licenciamento ambiental de futuros empreendimentos. [...] os empreendedores poderão contar com a assessoria dos técnicos do Banrisul na organização, condução e acompanhamento dos processos que visam a legalização das questões ambientais, necessárias para o início das obras. “Nossa participação dará maior **velocidade na liberação** do licenciamento,” disse o presidente do Banrisul [...]. [...] A previsão é de que os 28 técnicos do Banrisul estejam habilitados a avaliar os projetos a partir do mês de dezembro. (CP, 8 out. 2006).

A **retirada das regras rígidas** que restringem o plantio de florestas em território gaúcho foi a principal solicitação feita nas quatro audiências públicas realizadas pela Fepam nas últimas duas semanas. [...] De acordo com a Fepam, o objetivo agora é concentrar os trabalhos para poder licenciar. [...] “Vamos apresentar um substitutivo que aperfeiçoe o zoneamento. Mas é importante lembrar que silvicultura combina com ecologia,” diz Ana [Pellini]. [...] As mudanças no

zoneamento foram defendidas por sindicalistas, cientistas e trabalhadores **no sentido de não comprometer investimentos**. (CP, 24 jun. 2007).

[...] a **limitação** do licenciamento ambiental automático já gera críticas ao plano estadual de irrigação, que será apresentado pelo governador Tarso Genro amanhã. Com a promessa de **agilizar** a emissão de outorgas do uso da água, que pode levar até dois anos, a Secretaria do Meio Ambiente irá conceder licença global ao programa, mas que contemplará apenas a construção de açudes até 10 hectares. “[...]. Se não tem **flexibilização**, não adianta fazer pirotecnia que a irrigação não vai deslanchar no Rio Grande do Sul,” afirma o coordenador [...] da Farsul. Segundo ele, a **desburocratização** do licenciamento para obras em que há captação de água de rios ou sangas é fundamental para expandir a técnica e **evitar perdas** na produção agrícola em tempos de seca. [...]. (CP, 13 mar. 2012).

A **demora na liberação** de licenças ambientais que **impediu** produtores de investirem em irrigação em safras passadas será **empecilho** também em 2012/2013. É o caso de [...] planejava instalar pivôs em 145 hectares. O pedido foi feito em janeiro, mas até agora, a Fepam não emitiu a licença prévia, primeira de três etapas necessárias. [...]. Com a contratação emergencial de vinte técnicos em maio a tramitação no DRH da Sema, considerado o principal **gargalo** até então, foi agilizada. No mês passado, o número de processos analisados (1215) foi cinco vezes maior que a média obtida entre novembro de 2011 e abril de 2012. Já a emissão de outorgas saltou 3,6 vezes, totalizando 345 no mês passado. Com isso, o passivo de 4,8 mil processos caiu para 2,7 mil. [...]. Contudo, **os técnicos da Fepam estariam resistentes quanto a liberação** de LP's ou Licenças de Instalação (LI's) com o documento provisório, o que tem gerado **atrasos**. [...]. (CP, 13 set. 2012).

A Fepam proibiu a captação de água de rios para uso em irrigação de projetos do programa Mais Água Mais Renda. A nova licença de operação, classificada pela Seapa [Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural] como "o fim" o projeto de fomento à irrigação, revogou, inclusive, a captação em propriedades onde **já haviam sido feitos investimentos** em pivôs. "O texto antigo era omissivo e as pessoas estavam fazendo sem autorização," explica a assessora técnica da presidência da Fepam [...]. Segundo ela, o conteúdo agora não deixa margem para interpretações equivocadas. [...]. De acordo com ele [secretário da Seapa], a mudança não foi debatida com o setor. A competência de liberar o uso é do Departamento de Recursos Hídricos. [...]. O secretário disse esperar que a Fepam volte atrás e restabeleça o programa. Lançado em 2012, o Mais Água, Mais Renda, inclui lavouras de até 100 hectares com açudes com área alagada de até 10 hectares. A Fepam admite a possibilidade de flexibilizar a determinação, emitida em dezembro passado. Enquanto isso, já faz ajustes na licença em vigor, que será reemitida definindo conceitos de banhado e riacho, por exemplo. [...]. (CP, 29 jan. 2014).

O chefe do gabinete do governador, [...], informou ontem que Tarso Genro pretende manter em operação o programa Mais Água, Mais Renda. O projeto está ameaçado por licença emitida pela Fepam que limita a captação de água de rios. Segundo ele, o governador pediu que Seapa e Fepam **façam os ajustes necessários** para chegar a um consenso que viabilize a continuidade das operações. [...]. (CP, 31 jan. 2014).

[evento realizado na Federasul, fonte ouvida membro do sistema Ocergs-Sescoop/RS]. Apesar dos avanços, o setor ainda cobra apoio do poder público, em especial no que se refere a licenciamentos ambientais. Um dos pleitos é para que a Fepam libere com mais agilidade os projetos de novos empreendimentos. "Temos **obras que estão há muito tempo paradas** sem licença ambiental, isso nos atrapalha. No Paraná, por exemplo, leva quatro meses," comparou. [...]. (CP, 30 jun. 2016).

O que percebemos após a leitura dos fragmentos anteriores é uma simplificação sobre o significado do processo de licenciamento e pouca vontade de conhecer a sua validade para o próprio empreendimento. Tanto que, um representante do Sinduscon, ouvido em uma das notícias sobre a Operação Concutare¹²³, deu um “alerta para mais custo” dos empreendimentos da construção: “[...] defende procedimentos menos burocráticos ao licenciamento. Em qualquer obra, segundo ele, são necessárias várias licenças e renovações dessas licenças. ‘São, por exemplo, as de instalação, a provisória e a licença de operação, que se revezam,’ acrescenta o industrial.” (CP, 2 mai. 2013).

O jornalismo do CP poderia ter explicado após rápida conferida no Capítulo Oitavo do Código Estadual do Meio Ambiente (Lei 11.520/2000), segundo o Artigo 56, que as licenças são expedidas “com base em manifestação técnica obrigatória”. A Licença Prévia (LP) é aquela onde consta no pedido feito pelo empreendedor o “planejamento do empreendimento ou da atividade”, com a descrição de tudo o que deve ser atendido “nas fases de localização, instalação e operação” considerando as leis vigentes municipais, estaduais e federais. A Licença de Instalação (LI) é a que autoriza o “início da implantação do empreendimento ou atividade, de acordo com as condições e restrições da LP e, quando couber, as especificações constantes no Projeto Executivo aprovado, e atendidas as demais exigências do órgão ambiental”. Por fim, a Licença de Operação (LO), “autoriza após as verificações necessárias, o início do empreendimento ou atividade e, quando couber, o funcionamento dos equipamentos de controle de poluição exigidos, de acordo com o previsto na LP e LI e atendidas as demais exigências do órgão ambiental competente”. Sobre a renovação, o prazo pode variar entre um e cinco anos conforme “o porte e o potencial poluidor da atividade”.

O prazo de expedição da licença é de seis meses, porém, no parágrafo primeiro do Artigo 57, lemos que a contagem “será suspensa durante a elaboração dos estudos ambientais complementares ou preparação de esclarecimento pelo empreendedor”. O que significa que o tempo que o empreendedor levar para entregar os documentos solicitados pela Fepam, por exemplo, não são contados dentro do prazo de seis meses ou um ano (se houver EIA/Rima e audiências públicas) que o órgão tem para concluir o processo de análise, que inclui entre outros procedimentos, as vistorias, e deferir ou indeferir o requerimento.

Conforme vimos até aqui, a questão do licenciamento apareceu nas notícias coletadas, basicamente, de duas formas: uma, dependente de uma agilização através de uma

¹²³ Investigação da Polícia Federal realizada em 2013 sobre fraudes em licenças ambientais emitidas.

municipalização do processo; duas, com os critérios subjugados ao atendimento da expectativa e da aceitação dos empreendedores, principalmente, em se tratando de grandes empreendimentos apoiados pelo governo estadual. Acontecimento discursivo emblemático no período sob nossa análise foi o da implantação da silvicultura.

A prática discursiva do jornalismo do CP foi de corroborar a insatisfação dos empresários da mega silvicultura ante o trabalho da Fepam. Eles, contrariados pela imposição de cumprirem um Zoneamento Ambiental para a Atividade da Silvicultura (ZAS) a ser construído, seguiram até o final, deste primeiro governo (Germano Rigotto, 2003-2006) do período sob análise, propagando a sua insatisfação também com a existência do órgão. Pois a existência do órgão implicava o planejamento, os acordos, o cumprimento de leis e regras que não tinham sido previstas durante o diálogo com o governo do Estado. A seguir, vejamos os fragmentos que circularam nas edições do CP:

[...]. Das 36 solicitações para autorização de plantio enviadas entre maio de 2005 e junho deste ano, 16 empresas receberam o **aval da Fepam**, entre elas Aracruz e Votorantim. As autorizações foram concedidas depois de reparos ao termo de ajustamento de conduta, firmado entre a Fepam e Ministério Público Estadual. **Em resposta a demora para liberar as licenças ambientais, alegada pelas empresas florestais**, o diretor-presidente da Fepam, [...], disse buscar o progresso econômico com a preservação ambiental. “Somos responsáveis pela garantia dos empreendimentos,” ressaltou. (CP, 24 jun. 2006).

[...]. O texto é aguardado especialmente pelas empresas que investem no segmento como a Stora Enso, Aracruz e Votorantim (VCP) que **iniciaram atividades de preparo do solo, criação de viveiros e plantio de mudas de eucalipto amparadas por um termo de ajuste de conduta** acertado com o Ministério Público. Com isso a Fepam cumpre o prazo estabelecido no acordo. Após a sua conclusão o zoneamento precisa ser votado no Conselho Estadual do Meio Ambiente, processo que deve ser concluído até 31 de março de 2007. (CP, 8 dez. 2006).

O diretor presidente da Fepam [...] entrega hoje às 15h, ao governador Germano Rigotto, o zoneamento ambiental da silvicultura no estado. O projeto vem sendo **aguardado com ansiedade** pelo setor e **deve viabilizar** a instalação de empreendimentos privados voltados ao plantio de florestas. O zoneamento dividiu o estado em 45 unidades de paisagem e norteará o licenciamento conforme termo de ajustamento de conduta (TAC). (CP, 20 dez. 2006).

As empresas de silvicultura e celulose tinham um cronograma de trabalho fixado conforme um diálogo com o governador, o qual não incluiu os técnicos ambientais tampouco considerou a política ambiental vigente. Ao se sentirem prejudicadas, já que o governador já tinha dado o sinal verde para o início dos plantios, as empresas contavam com um tal regramento correspondente ao seu anseio, o que não ocorreu. Tendo sido o Zoneamento Ambiental da Silvicultura (ZAS) apresentado como muito exigente na sua opinião, porque

inviabilizaria os seus planos já em andamento, a Stora Enso segundo o discurso reproduzido pelo CP, desqualificou um dos mais aprofundados e completos estudos realizados sobre o meio ambiente do Rio Grande do Sul e as possibilidades de desenvolvimento através de atividades econômicas vigentes e futuras:

Stora Enso pede estudo de peso [título]. [...]. [...] disse que o documento divulgado nesta semana é apenas uma base em cima da qual será constituída a resolução normativa. [...]. A preocupação é fazer um levantamento aprofundado para que o zoneamento seja consistente. [...] esteve reunido ontem com o governador Germano Rigotto. Conforme o dirigente durante audiência foi feito agradecimento pelo empenho nas tratativas sobre o tema. Rigotto afirmou que após deixar o Piratini pretende manter o apoio a instalação de empresas florestais no Rio Grande do Sul. A Stora Enso deve fechar o ano com o plantio de 5 mil mudas de eucalipto, em 2007 serão mais de 12 mil mudas e, em 2008, 15 mil. (CP, 22 dez. 2006).

O governo seguinte ao de Germano Rigotto, não só seguiu a diretriz como realizou o imprevisível para que as empresas de silvicultura e celulose executassem os seus cronogramas de trabalho. O governo de Yeda Crusius (2007-2010) deu ouvidos aos reclames dos megaempresários e cedeu toda a infraestrutura da Fepam bem como da Sema para atender aos anseios deles e tornar exequível, ao seu modo e de imediato, a implantação da silvicultura no Estado.

[...]. A Fepam tem uma equipe de **plantão** para avaliar os pedidos de licença de operação (LO) das empresas florestais e **liberar imediatamente** o que estiver de acordo com a legislação. "Essas licenças são **prioridade absoluta**," garante a diretora presidente da Fepam, Ana Pellini. Segundo ela, não há pendências no setor de licenciamentos, que aguarda, para os próximos dias, o ingresso da documentação por parte da Votorantim Celulose e Papel (VCP), Stora Enso e Aracruz solicitando a autorização. Somente de posse destas licenças as empresas podem fazer o cultivo das mudas. [...]. "Há um pequeno **atraso no cronograma**, mas devemos reverter o quadro caso as LO's sejam liberadas no **período previsto**," diz o diretor florestal da VCP [...]. [...]. Os **planos** da empresa [Stora Enso] **precisaram ser revistos** em função de não ter havido licenciamento nos prazos previstos. "Por isso não será mais possível cumprir o programa de 12 mil hectares. Esperamos que, com a determinação da Fepam de retomar as licenças, ainda possamos plantar 8 mil hectares nesse ano [...]," relata [diretor florestal da Stora Enso]. (CP, 24 jun. 2007).

Até o final do mês, a Fepam deverá enviar ao Consema o substitutivo do ZAS. [...]. "**Vamos retirar as restrições mais exageradas**," admite a diretora presidente da Fepam, Ana Pellini. O zoneamento deverá regular o plantio de florestas a partir do ano que vem. **A liberação das licenças necessárias para o cultivo em agosto está em pleno andamento** e feita com base na legislação ambiental. **O cronograma da força tarefa instituída pela Fepam para dar conta dos pedidos vem sendo cumprido**. A Aracruz já teve liberado o plantio de mil hectares dos 3,5 mil solicitados. "Estamos em processo de vistoria de 2,5 mil hectares e deveremos emitir as licenças de operação (LO) até segunda feira." [era uma quarta-feira]. [...]. (CP, 4 jul. 2007).

O discurso do CP denominou de crise no governo Yeda Crusius a correlação de forças entre a direção da Sema e da Fepam em contraposição às expectativas das empresas da silvicultura e celulose diante do processo de licenciamento apoiado pelo governo. A primeira titular da Sema e o segundo titular da Fepam, ficaram no governo até maio de 2007.

A **crise** envolvendo o setor do meio ambiente se iniciou em função da iniciativa do então presidente da Fepam [...] que assinou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), em 19 de abril, tornando **mais rígidas** as regras para o florestamento no Rio Grande do Sul, sem o conhecimento do poder executivo. A medida acabou gerando nova crise no governo Yeda. Além disso, os setores envolvidos e parlamentares reagiram a possibilidade de o estado **perder 4 bilhões de dólares em investimentos** na Metade Sul. [...]. Destacou [a secretária] ainda que a compreensão do Ministério Público sobre a importância de novo TAC, estabelecendo regras mais flexíveis ao florestamento, foi decisivo para solucionar o impasse. [...] a medida de **amenizar as normas** não representará riscos ao Estado. “Vamos levar em conta os aspectos ambientais, econômicos e de desenvolvimento do RS,” disse [a secretária]. (CP, 4 mai. 2007).

Após a própria governadora Yeda ter elogiado esta gestão devido a “[...] redução do número de licenças atrasadas em análise de 10 mil para 5,6 mil e do prazo de liberação que atualmente varia de 25 a 45 dias. [...]” (CP, 3 mai. 2007), a secretária demitiu-se. Da Assembleia Legislativa já seguia uma mobilização de “Deputados contra perda de US\$ 4 bi” diante da dita “posição da Fepam de reduzir áreas de plantio de florestas [que] podem provocar evasão de investimentos no RS”.

Berfran Rosado (PPS) afirmou que está ocorrendo **inversão de autoridade** na questão do florestamento da Metade Sul. Segundo Berfran, é **inadmissível que a Fepam tenha o poder de decidir sozinha**, determinando o futuro de uma região do Rio Grande do Sul. “A governadora Yeda Crusius e os partidos aliados foram eleitos para administrar e tomar decisões sobre questões importantes que digam respeito ao Estado,” avaliou. [...]. O líder do governo na Assembleia Legislativa Adilson Troca, do PSDB, afirmou que as empresas de florestamento não trarão prejuízos ao meio ambiente, mas benefícios ao Estado como a geração de emprego e renda. Defendeu ainda a **necessidade de mudança estrutural na Fepam** por meio de contratação de técnicos [...]. [...]. (CP, 3 mai. 2007).

Para o deputado Nelson Harter, do PMDB, “[...] há componente ideológico na **crise** envolvendo a Fepam.” [...]. Salientou que além do prejuízo imediato a região Sul a **intransigência** demonstrada pela Fepam acarretará grande dificuldade para o Estado atrair novos investimentos no setor. [...]” (CP, 3 mai. 2007).

Na sequência, “Deputados vão ver de perto as licenças” trouxe a aprovação pelo legislativo de uma “comissão de representação externa que irá colaborar com a Fepam nas operações de licenciamento ambiental”. Aqui, o CP classificou como “severas regras utilizadas pela Fepam na liberação do licenciamento”. (CP, 9 mai. 2007). Em 15 de maio, a expectativa do CP sobre “Fepam entrega relatório à AL” adiantava o conteúdo esperado: “as

informações sobre o número de solicitações, fluxo de tramitação e tempo médio para as concessões de plantio por setor produtivo”. Em dois dias, o relatório da própria Fepam dava conta de que a suposta “Unificação pode agilizar a concessão de licenças”. E os técnicos, servidores do Estado, que posição teriam diante da principal recomendação descrita abaixo apresentada pelo Secretário interino?

A **unificação** da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema), da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) e da Fundação Zoobotânica é a principal recomendação de relatório, entregue no início da semana pelo titular interino da Sema, José Carlos Breda à comissão de representação externa da Assembleia Legislativa que trata dos licenciamentos ambientais. Para Breda, um dos resultados seria o menor tempo para as concessões. (CP, 17 mai. 2007).

Vimos acima um indicativo do que, no último governo do período sob análise, se concretizou em parte: não houve a unificação entre os três órgãos, mas a extinção da Fundação Zoobotânica teve como mote a assimilação das suas funções pela Sema. O jornalismo do CP não ouviu os técnicos a respeito em 2007 e a função de cada um dos três órgãos da política ambiental gaúcha foi ignorada. Em “Deputados avaliam pedido de demissão de [secretária da Sema]”, o CP reproduziu a manifestação daquele que assumiu a Sema em 2009, durante o governo Yeda:

Para Berfran Rosado do PPS [...] destacou a importância de que a Secretaria tenha em seu comando um representante capaz de realizar as negociações e articulações com os setores envolvidos e também conheça a legislação referente a essa área específica. “Não adianta somente conhecimentos técnicos para assumir cargo com tamanha relevância para o futuro do Estado,” disse o parlamentar. [...]. (CP, 5 mai. 2007).

A redução do saber-poder da Fepam enquanto órgão técnico ambiental foi reafirmada pela expressão “somente conhecimentos técnicos” acima descrita. A essência da sua criação foi anulada por uma fonte e meramente repetida, reproduzida pelo jornalismo do CP sem uma problematização. Neste contexto, a definição do comando para os órgãos ambientais, Fepam e Sema, não poderia mais se equivocar.

A governadora Yeda levou 15 dias para anunciar os nomes dos novos titulares da Sema e da Fepam. O comentário do deputado Rosado sobre o conhecimento da legislação e o anúncio da “Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul [...] diante das notícias acerca da indicação para ocupar a Secretaria Estadual do Meio Ambiente do nome do procurador de Justiça Carlos Otaviano Brenner de Moraes” que circulou no CP no mesmo dia da demissão da secretária da Sema (CP, 5 mai. 2007), apontou o caminho a ser trilhado nos

anos seguintes: uma adesão dos políticos ao saber-poder jurídico. Com efeito, a governadora Yeda entregou a titularidade da Sema a Brenner de Moraes contrariando o próprio partido, o PSDB (CP, 9 mai. 2007; CP, 18 mai. 2007).

[...]. O procurador de Justiça Carlos Otaviano Brenner de Moraes assumiu a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema) com o **compromisso de conciliar proteção ambiental e desenvolvimento econômico**. [...]. [...] referindo-se a **polêmica** envolvendo a emissão de licenças **ambientais** para empresas produtoras de celulose disse que “o Estado não pode ficar refém das empresas nem elas reféns da omissão do Estado”. A Sema tem sido **pressionada** por empresários que **reclamam** das restrições **impostas** pelo plano de zoneamento elaborado no final de 2006 pela Fepam. [...]. Sobre a **falta de estrutura e pessoal** na Secretaria, Brenner ressaltou que estabelecerá prioridades e buscará otimizar os recursos. [...].

A pauta para o CP era a construção do Zoneamento Ambiental da Silvicultura (ZAS) e a sua aplicação no processo de licenciamento ambiental da atividade de silvicultura, não sem conflitos entre os empreendedores e seus apoiadores do governo em contraposição ao meio técnico ambiental do Estado (além da Fepam, demais integrantes dos outros órgãos da política ambiental como FZB). Fosse pela novidade que representava aos empresários, pelo desacordo com o resultado do zoneamento ou pelas restrições que o documento impunha sobre os plantios já programados. Contudo, tamanha a adesão do CP à linha do chamado pelo movimento ambientalista “desenvolvimentismo” vigente, o acontecimento discursivo se transformou numa crescente desacreditação do órgão ambiental Fepam.

O ZAS foi desenvolvido pelos técnicos ambientais do Estado, principalmente a partir do acúmulo de resultados de pesquisas desenvolvidas pela Fundação Zoobotânica. Os dados e critérios apresentados não foram aceitos pelos empreendedores da chamada silvicultura¹²⁴, tanto porque já tinham adquirido terras onde não poderiam plantar as lavouras de eucaliptos como por não aceitarem os limites de distanciamentos das outras culturas, ou entre os próprios maciços de árvores, dentre outros limites. Portanto, ao mesmo tempo que se tratava da construção de uma política ambiental, o setor empresarial envolvido e o governo alinhados tomaram atitudes para adequar o documento oficial (antes da sua aprovação em votação no Consema) ao seu próprio interesse financeiro.

Vimos nas notícias do CP uma busca pelo atendimento ao interesse dos governos e das empresas da silvicultura e celulose (interesses particulares e privados por representarem

¹²⁴ Vandana Shiva (2003, p. 32) explica que a silvicultura científica (esta praticada pelas empresas da celulose) “[...] foi a falsa universalização de uma tradição local de exploração dos recursos florestais que nasceu de interesses comerciais limitados que viam a floresta somente em termos de madeira com valor comercial. Primeiro, reduziu o valor da diversidade da vida das florestas ao valor de poucas espécies que tem valor comercial e depois reduziu o valor dessas espécies ao valor de seu produto morto – a madeira.”.

grupos restritos) com a mudança de objetivo das pautas que, em Jornalismo, é atender o interesse público. A necessária problematização sobre a implantação de uma atividade econômica exógena perdeu o lugar diante do ajuste do foco para o aspecto econômico no sentido da geração de empregos relacionados aos plantios arbóreos e à operacionalização de fábricas. Dessa maneira, o CP pode ter desempenhado um papel coadjuvante ao reproduzir a pressão e a crítica sobre o trabalho dos técnicos e a validade dos órgãos ambientais. A desqualificação do conteúdo do Zoneamento Ambiental da Silvicultura (ZAS), também pode ser denotada:

A Fepam aguarda [...] o resultado do estudo da Fundação de Economia e Estatística (FEE) para enviar ao Consema o substitutivo do Zoneamento Ambiental da Silvicultura. O levantamento projetará a realidade socioeconômica que esta nova cultura trará ao RS como o número de empregos e renda per capita. [...]. O substitutivo da Fepam foi elaborado a partir das quatro audiências públicas. Além da inclusão dos dados da FEE, deverá confirmar a **retirada de parte das restrições**. “**O documento foi feito às pressas e alguns dados estavam pobres**, principalmente os relacionados às questões sociais”, diz Ana. A partir das novas medidas, regiões estabelecidas como alta restrição poderão passar para média, ou as médias poderão passar para baixa. (CP, 1 ago. 2007, grifos nossos).

De fato, em 2004 houve a inclusão da silvicultura no sistema de licenciamento após aprovação pelo Consema e, no mesmo ano, a Sema instituiu um grupo de trabalho formado por técnicos da Fepam, da FZB e do Departamento de Florestas e Áreas Protegidas (Defap). Em 2005 foram estabelecidos critérios para licenciar a silvicultura, como os portes e o potencial poluidor. “Assim, a implantação de novos projetos passou a respeitar dois instrumentos de gestão ambiental, o zoneamento e o licenciamento, previstos no Código Ambiental do Estado, Lei Estadual 11.520/2000.” (FANTE, 2012, p. 30). Dessa maneira, enquanto o ZAS era construído, um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta foi assinado entre Fepam e Ministério Público para não prejudicar as empresas, autorizando os plantios em áreas de reforma de plantio ou já em uso agrícola e vedando os plantios em áreas de fronteira (remetendo ao caso da Stora Enso, empresa finlandesa). Em respeito a este Compromisso, a Fepam entregou ao governador o ZAS em dezembro de 2006, contendo: mapeamento temático e de vulnerabilidade que indicavam as áreas críticas e as regras a serem cumpridas segundo cada uma das 45 Unidades de Paisagem Natural (UPN). Tampouco as questões sociais conforme referidas na notícia, a saber geração de emprego e renda, podiam ser tidas como separadas das ambientais. Não houve notícia do CP que circulasse informações específicas sobre o conteúdo do ZAS.

Os interesses em disputa não foram apontados pelo CP, tais como **quem** defendia **qual** modo de implantação dos monocultivos arbóreos, aspecto importante dada a origem de matéria-prima para as fábricas de produção de celulose. Polêmica foi o adjetivo adotado em geral pelos meios de comunicação, além do CP:

Em meio à **polêmica** envolvendo a emissão de licenças ambientais para empresas produtoras de celulose, servidores da Fepam defenderam ontem o Zoneamento Ambiental para a Silvicultura. Argumentam que o estudo incluindo a indicação das áreas próprias para a plantação de eucaliptos foi feito por grupo técnico com os cientistas, instituições e universidades e o acompanhamento de representantes dos empreendedores. “**Se é para as empresas pedirem e levarem as licenças automaticamente não precisamos de um órgão de meio ambiente,**” reagiu [...] da Fepam [...]. [...] Empreendedores demonstraram descontentamento com a decisão da Fepam de aplicar o critério de zoneamento. Alguns ameaçaram desistir dos investimentos no estado. (CP, 1 mai. 2007).

O sentimento (ou ressentimento) do servidor público do órgão ambiental, destacado no fragmento anterior, já nos sinalizava em 2007 **o cerne do conflito** que percebemos existir, em praticamente todos os governos do nosso período e em medidas diferentes, entre os dirigentes do órgão e os técnicos ambientais: a não aceitação de um saber-poder visto como externo em relação ao saber-poder reconhecido como verdadeiro (o econômico por meio de governos e empresas), caracterizado pela coragem de refutar os argumentos e provar cientificamente a inxequibilidade ecológica das propostas de empreendimentos econômicos requeridos. Esta não aceitação, por sua vez, ficou evidenciada com a postura de negação e tentativa de apagamento ou anulação do saber-poder ambiental.

O chamado pelo CP “descontentamento” poderia ser traduzido como pela **compra antecipada** de terras por parte das empresas, portanto antes da conclusão do ZAS. De fato, estas áreas já possuíam limites para a ocupação da silvicultura a partir do seu histórico de exploração econômica e acúmulo de degradação ambiental. O que estava mapeado no Zoneamento e visava orientar os empreendedores. O coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público (Caoma, MP) promotor Alexandre Saltz, disse que “Os empresários não são informados da rigidez da legislação e quando pedem a licença ambiental estão com o empreendimento pronto” (CP, 22 mai. 2007).

Um ano depois, ao repercutir uma versão do ZAS conciliadora produzida pela Fundação Zoobotânica, porém nunca debatida no Consema, a EcoAgência circulou mais uma explicação de um técnico diante da constatação de inversão de procedimentos:

“Não é exatamente onde querem, para não atrapalhar a política de compra de terras deles, porque querem comprar conforme a oferta, e se houver limites eles precisam

distribuir os investimentos por uma área um pouco maior. Outro temor (das papeleiras) é que nas áreas já plantadas o Ministério Público exija retroatividade para os plantios já estabelecidos”, completa. (NENÊ, 11 abr. 2008).

O Zoneamento Ambiental da Silvicultura (ZAS) não trazia redução de áreas, trazia restrições àquelas áreas adquiridas precocemente pelas empresas, isto é, sem considerar as condições do território:

Técnicos da Fepam que trabalharam na elaboração do Zoneamento Ambiental para a Silvicultura no RS apresentaram [...] os critérios adotados [...]. [...] Departamento de Qualidade Ambiental da Fepam [...] afirmou que os licenciamentos efetuados não dão margem para a pressão política. Conforme ele a discussão é relacionada à eventual legalidade do instrumento sem questionar a técnica. “É bom salientar que licenças têm sido emitidas em prazos menores do que os permitidos.” [...] disse que o zoneamento feito pela Fundação **permite o cultivo de florestas em até nove milhões de hectares** do Estado. Ele destacou ainda que os projetos do setor produtivo para os próximos dez anos apontam para a chance de se chegar uma área cultivada de até um milhão de hectares. (CP, 4 mai. 2007).

Atribuímos a disputa entre governo do Estado (tanto o gabinete quanto outras secretarias bem como entidades de classe como Ageflor e as empresas Aracruz, Votorantim e Stora Enso) com o conhecimento acumulado e a prática técnica ambiental do Estado a dois fatores: primeiro, o apoio incondicional aos investimentos bilionários provenientes da silvicultura e celulose e, segundo, ao parco conhecimento sobre a real capacidade de ocupação do território, tanto em relação ao conceito de terras agricultáveis ou disponíveis para plantios, que na verdade eram (e são) os remanescentes de campos sulinos (bioma nativo, o Pampa) cuja atividade econômica conciliada à conservação da biodiversidade é a pecuária, como em relação às áreas do território que já estão saturadas e/ou degradadas pelas atividades econômicas em vigor há décadas. Uma terceira variável também não foi compreendida pela governadora Yeda Crusius e seus apoiadores: a das áreas protegidas e com interesse especial para a conservação.

No entremeio das disputas sobre o conceito do ZAS, um projeto-piloto de licenciamento único foi inaugurado em Alegrete, justamente no centro das regiões da Campanha e da Fronteira Oeste onde as empresas da silvicultura e celulose haviam adquirido e/ou arrendado terras e requeriam as licenças ambientais. O decreto que instituiu o Balcão Ambiental Integrado, tinha o objetivo, segundo:

[...] o secretário estadual do Meio Ambiente, Carlos Otaviano Brenner de Moraes, é estender a iniciativa as demais regionais da Secretaria. Com isso, pela primeira vez no país, será implantado um sistema de licenciamento ambiental único, contendo no mesmo protocolo a solicitação de licença envolvendo os departamentos de Florestas

e Áreas Protegidas (Defap) e de Recursos Hídricos (DRH) da Sema e a Fepam. [...]. Nas regiões da Campanha e Fronteira Oeste, será possível realizar o licenciamento único, com a mesma qualidade e **cuidados ambientais**, porém, sem a demora usual. [...]. (CP, 29 set. 2007).

O CP não noticiou a posição dos técnicos ambientais sobre o Balcão. Mas, seis meses depois, noticiou a posição dos ambientalistas:

Para a coordenadora do NAT¹²⁵, Lucia Ortiz, criar caminhos menos burocráticos é interessante, mas é preciso que as ações estejam acompanhadas de respaldo ao trabalho do corpo técnico da Secretaria Estadual do Meio Ambiente. [...]. A prevalência do ponto de vista econômico na liberação de empreendimentos representa retrocesso de 30 anos em relação aos procedimentos na área ambiental, afirma o representante do Instituto Ingá, conselheiro no Consema e professor da UFRGS, Paulo Brack. [...]. (CP, 30 mar. 2008).

Os órgãos técnicos ambientais, de nível estadual e federal, com o apoio do movimento ambientalista e de professores e pesquisadores das universidades mantiveram-se mobilizados diante da ofensiva do licenciamento imediato para a silvicultura. Duas Ações Cíveis Públicas (ACP's), uma movida pelas entidades e outra pelo Ministério Público deram resultado e, o CP noticiou a reação por parte do governo e das empresas:

A Fepam irá recorrer contra a decisão da juíza federal [...] que transferiu ao Ibama a **incumbência de liberar** áreas para a silvicultura no Rio Grande do Sul. Conforme o comunicado oficial, a Fundação **irá até as últimas instâncias para reverter o veredito**, que pegou de surpresa o secretário do Meio Ambiente Carlos Otaviano de Moraes e a presidente da Fepam Ana Pellini. A autarquia estadual já havia sido proibida pela Justiça no mês de outubro de emitir licenças sem o estudo de Impacto ambiental (EIA/Rima) para áreas superiores a mil hectares. [...]. A magistrada alega que o Ibama estaria "afastado das pressões locais para a concessão de licenças". A decisão [...] pode **comprometer investimentos** em silvicultura no Estado [...]. A multinacional [Stora Enso] terminará o ano com 5 mil hectares plantados, enquanto que a meta seria 12 mil hectares. Segundo a assessoria de imprensa da empresa, R\$ 20 milhões deixarão de ser investidos. O diretor de operações da Aracruz, Walter Lídio Nunes, salientou que a liminar remete os empresários a um clima de **insegurança e incerteza** com relação aos investimentos no Estado. **"Fomos convidados para desenvolver a Metade Sul. É uma surpresa a juíza questionar um estado de direito. Teremos atraso no cronograma,"** destaca. (CP, 13 nov. 2007).

Em 15 dias, a presidência do Tribunal Regional Federal da 4ª. Região (TRF4) devolveu à Fepam a função do licenciamento ambiental da silvicultura atendendo ao recurso da Procuradoria Geral do Estado. A justificativa da desembargadora Silvia Goraieb foi de que: "Há risco de lesão à ordem pública e a segurança jurídica". Segundo o secretário do Meio Ambiente, Carlos Otaviano de Moraes, a decisão restaurou "a completa soberania do

¹²⁵ Núcleo Amigos da Terra Brasil – NAT ou Amigos da Terra Brasil.

Rio Grande do Sul na questão ambiental a tempo de não causar prejuízo aos projetos em andamento” (CP, 29 nov. 2007).

A reprodução de discursos pelo Jornalismo sem uma análise com informações complementares, como vimos na notícia acima, pode dar a impressão de imparcialidade e neutralidade a esta prática jornalística. Ao mesmo tempo, pode sugerir o total acordo com as afirmações e uma tomada de posição de subserviência aos discursos reverberados, de anulação do próprio lugar institucional do Jornalismo na sociedade. Não foi o interesse público atendido nesse caso, o interesse econômico de alguns públicos é que foi corroborado. Considerando que a dimensão ambiental afeta a todos inevitavelmente variando somente nos graus e níveis, cabia uma problematização sobre o real valor econômico em disputa diante do risco de degradação ambiental com a implantação da silvicultura sem o regramento devido, o ZAS. O volume que teria sido deixado de investir pelas empresas era maior mesmo do que todos as variáveis ambientais sob risco de conservação ou preservação? Em tempos de mudança climática, quando os prejuízos causados a partir da conversão dos ecossistemas naturais e a consequente degradação provocada pela poluição da água, ar e solo, serão calculados?

O entendimento do secretário Brenner sobre o tema foi especificado em entrevista exclusiva ao CP: “Essa decisão retirou do Estado uma parcela de sua soberania sobre a gestão ambiental. **Se o empreendimento produz efeitos no nosso meio ambiente, diz respeito ao povo gaúcho,**’ enfatiza. [...]” (CP, 17 fev. 2008). A fonte oficial parece supor que seria possível delimitar ou controlar os referidos efeitos. Ao mesmo tempo estranhamos a tomada de posse sobre o meio ambiente através da suposição de que haveria um “nosso” (dos gaúchos) e dos outros (quem?) por compreendermos que todas as espécies da biodiversidade interdependem dos mesmos recursos naturais: ar, água, solos, etc. De outra maneira, não somente interessa ao Ibama ou aos cidadãos, consideramos que a soberania para decidir o que diz respeito aos gaúchos é assegurada pelas legislações dos três níveis de poder em suas constituições, federal, estadual e municipal. O modo de conduzir a Sema, demarcado neste período, nos sugere um uso do saber jurídico pelos poderes político e econômico, para o reforço do seu argumento e da sua justificativa sobre as decisões tomadas visando a generalização como meio de garantir a homogeneidade do discurso.

Devemos destacar que, entre 2007 e 2008, os fatos e a cobertura sob nossa análise se deram em um contexto global chamado por economistas como “crise financeira” ou “crise bancária do capitalismo”. No Rio Grande do Sul foi marcante a falência da Aracruz e a desistência da Votorantim de seguir com os plantios arbóreos de exóticas e de construir uma

fábrica no Estado. Esta empresa e a Stora Enso, ambas em acordo com o governo Yeda Crusius (PSDB, 2007-2010) sobre a implantação da silvicultura e o desenvolvimento da cadeia produtiva da celulose (com a construção de fábricas), abandonaram as negociações. A Votorantim adquiriu a Aracruz em setembro de 2009 criando a Fibria, parceria que durou até dezembro do mesmo ano quando a fábrica localizada em Guaíba foi vendida para o grupo chileno *Compañía Manufacturera de Papeles y Cartones* (CMPC). Nomeada “Celulose Rio-Grandense” seguiu com a planejada ampliação ou quadruplicação e coube ao governo Tarso Genro (PT, 2011-2014) festejar “o maior investimento privado na história do Estado [R\$ 5 bilhões na ampliação da unidade da empresa em Guaíba].” (CP, 3 mar. 2013). Não obstante o impacto financeiro negativo e mundial, a função enunciativa da prática discursiva do jornalismo do CP manteve-se na persuasão do público sobre o saber-poder neoliberal, especificamente em relação às palavras dos empreendedores e nos mercados autorregulados.

De volta ao debate público sobre a implantação da silvicultura, no modo imposto pelo governo sobre o próprio corpo técnico de servidores estaduais, retratamos a seguir a culminância com a aprovação do ZAS em abril de 2008:

O Consema aprovou ontem por unanimidade (19 votos) o ZAS, [...]. [...]. A votação foi concluída por volta das 22h de ontem, com quase oito horas de atraso devido a disputa judicial. A Agapan obteve liminar da juíza Ketlin Casagrande, da 5ª. Vara da Fazenda Pública, que impediu a apreciação do texto. A liminar foi cassada no início da noite pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Armínio José Lima da Rosa. [...]. O presidente da Ageflor [...] disse não entender os ambientalistas. "As entidades tiveram a oportunidade de se manifestar." (CP, 10 abr. 2008).

A unanimidade referida na notícia não dá a entender que se tratava de todos os votantes que **permaneceram** até a cassação da liminar passado de 21h, conselheiros ligados aos órgãos do governo e às empresas da silvicultura e celulose. Nos dias anteriores, o CP deixou de relatar fatos que permitiriam entender a referida disputa judicial bem como evidenciar a forma de direito de manifestação que a entidades ambientais e ambientalistas receberam. Os fatos são os seguintes:

- que na reunião do Consema de 18 de março foram retiradas as principais restrições do ZAS sobre as quais os conselheiros das Câmaras Técnicas estavam de acordo até então;
- que na reunião extraordinária do Consema de 4 de abril cuja pauta era a análise dos pareceres das Câmaras Técnicas que discutiam o ZAS, o conselheiro da Agapan pediu vistas com o objetivo de obter tempo suficiente para construir o seu parecer, o que significaria um

prazo de 15 dias até uma nova reunião, mas descumprindo uma resolução do próprio Consema, o prazo concedido foi de apenas três dias;

- que foi pela impossibilidade de ter pronta a análise dos referidos pareceres que a Agapan obteve na manhã de 9 de abril uma liminar suspendendo a reunião de deliberação do ZAS, que ocorreria à tarde;

- que o conselheiro da Agapan, Flávio Lewgoy¹²⁶ entregou a liminar ao presidente do Consema, também secretário da Sema, Carlos Otaviano Brenner de Moraes, e que ele se retirou da reunião após entregar a coordenação da mesma ao secretário-adjunto da Sema, tendo retornado por volta de 21h com outra liminar, cassando a primeira e permitindo a votação do ZAS;

- que 29 conselheiros tinham direito ao voto e que os dez ausentes haviam se retirado por terem suposto o encerramento da reunião e não terem previsto a cassação da liminar mais de sete horas¹²⁷ depois do seu início.

A justificativa do governo corroborada pela decisão do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Armínio José Lima da Rosa, foi estritamente financeira, desconsiderando toda a problematização das questões ambientais implicadas com a implantação de uma atividade econômica exógena e exótica:

[...]. Aduz que a demora na votação desta matéria, que já foi objeto de amplo debate com a entidade Impetrante [Agapan], bem como com as demais representantes da sociedade nas audiências públicas que foram realizadas, importa no **estancamento de investimentos previstos no Estado do Rio Grande do Sul, que podem significar prejuízos imediatos da ordem de R\$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de reais)**. Assevera que a manutenção da decisão liminar também acarretará enorme **prejuízo à sociedade gaúcha**, na medida em que os licenciamentos dependem das regras que serão definidas no novo projeto de zoneamento ambiental, com **evidentes danos à economia estadual, que já apresenta um déficit orçamentário previsto para este ano de mais de R\$ 1,3 bilhões de reais e um déficit estrutural de mais de R\$ 33 bilhões de reais**. Por fim, diz haver **lesão à ordem administrativa**, ante o impedimento do exercício regular das regras atinentes à votação e aprovação da proposta de zoneamento ambiental pelo Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, com evidente benefício de determinada entidade, em detrimento da sociedade. Pede a suspensão da execução da liminar.”¹²⁸

¹²⁶ Flávio Lewgoy (1926-2015) foi químico, geneticista, perito criminalístico e ambientalista membro da Agapan. Disponível em: <<http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/a-ciencia-a-servico-da-saude-humana-e-ambiental-entrevista-com-o-quimico-geneticista-e-ambientalista-flavio-lewgoy/>> Acesso em: nov. 2019.

¹²⁷ Conforme a ata da Reunião do Consema, a mesma se iniciou às 14h25min e se encerrou às 21h30min. Disponível em: <<https://www.sema.rs.gov.br/upload/arquivos/201611/30134406-ata33reuniao-extraordinaria-do-consema-segunda-sessao.pdf>> Acesso em: nov. 2019.

¹²⁸ Disponível em: <<https://www.sema.rs.gov.br/upload/arquivos/201611/30134406-ata33reuniao-extraordinaria-do-consema-segunda-sessao.pdf>> Acesso em: nov. 2019.

Justificativas como estas foram repetidas em mais de uma notícia do CP durante o ano e com maior frequência em maio de 2007:

A defesa dos novos empreendimentos do setor florestal no Rio Grande do Sul reuniu 4,5 mil pessoas ontem em frente ao Palácio Piratini, na capital. O grupo formado por trabalhadores e empreendedores e políticos protestou contra a **demora do governo do Estado na definição de regras para o zoneamento da silvicultura**. Os manifestantes reclamam que o cenário de **incerteza** sobre a política ambiental põe **risco a instalação de empresas de florestamento** cujos **investimentos** chegariam a **R\$ 10 bilhões com a geração de 6 mil empregos diretos e 120 mil indiretos**. [...]. (CP, 18 mai. 2007).

Após esta exposição podemos entender as afirmações dos empreendedores sobre o resultado da votação do ZAS: "[...]. Agora o zoneamento nos traz regras que são coerentes com o nosso trabalho." [diretor da VCP]. [...]. A assessoria da Aracruz¹²⁹ informou que a aprovação é um passo importante já que a partir de agora há um regramento claro. [...]" (CP, 11 abr. 2008).

Não é possível saber se até este resultado, o CP perguntou aos empreendedores o porquê de não aceitarem os percentuais de ocupação por Unidade de Paisagem Natural (UPN) estabelecidos no ZAS original. Teria sido o CP ou os mega empreendedores a julgar um saber impróprio aos leitores, ao cidadão comum e restrito à decisão daqueles especializados na silvicultura industrial de grande porte? Independentemente disso, todo tema e pauta de interesse público, cabe ser reportado pelo Jornalismo. Se trazer qualquer alteração ou transformação nos ecossistemas e por consequência nos biomas, implicando obviamente alterações ou transformações nas rotinas das comunidades e nas matrizes produtivas das regiões, não há dúvida de que há interesse público. Um tipo de interesse que se sobrepõe ao privado e ao da maior parte dos grupos econômicos ou mesmo dos mais poderosos.

¹²⁹ A Aracruz foi uma das empresas que faliram com a chamada “crise financeira” ou “crise bancária do capitalismo” de 2008 marcada pela quebra de bancos autorregulados e o socorro que alguns deles receberam dos governos dos seus países dentro de um contexto de neoliberalismo global. A crise bancária de 2008 foi desencadeada a partir da “crença” neoliberal na desregulamentação dos sistemas financeiros e representou uma experimentação global nos impactos decorrentes das ações dos mercados “livres” de regulações conforme Bresser-Pereira (2009). O epicentro da crise foi nos Estados Unidos e os fatos combinados que a desencadearam foram: o não pagamento de empréstimos hipotecários pelas famílias, o aumento das taxas de juros pelos governos e as ações das agências de risco, consideradas inovadoras por alguns e criminosas por outros. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v29n1/08.pdf>> Acesso em: dez. 2019.

A versão da EcoAgência¹³⁰ sobre o andamento da reunião do Consema de 9 de abril de 2008 também trouxe outros elementos que descrevem a manutenção de uma reunião com a única finalidade de aprovar o ZAS de qualquer maneira:

Quando começou a reunião extraordinária, convocada para votar o ZAS, Otaviano Moraes avisou que havia recebido uma ordem judicial da 5ª. Vara da Fazenda Pública, suspendendo liminarmente a reunião em função do mandado de segurança da Agapan. [...]. [...] numa exposição com *datashow*, o secretário mostrou o que, segundo ele, seriam diferenças entre pedido de vistas de documento e vista de processo. Procurador de Justiça, o secretário disse a seguir que teria havido confusão nos dois conceitos quando foi concedida a liminar. Logo em seguida, colocou em votação a continuidade da reunião para debates, proposta que foi aprovada.

Na verdade, foi um artifício para que os conselheiros continuassem reunidos, enquanto ele saía, deixando um substituto para dirigir os trabalhos, a fim de providenciar a cassação. Após cerca de uma hora de debates tensos, às 16h, os representantes das ONGs se retiraram. O biólogo e professor da Ufrgs Paulo Brack, da ONG Ingá, criticou a ausência dos técnicos da Fepam e Fundação Zoobotânica, que por suas entidades afirmam estarem sendo pressionados pelas direções da Sema, Fepam e FZB.

Após a saída das ONGs a reunião prosseguiu, com os conselheiros restantes criando temas para debates. Depois que vários já tinham falado, as três Câmaras Técnicas do Consema apresentaram seus pareceres. E, para esticar a conversa, foi sugerido que fosse lido todo o zoneamento original feito pelos técnicos da Fepam, descaracterizado na proposta final, e discutido ponto a ponto.

O conselheiro do Ibama que havia permanecido, Marcelo Madeira, pediu então que fosse fixado um teto de horário para terminar a reunião. A sugestão não foi aceita e ele se retirou, enquanto alguém também saía para buscar os sanduíches dos que permaneceram. A informação que circulava, às 19h30min, era que o secretário Otaviano de Moraes estava no Tribunal de Justiça e a cassação da liminar poderia sair a qualquer momento.

"É uma situação vexatória para o governo, fica escancarado assim que temos, na verdade, uma intervenção na Sema e na Fepam. É uma secretaria em desvio de função, voltada para a liberação dos licenciamentos das papelerias somente, sem nenhum tipo de programa de proteção ambiental", declarou Paulo Brack, ao comentar a votação. Membros do Ingá, a ONG de Brack, afirmam que tentaram voltar para acompanhar a votação, mas foram impedidos de entrar no recinto. Os ambientalistas deverão buscar uma forma de recorrer, amanhã. (NENÊ, 2008).

Outro aspecto que foi totalmente apagado da história naquele momento foi a versão de um ZAS feita pelos técnicos da FZB e entregue ao Consema dois dias antes da deliberação, "contendo sugestões para o debate dos demais conselheiros". Porém, nunca foi distribuído aos conselheiros. Nem foi debatido no dia 9 de abril entre os conselheiros que aguardaram até as 21h pela cassação da liminar obtida pela Agapan. Mas, a EcoAgência¹³¹ conseguiu acessar o documento e extraímos da sua notícia os principais aspectos que poderiam ter mudado a história da implantação da silvicultura, harmonizando as correlações

¹³⁰ Disponível em: <<http://www.ecoagencia.com.br/?open=noticias&id===AUUJkVUhITXJFbZpXTWJVU>> Acesso em: nov. 2019.

¹³¹ Disponível em: <<http://www.ecoagencia.com.br/?open=noticias&id===AUUJkRZ5mTXJFbZpXTWJVU>> Acesso em: nov. 2019.

de força vigentes e permitindo a conservação ambiental. São eles: propostas não atendiam totalmente nem ambientalistas nem empresas, mas regravam o plantio e permitiam a implantação da silvicultura; estabelecia percentuais de ocupação pela silvicultura em cada uma das 45 Unidades de Paisagem Natural (UPN, definidas pelo ZAS) com tamanhos máximos de plantio e distanciamento mínimo entre cada UPN; mostrava que os percentuais de ocupação com pinus e eucalipto nas áreas de alta, média e baixa restrição não inviabilizavam a silvicultura tanto que dimensionava 8 milhões de hectares disponíveis para a atividade econômica; em 15 das 45 UPN's não se previa exigência de distanciamento entre os maciços, que são os plantios com no mínimo 500 hectares e, nas demais a proposta de distanciamento variava entre um e cinco quilômetros, tendo sido proposta uma distância de cinco quilômetros em apenas duas regiões de remanescentes de campos, a vegetação nativa predominante no Rio Grande do Sul.

Dias depois, o CP ainda repercutia o que mais o havia marcado, o adjetivado “bate-boca” entre os conselheiros na reunião, porém sem explicar o porquê e o que estava em disputa, quais argumentos eram rebatidos. A descrição do referido embate consta na ata¹³² da reunião do Consema:

A aprovação do ZAS não põe fim à controvérsia sobre os limites para a atividade. Depois de muito debate, e principalmente **bate-boca**, o documento foi aprovado sem **a imposição** de percentuais máximos para o plantio de árvores nas unidades de paisagem. O item foi o mais contestado e a maior reivindicação dos ambientalistas. [...]. Conforme Ana (diretora-presidente da Fepam), não havia base científica para deixar os índices que constavam do estudo [...]. [...]. Segundo ela, se novos limites forem aprovados no prazo de um ano, **não haverá comprometimento dos projetos já em andamento das empresas**. [...]. "O documento foi podado nas duas últimas semanas," afirma Paulo Brack, professor de Botânica do Instituto de Biociências da UFRGS e conselheiro do INGÁ [no Consema]. Segundo ele, nunca havia sido debatida a retirada dos percentuais, somente a alteração. "O zoneamento ficou orientativo e não normativo. Sem os índices, é um pseudo-zoneamento." Em sua penúltima versão, o documento limitava o plantio de árvores entre 10% (áreas com maior restrição) e 50% (áreas com menor restrição) das unidades de paisagem. Os índices já haviam sido modificados em relação ao estudo original, que chegava a restringir a 2% o plantio por propriedade. Estabelecendo índices para as unidades, e não para as propriedades. Brack adverte que seria necessário limitar o tamanho dos blocos, mas não houve consenso. [...]. (CP, 13 abr. 2008).

As denúncias sobre o equívoco da aprovação do ZAS na versão de 9 de abril de 2008 continuaram a gerar pautas. Igualmente ao discurso do governo e das empresas, o CP limitou-se a reproduzir o discurso do grupo de trabalho do Bioma Pampa do Ibama divulgado publicamente:

¹³² Disponível em: <<https://www.sema.rs.gov.br/upload/arquivos/201611/30134406-ata33reunia-extraordinaria-do-consema-segunda-sessao.pdf>> Acesso em: nov. 2019.

Em nota, a equipe disse que o projeto vigente "serve somente para legitimar os procedimentos de licenciamento da atividade da silvicultura e produção de celulose no estado, sem o planejamento ambiental adequado à magnitude dos empreendimentos propostos e já implementados". Conforme o manifesto, o grupo entende que, para ser um instrumento eficiente, o zoneamento deveria considerar "no mínimo, elementos tais como índices de vulnerabilidade das Unidades de Paisagem Natural (UPN), percentuais de uso em cada uma e os tamanhos e distâncias entre os maciços de árvores". O grupo lamentou que as propostas de modificação do Consema retirem quase que todos os regramentos e restrições que poderiam ser mecanismos de salvaguarda da biodiversidade, águas e solos. "Avaliamos que a versão do zoneamento aprovada pelo Consema e vigente é documento sem eficácia, inócuo para garantir a conservação e uso sustentável do ambiente no estado." (CP, 24 jul. 2008).

A repetição de discursos teria sido vista, naquele período, como estratégia de demonstrar imparcialidade, neutralidade e isenção, características que o próprio CP se atribuía? Teria, o jornalismo do CP, considerado que a repetição e a reprodução de discursos, correspondia a uma segura transmissão de informações aos seus públicos? Certamente o fragmento acima descrito atendeu ao interesse público por ter trazido elementos novos e outras vozes do discurso predominante daquele período. Porém, não deixou de se caracterizar na forma pelo chamado jornalismo declaratório. A nossa questão aqui é contar com a problematização do Jornalismo, um agente social que circula entre todos os setores produtivos e classes sociais, fazendo mediações e difundindo saberes (e com eles os respectivos poderes em disputa), considerando a complexidade do tema. Contudo, para o jornalismo do CP, a questão parecia ser uma “[...] **novela** da concessão de licenças ambientais para as grandes empresas de silvicultura [...]” (CP, 17 fev. 2008).

No decorrer de 2008, uma decisão da Justiça obrigou a retomada das discussões sobre o ZAS no Consema, o que segundo nossa interpretação, pôs em xeque o processo de saber-poder circulante no CP. Tomamos esse processo como apartado da conservação do meio ambiente também porque não encontramos notícias investigativas¹³³ por parte do CP, o que esperaríamos já que consideramos o jornalismo mais um agente social produtor de verdades e uma forma de conhecimento. Devemos destacar que, em um ano, cientistas, governo e empreendedores trabalharam juntos e conseguiram acordar restrições aos plantios arbóreos. Os definidores da existência deste diálogo foram o Ministério Público e o Judiciário. Assim, o que foi recusado desde 2004 (ano que se iniciou a articulação para a construção do ZAS)

¹³³ A investigação jornalística é uma oportunidade buscada visando a obtenção de informações relevantes, aprofundadas e inéditas (ao menos para a maior parte dos públicos dos meios de comunicação). Diante da acelerada rotina produtiva, redações têm formado grupos de jornalistas investigativos nos últimos anos e publicado periodicamente as reportagens especiais. No caso do Correio do Povo, não obstante uma de suas marcas tenha sido no período sob nossa análise, a publicação de notícias curtas, vimos por exemplo, a publicação de pautas divididas em três notícias, o que mostra a opção pelo formato curto e a vontade de ampliar a abordagem. Havendo o espaço, cabe incluir a diversidade das fontes possíveis.

tornou-se realidade em 2009. Nos parece que o jornalismo do CP não contribuiu para a descoberta do que então se revelou um diálogo possível entre interesses distintos e, por vezes, antagônicos. Fica para nossa reflexão: se a prática discursiva do CP, no período de nossa análise, não tivesse sido sobretudo declaratória e repetidora do discurso das fontes oficiais políticas e empresariais, mas tivesse sido problematizadora dos pontos em conflito do debate, a capacidade de diálogo dos agentes sociais envolvidos teria se destacado antes?

Ao mesmo tempo, dentro da dicotomia (declaratória e repetidora ou reprodutora de discursos) sob o ponto de vista do jornalismo do CP, limitou-se a passar adiante a informação sobre o processo¹³⁴ de improbidade administrativa que a diretora presidente da Fepam, Ana Pellini, teve que responder na Justiça. Nem após este indicativo houve, ou ao menos não encontramos, o resultado de uma investigação jornalística própria a partir das informações que circulavam desde o início desta gestão:

A presidente da Fepam, Ana Pellini, responderá à Justiça por improbidade administrativa. Uma ação civil pública foi impetrada por organizações ligadas ao meio ambiente - Agapan, Sociedade Amigos das Águas Limpas e do Verde, Projeto Mira-Serra, Instituto Biofilia, e Associação Socioambientalista Igré. O juiz Eugênio Terra disse que as entidades têm legitimidade para propor a ação. Sobre o pedido de afastamento do cargo, afirmou que depende de provas. As entidades declararam ter havido pressão sobre servidores da fundação e irregularidades na tramitação de licenciamentos no órgão. Ana Pellini tem 15 dias para contestar a ação. Ela disse que quando assumiu havia 12 mil processos em licenciamento e tomou providências em um plano emergencial para agilizar os procedimentos. Ana negou fazer pressão sobre os funcionários, limitando-se a exigir o cumprimento das metas estipuladas. Para ela, as acusações seriam em função de "interesses políticos contrariados". (CP, 11 out. 2008).

Seis meses antes, a própria presidente da Fepam havia admitido a pressão exercida sobre os servidores, fato este ignorado pelo CP desde então:

No final da tarde de hoje (08/04), em entrevista à EcoAgência por telefone, ela confirmou que pressionou pela aceleração dos licenciamentos das papelarias e para a aprovação do ZAS. [Zoneamento Ambiental da Silvicultura]. “Realmente **pressionei, sim**, porque chegou um momento em que eu disse que esse zoneamento tinha que **desencruar**”, declarou, sem rodeios. Segundo ela, “as coisas precisam ter um timing para se resolver e apresentar soluções”. Acrescentou que os licenciamentos e a tramitação do ZAS vinham “demorando exageradamente”. (NENÊ, 8 abr. 2008).

A geóloga e coordenadora da entidade ambientalista Amigos da Terra Brasil, Lucia Ortiz, ao ser ouvida sobre o Balcão Ambiental Integrado, denunciou que havia “pareceres técnicos que não são considerados e chegam a ser substituídos por pareceres políticos”, o que

¹³⁴ Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/acp_fepam.pdf> Acesso em: nov. 2019.

também não mereceu uma apuração junto ao secretário da Sema ou à diretora-presidente da Fepam. (CP, 30 mar. 2008).

Além da EcoAgência, notícias produzidas pelos sindicatos dos servidores públicos estaduais (Semapi e Sindsepe¹³⁵) e pelas entidades ambientalistas (Agapan e Amigos da Terra Brasil), essencialmente, repercutiam na sociedade o drama vivido pelos técnicos ambientais do Estado. A notícia acima referida citava ainda a situação de “quase à beira de um ataque de nervos”, e medo de retaliações e de punições que alguns já estavam sofrendo. Tanto que uma audiência pública na Assembleia Legislativa foi realizada no Dia Mundial do Meio Ambiente (5 de junho) para tratar do “desmonte da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e de suas fundações”. Documento assinado por entidades do movimento ambientalista perguntava: “Até quando o vale tudo na área ambiental do Rio Grande do Sul?” A reivindicação era “Por uma investigação profunda dos desmandos e das irregularidades na SEMA e Por uma política ambiental séria, sempre associada a uma política econômica que preze a sustentabilidade, invertendo as prioridades, não mais contemplando megaempreendimentos que concentram riquezas, desempregam pessoas e destroem a natureza”. Por circularem como vimos, possivelmente essas informações tenham sido acessadas pelo jornalismo do CP, só não eram repercutidas de forma relacionada e integrada.

4.2.3.1 Efeitos de verdade e formação dos saberes

O saber-poder da Fepam ficou circunscrito ou limitado, condicionado ao saber-poder de “quem” demandava uma licença ambiental, tanto membros do governo como empresas. A reprodução do discurso das fontes repetiu e, ao reproduzir este discurso, produziu um discurso de pressão sobre o órgão ao cobrar a liberação das licenças, o que demarcou a **inversão de procedimentos** como um técnico definiu (CP, 1 mai. 2007). Inversão esta avalizada pelo jornalismo do CP, ao reproduzi-la sem problematizar. Os fatos foram transformados em acontecimentos discursivos que reivindicavam ou justificavam: a mudança na legislação e a descentralização através da habilitação dos municípios e do autolicensing (concretizada em parte pelo último governo). Este jornalismo enquanto reprodutor e produtor de conhecimento ficou no atendimento do interesse do seu público, fonte majoritária e/ou parceiro comercial, e não na compreensão da validade para o próprio empreendimento sobre o processo de licenciamento, o que contemplaria o interesse público.

¹³⁵ Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Fundações Estaduais (Semapi) e Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul (Sindsepe).

A prática discursiva do jornalismo do CP foi de corroborar a insatisfação e o desacordo dos empresários da mega silvicultura e celulose, com o apoio de cada governo, diante da obrigação legal de cumprir o Zoneamento Ambiental para a Atividade da Silvicultura (ZAS). O discurso do CP denominou de **crise** e **polêmica** a impossibilidade dos órgãos ambientais atenderem prontamente os requerimentos das empresas da silvicultura e celulose, quando o acontecimento era a desequilibrada **correlação de forças** entre o corpo técnico dos órgãos ambientais com os demais do governo (chefias ou outras secretarias). Especificamente, a referida impossibilidade naquele período, decorria justamente da falta de investimento para admitir um número de técnicos ambientais compatível às demandas, em quantidade e complexidade, do processo de licenciamento.

A **lacuna** na gestão ambiental foi aprofundada. A **inversão de procedimentos** chegou a ser vista, e reproduzida pelo jornalismo do CP, como **inversão de autoridade**, por um então futuro secretário da Sema, que hoje é réu por atos desta gestão, e que afirmou “**é inadmissível que a Fepam tenha o poder de decidir sozinha**, determinando o futuro de uma região do Rio Grande do Sul” (CP, 3 mai. 2007) e “Não adianta somente conhecimentos técnicos para assumir cargo com tamanha relevância para o futuro do Estado” (CP, 5 mai. 2007). Nem quando um secretário interino da Sema propôs a “**unificação** da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema), da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) e da Fundação Zoobotânica” (CP, 17 mai. 2007), o jornalismo do CP “parou as máquinas” para problematizar. Até o início do governo de José Ivo Sartori, esta ideia pode ter sido considerada **esdrúxula**. Neste último governo do período sob análise, a pretendida unificação se concretizou em parte já que as atribuições da Fundação Zoobotânica, em processo de extinção, passaram para a Sema.

“**Se é para as empresas pedirem e levarem as licenças automaticamente não precisamos de um órgão de meio ambiente**” (CP, 1 mai. 2007). O sentimento (ou ressentimento) do servidor público do órgão ambiental, destacado nesse fragmento, já nos sinalizava em 2007 o cerne do conflito que percebemos existir, em praticamente todos os governos do nosso período e em medidas diferentes, entre os dirigentes do órgão e os técnicos ambientais: a negação das ditas “externalidades” pela economia com a recusa da obrigatoriedade de reconhecer que as resoluções não podem ser tomadas apenas entre aqueles que concordam ou apenas pelo setor econômico-produtivo. A decisão foi por manter-se ignaro diante do desconhecido (a biologia, a ecologia, etc.), dando lugar apenas para a criação de preconceitos e desinformação, até mesmo sobre o que atendia o seu interesse: que o

zoneamento feito pela FZB permitia o cultivo das ditas florestas em até nove milhões de hectares (CP, 4 mai. 2007).

No período sob nossa análise, principalmente sobre o tema da silvicultura, constatamos a circulação dos discursos oficiais **de resistência** ao saber-poder dominante através dos **técnicos** dos órgãos ambientais do Rio Grande do Sul. Não houve adesão plena a esses discursos por parte da imprensa hegemônica estadual. Ao mesmo tempo, esses discursos foram reverberados por fontes não-oficiais como os sindicatos dos servidores, que se comunicavam diretamente com os públicos, portanto sem mediação da imprensa. Dessa maneira a complexidade discursiva em torno da implantação da silvicultura permeou ao menos as audiências ligadas à internet ou à midiatização¹³⁶. De modo semelhante, ocorreu com os integrantes de entidades ambientalistas, que tiveram a maior parte da divulgação dos seus discursos por meio da midiatização. Não obstante reunissem fontes que o Jornalismo podia considerar não-oficiais e de credibilidade por estarem vinculadas à ciência¹³⁷, foram ouvidas de modo restrito¹³⁸ pelos meios de comunicação hegemônica.

Atribuímos o modo ignaro diante do saber-poder da Fepam (pelas chefias, governos, outras secretarias, entidades patronais e empresas), contrário ao conhecimento acumulado e a prática técnica ambiental do Estado ao apoio incondicional aos investimentos bilionários provenientes das empresas da silvicultura e celulose e, ao parco conhecimento sobre a real capacidade de ocupação do território, as atividades produtivas rentáveis nas áreas campestres (um bioma não florestal como a já conhecida Mata Atlântica) e, finalmente a incompreensão sobre a necessidade da manutenção de áreas protegidas respeitando os critérios de conservação integral ou uso sustentável estabelecidos bem como de interesse especial para a conservação. O jornalismo do CP, um espaço de credibilidade social, ao repetir o discurso das suas fontes dos poderes político-econômico-jurídico amplificou este discurso do desmonte do que já vinha em disputa e de modo desequilibrado. Publicamente, só tomamos conhecimento do discurso em defesa do empreendedor que circulava dentro dos órgãos ambientais gaúchos, a partir da publicação pela EcoAgência¹³⁹ em 2014 sobre a postura que

¹³⁶ Processo que coloca as mídias como “[...] uma referência engendrada no modo de ser da própria sociedade, e nos processos e interação entre as instituições e os atores sociais.”. (FAUSTO NETO, 2008, p. 93).

¹³⁷ Professores e pesquisadores de universidades e outras instituições de pesquisa científica. A “síndrome Lattes” ou a “lattelização” marca a atuação dos jornalistas de todas as editorias no intuito de alcançarem maior objetividade e credibilidade ao ouvir uma fonte acadêmica e/ou ligada à produção de ciência. O problema é que sob essa justificativa, com frequência, as notícias são publicadas sem a presença de fontes das comunidades e/ou não científicas, mas com saberes também pertinentes sobre o tema das pautas.

¹³⁸ Participação estrita de um representante ou de uma entidade.

¹³⁹

Disponível

em:

<<http://www.ecoagencia.com.br/?open=noticias&id=VZISXRVVONIYHZEUT1WNXJFbKVVB1TP>>

e

os técnicos deviam assumir até mesmo diante da incompletude das informações e dos documentos requeridos pelo licenciamento: “**tem que confiar no que o empreendedor diz**”.

O desequilíbrio na correlação de forças entre servidores técnicos e chefias dos governos foi constante e, sem a possibilidade de diálogo e de compreensão mútua, a judicialização de alguns casos e, principalmente, a cedência da titularidade da Sema a um membro do Ministério Público Estadual (no governo Yeda) e a mais de um advogado nos demais mandatos, nos sugeriram uma adesão dos políticos ao saber-poder jurídico. Especialmente durante o governo José Ivo Sartori, a secretária-adjunta¹⁴⁰ respondia em todas as situações, mesmo com a presença da secretária titular, sobre as questões legais ou que de algum modo envolvessem esta dimensão dos temas. Por isso, consideramos que os saberes sobre o rigor das leis vigentes e suas possibilidades teriam sido vistos pelos governos mais úteis à gestão ambiental do Rio Grande do Sul do que os próprios saberes sobre o meio ambiente. Pauta essa talvez não percebida pelo Jornalismo: que profissional, que técnico entre as áreas do conhecimento teria a formação mais completa para gerir as políticas públicas ambientais? Administração ou Contabilidade por se tratar de gestão “administrativa”? E se a formulação da pergunta fosse: qual a combinação de profissionais (ou de conhecimentos) seria mais adequada? Pauta à espera de debate público também visando problematizar meios de equilibrar a referida correlação de forças. Pois, a própria grande frequência na judicialização de decretos do Executivo elaborados pela Sema, necessitaria ter suas causas apuradas. Finalmente, a adesão à discursividade da repetição do discurso econômico pelo campo jurídico pode indicar uma tentativa de generalização das justificativas visando persuadir o público. Um exemplo pode ser o fragmento de 9 de abril de 2008 onde vemos um magistrado deferir em favor da votação (que aprovou) o Zoneamento Ambiental da Silvicultura:

“[...] demora [...] importa no estancamento de investimentos **previstos** no Estado do Rio Grande do Sul, que podem significar prejuízos imediatos da ordem de R\$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de reais). [...] prejuízo à sociedade gaúcha [...] evidentes danos à economia estadual, que já apresenta um déficit orçamentário previsto para este ano de mais de R\$ 1,3 bilhões de reais e um déficit estrutural de mais de R\$ 33 bilhões de reais.¹⁴¹”

<<http://www.ecoagencia.com.br/?open=noticias&id=VZISXRIVONIHZEUT1WNXJFbKVVVB1TP>> Acesso em: nov. 2019.

¹⁴⁰ Procuradora estadual desde 2002.

¹⁴¹ Disponível em: <<https://www.sema.rs.gov.br/upload/arquivos/201611/30134406-ata33reuniao-extraordinaria-do-consema-segunda-sessao.pdf>> Acesso em: nov. 2019.

De fato, não haveria prejuízo imediato, porque não seriam perdidos seis bilhões de reais de dentro do caixa do Estado. Pois os investimentos estavam “previstos” ou acordados como vimos no fragmento acima, portanto não consumados nem concretizados. A justificativa pelo “déficit estrutural” reforçava o principal argumento do Executivo. E os números citados no fragmento remetiam ao acúmulo registrado com a soma dos mandatos, um passivo histórico portanto, que não seria solucionado nem significativamente reduzido com o aporte das empresas da silvicultura e celulose.

4.2.4 Incompreensões em torno da Fepam

Em 2011, mudança de governo¹⁴² e novas expectativas de técnicos ambientais e ambientalistas sobre a possibilidade de reversão do quadro de desmonte da política ambiental. A notícia era de que as "Fundações são indispensáveis" na construção de um desenvolvimento ambientalmente sustentável no Rio Grande do Sul, segundo a primeira secretária da Sema, Jussara Cony (PCdoB); na Fepam quem assumiu foi Carlos Fernando Niedersberg (CP, 19 jan. 2011). Porém, pouco mais de um ano depois, as notícias mereceram até capa do CP (14 abr. 2012), porque “Servidores da Fepam pedem mais segurança no trabalho”. A paralisação do trabalho “exige [ia] segurança” porque após um incêndio no dia 27 de março em dois andares do prédio, havia o temor de que a estrutura tivesse sido abalada bem como o risco de haver outro sinistro “[...]. Por outro lado, o segundo secretário da Sema, Hélio Corbelini, disse ser legítimo que os trabalhadores se preocupem, mas garantiu que não houve problemas estruturais no prédio. [...]. Em até seis meses a Sema deve alugar outro espaço para a transferência dos funcionários. A mudança já era planejada [...]”.

Alguns dias depois, as entidades ambientalistas encaminharam ao governador Tarso Genro¹⁴³, o documento¹⁴⁴ “Caos e crise ambiental no RS”, denunciando o desmantelamento da Secretaria de Meio Ambiente e requerendo “a instalação de um Gabinete de Crise na Secretaria Estadual de Meio Ambiente para reestruturar a Secretaria e estabelecer uma política ambiental no Estado”. Houve um tipo de resposta, mas não foi política e nem por parte do governo estadual.

¹⁴² Governo Tarso Genro (PT) entre 2011 e 2014.

¹⁴³ Eleito pela coligação Unidade Popular pelo Rio Grande (PT, PSB, PCdoB, PR) com mandato entre 2011 e 2014.

¹⁴⁴ De 20 de abril de 2012. Disponível em: <<https://apedemars.wordpress.com/2012/04/20/caos-e-crise-ambiental-no-rs/>> Acesso em: nov. 2019.

Antes de apresentar essa resposta, destacamos que em 2013, a Sema já tinha registrado a passagem de 13 titulares ao cargo de Secretário. Paulo Brack, professor da UFRGS e coordenador do Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais (INGÁ), em entrevista ao *Sul21*¹⁴⁵ lembrou que a criação da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema), ainda que não fosse “muito forte”, se deu durante o governo Olívio Dutra (PT, 1999-2002), o qual manteve o mesmo secretário em todo o mandato. O governo seguinte, Germano Rigotto (PMDB, 2003-2006), deu início ao que denominou “esfacelamento da Sema”. Afirmou Brack: “[...] houve pelo menos três ex-deputados¹⁴⁶ que não foram eleitos e assumiram a Secretaria como prêmio de consolação.”. A rotina da fragilização do órgão ambiental agudizou-se no Governo Yeda Crusius¹⁴⁷, com o mesmo “rodízio de secretários” de acordo com Brack.

Notícia de análise das “sucessivas alterações na titularidade da pasta” feita pelo *Jornal do Comércio*¹⁴⁸ tratou também da “investigação a que a titular da Fepam está respondendo por crime ambiental”. No início de abril de 2013, o então secretário da Sema, Carlos Fernando Niedersberg (PCdoB), e a então presidente da Fepam, Gabriele Gottlieb (PCdoB), explicaram que a denúncia partiu de um funcionário da Fepam sobre a suposta responsabilidade de Gabriele que ocupava a função de chefe da assessoria jurídica da Fundação, no licenciamento irregular de um parque eólico no Litoral Norte da empresa Enerfin do Brasil.

O principal indício de irregularidade seria a falta de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) para o projeto. Na quinta-feira, Gabriele disponibilizou documentação que entregou ao Ministério Público em resposta ao processo. Ela nega as acusações de que a liberação foi concedida de forma irregular e salienta que o processo atendeu às exigências da legislação ambiental. Gabriele argumentou que a Fepam, inclusive, participou de audiência pública na Câmara Municipal de Palmares do Sul para debater o projeto. “O ex-diretor técnico da Fepam, descontente com o andamento do processo, entregou documentação infundada, fazendo essa acusação. Diante da farta documentação, inclusive o próprio EIA, queremos mostrar o quanto é inverídica essa denúncia”, defendeu-se.

A dirigente enfatizou que a Fepam considerou as “fragilidades ambientais da região”, determinando, além do EIA/RIMA, a ocupação restrita e a não intervenção nas dunas frontais e lagoas lindeiras ao terreno. **Gabriele ainda destacou que não teme que a investigação acarrete qualquer prejuízo ao andamento das atividades do órgão.** (grifo nosso).

¹⁴⁵ Disponível em: <<https://apedemars.wordpress.com/2013/05/14/causas-e-consequencias-das-fragilidades-dos-licenciamentos-ambientais/>> Acesso em: nov. 2019.

¹⁴⁶ José Alberto Wenzel e Adilson Troca (PMDB) e Mauro Sparta (PSDB).

¹⁴⁷ Coligação Rio Grande Afirmativo: PSDB, PFL, PPS, governou o Rio Grande do Sul entre 2007 e 2010.

¹⁴⁸ Disponível em: <<https://www.jornaldocomercio.com/site/noticia.php?codn=121928>> Acesso em: nov. 2019.

O tipo de resposta, que anunciamos anteriormente, à reivindicação do movimento ambientalista e dos servidores dos órgãos ambientais do Estado sobre a fragilização sofrida pela Sema e a Fepam veio através da Polícia Federal (PF) com a Operação Concutare¹⁴⁹. Para reprimir crimes ambientais contra a administração pública e lavagem de dinheiro que envolviam licenças ambientais, a PF executou mandados de prisão em 29 de abril de 2013. Entre os presos estavam o então Secretário Estadual de Meio Ambiente Carlos Fernando Niedersberg¹⁵⁰, o Secretário Municipal de Meio Ambiente de Porto Alegre Luiz Fernando Záchia (PMDB), e o ex-Secretário Estadual de Meio Ambiente Berfran Rosado (PPS)¹⁵¹. A investigação foi concluída em agosto de 2013; duas denúncias feitas pelo MPF foram aceitas pela Justiça e os acusados perderam os cargos e sofreram o bloqueio dos bens e patrimônios.

Foram presas também pessoas ligadas à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Alegre (SMAM) e à Fepam, restando à esta última a carga de “tenta[r] mudar imagem após fraudes”:

Nove meses após vir à tona um esquema de fraudes na liberação de licenças ambientais, a partir da investigação da PF, a **Fepam trabalha para mudar a imagem do órgão**. A Operação Concutare, da PF, prendeu 18 pessoas, a maioria ligada a fundação. Criada no início da década de 90 e vinculada a Sema, o órgão é responsável pelo licenciamento ambiental no Rio Grande do Sul. O secretário adjunto [...], aponta que **internamente, não houve desmoralização** do órgão após o desfecho das investigações da Polícia Federal e que o ocorrido está superado tanto na Secretaria quanto na Fundação. [...]. Sobre o suposto envolvimento do então secretário de Meio Ambiente Carlos Fernando Niedersberg, [...] lembra que ele estava há apenas duas semanas no cargo quando foi preso pela Polícia Federal. "Os episódios dos quais ele foi acusado teriam ocorrido enquanto ele era presidente da Fepam." Além de ter ficado **malvista pelos supostos crimes ambientais e de corrupção cometidos por alguns de seus servidores, inclusive do alto escalão, a Fepam tem sido acusada de demora na concessão das licenças**. "Se olhar pelo empreendedor, é óbvio que ele vai dizer que a licença está atrasada. Eles telefonam para pedir que a secretaria agilize, mas a gente olha o processo e constata que faltam documentos," relata [...]. Ele diz ainda que o aumento de rigor na legislação ambiental e a falta de pessoal - no último ano a Fepam perdeu quase 50% do quadro - retrai a velocidade do trabalho. [...]. (CP, 31 dez. 2013).

Mais uma vez, percebemos o discurso do jornalismo do CP promovendo o descrédito do órgão ambiental público, essencialmente constituído pelo trabalho de servidores públicos

149

Disponível

em:

<<http://www.ecoagencia.com.br/?open=noticias&id=VZISXRVVONIUsR2MX1GeXJFbKVVVB1TP>> Acesso em: nov. 2019.

¹⁵⁰ Niedersberg foi indicação do PCdoB para a presidência da Fepam no primeiro ano (2011) do mandato de Tarso Genro e assumiu a Sema poucos dias antes da deflagração da Concutare (CP, 8 abr. 2013). Após 18 meses como presidente da Fepam (CP, 29 jul. 2012) disse que tinha um “importante desafio”: “Mudar a imagem negativa que a sociedade possa ter da Fepam”. Para o presidente do órgão [...] existe a ideia de que a Fepam barra o desenvolvimento do Estado. [...].”

¹⁵¹ Berfran Rosado, coordenador da frente parlamentar pró-florestamento na Assembleia Legislativa em 2007 durante o seu terceiro mandato como deputado, foi secretário da Sema entre fevereiro de 2009 e maio de 2010, e vice na campanha pela reeleição da governadora Yeda Crusius em 2010.

de carreira; pois os crimes cometidos como de corrupção estavam relacionados aos cargos de confiança indicados pelos governos eleitos para a chefia e, portanto, transitórios. Além disso, já destacamos em fragmentos anteriores, essas chefias, em muitos casos até a data da notícia acima, não tinham atuação nem reconhecimento na área ambiental e/ou pelos pares no espaço que passaram a ocupar por tempo determinado.

A Operação Concutare ocorreu em 2013 durante o governo Tarso Genro (PT). Porém, a investigação contemplou atos praticados no período correspondente ao governo Yeda Crusius (PSDB). A primeira notícia, que deu capa no CP e recebeu amplo espaço nos dias seguintes, foi “PF revela fraude nas licenças ambientais - Operação prende 18 [...]” (CP, 30 abr. 2013). Na página interna, até mesmo um selo para a especial cobertura foi elaborado. Relata que, na véspera, “a Polícia Federal prendeu ao amanhecer 18 suspeitos de envolvimento com esquema de corrupção que visava a liberação fraudulenta de licenças ambientais no Estado”, entre eles seis servidores públicos, seis despachantes e seis empresários. Porém, os investigados com os cargos de titulares da Sema, Carlos Niedersberg (PCdoB), da SMAM de Porto Alegre, Luís Fernando Zachia (PMDB), e do ex-secretário estadual do Meio Ambiente e então consultor ambiental Berfran Rosado (PPS), se caracterizavam por cargos de confiança, uma vez que assumiram os cargos por indicação das coligações dos governos eleitos. Daí que, de fato, não teriam sido seis servidores públicos suspeitos presos, mas, sim, apenas um era da Fepam, que já havia sido afastado por sindicância interna (CP, 31 dez. 2013), e dois eram da SMAM. Muitas vezes, a simplificação admite interpretações imprecisas e/ou ambíguas, não produzindo, dessa maneira, conhecimento.

Entre os setores envolvidos na investigação da Polícia Federal, “Construção Civil e Mineração figuram entre os mais beneficiados com o esquema” (CP, 30 abr. 2013). Na mesma edição, o jornalismo do CP expôs a reação dos governos: tanto o governador Tarso Genro como o prefeito de Porto Alegre José Fortunatti anunciaram que os suspeitos estavam afastados dos cargos e que já havia novos nomes de titulares para os órgãos. Já os “representantes de duas das principais entidades de agricultores do Estado reagiram com indignação à informação sobre suposta fraude para facilitação na expedição de licenças ambientais enquanto o setor enfrenta **duras** exigências, **burocracia** e **lentidão**”. Lemos na notícia que “metade do estoque de 12 mil licenças está no campo onde a espera varia de seis meses até dois anos”. (CP, 30 abr. 2013). Na palavra de ambientalistas, a Operação não surpreendeu:

[...] lembrou que em 2012, foram desencadeadas ações relacionadas a empreendimentos suspeitos no Litoral Norte. "Está havendo subversão do processo ambiental," enfatizou. [...] se disse satisfeito com os resultados da operação. "Não estou incriminando ninguém, mas foram observadas movimentações difíceis de explicar no âmbito estadual," frisou. Ele questionou o deslocamento de servidores e a aplicação de processo muito rápido no licenciamento. (CP, 30 abr. 2013).

Na sequência, as notícias davam conta de que o governador garantiu um “pente fino na Sema e na Fepam”, ou seja, a revisão nos processos em andamento com o apoio de sete servidores de carreira somados aos agentes da Polícia Federal (CP, 1 mai. 2013). Ao mesmo tempo ficou garantida também a continuidade da “tramitação de projetos estratégicos do governo, que ainda dependem de licitação”. Estes, por sua vez, obtiveram a “[...] resposta da Polícia Federal de que não há [havia] suspeitas sobre os 20 projetos prioritários do governo que dependem [dependiam] de concessão de licenças ambientais.” (CP, 3 mai. 2013). A mesma notícia citava: “Desde o início do governo Tarso Genro (PT) foram cerca de 30 mil documentos liberados, com 8,2 mil seguindo em tramitação, e quase 6 mil com processos atrasados.” O referido “pente fino” iniciou dia 6 de maio e um dos peritos que participaram da revisão das licenças emitidas no período sob investigação explicou o trabalho desta tarefa:

[...]. [...] da Associação de Peritos de Crimes Federais, explicou que a legislação ambiental costuma ser a primeira a ser confrontada com a documentação apreendida, visando apurar se a lei foi obedecida ou não. Depois, é realizada a busca pela materialidade de um crime ambiental, através da obtenção de provas. [...] Em outro momento vão verificar os danos contra o meio ambiente nos próprios locais. [...] (CP, 7 mai. 2013).

Ainda no início da cobertura sobre a Operação Concutare, a ex-secretária de Estado do Meio Ambiente, Ana Maria Pellini, também foi ouvida pelo jornalismo do Correio do Povo:

"Com a **desburocratização** é possível tornar a tramitação das licitações mais rápida e elimina a possibilidade de que oportunistas tentem ganhar **vantagem**," afirmou ela, um dia após o desencadeamento da Operação [...]. "A tramitação **burocrática** e a **subjetividade** nas análises fazem com que o processo seja **extremamente demorado**. Isso precisa mudar," defendeu. No governo do Estado, em 2007, Ana Pellini foi a responsável por coordenar um processo que buscou reduzir a fila de espera para análise dos processos visando o licenciamento ambiental. Na época presidia a Fepam. Ela explicou que com a aplicação de algumas medidas foi possível acabar com o **estoque** de processos em menos de dois anos. "Na época encontramos um órgão com problemas administrativos, processos em andamento e um tempo muito grande na concessão das licenças," recordou. Entre as medidas adotadas estavam fluxos transparentes de análises e regras que valem igualmente a todos os que buscam o serviço. "Criamos uma fila. O primeiro processo que entrava

era o primeiro a sair. Todos eram iguais. A única exceção envolvia as demandas de origem pública. Essas tinham prioridade sobre as demais. Não foi mágica como alguns diziam," enfatizou. Em relação aos impasses jurídicos, frisou que a legislação ambiental é muito recente, fazendo com que haja subjetividade e não esteja totalmente regulamentada. (CP, 1 mai. 2013).

Por outro lado, nem o jornalismo do Correio do Povo ou outro jornalismo do Rio Grande do Sul, além daquele da EcoAgência¹⁵², obteve a informação publicada em dezembro de 2014 de que: “só no ano de 2007 ela mandou **arquivar 3.553 pedidos de licenciamento ambiental pendentes** na FEPAM (Ordem de serviço 20/2007-DT), como forma de mostrar eficiência”. Este testemunho foi um dos recebidos pela EcoAgência¹⁵³ e publicados em uma reportagem de duas partes intitulada “O modo Ana Maria Pellini de agilizar licenças ambientais”.

A reportagem também revelou como era realizado “o licenciamento ambiental em conjunto com as empresas da silvicultura”¹⁵⁴:

[...] emitir uma licença prévia com o prazo aberto para entrega do Estudo de Impacto Ambiental e o respectivo Relatório (EIA-RIMA), sendo que este instrumento é justamente o estudo necessário para se emitir ou não a licença; ter prazo determinando o dia da emissão da licença mesmo faltando as informações para poder avaliar a viabilidade ambiental do empreendimento; ter técnicos impedidos de solicitar complementações quando as informações vinham incompletas ou incorretas; ter a direção dizendo que **tem que confiar no que o empreendedor diz**.

A repercussão se deu em meios particulares pelos jornalistas Marco Weissheimer¹⁵⁵ e André Trigueiro¹⁵⁶, e no espaço online na Folha de São Paulo do jornalista Mauricio Tuffani¹⁵⁷. Os dois últimos relacionaram o perfil da gestora à indicação para assumir a Sema, feita pelo governo José Ivo Sartori (PMDB) que tomou posse em 2015. Os jornalistas e a EcoAgência, também divulgaram o “Manifesto contra a nomeação de Ana Maria Pellini para

¹⁵² Disponível em:

<<http://www.ecoagencia.com.br/?open=noticias&id=VZISXRVVONIYHZEUT1WNXJFbKVVVB1TP>> e
<<http://www.ecoagencia.com.br/?open=noticias&id=VZISXRIVONIYHZEUT1WNXJFbKVVVB1TP>> Acesso em: nov. 2019.

¹⁵³ O conteúdo recebido pela EcoAgência foi trabalhado por mim e a reportagem foi assinada.

¹⁵⁴ Disponível em: <<http://www.ecoagencia.com.br/?open=noticias&id=VZISXRIVONIYHZEUT1WNXJFbKVVVB1TP>> Acesso em: nov. 2019.

¹⁵⁵ Disponível em: <<https://rsurgente.wordpress.com/2014/12/26/3625/>> Acesso em: nov. 2019.

¹⁵⁶ Disponível em: <<https://twitter.com/andret Trig/status/549324981382152192>> Acesso em: nov. 2019.

¹⁵⁷ Disponível em: <<https://mauriciotuffani.blogfolha.uol.com.br/2014/12/29/ambientalistas-criticam-escolha-de-secretaria-no-rs/>> Acesso em: nov. 2019.

a chefia da SEMA”¹⁵⁸ assinado por entidades do movimento ambientalista gaúcho, o qual foi ignorado pelo governo. Pellini não somente assumiu a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, como a sua gestão se deu no órgão com o nome alterado: Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Seades)¹⁵⁹, cujo nome não “pegou” porque os meios de comunicação continuaram a citar a Sema.

Em resposta ao jornalista Tuffani, Ana Maria Pellini explicou seu desejo ao aceitar o convite do governador: “[...] um dos motivos que a levaram a aceitar o convite de Sartori foi o desejo dela de reatar seu vínculo com os ambientalistas. “Tenho muito respeito por essas pessoas que exercem por idealismo e de forma voluntária uma atividade que é muito importante”.¹⁶⁰

De volta à descrição da discursividade sobre a Operação Concutare, na edição de dois de maio de 2013, vimos que a Polícia Federal (PF) ouviu mais quatro suspeitos e anunciou que cem pessoas ainda estavam por ser ouvidas, entre investigados e testemunhas. Por ordem judicial, a PF teve que libertar os suspeitos, o que “gerou desconforto entre delegados”, porque temiam a influência dos ex-secretários das pastas de Meio Ambiente sobre as testemunhas que ainda seriam ouvidas (CP, 4 mai. 2013). A partir dessa data, as notícias sobre esta pauta passaram a escassear. A “garantia de Tarso”, chamada de capa sobre decisão do governador de “tirar a Fepam do PCdoB” trazia na notícia a informação de que o órgão ambiental não entraria mais em “acordo político de composição” e a nomeação do futuro titular seria de sua “total responsabilidade”, a partir de uma lista com nomes “predominantemente técnicos” (CP, 8 mai. 2013). Ao menos desde 2007, com a gestão da contabilista Ana Maria Pellini, técnicos e ambientalistas pediam nomes técnicos ou da área ambiental para assumirem a presidência da Fepam. Quando o nome do químico Nilvo Silva foi anunciado houve manifestações positivas com os próximos passos a serem tomados pela Fundação. Entretanto, a notícia sobre a garantia do governador não terminou sem que o próprio assumisse o “problema” que é o licenciamento ambiental: “[...]. Tarso admitiu que a **morosidade** dos licenciamentos estimula a formação de redes de corrupção no serviço público e defendeu uma **revisão** das leis. [...]” (CP, 8 mai. 2013). Se o objetivo consistia mesmo em reduzir o tempo de conclusão dos processos de licenciamento ambiental, com a

¹⁵⁸

Disponível

em:

<<http://www.ecoagencia.com.br/?open=noticias&id=VZISXRIVONIZHZFTT1WNXJFbKVVVB1TP>> Acesso em: nov. 2019.

¹⁵⁹ Se a nova sigla para a Sema não “pegou”, a moda da alteração do nome da Secretaria Estadual do Meio Ambiente sim, pois o governo estadual seguinte, de Eduardo Leite (PSDB), alterou para Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura. Também nesse caso, a sigla Sema resistiu.

¹⁶⁰ Disponível em: <<https://mauriciotuffani.blogfolha.uol.com.br/2014/12/29/ambientalistas-criticam-escolha-de-secretaria-no-rs/>> Acesso em: nov. 2019.

emissão sobre o deferimento ou não, não seria mais urgente uma reestruturação e fortalecimento do órgão, assim como os técnicos e o movimento ambientalista vinha reivindicando desde o governo Rigotto, em vez de uma “revisão das leis”? Porque simplificar e flexibilizar as regras, já que os prazos vinham sendo estendidos e os pedidos dos setores econômicos sendo atendidos?

Em 15 de maio, duas notícias: primeira, que a Polícia Federal precisava de maior prazo para conclusão do inquérito, que ainda havia testemunhas a ser ouvidas, que 24 pessoas haviam sido indiciadas e que os crimes caracterizavam por “corrupção ativa e passiva, falsidade ideológica, lavagem de dinheiro e crimes ambientais”; segunda, que o governador Tarso Genro estava “preocupado com uma possível queda de rendimento dos servidores da Sema e Fepam”, cujo sentido ficou ambíguo para a nossa interpretação, sobre se o governador estava preocupado com a situação dos servidores ou com a necessidade de não “atrasar” ainda mais o trabalho sobre os licenciamentos:

"Sei que a tendência nesse momento é de perda da autoestima, mas quero dizer que conheço o trabalho de vocês e por esse motivo peço para que não percam a motivação nem o amor próprio," declarou, antes de completar: "Vocês são profissionais valorosos e não podem perder a perspectiva de vida e de trabalho. Esse episódio envolvendo a Polícia Federal não os diminui nem apaga o que vinha sendo feito," completou. (CP, 15 mai. 2013).

A penúltima notícia no ano sobre a Operação Concutare (a última foi na retrospectiva de fim de ano) retratava o indiciamento de 49 pessoas por irregularidades, sendo 13 servidores públicos e mais uma vez, sem especificar quantos deles da Fepam (estadual) e quantos deles da SMAM (municipal de Porto Alegre). Citava ainda o indiciamento de “18 empresários, nove consultores e nove pessoas que participaram de supostos crimes, incluindo ‘laranjas’ utilizados para a ocultação de bens obtidos ilegalmente [...] além de sete empresas que teriam participado do esquema. [...]” (CP, 31 ago. 2013). Cita também as “provas de 45 eventos criminosos”, sobre os quais nada ficamos sabendo. Ao menos no *corpus* do CP, nesta pesquisa, não apareceu nenhuma notícia mencionando o andamento dos processos sobre os indiciados.

Outra reação do governo Tarso Genro foi atender a recomendação do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul (TCE) e criar um departamento de fiscalização. Por fim, o governador Tarso Genro convidou o ambientalista membro da Agapan, biólogo e arquiteto Francisco Milanez, para desenvolver um programa que mais tarde foi nominado como RS

Sustentável. Não encontramos menção no *corpus* do Correio do Povo no período da análise. Entrevistado pelo Jornal do Comércio¹⁶¹, Milanez explicou qual seria a sua função:

“[...] é mostrar para a sociedade [...] que a questão ambiental é a maior amiga que existe da atividade empreendedora, da qualidade de vida das pessoas, e, também, das próprias prefeituras, que também a veem como um problema. A ideia de fazer um movimento em relação a um programa de sustentabilidade para o Estado é, na verdade, ser proativo, não trabalhar com os mínimos, porque a legislação exige o mínimo. Mínima qualidade que pode entrar no rio, mínima qualidade de ar e tal. [...]”

Em resposta ao Jornal do Comércio sobre se haveria antagonismo entre desenvolvimento e sustentabilidade, respondeu que sim, se fosse visto da forma **liberal** supondo-se um crescimento contínuo já que o planeta não cresce; e não, se desenvolvimento fosse visto no sentido biológico e ecológico, já que “desenvolver é se qualificar” e “está muito ligado à questão de equilíbrio”. Entre as ações do programa está a criação da lei para compras públicas sustentáveis:

Preferência para a produção orgânica, sem uso de fertilizantes e agrotóxicos; racionalização do consumo de água e energia; e utilização de produtos de baixa toxicidade e biodegradáveis são alguns dos critérios socioambientais do decreto nº 51.771. A medida também determina que os veículos bicombustíveis sejam abastecidos com álcool, sempre que as condições de mercado sejam favoráveis. Proíbe ainda a aquisição pelo Estado de alimentos geneticamente modificados, transgênicos, para distribuição à rede estadual de ensino e casas prisionais, por exemplo.¹⁶²

A Operação Concutare teve o início dos interrogatórios somente em 2017 e a notícia¹⁶³ do site do Ministério Público Federal mais recente indica os cargos ocupados pelos réus a partir da denúncia de corrupção ativa e passiva¹⁶⁴, sendo um ex-servidor, um ex-presidente da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) Henrique Luiz Roessler, e um ex-secretário estadual de Meio Ambiente, que era diretor do Instituto Biosenso de Sustentabilidade Ambiental. Respectivamente, são eles: Mattos Além Roxo, Carlos Fernando Niedersberg e Berfran Rosado. Os fatos investigados no âmbito da Operação Concutare se

¹⁶¹ Disponível em: <<https://www.jornaldocomercio.com/site/noticia.php?codn=124411>> Acesso em: nov. 2019.

¹⁶² Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/rs-conta-com-legislacao-especifica-para-compras-publicas-sustentaveis>> Acesso em: nov. 2019.

¹⁶³ Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/rs/sala-de-imprensa/noticias-rs/mpf-rs-oferece-nova-denuncia-decorrente-da-operacao-concutare>> Acesso em: dez. 2019.

¹⁶⁴ Conforme o divulgado no processo, “corrupção ativa (art. 333), Crimes praticados por particular contra a Administração em geral, DIREITO PENAL, e Corrupção passiva (art. 317), Crimes Praticado por Funcionário Público contra a Administração em Geral, DIREITO PENAL”. As informações sobre o andamento do processo podem ser buscadas no site do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (<https://www2.trf4.jus.br>) através da ação penal 5092514-11.2019.4.04.7100.

referem ao processo de licenciamento ambiental em 2012 de dois condomínios residenciais construídos no litoral norte do Rio Grande do Sul.

4.2.4.1 Efeitos de verdade e formação dos saberes

A precarização, o desinvestimento e a fragilização foram somadas à mácula discursivizada sobre a imagem institucional da Fepam com o resultado da Operação Concutare da Polícia Federal: “a **Fepam trabalha para mudar a imagem do órgão**” e “além de ter ficado **malvista pelos supostos crimes ambientais e de corrupção cometidos por alguns de seus servidores, inclusive do alto escalão, a Fepam tem sido acusada de demora na concessão das licenças**” (CP, 31 dez. 2013). Este discurso distorcido sobre a essência do órgão se baseou na razão crítica sobre o que é público. Pois, o referido “alto escalão” era, na verdade, dois cargos de secretário, portanto de indicação política/mandato de governo, os quais não tinham atuação na área ambiental ou vínculo de carreira com o órgão. A cobertura noticiosa deu ênfase ao discurso dos problemas do licenciamento prestado pelo Estado e não acompanhou os indiciamentos, os processos e as condenações dos agentes políticos e ligados aos partidos dos mandatos. O governador do único mandato da esquerda no período sob análise, Tarso Genro, em acordo com o discurso neoliberal corrente, disse que “a **morosidade** dos licenciamentos estimula a formação de redes de **corrupção** no serviço público e defendeu uma **revisão** das leis. [...]” (CP, 8 mai. 2013). Com efeito, mais coerente a um advogado e jurista teria sido um discurso de crítica à postura dos burladores das leis naquele contexto em que as leis ambientais, gaúchas ou brasileiras, eram tidas como referências. Se o objetivo da manifestação do governador fosse reduzir o tempo de conclusão dos processos de licenciamento ambiental, consideramos que o mais urgente teria sido investir no fortalecimento do órgão (o que antes de findar o mandato foi feito), assim como os técnicos e o movimento ambientalista vinham reivindicando desde o governo Rigotto. Como disse o promotor Júlio Almeida (2012, p. 17), o problema não estava nas leis, mas na “pouca importância que o Poder Executivo dá ao tema”. De fato, o investimento nos órgãos ambientais contrariava a razão neoliberal focada na razão econômica e na simplificação/redução da estrutura do Estado bem como flexibilização das leis para favorecer o setor privado, as empresas e o individualismo, em contraposição a ideia de comum e de todos, que ao menos em discurso, o Estado mantém.

4.2.5 Um “novo” Código Florestal Estadual ou do Meio Ambiente?

A “ampliação da área de cultivo” ou “aumento na área produtiva” foram as justificativas predominantes, e constantes no período de nossa análise, utilizadas pelos setores requerentes das alterações nos Códigos Florestal do Estado e Estadual do Meio Ambiente. Foram eles¹⁶⁵: Farsul, Fetag, Associação dos Campos de Cima da Serra, Afubra, integrantes de cada governo do período de análise (principalmente da Secretaria de Agricultura) e a maioria dos deputados da Assembleia Legislativa.

Uma maneira, foi através da queimada, a qual mesmo após aprovada pelos deputados e sancionada pelo Executivo, foi suspensa pelo Judiciário por ser inconstitucional (CP, 7 ago. 2003; CP, 17 ago. 2006; CP, 22 dez. 2011; CP, 4 fev. 2012; CP, 10 fev. 2012; CP, 30 dez. 2012). Nesse período, dois incêndios de grandes proporções ocorreram ao menos em duas regiões do Estado. Em 2010, a capa do CP anunciou que “Toda queimada é ilegal” citando as leis vigentes: artigo 28 do código estadual florestal proíbe queimada, e 48 da lei de crimes ambientais 9605/1998 e lei federal 4771 artigo 26. Informou que o fogo acionado na região nordeste do Estado atingiu unidades de conservação, que os proprietários foram multados, mas não indicou a que atividade produtiva se destinou a área queimada (CP, 1 set. 2010). Em 2012, na região da Campanha, um incêndio de causa desconhecida destruiu 320 hectares de campos em Alegrete, onde os bombeiros trabalharam por mais de 30 horas. (CP, 20 fev. 2012). Nada mais foi mencionado sobre o acontecido, se relacionado ou não a disputa de forças entre o agronegócio e o legislativo contra o poder judiciário em favor da liberação da queimada, tampouco foi verificado o que havia antes na área e o que foi cultivado nela depois.

Uma segunda maneira, apareceu pontualmente através da alteração da regra do corte da capoeira no Código Estadual do Meio Ambiente (CP, 17 jun. 2004; CP, 5 jul. 2004). E, uma terceira maneira, consistiu numa mobilização em favor da consolidação das áreas produtivas. Esta foi a mais extensa, porque permeou praticamente os 15 anos sob análise nesta pesquisa, e complexa. Envolveu discursos confusos e meramente reproduzidos pelo jornalismo do CP como podemos ver a seguir as publicações com diferença de menos de dois meses: “Farsul quer código para o Rio Grande do Sul [título]. [...] que tenha o **próprio** código florestal. [...]” (CP, 29 mar. 2009) e “RS **inicia** debate sobre Código ambiental **próprio**. Farsul e Fetag apresentarão propostas ao texto **já aprovado em 2000**. [...]” (CP, 9

¹⁶⁵ Essas entidades apareceram citadas nas notícias do Correio do Povo.

mai. 2009). Ambos os códigos são as leis, respectivamente, 9.519/1992 e 11.520/2000. Em meio isso, a governadora Yeda Crusius (2007-2010) manifestou apoio à “revisão do código florestal estadual” (CP, 7 mai. 2009).

Devemos assinalar que não encontramos no nosso *corpus* nenhuma notícia do CP abordando a questão do “aumento da área produtiva” quanto as implicações. Este jornalismo fez referências sobre o tema sem aprofundar onde se localizariam estas áreas e quais seriam as implicações ambientais, sociais e econômicas. O movimento ambientalista vinha alertando, também, a conversão do bioma Pampa através da sojicultura. A substituição da pecuária em pastagem natural (o bioma é campestre) se deu nos últimos anos devido ao singular aumento no valor da saca da *commodity* no mercado internacional. Os produtores rurais estavam acreditando, em 2014 por exemplo, nas palavras dos técnicos do agronegócio de que a pastagem natural se renovaria quando o proprietário decidisse retomar a pecuária. Recuperamos um fragmento de notícia produzida em julho de 2014, no âmbito da Rede Campos Sulinos, a partir do evento VI Seminário O Pampa e o Gado realizado pelo Sindicato Rural de Lavras do Sul e *Alianza del Pastizal* entre os dias 10 e 11:

A maior parte dos relatos apresentados convergiram na ideia de que no Pampa, as propriedades devem manter a maior parte de área com campo nativo, sendo a agricultura uma atividade apenas complementar e diversificadora da produção. Durante o debate questionou-se a falta de contabilização nos custos da produção agrícola de dois itens: a recuperação de áreas de campos perdidas pela conversão em lavouras ao final do período do arrendamento e o refinanciamento de dívidas resultantes de quebras de safra advindas de situação climática desfavorável. Estas contas ficam com o pecuarista e com a sociedade, respectivamente, contribuindo de forma injusta para uma visão perversa de menor produtividade da pecuária.¹⁶⁶

De fato, a declaração do Correio do Povo de total adesão à bandeira do agronegócio (CP, 24 jul. 2007) é conhecida, mas em se tratando de Jornalismo não há como pautar apenas os temas de interesse da empresa de comunicação. A pecuária ficou preterida no discurso do CP, no período de nossa análise, nas pautas de economia e restringida às pautas sobre o gaúcho e a paisagem, frequentes nas datas comemorativas especialmente em setembro quando acontecem as comemorações da semana farroupilha.

Mais uma vez enfatizamos que havia informações circulando as quais até podem ter sido acessadas pelo jornalismo do CP. Por exemplo, destacamos de um documento da Fundação de Economia e Estatística (FEIX; LEUSIN JÚNIOR; AGRANONIK; 2016, p. 21) que “[na safra 2015/2016] Os avanços mais expressivos da [soji]cultura ocorreram em

¹⁶⁶ Disponível em: <https://www.ufrgs.br/redecampossulinos/wordpress/wp-content/uploads/2014/11/boletim_informativo_1331.jpg> Acesso em: dez. 2019.

direção ao sudoeste e ao sudeste do Estado, em **substituição de áreas de pastagem** e de outras lavouras temporárias.” O que implica o aumento da área de soja com a chamada expansão da **fronteira agrícola** porque a região mencionada é caracterizada por áreas de remanescentes de campos. A restauração é muito difícil segundo os especialistas porque sequer há mudas disponíveis. Estamos falando de extinção do bioma Pampa porque mesmo após um intervalo de “descanso” do plantio de monoculturas, não há garantias de que as espécies da vegetação nativa vão ressurgir e/ou em quantos anos. Não obstante, o governo federal (BRASIL, 2014) afirmava que “a tendência no Brasil é que a expansão da área [de soja] ocorra principalmente sobre terras de **pastagens naturais**” (p. 35), que “A soja deve expandir-se por meio de uma combinação de expansão de fronteira em regiões onde ainda há **terras disponíveis**, ocupação de terras de **pastagens** e pela substituição de lavouras onde não há terras disponíveis para serem incorporadas” (p. 39), e que “A expansão de área de soja e cana-de-açúcar deverá ocorrer pela incorporação de áreas novas, áreas de **pastagens naturais** e também pela substituição de outras lavouras que deverão ceder área” (p. 87). Este cenário descrito para o país desconsidera a vegetação campestre e a sua fauna e, ainda, que além dos campos existentes na região Sul essa biodiversidade é característica também do bioma Cerrado. Portanto, não há áreas “disponíveis”, há sim áreas com usos diversos e nem sempre respeitando as vocações regionais e as relações harmoniosas da natureza.

E sobre a mistura de um código e outro nas notícias do CP, uma informação concreta veio através de um membro da Agapan por *email*. Em 16 de julho de 2009, o então vereador de Porto Alegre pelo PP, advogado e coordenador da elaboração, nos anos 1990, do Código Estadual do Meio Ambiente e do Código Florestal do Rio Grande do Sul, Beto Moesch, enviou o “Alerta ambiental no Rio Grande do Sul!” com o relato do conteúdo de um projeto de lei protocolado naquele mesmo dia na Assembleia Legislativa, cuja proposta:

[...] revoga importantes avanços conquistados pela sociedade gaúcha após anos de análises e diálogo. Ela altera não apenas dispositivos relacionados à produção rural, mas também às demais atividades econômicas. Da mesma forma, propõe mudanças que se refletirão em impactos graves para a zona urbana, em virtude de modificações na proteção de encostas e topos de morros e na beira dos recursos hídricos. Segundo a minuta à qual tivemos acesso, a área mínima para a preservação das matas ciliares será reduzida de 30 metros para 5 metros; passa-se a permitir a propaganda de produtos que possam fazer mal à saúde e ao meio ambiente; o acesso da população às informações sobre os danos causados à biodiversidade será suprimido; a proteção do entorno das reservas ecológicas (unidades de conservação) será retirada; dentre outros atrasos. (MOESCH, 2009).

A mensagem indicava as pretensões de revogação: Lei 9.519, de 21 de janeiro de 1992, que institui o Código Florestal do Rio Grande do Sul e dá outras providências; Lei 11.520, de 3 de agosto de 2000, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul e dá outras providências; Lei 10.330, de 27 de dezembro de 1994, que dispõe sobre a organização do Sistema Estadual de Proteção Ambiental, a elaboração, implementação e controle da política ambiental do Estado e dá outras providências; Lei 9.474, de 20 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a preservação do solo agrícola e adota outras providências; Lei 12.115, de 6 de julho de 2004, que altera dispositivos do Código Florestal do Estado do Rio Grande do Sul relativos ao regramento do corte e ao conceito de capoeira; Lei 10.350, de 30 de dezembro de 1994, que institui o Sistema Estadual de Recursos Hídricos; Lei 9.921, de 27 de julho de 1993, que dispõe sobre a gestão dos resíduos sólidos. E concluía: “O Código Estadual do Meio Ambiente foi protocolado em dezembro de 1994, após quatro anos de muitas reuniões, audiências públicas e seminários, com a participação de todos os segmentos da sociedade. O projeto de lei em questão, ao contrário, foi elaborado em somente 70 dias [...]”.

O segundo semestre de 2009 foi bastante movimentado por conta do então projeto de lei 154/2009, chamado ora “Novo código florestal gaúcho” ora “novo código ambiental gaúcho”, daí talvez a confusão referida anteriormente, pelo jornalismo do CP, pois o documento em debate fazia a junção de todos os códigos vigentes. Diversas entidades e instituições se manifestaram criticamente. A Brigada Militar reivindicou junto aos deputados que fossem asseguradas “as funções exercidas” como a emissão do auto de infração que o projeto propunha o repasse à Sema (CP, 28 out. 2009). A Agapan explicou o retrocesso: por “acabar com áreas de preservação permanente, ampliar o desmatamento, revogar as propagandas contra crimes ambientais, [...], coibir a participação das organizações de fora do governo. [...]” e por “[...] mesclar os códigos [...] ambiental, florestal, de recursos hídricos e de solos. [...]” (CP, 28 out. 2009). A Associação do Ministério Público, por sua vez, entregou documento aos deputados “[...] sugerindo que a Casa não leve à votação o projeto de lei 154/09 [...]. A entidade afirma ter identificado uma série de inconstitucionalidades.” (CP, 10 nov. 2009).

Conforme o relato do promotor de Justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público Estadual, Júlio Alfredo de Almeida (2012, p. 16), o contexto de elaboração do PL 154/2009 se baseava em dois

entendimentos comuns à época¹⁶⁷: que a implementação da reserva legal nas propriedades, por lei federal, significava uma “expropriação” de 20% de terras produtivas particulares e que a legislação ambiental “era entrave ao desenvolvimento econômico, que penalizava a produção e que fazia do produtor rural um vilão ambiental. Nada mais inverídico. [...]”. Explica que o PL 154/2009 era inconstitucional porque contrariava “de forma absoluta a previsão do art. 40, das Disposições Transitórias da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul”, onde lemos o prazo para a edição de três códigos, sendo o Estadual do Meio Ambiente, o Estadual de Uso e Manejo do Solo Agrícola, e o Estadual Florestal. O parágrafo único deste artigo 40, especifica que, além de unificar as normas sobre as “respectivas matérias, dispondo, inclusive, sobre caça, pesca, fauna e flora, proteção da natureza, dos cursos d’água e dos recursos naturais, e sobre controle da poluição, definindo também infrações, penalidades e demais procedimentos peculiares.” (ALMEIDA, 2012, p. 17). Daí que “[...] à luz do Ordenamento Constitucional Estadual vigente, não é admissível a proposta de unificação da legislação ambiental lato sensu, isto é, florestal, agrícola, recursos hídricos, resíduos sólidos, etc., em um único código, sob pena de incorrer em flagrante inconstitucionalidade.”. A mobilização pelo esclarecimento dos deputados e de diversas entidades e instituições, entre outros¹⁶⁸, fez com que o PL em questão tivesse suspensa a tramitação em 2010. Na opinião deste promotor, “o grande problema está centrado na pouca importância que o Poder Executivo dá ao tema; o problema não está na legislação ambiental, mas sim na absoluta falta de estrutura dos órgãos ambientais”. A seguir, transcrevemos os exemplos citados:

O Departamento de Áreas e Florestas Protegidas – DEFAP – que deveria agir junto ao produtor rural, não só fiscalizando, mas dando acesso facilitado aos seus escritórios e analisando de forma ágil, rápida e eficaz os pedidos de licenciamento está absolutamente desassistido de servidores, já que grande parte de seus quadros foram aposentados ou remanejados para outras secretarias, quando não sem meios materiais que lhe propiciem o desempenho das funções de análise e de vistoria.

O Departamento Estadual de Recursos Hídricos - DRH – órgão que deve atuar de forma efetiva na gestão da água no estado, vive completa falência de servidores, não tendo a mínima condição de analisar os processos de outorga e autorizações de uso dos recursos hídricos.

A FEPAM historicamente mergulhada na mais absoluta falta de condições de atender o número de pedidos de licenciamento que aportam em seu sistema, vive um permanente receio de autorizar empreendimentos e sofrer a discussão judicial ou

¹⁶⁷ De intensos debates sobre alterações profundas a serem implantadas no Código Florestal Federal (1965), a partir das quais resultou a lei 12.651 de 2012 de Proteção da Vegetação Nativa (LPVN).

¹⁶⁸ Almeida (2012, p. 19) relata que a minuta de Projeto de Lei para instituir o Programa Estadual de Recuperação de APP's através da Recomposição de corredores ecológicos – Programa Estadual de Recuperação de Corredores Ecológicos - PRO-RECOE, cujo objetivo era regularizar temporariamente todas as propriedades rurais do Rio Grande do Sul com intervenção em APP antes de 24 de agosto de 2001, foi aceita pelo governo com mínimas alterações por meio do Decreto 47.137/2010.

mesmo a acusação criminal de que seus técnicos agiram mal ou foram cooptados irregularmente. No outro sentido, ou seja, quando indeferem a licença ambiental, sofrem a pecha de entravadores do desenvolvimento.

O resultado é que o sistema entra em colapso [...]. (ALMEIDA, 2012, p. 21).

Destacamos também a exposição do ambientalista Soler (2012, p. 13) na mesma publicação da Assembleia Legislativa sobre a real possibilidade de aperfeiçoar o Código Estadual do Meio Ambiente:

Contudo, cabe, pelo Princípio do Não Retrocesso Ambiental, aperfeiçoá-lo sim, no que for possível, como no caso de regras protetoras ao bioma pampa, uma vez que tal Código “pecou” ao deixar de tutelar expressamente, ainda que o tenha feito de forma indireta, tal bioma, justamente aquele que ocupa a maior parte do território gaúcho (cerca de 60%), o qual, a exemplo da Mata Atlântica, igualmente se encontra ameaçado, ainda não que na mesma medida, já que apenas 41% de sua área ainda abriga campos nativos.

Ainda não aconteceu a atualização do Código Estadual do Meio Ambiente no sentido lembrado por Soler, o que contribuiu para o surgimento de dificuldades e controvérsias na hora de pôr em prática o Cadastro Ambiental Rural (CAR), previsto desde 2014 conforme preconizou a nova lei¹⁶⁹ que substituiu o antigo Código Florestal Federal.

Não obstante o promotor Almeida tivesse constatado o apaziguamento da questão legal em 2012, em 2013 a mesma “retornou à cena” conforme a notícia do CP cujo intuito específico era “facilitar licenciamentos”:

[...]. O projeto [118/2011] altera artigos do Código Estadual do Meio Ambiente que definem as regras para o licenciamento ambiental no Estado, propondo a diminuição de prazos para a emissão de licenças de seis meses para 120 dias, no caso de um EIA/Rima. Segundo o projeto, o descumprimento desse prazo implicaria a autorização automática para o empreendedor buscar o licenciamento na esfera municipal e federal. [deputado Edson Brum, PMDB] justifica [...] porque há muita queixa de todos os setores do RS sobre a morosidade na aprovação das licenças. [emperra o desenvolvimento do Estado]. [...] "É preciso por exemplo ter a capacidade de rastrear com quem está o projeto, se com o órgão ambiental ou com o próprio empresário, que às vezes, também pode ser o responsável pelo atraso.". Na avaliação do diretor presidente da Fepam, Nilvo Silva, o projeto é inconstitucional. Conforme ele, os prazos adotados no RS são compatíveis com os empregados no país. [...]. Além disso, acrescenta, há uma razão pela qual empreendimentos complexos precisam passar pela Fepam, que tem uma equipe formada por biólogos, topógrafos, geógrafos, entre outros. "As prefeituras não têm como licenciar uma termelétrica, por exemplo." Segundo Silva, a Fepam precisa sim é ganhar musculatura, com a contratação de mais pessoal. Ele compara a situação da Fepam com a do órgão ambiental da Bahia. Enquanto a Fepam tem 210 profissionais atuando no licenciamento, a Bahia aloca mais de 600 servidores. O último concurso foi realizado em 2008 e, anualmente, o órgão vem perdendo profissionais que estão se aposentando e não estão sendo repostos. Apenas em 2012 foram 23. [...]. Na

¹⁶⁹ Lei 12.651 de 2012 de Proteção à Vegetação Nativa.

avaliação do biólogo, ambientalista e professor Paulo Brack, é bastante perigoso alterar o Código Florestal Estadual que, segundo ele, levou muito tempo para ser desenvolvido. "A proposta poderia desconstruir a precaução necessária em projetos que podem impactar o meio ambiente." (CP, 16 jun. 2013).

Asgav pede incentivo à produção de milho [Associação Gaúcha de Avicultura]. [...]. Uma das formas de avançar é a ampliação da abrangência do Mais Grãos RS, que estimula a armazenagem. O programa está operando com licença para até 2 mil metros quadrados. A meta é chegar até 10 mil metros quadrados. Enquanto o projeto de lei para modificar o Código Estadual do Meio Ambiente não acontece, a saída seria um ato declaratório. Hoje, segundo ele, há R\$ 500 milhões de pedidos em análise nos bancos. (CP, 16 abr. 2014).

A Subcomissão de Análise, Atualização e Aperfeiçoamento do Código Florestal da Assembleia Legislativa sugeriu a criação de uma Comissão Especial para encaminhar as alterações propostas ao texto em audiências públicas, ontem, ao aprovar o relatório do deputado Elton Weber. Entre as sugestões acolhidas pela subcomissão estão a inclusão, no Código Florestal, do Decreto do Bioma Pampa, pagamento por serviços ambientais aos agricultores familiares, prática já adotada por alguns estados brasileiros; e o tratamento diferenciado para o licenciamento ambiental de atividades de propriedades da agricultura familiar. [...]. (CP, 12 out 2016).

Conforme conferimos nas notícias acima, o jornalismo do CP continuou confundindo, ou ao menos reproduzindo a confusão expressa pelas fontes ouvidas, sobre qual código estava sob análise dos deputados estaduais. A referida análise visando aprovar alterações era, de fato, sobre o Código Estadual do Meio Ambiente.

O governo do Rio Grande do Sul, finalmente, conseguiu aprovar as pretendidas alterações em dezembro de 2019 na Assembleia Legislativa através do projeto de lei (PL) 431¹⁷⁰ de 2019, que “institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul”, como se já não existisse um, a Lei 11.520¹⁷¹ de 03 de agosto de 2000, cujos trabalhos se iniciaram em 1992, tendo levado portanto quase dez anos para ser aprovada. Já o referido PL apresentado pelo governo Eduardo Leite (PSDB, 2019-2022), entrou na Assembleia em setembro do mesmo ano¹⁷² que recebeu a aprovação pelos deputados. O jornal *Extra Classe* apurou que:

[...] a nova legislação ambiental não possui documentação formal que a sustente. Em resumo, as 480 alterações no Código Estadual de Meio Ambiente são de origem desconhecida. Provocado por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), o governo

¹⁷⁰

Disponível

em:

<<http://www.al.rs.gov.br/legislativo/ExibeProposicao/tabid/325/SiglaTipo/PL/NroProposicao/431/AnoProposicao/2019/Origem/Px/Default.aspx>> Acesso em: dez. 2019.

¹⁷¹ Disponível em: <http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smam/usu_doc/lei_esta> Acesso em: dez. 2019.dual_11520.pdf> Acesso em: dez. 2019.

¹⁷² O governo Eduardo Leite afirma que o PL 431 foi trabalhado nos últimos anos, o que não há informações a respeito, na subcomissão criada em 23 de fevereiro de 2016 para “analisar, atualizar e aperfeiçoar o Código Estadual do Meio Ambiente”. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/legislacao-ambiental-do-rs-mudar-para-que-e-para-beneficiar-quem-por-demilson-fortes/>> Acesso em: dez. 2019.

do Estado admitiu à reportagem do EC não possuir “registros formais” das contribuições de servidores dos órgãos ambientais para a legislação, e tampouco sobre estudos que teriam embasado o novo texto.¹⁷³

Da notícia acima destacamos também a manifestação de uma fonte técnica ambiental: “[...] há um déficit democrático cada vez mais evidente”, pois a sociedade e segmentos ligados ao setor sequer foram ouvidos. Tudo para atender interesses do mercado a qualquer custo. [...]” Outra notícia¹⁷⁴ veiculada em meio não hegemônico apresentou um rol com parte das mudanças e entre elas, está o que na prática significa, a autorização do **autolicienciamento** pelos empreendedores. Na justificativa do PL as mudanças sobre o licenciamento são tratadas como: “[...] **fomento** ao empreendedorismo, ao tornar as regras mais claras para o licenciamento ambiental, processos mais **céleres** e menos **burocráticos** - destacando o uso de **tecnologia** da informação (TI) - sem flexibilizar licenciamentos, mas fortalecendo a **fiscalização** e estimulando o bom empreendedor [...].”

Percebemos a relação direta da culminância da desconstituição da lei vigente sob pressupostos neoliberais de desburocratização através da redução do controle do Estado e da exaltação do que é privado, no caso, o chamado bom empreendedor. Ao mesmo tempo, o déficit democrático é evidenciado pela verticalização das decisões políticas, como é o caso desta alteração legal. Dezenas de entidades além das ambientalistas acionaram o Ministério Público Estadual para tentar reverter ou amenizar os efeitos da aprovação do “novo” código ambiental gaúcho. A notícia do CP (23 dez. 2019)¹⁷⁵ cita os três requerimentos:

Ao todo, são três requerimentos no órgão ministerial. Primeiro, pedem informações com urgência à Assembleia sobre os trâmites e, em especial, o máximo de informações sobre um e-mail criado pelo relator do projeto, deputado Gabriel Souza (MDB). Também pedem que os promotores determinem a instauração de Inquérito Civil Público para investigar a existência de danos ao meio ambiente, bem como a cadeia de responsabilidades deles decorrentes. Por fim, caso sejam confirmadas tais violações, que proponham a competente Ação Civil Pública de responsabilidade por danos patrimoniais e extrapatrimoniais coletivos causados ao meio ambiente e ingresso de ação para afastar do ordenamento jurídico a nova lei estadual.

Como vimos acima, o argumento frequente de alteração da lei para proporcionar segurança jurídica aos empresários provocou, sim, a evidência de insegurança jurídica com a judicialização de mais este caso. A ideia de que os técnicos deviam “confiar” no que o

¹⁷³ Disponível em: <<https://www.extraclasse.org.br/ambiente/2019/12/novo-codigo-ambiental-permite-exploracao-em-areas-preservadas/>> Acesso em: dez. 2019.

¹⁷⁴ Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/10/18/novo-codigo-ambiental-do-rs-representa-retrocesso-de-40-anos-acusa-agapan/>> Acesso em: dez. 2019.

¹⁷⁵ Disponível em: <<https://www.correiopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/entidades-acionam-mp-contrao-novo-c%C3%B3digo-ambiental-1.388856/>> Acesso em: dez. 2019.

empreendedor diz conforme reportagem da EcoAgência¹⁷⁶ já indicava, em 2007, este objetivo de “fortalecer” ou o discurso de reforço da fiscalização. Ao mesmo tempo, “Faltam fiscais no Estado” foi a notícia que abordou a manutenção do “número **insuficiente** de servidores para **fiscalizar** os crimes ambientais”, em relação à notícia principal da página sobre a conversão dos ecossistemas do bioma Pampa em lavouras, tanto de soja como de eucalipto e pinus:

[...] existe um número expressivo de denúncias sobre desmatamentos e intervenções sem licenciamento prévio, inclusive em áreas de proteção permanente. [...] **existem dificuldades de fiscalização por parte do comando ambiental da BM e das 26 agências regionais da Sema.** "Nossa maior dificuldade é a falta de servidores, principalmente técnicos. Ficamos mais atrás das denúncias," ressalta. [...]. (CP, 23 set. 2007).

Esta necessidade da Fepam já havia sido abordada em duas notícias de 2005. A “Fepam enfrenta dificuldades” denotou “número **insuficiente** de servidores” considerando a função de **fiscalização**:

Dos 260 funcionários [...], 60 estão na área de **fiscalização**. A maioria das irregularidades referem-se a falta de licenciamento ou descumprimento de licença ambiental. Entre os mais graves estão os casos de indústrias que lançam efluentes fora do padrão, lixão a beira de rios, construção de pocilgas em cima de arroios, e área de irrigação não licenciada. (CP, 15 mai. 2005).

Essa notícia dizia ainda que entre 2003 e 2005, a Fepam havia emitido 1,8 mil autuações, mas “o número de multas aplicadas, no entanto, não retrata a realidade” porque o diretor técnico ouvido explicou que “muitos empreendimentos atuam sem licenciamento ambiental, em especial nas áreas da indústria, agricultura e mineração,” [...]. (CP, 15 mai. 2005). Naquele momento, 98 municípios estavam habilitados a proceder ao licenciamento ambiental. E, em menos de seis meses, a segunda notícia enfocou na “demora” com relação ao pagamento de multa de dano ambiental por parte das empresas:

Em função da **burocracia** e da falta de recursos humanos em muitos casos os responsáveis por acidentes [...] demoram anos para pagar pelos danos causados. As empresas podem recorrer das multas em duas instâncias da Fepam e por último ao Conselho Estadual de Meio Ambiente. **Sem pessoal suficiente** a Fepam não consegue cumprir os prazos. Neste ano, alguns dos **autos de infração** cobrados correspondem a **acidentes de 1998**. (CP, 16 out. 2005).

Não que o governo Yeda não tenha agido para ampliar o número de servidores da Fepam. Foi publicada notícia sobre a realização de concurso público com 66 vagas e os

¹⁷⁶ Ver na página 137 deste trabalho.

cargos incluíam administradores, advogados, biólogos, contadores, engenheiros civis, engenheiros florestais, engenheiros químicos, geólogos e hidrólogos. Informava também que o quadro de funcionários naquele momento era de 278 técnicos (CP, 18 jul. 2008). Quase um ano depois vimos: “Yeda: Sema dobrou de tamanho - reestruturação da Fepam e incremento no corpo técnico da Sema” (CP, 27 out. 2009) e “Fepam chama 4 aprovados em concurso” (CP, 5 nov. 2009). Só não foi possível confirmarmos pelas notícias do CP, antes de findar o governo Yeda, se os 66 servidores foram chamados e como se deu a duplicação do corpo técnico da Sema, ou seja, qual o número final de servidores na Fepam e na Sema. Nesta época, a governadora Yeda Crusius já era “acusada de improbidade administrativa com mais oito réus” por crimes cometidos entre 2003 e 2007 conforme noticiada a ação do Ministério Público Federal (CP, 9 ago. 2009). A Operação Rodin gerou 15 processos e o objetivo foi investigar o “desvio de cerca de R\$ 44 milhões do Detran gaúcho” (CP, 20 dez. 2014). Após seu nome ter sido excluído, desde 2009, três vezes do processo (CP, 29 abr. 2015), a governadora voltou “a ser ré na Rodin” em 2015 e, em 2016, foi divulgada a condenação por improbidade de três políticos do governo Yeda (CP, 2 abr. 2016), entre eles Luís Fernando Záchia¹⁷⁷. A notícia¹⁷⁸ mais recente veiculada pelo Correio do Povo informa a condenação da ex-governadora por improbidade administrativa em 2019, implicando ressarcimento ao erário público, perda da aposentadoria pública ocupada à época, suspensão dos direitos políticos por cinco anos e pagamento de uma multa civil. A defesa da ex-governadora informa na notícia a busca pela reforma da sentença.

Dois anos depois, já no governo Tarso Genro (2011-2014), soubemos que a Fepam contava com 340 funcionários embora o tema da notícia fosse a insuficiência de técnicos para atender a demanda do licenciamento ambiental (CP, 18 mai. 2013). Mesmo assim, este número indica que não houve ampliação no número do efetivo incluindo a função de fiscalização. Após enfrentarem a interdição por medida judicial do prédio (com problema estrutural) onde ficava a sede da Fepam, na rua Carlos Chagas em Porto Alegre (CP, 2 abr. 2013), e realizarem, finalmente, a mudança para o atual endereço (na Avenida Borges de Medeiros), os servidores recorreram a uma reunião com o governador Tarso:

[...] um grupo de servidores pediu a Tarso investimentos para suprir carências financeira, de tecnologia e recursos humanos, principalmente na Fepam. [...] disse

¹⁷⁷ Durante o mandato de secretário municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre (SMAM), em 2013, foi um dos 18 presos pela Operação Concutare que investigava fraudes nos licenciamentos ambientais.

¹⁷⁸ Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/not%3%ADcias/pol%3%ADtica/yeda-crusius-%3%A9-condenada-por-improbidade-administrativa-no-%3%A2mbito-da-opera%3%A7%C3%A3o-rodin-1.344095>> Acesso em: nov. 2019.

que 90% da economia do Estado passa pela fundação, daí necessidade de atenção especial por parte do governo. [...]. "Com a economia pujante no país, em permanente crescimento, aumentou a necessidade de licenciamento tornando a estrutura obsoleta, insuficiente para fazer frente às demandas," concluiu. [...]. Seriam necessários 500 [servidores] para atender a demanda. Há carência até de veículos e motoristas. "Percorremos todo o RS, em média um milhão de quilômetros por ano. [...]". Tarso prometeu abrir um canal de comunicação com os órgãos e atendê-los na medida do possível. [...]. (CP, 18 mai. 2013).

Notícia no início de dezembro informava sobre uma reunião de “Reestruturação da Fepam” (CP, 10 dez. 2013) e antes do ano acabar foi publicado os resultados da mesma em “Plano de carreira foi reestruturado”.

[...]. No dia 26 de dezembro, um projeto de lei aprovado por unanimidade em sessão extraordinária na Assembleia Legislativa viabilizou a reformulação das carreiras do órgão. **Com capacidade para 500 técnicos, a Fepam tem hoje 312.** [...] A proposta possibilita ainda a realização de concurso público, que deve ocorrer até junho. Em janeiro, a Fundação ganha fôlego com a nomeação de 60 contratações emergenciais. As mudanças fazem parte de uma política maior de reestruturação dos órgãos ambientais do RS. "Depois de muito tempo de negligência, em questões administrativas e salariais, no entendimento do governo deve haver uma valorização da área," explicou [...]. (CP, 31 dez. 2013 e 01 jan. 2014).

No último ano do governo Tarso e como uma das respostas aos resultados da Operação Concutare¹⁷⁹ da Polícia Federal, houve a criação do departamento de fiscalização:

O presidente da entidade, Nilvo Silva, destacou que a separação dos departamentos de fiscalização e de licenciamento foi solicitada pelo Tribunal. [...]. O departamento terá três divisões: atendimento as emergências, fiscalização e atendimento ao Ministério Público e Poder Judiciário. [...] será criado um fone 0800 e um disque-denúncia para que o órgão receba ligações da população. (CP, 11 nov. 2014).

Contudo, a efetiva ampliação no número de servidores na Fepam e, em especial, destinados a cumprir a função da fiscalização continuou a ser desconhecido no período de nossa análise. Não obstante tenha sido anunciada a realização de um concurso público “com 252 vagas” que teria sido realizado em 2013 “para a contratação de veterinários, biólogos, meteorologistas, hidrólogos, geólogos, geógrafos, engenheiros florestais e demais profissionais” (CP, 31 jul. 2013).

Portanto, o discurso do “fortalecimento da fiscalização” apresentado como uma das justificativas para a aprovação do “novo” código ambiental do Rio Grande do Sul (ocorrida em dezembro de 2019 no governo Leite, 2019-2022), não corresponde à realidade. Assim como a enunciada, tantas vezes nas notícias, “segurança jurídica” com a flexibilização,

¹⁷⁹ Ver a partir da página 134 deste trabalho.

facilitação, simplificação das leis e dos regramentos ambientais vai na direção contrária da busca pela compreensão do significado da política ambiental e a relevância para o sucesso econômico do próprio empreendimento, considerando aqui a conservação do meio ambiente também como forma de manutenção da possibilidade de exploração dos recursos naturais. Além da crítica à condução dos governos da política pública sob a razão neoliberal, criticamos a reprodução pelo jornalismo do CP desse discurso sem a necessária problematização.

4.2.5.1 Efeitos de verdade e formação dos saberes

Desde o primeiro governo, a não evidenciada nas notícias, mas perceptível correlação de forças pendente para o lado dos governos e entidades ligadas às empresas com apoio majoritário do Legislativo, lutava pela alteração nos códigos de Meio Ambiente do Estado e Florestal Estadual. A implantação da silvicultura tornou a urgência incontornável. Por isso, em 2009 houve a tentativa de **unificação** de todos os códigos que vigiam (os citados, o de Recursos Hídricos e o de Solos). Além da precária cobertura devido a confusão entre os nomes dos Códigos em discussão, um importante agente social ficou alijado deste debate: o gaúcho. O gaúcho do Rio Grande do Sul, não obstante seja o adjetivo pátrio, originalmente é o serviçal da pecuária ou o capataz da Estância ou da Querência, como aqui chamam, em geral, as Fazendas. É aquele que conduz o rebanho da atividade produtiva característica dos campos, harmoniosa com a natureza embora nem tanto socialmente diante da concentração de terras (percebida também no negócio das monoculturas) e é um processo de cerca de 300 anos. As fontes oficiais selecionadas pelo jornalismo do CP foram predominantemente as do agronegócio de grãos, o que contraria os pressupostos do Jornalismo de atender ao interesse público. Mesmo sendo uma empresa (no caso de comunicação) com o objetivo de gerar lucros, renda e empregos, possui também função social além das funções relacionadas aos preceitos da profissão. Tanto que, aqueles que fazem as notícias, são os jornalistas e não o meio de comunicação. Este amplia o número de patrocinadores ou investidores diante da credibilidade que deriva do trabalho daqueles, o que também reforça a função social que um meio de comunicação possui e a importância da instituição Jornalismo para a sociedade.

A consequência ambiental direta da decisão do jornalismo do CP de não abordar, com a cobertura sobre os códigos, a pecuária (e o gaúcho) foi a **negação** do aumento gradativo da extinção de campos do bioma Pampa. Em 2012, contudo, não foi mais possível desviar da questão dos campos devido a mudança do Código Florestal Federal para a Lei de Proteção da Vegetação Nativa (LPVN). Nessa época, o promotor de Justiça Júlio Alfredo de Almeida

(2012, p. 17) já atribuía a grande incompreensão sobre o meio ambiente visto como entrave à economia “o problema não está na legislação ambiental, mas sim na absoluta falta de estrutura dos órgãos ambientais”. O governo era de esquerda e implantou melhorias no setor, como na infraestrutura e plano de carreira dos servidores. Mas, o governo Tarso Genro poderia ter regulamentado a lei sobre os campos segundo informações dos servidores, e optou por deixar ao governo seguinte, cujo decreto foi judicializado e até este momento desconhecemos o montante das áreas de remanescentes campestres suprimidas ilegalmente no período denominado pelas fontes oficiais e repetido pelo jornalismo do CP como “indefinição” do Executivo.

A publicação do Decreto 52.431 de 23 de junho de 2015 ocorreu no governo Sartori. No entanto, a Rede Campos Sulinos¹⁸⁰ vinha explicando e orientando aos produtores rurais que o preenchimento do Cadastro Ambiental Rural (CAR, exigência com a sanção da anteriormente referida LPVN) deveria ter sido feito mesmo antes da publicação deste decreto. Porém, o pleito das entidades do agronegócio junto aos governos federal e estadual era de considerar o campo nativo como área consolidada o que desobrigaria o proprietário a declarar uma área de reserva legal. No Rio Grande do Sul, a disputa discursiva e judicial seguiu nesses anos todos e o preenchimento do CAR continua. Em notícia recente, vimos que em final de novembro de 2019 a Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça “manteve decisão da 10ª Vara da Fazenda Pública no que se refere à exigência de manutenção de reserva legal nas áreas do Bioma Pampa em que existe atividade de pecuária”.

A Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente da Capital, através do Núcleo de Proteção ao Bioma Pampa, é autora da ação civil pública de julho de 2018 contra o Estado do Rio Grande do Sul com o objetivo de assegurar a proteção jurídica para o bioma Pampa. A justificativa é de que o Decreto Estadual 52.431 de 2015 ratificou a distinção entre área consolidada por supressão de vegetação nativa com atividade pecuária, das áreas remanescentes de vegetação nativa tidas como não antropizadas. O que significa uma incompreensão sobre o papel da pecuária na conservação dos campos do sul, papel este reconhecido pelas pesquisas científicas em torno da prática vigente. Legalmente, a distinção significou “a dispensa da reserva legal para os imóveis rurais de até quatro módulos fiscais” localizados no bioma Pampa (que corresponde a mais de 60% da área do Estado). Portanto, segue em vigor a obrigatoriedade de manter 20% de reserva legal nos imóveis rurais com

180

Disponível

em:

<https://www.ufrgs.br/redecampossulinos/wordpress/wpcontent/uploads/2014/11/newsletter_novembro1.jpg>
Acesso em: nov. 2019.

campo nativo e/ou com pecuária sobre a vegetação nativa remanescente. As fiscalizações estão previstas já que a ação civil pública pede também o reconhecimento da ilegalidade das eventuais infrações administrativas ocorridas entre 22 de julho de 2008 e 25 de maio de 2012.

4.3 Tentativa de despolitização ambiental no pós-golpe

No nosso período da análise houve a permanente tentativa de desmonte dos órgãos e da política ambiental, mas o discurso das fontes oficiais e repetido pelo jornalismo do CP foi de flexibilização, desburocratização, termos utilizados pelo discurso do liberalismo e neoliberalismo. As ações incluíam: redução da exigência legal, da atuação dos técnicos ambientais em especial da Fepam no licenciamento ambiental e na fiscalização, dos recursos disponíveis como veículos e recursos para deslocamento aos municípios do interior onde deviam ser feitas vistorias, bem como o próprio adiamento da aprovação do estatuto da FZB e plano de carreira dos servidores.

Após o golpe de 2016 que destituiu a presidenta Dilma Rousseff e alçou Michel Temer à presidência do país, a agenda ambiental se viu severamente ameaçada cujo discurso utilizado não obstante empregasse as mesmas palavras, como flexibilização e menos rigidez legal, se exacerbou. Daí que na sequência, trataremos do período de transição do golpe ao pós-golpe (com a eleição de Jair Bolsonaro) onde o discurso neoliberal, que se refletiu nos discursos das administrações estaduais e municipais no país, assumiu o anseio de tentar impor (por meio de canetas dos membros do Executivo) outro discurso com outra compreensão sobre o meio ambiente e a função/validade da própria política ambiental.

4.3.1 Da flexibilização liberal no discurso para o discurso neoliberal

A disputa pela chamada, pelos governos e repetida pelo jornalismo do CP, “flexibilização” do rigor legal (ou o que denominavam rigidez) sobre o meio ambiente já com consequências como a fragilização da atuação dos servidores e demais técnicos dos órgãos ambientais gaúchos, persistiu e outros documentos de denúncia e apelo à sociedade gaúcha para uma reação foram divulgados pelas entidades mobilizadas. Às vésperas de mais uma

mudança de governo estadual, no início de dezembro de 2014¹⁸¹, as entidades ambientalistas lançaram em Porto Alegre um documento no qual recapitularam as ações equivocadas de Ana Maria Pellini, então futura secretária do Meio Ambiente do Governo Sartori (2015-2018) enquanto ela foi presidenta da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (Fepam). Por exemplo, Ana Maria Pellini foi a responsável pela emissão de licenças que geraram ações judiciais em decorrência de desconformidades com a legislação ambiental, entre maio de 2007 e setembro de 2009, durante o governo de Yeda Crusius (PSDB). Inclusive, por Improbidade Administrativa, no sentido de favorecimento a empresas do setor de silvicultura e celulose e geração de energia em detrimento da preservação ambiental.

O documento dos ambientalistas também recorda “a tentativa de deixar sem efeito o Zoneamento¹⁸² Ambiental da Silvicultura”, ação da então presidenta da Fepam entre 2007 e 2008. Sobre este período realizei a dissertação de Mestrado “As representações sociais sobre o Bioma Pampa no jornalismo de referência sul-rio-grandense”¹⁸³. O objetivo geral foi compreender quais eram e como foram construídas as representações sociais sobre o Bioma Pampa que circularam nas notícias dos jornais Correio do Povo e Zero Hora no contexto da construção e aprovação do Zoneamento Ambiental da Silvicultura (ZAS). Com relação às fontes, constatamos a “adesão do jornalismo sul-rio-grandense ao jargão das fontes pró-Silvicultura nas notícias” (FANTE, 2012, p. 94) assim como a presença dominante das fontes oficiais, como o Governo do Estado, as empresas da celulose e os aliados da implantação da Silvicultura, nas notícias analisadas. Sendo que, Ana Maria Pellini, então presidenta da Fepam, foi a fonte mais ouvida¹⁸⁴ no período por ambos os jornais e que teve as expressões sobre o conceito de licenciamento¹⁸⁵ ambiental adotadas e reproduzidas pelo jornalismo analisado: “liberar; conceder; fornecer; emitir; dar vazão; desafogar; destravar”. Expressões essas que continuou a repetir no governo Sartori (MDB) enquanto acumulou os cargos de

¹⁸¹ Disponível em: <<http://www.ecoagencia.com.br/?open=noticias&id=VZISXRIVONIYHZFTT1WNXJFbKVVVB1TP>> Acesso em: nov. 2019.

¹⁸² Documento regrador da atividade produtiva e que impunha restrições aos plantios arbóreos de espécies exóticas no RS.

¹⁸³ Sob a orientação da Prof. Dra. Ilza Girardi no PPGCOM/UFRGS.

¹⁸⁴ “Do Governo do Estado, Ana Pellini, participou mais das notícias do que o próprio secretário da Sema, Brenner de Moraes, que foi fonte em cinco notícias, assim como a governadora Yeda Crusius. Como Ana Pellini também foi a fonte com maior participação nas notícias de Zero Hora (nove ao todo), ficou sugerida a escolha dela como uma espécie de porta-voz para atender a imprensa.” In: FANTE, 2012, p. 99.

¹⁸⁵ Licenciamento é um [...] procedimento administrativo realizado pelo órgão ambiental competente, que pode ser federal, estadual ou municipal, para licenciar a instalação, ampliação, modificação e operação de atividades e empreendimentos que utilizam recursos naturais, ou que sejam potencialmente poluidores ou que possam causar degradação ambiental. Disponível em: <http://www.fepam.rs.gov.br/perguntas/pergunta_detalle.asp?categoria=3.Licenciamento> Acesso em: nov. 2019.

Secretária Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Seades) e presidenta da Fepam.

A mudança do nome da Sema (para Seades), mesmo que não tenha recebido a adesão generalizada, antes mesmo da posse do governador José Ivo Sartori¹⁸⁶ no final de dezembro de 2014, foi entendida por ambientalistas como um golpe: de Secretaria do Estado de Meio Ambiente (Sema) para Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Seades). A Associação Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente (Apedema) manifestou a insatisfação com a falta de debate com a sociedade, ao contrário do momento de sua criação (em 1999), pois o tema da mudança do nome sequer havia passado pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema). Ademais, a questão do desenvolvimento sustentável é complexa como bem definiu a procuradora Sílvia Cappelli (2017, p. 269): “Hoje, o desenvolvimento sustentável pode ser quase tudo. [...]. A gente tem que ir ver concretamente se o desenvolvimento está sendo sustentável ou não, [...]”.

O acima referido Conselho é o principal órgão do Sistema Estadual de Proteção Ambiental (Sisepra). É deliberativo e normativo, e deveria ter representatividade equânime entre os diversos agentes sociais. Mas, as organizações não governamentais ambientalistas (ONG's), vêm perdendo espaço desde 2007, devido presença maciça do setor produtivo e das secretarias de governo.

Logo em uma das primeiras manifestações públicas da secretária Ana Maria Pellini, no debate sobre “A crise da política ambiental do RS”¹⁸⁷, ela responsabilizou o próprio Sisepra pela referida crise. Pois, no seu entendimento, o Sisepra não estava “estruturado”. Para justificar-se, arrolou questões ambientais a serem enfrentadas, considerando que a existência desses “problemas” demonstrava a crise no Sistema:

[...] poluição dos rios da região metropolitana; maior consumo de agrotóxicos no RS; compactação do solo impedindo o abastecimento de águas subterrâneas; existência de 20 milhões de mudas para a compensação ambiental sem local definido para o plantio; falta de informações sobre disponibilidade hídrica; não cobrança de multas por crimes ambientais (cerca de R\$ 30 milhões); atraso no preenchimento do Cadastro Ambiental Rural (CAR). (FANTE, 2015).

As propostas defendidas pela Secretária no debate citado anteriormente foram: de um lado, criação de rotina de procedimentos e de um protocolo unificado de licenciamento ambiental, e busca de patrocínios para realizar o planejamento ambiental; de outro,

¹⁸⁶ Coligação O novo caminho para o Rio Grande: PMDB/PSD/PPS/PSB/PHS/PT do B/PSL/PSDC), governo 2015-2018.

¹⁸⁷ Realizado pelo Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados (ILEA-UFRGS) em setembro de 2015.

atualização da legislação ambiental para evitar insegurança jurídica aos empreendedores. Durante a campanha eleitoral, o candidato Sartori não apresentou propostas à área do meio ambiente e foi o único que não recebeu as propostas do movimento ambientalista.

As manifestações contraditórias da Secretária Pellini, com formação em Contabilidade e que estava acompanhada pela secretária-adjunta¹⁸⁸ com formação em Direito, deixaram perplexo o público do evento, sendo a ampla maioria de técnicos das ciências naturais. “O Estado precisa de um plano de gestão ambiental e o fortalecimento dos instrumentos do Sisepra, [...]. Mas a sinalização de esvaziamento da Fundação Zoobotânica vai contra essa sua preocupação de buscar transparência e credibilidade com apoio da sociedade”, respondeu o agrônomo e membro da Agapan, Leonardo Melgarejo. O biólogo e professor da UFRGS Paulo Brack enfatizou a importância de a titularidade da pasta ambiental ficar com profissionais formados na área, visando garantir o conhecimento sobre o funcionamento dos órgãos.

A Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Sema) também é um órgão do Sisepra, e no governo de José Ivo Sartori teve a gestão caracterizada pelo fechamento de laboratórios da Sema e biblioteca da Fepam¹⁸⁹; redução das funções da Fepam quanto ao licenciamento através de emissão online de licenças de operação para empreendimentos e municipalização do licenciamento sem os devidos critérios; esvaziamento do setor de fauna da Sema através da dispensa dos concursados e manutenção de apenas um servidor; fechamento do Serpentário da FZB; transferência de técnicos da FZB à Sema; realização dos estudos repassadas às empresas privadas; exclusão do licenciamento para a silvicultura¹⁹⁰; sucateamento das unidades de conservação; troca de chefias e realocação de servidores; desconsideração de diretrizes no licenciamento como em relação às áreas úmidas

¹⁸⁸ Maria Patrícia Mollmann é procuradora estadual. Nesse período, acumulou os cargos de secretária adjunta da Sema, presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) e presidente do Conselho de Recursos Hídricos (CRH). Atualmente é subchefe jurídica da Casa Civil no governo Eduardo Leite (PSDB, 2019-2022). Disponível em: <<https://casacivil.rs.gov.br/subchefia-juridica>> Acesso em: dez. 2019.

¹⁸⁹ A desativação ocorreu em março de 2015 com o acervo transferido à Fundação Zoobotânica. Além de dificultar a rotina de consultas pelos técnicos, a servidora responsável pela Biblioteca sofreu desvio de função. Disponível em: <<http://www.ecoagencia.com.br/?open=noticias&id=VZISXRVVONVTVFjcXxmVaNGbKVVVB1TP>> Acesso em: nov. 2019.

¹⁹⁰ Decreto 53.862 de 28 de dezembro 2017. Regulamenta o Cadastro Florestal Estadual e o licenciamento ambiental de empreendimentos de silvicultura de florestas plantadas. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=354753>> Acesso em: dez. 2019.

e espécies ameaçadas; desestruturação do sistema de informática da Fepam¹⁹¹, suspensão do funcionamento do Centro de Triagem de Animais Silvestres¹⁹² (Cetas) do Parque Zoológico.

A **alteração** no Sisepra conforme o anúncio feito pela Secretária da Sema se deu conjugada a aprovação do PL 145 de 2016 pela Assembleia Legislativa e sanção da **lei 14.961 de 13 de dezembro de 2016**, a qual “dispõe sobre a Política Agrícola Estadual para Florestas Plantadas e seus Produtos, altera as Leis 10.330, de 27 de dezembro de 1994, que dispõe sobre a organização do Sistema Estadual de Proteção Ambiental, a elaboração, implementação e controle da política ambiental do Estado e dá outras providências, e a Lei nº 9.519, de 21 de janeiro de 1992, que institui o Código Florestal do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.”. E ainda, pela **lei 15.017 de 13 de julho de 2017** que “Dispõe sobre a organização do Sistema Estadual de Proteção Ambiental, a elaboração, implementação e controle da política ambiental do Estado e dá outras providências.”

Para o jornalismo do CP apenas um relato sobre os passos que estavam sendo dados pelos deputados em relação ao PL 145 de 2016 foi o suficiente:

A Subcomissão de Análise, Atualização e Aperfeiçoamento do Código Florestal da Assembleia Legislativa sugeriu a criação de uma Comissão Especial para encaminhar as alterações propostas ao texto em audiências públicas, ontem, ao aprovar o relatório do deputado Elton Weber. Entre as sugestões acolhidas pela subcomissão estão a inclusão, no código florestal, do decreto do bioma pampa, pagamento por serviços ambientais aos agricultores familiares, prática já adotada por alguns estados brasileiros; e o tratamento diferenciado para o licenciamento ambiental de atividades de propriedades da agricultura familiar. [...]. (CP, 12 out. 2016).

Mas, no início do ano, a demanda ao órgão ambiental já havia sido encaminhada:

Ageflor cobra lei que dispense licenciamento [título]. [...]. Conforme o dirigente, o setor precisa de uma **nova** lei estadual que remeta à lei federal do código florestal, que dispensa a necessidade de licenciamento ambiental para plantios florestais. Atualmente, a exigência está em vigor por meio de uma resolução do Consema e de uma portaria da Fepam. [...]. Outro **entreve** do setor é o zoneamento "restritivo" da silvicultura. "Sofremos com uma informação **desatualizada**," detalha. Enquanto outras culturas, como soja, trigo e arroz, o zoneamento indica as melhores áreas para plantar, no caso da silvicultura, o zoneamento ambiental mostra apenas onde o cultivo de árvores em escala comercial não é permitido. A ideia é tentar uma **atualização** do estudo, que deveria ter sido revisado em 2008 pela Fepam. [...]. (CP, 2 jan. 2016).

¹⁹¹

Disponível

em:

<<http://www.ecoagencia.com.br/?open=noticias&id=VZISXRFWWNIUspFVjZkVaNGbKVVVB1TP>> Acesso em: nov. 2019.

¹⁹² Era o único lugar para onde eram levados os animais resgatados pelo Comando Ambiental da Brigada Militar, Ibama e outros órgãos, de traficantes ou abandonados. Recebiam tratamento e muitas vezes retornavam aos habitats. (TENTARDINI, 2018, p. 186).

De fato, desde o governo Germano Rigotto (2003-2006), a proposta era colocar a silvicultura no mesmo patamar legal que as outras culturas, como descreveu o então secretário estadual do Meio Ambiente:

Na área do licenciamento ambiental, a Fepam, que neste sábado completou 15 anos, adota a medida inovadora envolvendo o meio rural. A partir de julho, as licenças serão integradas. O órgão não mais fornecerá autorizações individuais para avicultores, suinocultores, **silvicultores** e piscicultores e demais rumos da produção primária. Para [Cláudio] Dilda a medida possibilitará a regularização da situação de 20000 produtores em curto espaço de tempo. Outra meta é que os 496 municípios gaúchos assumam a gestão plena das questões ambientais. (CP, 5 jun. 2005).

Os deputados da Comissão de Constituição e Justiça receberam a manifestação crítica ao PL 145 do Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais (INGÁ)¹⁹³, entidade que integrava a coordenação da Associação Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente (Apedema). Pedia o arquivamento desse PL e a apresentação de outro sem os problemas que identificaram e com maior prazo para debate, tanto nas comissões da Assembleia Legislativa como em audiências públicas. A seguir, transcrevemos fragmentos dos pontos assinalados:

1) Confunde fomento à silvicultura (denominada erroneamente como “florestas”) com as funções de proteção ambiental, alterando profundamente a Lei Estadual afeta à flora e à biodiversidade, Lei 9519/1992 (Código Florestal Estadual), retirando atribuições da SEMA (Secretaria Estadual de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável), repassando-as para a SEAPI (Secretaria Estadual de Agricultura Pecuária e Irrigação), o que corresponderia a desvios de funções e enfraquecimento ainda maior do Sistema Estadual de Proteção Ambiental (SISEPRA), o que é inconstitucional e poderá representar maior insegurança jurídica;

2) Desvia a finalidade do FUNDEFLO, transferindo as funções protetivas e de promoção da flora nativa, asseguradas pela Lei Estadual 9.519/1992, retroagindo, portanto, justamente em um momento crítico em relação à biodiversidade, [...];

3) Desconsidera a existência do Zoneamento Ambiental da Silvicultura (ZAS), e a respectiva Resolução CONSEMA N° 227/2009, que determina a necessidade de acompanhamento e atualizações das Unidades de Paisagem Natural (UPN), e as respectivas políticas públicas, a fim de evitar que tenhamos áreas saturadas de plantios monoculturais de silvicultura em áreas com fragilidade ambiental (água, flora e fauna), o que já é apontado pela FEPAM (Fundação Estadual de Proteção Ambiental Luiz Roessler);

4) Desconsidera a Portaria do Ministério de Meio Ambiente (MMA) n. 9 de 23 de janeiro de 2007, que define o Mapa das Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade, já que no RS assistimos a perda acentuada destas áreas, em especial do Bioma Pampa [...];

¹⁹³ Disponível em: <<https://apedemars.wordpress.com/2016/10/26/inga-e-coordenacao-da-apedemars-manifestam-se-contrarios-ao-projeto-de-lei-145/>> Acesso em: nov. 2019.

5) **Desconsidera o Decreto Estadual 52.109/2014, referente à Flora Ameaçada do Rio Grande do Sul**, que assinala a necessidade de tomada de providências urgentes, sob a coordenação da Fundação Zoobotânica e da SEMA, para a superação do crescimento acelerado da extinção de espécies no RS. A Lista da Flora Ameaçada cresceu em número de espécies ameaçadas em 33% desde o Decreto 42.099/2002 até o atual Decreto 52.109/2014. [...];

6) **Desconsidera que as espécies utilizadas na silvicultura (99% dos plantios, no caso de pinus, eucalipto e acácia negra) correspondem a árvores exóticas invasoras incluídas na Portaria da SEMA n° 79 de 31 de outubro de 2013, sendo que o problema das espécies exóticas invasoras é considerado pela ONU como a segunda causa mundial de perda de biodiversidade;**

7) **Desconsidera totalmente o Decreto Estadual 51.797/2014 referente à Fauna Ameaçada do Rio Grande do Sul**, afetada pela silvicultura (que se utiliza de herbicidas, formicidas e outros biocidas). Ademais, temos o agravante de que o Setor de Fauna foi desestruturado na SEMA, cuja responsabilidade seria evidente quanto a necessidade de providências em relação em especial ao Art. 4.º deste Decreto, que define a necessidade de que *“A reavaliação periódica da lista ficará sob a responsabilidade da Secretaria do Meio Ambiente, [...];*

8) **Flexibiliza o licenciamento, apesar dos dados que apontam ameaças crescentes à biodiversidade do Rio Grande do Sul**, com destaque especial às UPAN com altas fragilidades ambientais, já saturadas em plantios de silvicultura, aumentando o porte de plantios sem licenciamento da FEPAM e/ou sem Estudos de Impacto Ambiental, conforme o Artigo 14º do PL 145/2016. Constata-se facilitação injustificada em licenças ambientais de silvicultura, por meio de forjado **“licenciamento autodeclaratório”** (que prevê um cadastro eletrônico, sem nenhum tipo de checagem dos órgãos ambientais);

9) **Utiliza-se de falso argumento de que as monoculturas de árvores exóticas (erroneamente denominadas de “florestas”) venham a “contribuir para a diminuição da pressão sobre as florestas nativas”, já que vemos uma realidade contrária à essa falsa premissa (ver fotos em anexo); [...].** (INGÁ, 2016, destaques do autor).

A maioria dos deputados aprovou o projeto do Executivo sem problematizar os pontos da manifestação descritos anteriormente, já que apenas uma emenda foi apresentada, e o governo sequer respondeu o porquê da exclusão do ZAS do “novo” regramento. Dessa maneira, nas duas gestões de Ana Pellini como presidente da Fepam (a primeira no governo Yeda Crusius e a segunda no governo José Ivo Sartori) o documento construído pelos técnicos dos órgãos ambientais em conjunto com pesquisadores da FZB e das Universidades teve os efeitos anulados. Ao mesmo tempo, no período do governo de esquerda que o Rio Grande do Sul teve (2011-2014), a simplificação do regramento da silvicultura, criticada pelo movimento ambientalista e os técnicos dos órgãos ambientais, teve andamento conforme o CP noticiou:

Novos procedimentos para o licenciamento da silvicultura serão apresentados hoje [...] pelo governador Tarso Genro no Piratini. No ato, Tarso irá detalhar a portaria que prevê, entre outros pontos, que em 60 dias a Fepam faça cadastramento online de pequenos produtores de acácia e eucalipto, com áreas de cultivo entre 40 e mil

hectares. Em áreas acima de mil hectares será necessária a realização de Eia-Rima. As mudanças já haviam sido debatidas pela Farsul e também no Conselho de desenvolvimento Econômico e Social do Estado. (CP, 27 mai. 2014).

Um pedido de inclusão do pinus no licenciamento ambiental **simplificado** da Fepam e a solicitação de alteração de parte da resolução de 2008, que regularizou a silvicultura, foi enviado pelo governo do Estado ao Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) para apreciação no dia 26. Antes, os temas serão examinados na Câmara Técnica da Biodiversidade, no dia 9. Ambientalistas **contrários** à ideia já se mobilizam. O biólogo e professor da Ufrgs, Paulo Brack, integrante do órgão, acenou ontem com a possibilidade de acionar o Ministério Público, caso as **alterações** não sejam debatidas nos fóruns competentes. “A Farsul vem pressionando. Porém, sabem que se nos atropelarem, nós apelaremos,” disse Brack. [...]. Outro ponto de divergência é o pedido de alteração da resolução que estipula multa a quem plantou depois de 2006, quando havia exigência de licenciamento. A reivindicação é que a medida entre em vigor depois de 2010. [...]. Consultor técnico da Farsul e presidente da Câmara Técnica da Biodiversidade do Consema, Ivo Lessa, disse que a entidade está cumprindo seu papel de defesa do setor produtivo. [...]. (CP, 31 mai. 2014).

Com efeito, assim como a alteração no Sisepra já tinha sido anunciada publicamente pela Secretária da Sema, no evento anteriormente citado em setembro de 2015, também a alteração no processo do licenciamento ambiental já estava definida conforme a notícia do CP de março do mesmo ano:

[...]. [...] a secretária de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Ana Pellini anunciou que estão em estudo **alterações** na gestão dos processos. “O licenciamento é o grande **gargalo**, mas é a ponta do problema. É preciso **atualizar** a legislação e rever a gestão interna dentro da secretaria,” ressaltou. Ela explicou, por exemplo, que ainda neste semestre deverá ser criado o **protocolo único** para os licenciamentos. [...]. Outra medida, mas que só poderá ser adotada em longo prazo, é o **autolicenciamento**. O projeto dependeria da existência de regra única sobre alguns pontos ambientais. Assim, assessorado por um técnico particular, cada empresário poderá encaminhar seu processo. Dessa forma, caberia a Fepam realizar a fiscalização. [...]. (CP, 18 mar. 2015, destaques nossos).

A “atualização” no discurso do desmonte ameniza o impacto que causa o verbo alterar já que tem uma conotação positiva. Mas a explicação oferecida no texto é direta: se trata de retroceder a um processo superado recém no século 20. A diferença deste século é a comunicação ao Estado que cada requerente do licenciamento ambiental ficou comprometido a fazer a partir da confirmada “atualização” legal. O autolicenciamento exige duas coisas que passado o período de maior organicidade da política ambiental do Rio Grande do Sul ainda não se conseguiu consolidar: a compreensão por parte dos requerentes sobre a importância do processo, dos documentos exigidos e do cumprimento das regras e condicionantes descritas nas licenças e, um número de servidores para a Fepam e compatível à demanda por

fiscalização¹⁹⁴ e execução das multas. Como vimos os preceitos do neoliberalismo a partir da pesquisa de Michel Foucault, a implantação do autolicenciamento é uma das formas de o Estado não intervir no andamento da economia e apenas empregar o seu poder repressivo para **punir** se a **vigilância**, ou a fiscalização, flagrarem uma desordem.

4.3.1.1 Efeitos de verdade e a formação dos saberes

A mudança estrutural prevista pela racionalidade econômica neoliberal tomou forma no último governo do período sob nossa análise (Sartori, 2015-2018). O Sistema Estadual de Proteção Ambiental (Sisepa) foi o primeiro a ser atingido publicamente através da sua responsabilização pelos problemas ambientais. A secretária da Sema, Ana Maria Pellini, o definiu como “não estruturado” e a alteração na lei promoveria a devida estruturação. A primeira alteração ocorreu ao final de 2016 em conjunto a lei sancionada sobre a Política Agrícola Estadual para Florestas Plantadas e seus Produtos, a qual deixou de fora o Zoneamento Ambiental da Silvicultura (ZAS), documento mais completo sobre usos do território gaúcho e atividades produtivas, além de ter passado o licenciamento da atividade da Fepam para a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação. A segunda alteração no Sisepa foi em julho de 2017. Consideramos uma tentativa de despolitização ambiental diante dessas alterações legais cujo objetivo foi anular o saber técnico elaborado pelo órgão ambiental do Estado em favor da adequação à razão governamental econômica dominante, em atendimento ao apelo dos empresários da silvicultura e celulose especialmente. A problematização difundida pelo Ingá/Apedema sobre o primeiro projeto de lei do Executivo não teve repercussão no CP. Tampouco os retrocessos foram reconhecidos e retratados, como o licenciamento autodeclaratório ou autolicenciamento, já que foram instituídos sobre um sistema e uma estrutura (Sisepa) que tinha organizado o arcabouço técnico e o saber acumulado desde os anos 1970 (através da FZB) e até de antes (em se tratando do Museu de Ciências Naturais e do Parque Zoológico). A reunião da declaração das fontes não é o suficiente para o Jornalismo completar uma notícia e muitas vezes é apenas o ponto de partida para a sua produção.

¹⁹⁴ Ver na página 150 deste trabalho.

4.3.2 A extinção da Fundação Zoobotânica

Uma das ações mais graves de desmonte da política pública do governo Sartori (2015-2018) consistiu no envio à Assembleia Legislativa de “projeto **pioneiro** do Estado”, conforme o CP intitulou a notícia, sobre a proposta de criar uma “Lei de Reponsabilidade” para “conter gastos no RS” e com validade para “Executivo, Legislativo e Judiciário”. A justificativa enunciada foi o enfrentamento da “**maior crise** financeira vivida pelo Estado”. O pacote de medidas compunha-se de 11 projetos e três decretos, sendo que entre os projetos encontrava-se o PL 215, descrito ao lado dos demais em um quadro abaixo da notícia do CP: “[...] prevê a **extinção de 13¹⁹⁵ fundações públicas**. Também autoriza o Executivo a reverter ao Fundo de Reforma do Estado os saldos financeiros dos fundos extintos. [...]” (CP, 4 jun. 2015).

Três dias depois, vimos o fragmento que destacamos por mostrar o discurso do desmonte, que veio acompanhado por um quadro citando as propostas e indicando as fundações previstas para a extinção: Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde, Fundação Zoobotânica e Fundação do Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul:

O governador José Ivo Sartori (PMDB) anunciou [...] seu **nov** conjunto de medidas (dez ao todo) que serão protocoladas hoje na Assembleia. Em sua manifestação, Sartori valorizou o caráter de **reestruturação** que o conjunto de ações quer constituir. “O objetivo é procurar caminhos de **sustentabilidade** política e financeira. [...]. **Crise** se enfrenta com **crescimento** e **austeridade**. Vamos **retirar alguns armários desnecessários da administração** e avançar mais na reestruturação do Estado”, anunciou o governador. [...]. (CP, 7 ago. 2015).

O PL que propunha a extinção da Fundação Zoobotânica passou a ser o projeto de Lei de número 300/2015¹⁹⁶, enviado pelo Executivo aos deputados para apreciação em regime de urgência. A proposta de extinção da FZB, assim como as demais propostas de extinção das outras fundações estaduais, causou grande comoção e mobilização de instituições brasileiras e internacionais, no caso da FZB, de ao menos de 18 países¹⁹⁷. O PL determinava a extinção da Fundação e demissão dos seus funcionários entre as “medidas inovadoras” da “reforma na estrutura da Administração Pública”, do “sensível enxugamento da máquina administrativa” e

¹⁹⁵ No total 10 fundações estaduais foram extintas.

¹⁹⁶ Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legislativo/ExibeProposicao/tabid/325/SiglaTipo/PL/NroProposicao/300/AnoProposicao/2015/Origem/Px/Default.aspx>> Acesso em: nov. 2019.

¹⁹⁷ Sobre a audiência pública em 20 de agosto de 2015 com a presença de mais de 600 pessoas menos de representante do Governo Sartori. Disponível em: <<http://www.ecoagencia.com.br/?open=noticias&id=VZISXRFWwJIUspFWTxmVaNGbKVVVB1TP>> Acesso em: nov. 2019.

da “considerável redução de gastos” como constava na justificativa do PL. Os termos destacados compõem o discurso neoliberal vigente.

A edição do CP do dia seguinte, ao primeiro anúncio do pacote de medidas contendo a proposta de extinção da FZB, trouxe uma página inteira com a descrição das responsabilidades da Fundação Zoobotânica, a discordância do presidente da fundação sobre o argumento do governo de sobreposição de atividades cuja finalidade era justificar a pretendida transferência das suas atribuições para a Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Sema), e ainda as manifestações dos servidores e entidades que aderiram a luta contra a sua extinção:

[...]. Caso os projetos de extinção de três fundações estaduais sejam aprovados pela Assembleia Legislativa, 402 trabalhadores serão remanejados ou demitidos. [...]. O quadro da Fundação Zoobotânica (FZB) por exemplo, tem 198 pessoas. Conforme o Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Fundações Estaduais do RS (Semapi), todas são concursadas e a maioria tem estabilidade, pois já cumpriu pelo menos três anos de serviço. Um dia depois do anúncio feito pelo governo de José Ivo Sartori, o corpo funcional da Fundação Zoobotânica se reuniu para iniciar uma mobilização. [...]. A FZB é o órgão responsável pela promoção e conservação da biodiversidade e controla o Jardim Botânico, o Parque Zoológico e o Museu de Ciências Naturais. Além de pesquisas, promove educação ambiental, conservação e lazer. [...]. O Zoológico tem 40 hectares. Há ainda uma área de 160 hectares e um reduto horto florestal com 620 hectares. O quadro é de 78 funcionários e estão no local 1.065 animais. (CP, 8 ago. 2015).

[...]. [...] os profissionais ligados a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Sema) se reuniram com representantes do Sindicato dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul (Sindsepe/RS) para organizar ações anteriores à assembleia geral do dia 18. Caravanas estão passando pelos municípios do Interior. Na próxima semana, Caxias do Sul, Passo Fundo e Ijuí recebem representantes das entidades. [...]. O presidente da Associação de Servidores da Sema, Rafael Erling, afirma que a insatisfação vem crescendo e que todos farão panfletagem e buscarão diálogo com a população durante o horário de almoço. [...]. "O objetivo é mostrar o porquê da nossa preocupação com o atraso dos salários e com a desestruturação dos órgãos," explica o representante. São cerca de 400 profissionais ligados à Sema. Para a diretora do Sindsepe/RS e servidora da pasta, Eva de Lucca, o movimento está tomando força gradativamente. "O anúncio do governo apenas aflorou a insatisfação. Internamente já há um clima de constante terrorismo," diz ela. [...]. Mobilizações em defesa da fundação serão realizadas hoje e amanhã no Jardim Botânico, em Porto Alegre. (CP, 8 ago. 2015).

Para Agapan, é um retrocesso [título]

A Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) manifestou, através de uma nota, total repúdio à iniciativa do governo do Estado e demonstrou apoio aos profissionais e servidores da FZB. [...]. (CP, 8 ago. 2015).

Para o sindicato que representa os trabalhadores de fundações, o Semapi, o fim delas não contribui de forma significativa ao equilíbrio financeiro do RS. Conforme o diretor do colegiado [...] o custo dos cargos comissionados do gabinete do governador e da Casa Civil é quase 50% maior do que a folha da Zoobotânica (FZB), por exemplo. "Será uma economia irrisória," constata. [...]. (CP, 8 ago. 2015).

Por quase duas semanas o CP fez uma cobertura da intensa mobilização dos servidores da FZB. Na sequência, veremos a descrição sobre a ação de panfletagem no Jardim Botânico sobre as implicações do projeto de extinção da Fundação:

[...]. Conforme o biólogo e pesquisador Glayson Bencke, a notícia foi recebida com perplexidade. "O teor do projeto mostra que quem elaborou o documento não sabe o papel ambiental, social e educativo da fundação." O servidor observa que entre os estudos do órgão estão projetos estratégicos para o RS. "Se houver a extinção, quem vai assumir esses papéis?", questionou. Entre os projetos estão RS Biodiversidade, iniciado em 2010, [...]. A iniciativa conta com financiamento do Banco Mundial. [...]. O biólogo Marco Azevedo observou que nos últimos anos ocorreu movimento de valorização dos servidores da fundação, inclusive com reforma do plano de carreira, em 2013. No ano passado, houve concurso. Azevedo citou que 40 doutores, com outros servidores, trabalham em laboratórios e grupos de pesquisa de reconhecimento nacional e internacional. [...]. (CP, 10 ago. 2015).

Mesmo sob pancadas de chuva, pelo menos 300 pessoas participaram ontem do abraço simbólico ao Jardim Botânico de Porto Alegre. O gesto foi em protesto à extinção de três fundações estaduais proposta pelo governador José Ivo Sartori. Com o apoio de estudantes de Biologia e Geografia, os funcionários da FZB defenderam a manutenção do Museu de Ciências Naturais, do Parque Zoológico em Sapucaia do Sul e do Jardim Botânico, na Capital. Os manifestantes cantaram o hino riograndense e com cartazes e camisetas pediram "Não à extinção da FZB". A bióloga Maria Jardim, da FZB, disse que a instituição é a única que realiza há mais de 50 anos pesquisas e projetos de conservação da biodiversidade do RS. "A extinção dos três órgãos, se vier a se confirmar, será uma perda incalculável para a sociedade gaúcha," acrescentou. [...]. O biólogo e pesquisador da FZB, Glayson Bencke, disse que a extinção dos três órgãos significa a perda de serviços essenciais para a gestão ambiental do Estado e não irá resolver os problemas financeiros. Segundo ele, estão ameaçados vários trabalhos, como a Lista da fauna e flora ameaçadas de extinção e a coleção de serpentes, a qual é responsável por grande parte do material fornecido para produção de soro antiofídico no Brasil. O serpentário do MCN conta com cerca de 400 espécies. Pelo projeto do governo do Estado, a extinção da FZB implicaria na concessão do zoológico à iniciativa privada. Uma petição pública contra a extinção dos três órgãos criada por entidades ambientais já conta com mais de 10 mil assinaturas deve ser encaminhada ao Poder Executivo e aos deputados. (CP, 10 ago. 2015).

Antes do fim do mês, ao ser questionada durante manifestação pública em frente ao prédio onde fica a sede da Sema, no centro de Porto Alegre, a secretária estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Ana Pellini, mereceu capa no CP ao afirmar que o PL sobre a extinção da FZB era "ruim" e o governo tinha que "rever essa posição" (CP, 18 ago. 2015). Porém, a notícia interna trouxe no título um outro enunciado: "Ana Pellini diz que fim da FZB "é ruim". Já o conteúdo foi mantido assim como na capa:

[...]. "O projeto é ruim e temos que rever nossa posição," disse, ao falar num megafone para servidores da Fundação Zoobotânica (FZB) e estudantes que protestavam contra o projeto [...]. O PL 300/2015, de autoria do poder Executivo, pede para o Legislativo que autorize a extinção da FZB, permitindo a dispensa de servidores e a transferência das atribuições para a Secretaria. Em sua fala aos manifestantes, a secretária reconheceu que preciso "achar uma saída". "Temos três

alternativas: a retirada, a retirada da urgência ou um substitutivo," comentou. Ana Pellini elogiou a conduta dos servidores e ambientalistas, dizendo que os protestos têm ocorrido de maneira "propositiva e pacífica". [...]. A secretaria também reconheceu que faltam recursos humanos na estrutura principal da Secretaria, dando como exemplo o Departamento de Recursos Hídricos, [...]. "O projeto foi posto como está pela mais aguda crise financeira pela qual passa o Estado. Nossa avaliação é de que podemos eliminar as atividades meio e priorizar a atividade fim, incorporando as pessoas e o conhecimento à Secretaria. Estamos estudando a melhor alternativa," ponderou, mais tarde, a secretária, em entrevista. Contudo, na avaliação dos servidores, o custo para manter a Zoobotânica representa 0,045% do orçamento estadual. [...]. (CP, 18 ago. 2015).

Nesta mesma edição, o CP divulgou moções de contrariedade às propostas de extinção das fundações estaduais aprovada pelo Conselho Universitário da UFRGS e outra a ser votada pelos vereadores de Porto Alegre (CP, 18 ago. 2015). A última notícia do CP¹⁹⁸ sobre este tema, antes de um intervalo até novembro do mesmo ano, foi sobre a audiência pública realizada na Assembleia Legislativa:

Ambientalistas criticam projeto contra FZB [título].
Servidores e estudantes de Biologia e ambientalistas da FZB discutiram ontem, na AL, o projeto de lei que propõe a extinção da FZB. O auditório ficou lotado. Nos discursos, muitas críticas ao governo. O presidente da Agapan, Leonardo Melgarejo, disse que não há como terceirizar o conhecimento e a pesquisa. Para os deputados petistas, o governador não tem legitimidade para acabar com uma instituição dedicada à pesquisa há mais de 40 anos. (CP, 21 ago. 2015).

Foi corriqueira a mistura, por parte do jornalismo do CP, sobre a diferença entre ambientalistas e técnicos ambientais dos órgãos do Estado, como lemos acima “ambientalistas da FZB”. Em diversas notícias durante o período de 15 anos da nossa análise verificamos a referência aos técnicos ambientais da Sema ou da Smam de Porto Alegre como “ambientalistas”. Podem até ser em alguns casos, porém os ambientalistas são ligados a mobilizações com diversas causas e vinculados a outros órgãos e entidades, sejam ONG’s, universidades, centros de pesquisa, e/ou pertencem a áreas além das ciências naturais, como a de humanas, econômicas, etc. Enfim, os técnicos são ambientais porque são servidores do Estado, e não, necessariamente, ambientalistas.

A derradeira informação que se teve em 2015 foi em novembro quando o ex-secretário estadual do Meio Ambiente no governo Rigotto (2003-2006) e ex-chefe da Casa

¹⁹⁸ O CP noticiou também neste mês uma audiência pública em Sapucaia do Sul realizada pela Frente Parlamentar e Social em Defesa dos Parques Públicos Estaduais e do Zoológico. Cita o vice-prefeito e os vereadores de Sapucaia que se manifestaram contrários à “a extinção da fundação e a concessão do Zoológico à iniciativa privada” e também as palavras de uma servidora: ““O governo deveria dar mais atenção à nossa infraestrutura [do Zoológico]. Assim, o trabalho escolar de educação ambiental teria mais qualificação e conseqüentemente, mais valorização.”” (CP, 26 ago. 2016).

Civil no governo Yeda (2007-2010), o geólogo e servidor da Fepam, José Alberto Wenzel tornou-se presidente da FZB. O seu discurso foi de manutenção da FZB, mas a secretária Ana Pellini disse que o projeto de extinção da Fundação Zoobotânica continuava na Assembleia Legislativa e que “apenas foi retirado o regime de urgência”.

"A nossa luta é ambiental não é contra o governo estadual. É uma luta em favor de tudo que foi construído no setor ambiental," acrescentou. Conforme Wenzel, a proposta é manter a Sema como setor de planejamento e representação política, a Fepam como órgão de monitoramento, de licenciamento e de fiscalização e a FZB como órgão de apoio e pesquisa. (CP, 1 nov. 2015).

O PL 300 acabou arquivado na Assembleia Legislativa ao findar 2015. No entanto, o governo gaúcho reapresentou aos deputados o conteúdo do projeto de lei em 22 de novembro de 2016 através do PL 246. Mas, no decorrer de 2016, enquanto as ações em torno da manutenção da FZB se seguiram, ainda que em menor intensidade, assim como obviamente as suas atividades seguiram em funcionamento, o acompanhamento pelo jornalismo do CP sobre a FZB foi reduzido. Especificamente, passou a ser focado no andamento do processo de extinção.

Não encontramos uma opinião/editorial sobre a possibilidade de perda do patrimônio público e de extinção de órgãos ambientais. O que nos pareceu uma tentativa de demonstrar uma postura de neutralidade sobre a questão. Porém, percebemos que, as centenas de notícias distribuídas no *corpus* do jornal no período da nossa análise, foram escasseando, substancialmente, nos últimos anos. Assim como a palavra-chave “Fundação Zoobotânica” ou “FZB”, os projetos e atividades em andamento foram perdendo gradativamente a atenção do jornalismo do CP. Vejamos títulos de uma das notícias publicadas no último ano de cada mandato de governo sobre o Zoológico já que este manteve-se funcionando desde sua implantação ainda no século passado:

O parque zoológico de Sapucaia do Sul funcionará normalmente nos três dias do feriadão. (14 abr. 2006, último ano do governo Rigotto).

Zoológico aberto no 48º aniversário. (CP, 1 mai. 2010, último ano do governo Yeda).

Mostra de dinossauros no Zoo de Sapucaia (22 jun. 2014, último ano do Governo Tarso).

Nenhuma no último ano do Governo Sartori (2018).

A imprensa em geral seguiu reforçando os argumentos do discurso pró-extinção, ao que os servidores da FZB procuravam responder de imediato através de uma página criada em rede social¹⁹⁹. Por exemplo, a Nota de esclarecimento dos funcionários da FZB²⁰⁰ endereçada a jornalista que assinava uma coluna em Zero Hora e está reproduzida a seguir:

Na coluna, Rosane entrevistou a secretária Ana Pellini, que defendeu a possibilidade de a Sema absorver as funções da FZB. Não é verdade, como demonstra a carta emitida pela associação dos funcionários da Sema (<http://salvefzb.com.br/associacao-dos-servidoresda-sema-apoia-fzb/>), na qual usam como exemplos a falta de preparo daquele plantel – cujo conhecimento é de cunho generalista, aplicado às políticas públicas – para realizar a curadoria das coleções científicas do Museu de Ciências Naturais e até mesmo para o manejo e extração de veneno de serpentes para a fabricação de soro antiofídico.

A FZB, através do Núcleo Regional de Ofiologia de Porto Alegre, é a única instituição do sul do País a realizar este trabalho, que é garantidor da vida dos gaúchos, uma vez que os venenos de cobras da mesma espécie variam conforme a região. Ou seja, sem esse trabalho, o soro antiofídico produzido nos laboratórios credenciados pelo Ministério da Saúde não seria eficiente para o tratamento de vítimas de ataques de serpentes no Rio Grande do Sul (<https://www.facebook.com/SalveFZB/videos/vb.1470895223211170/1626568847643806/?type=2&theater>).

É importante salientar que no norte do país, onde não há essa coleta de veneno local, já foram registrados três óbitos este ano por picadas cobras em pessoas tratadas com o soro antiofídico.

Por outro lado, as universidades não estão preparadas para assumir todas as tarefas referentes à pesquisa da FZB. O diretor do Instituto de Biociências da Ufrgs, João Ito Bergonci, admitiu, em vídeo postado no blog do movimento em defesa da FZB (<http://salvefzb.com.br/profo-joao-ito-bergonci-da-ufrgs/>), que a instituição não tem “condições de receber absolutamente nada da FZB” nas condições atuais em que se encontra.

Rosane de Oliveira também se equivoca ao apresentar dados sobre os animais do Zoológico do Estado. Em um post no twitter, ela menciona a existência de 80 jegues no parque, cuja alimentação teria um custo de dois mil reais por semana. Na verdade, são cerca de 20 jegues, que se alimentam de pasto proveniente de uma lavoura mantida pelos próprios funcionários, no local.

Os servidores salientam ainda que a bilheteria do Zoológico está crescendo mensalmente e é suficiente para pagar toda a manutenção e alimentação dos animais lá alojados – inclusive aqueles vítima de atropelamentos ou outros acidentes, maus tratos ou apreensões do Ibama (<https://www.facebook.com/SalveFZB/videos/vb.1470895223211170/1622652238035467/?type=2&theater>). A bilheteria do Zoológico arrecadou 340 mil reais em outubro e 440 mil reais em novembro.

Além desses recursos, a FZB capta para o Estado milhares de reais através de agências de fomento à pesquisa científica – tarefa para a qual uma secretaria de Estado não possui prerrogativas. Desde 2013, foram quase quatro milhões de reais, via Capes, CNPq e Banco Mundial, por exemplo.

Salientamos, por fim, que o orçamento da FZB representa apenas 0,04% do total do Estado do Rio Grande do Sul. Como frisou o auditor do Tribunal de Contas do Estado Josué Martins, o argumento de que as extinções das fundações²⁰¹ é necessária para “economizar” recursos públicos é uma falácia.

¹⁹⁹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/SalveFZB/>> Acesso em: nov. 2019.

²⁰⁰ Divulgada em 17 de dezembro de 2016. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/ta-narede/2016/12/funcionarios-da-fzb-rebatem-colunista-de-zh-sobre-gastos-com-jegues/>> Acesso em: nov. 2019.

²⁰¹ A resposta dos servidores se referia ao PL 246 de 2016, que pedia a extinção da FZB e também: Fundação de Ciência e Tecnologia – CIENTEC, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser – FEE,

Segundo este técnico, apenas um dos 22 projetos previstos no pacote tem efeito significativo no caixa estadual: o que altera os critérios para cálculo do duodécimo repassado pelo Executivo aos demais poderes.

A Associação dos Servidores da Fundação Zoobotânica reconhece o direito de expressão de opiniões diferentes sobre este tema, mas roga aos jornalistas que o façam utilizando dados concretos de forma responsável, para que o debate possa ser feito da melhor maneira possível.

Em 13 de dezembro de 2016, às vésperas da aprovação pela Assembleia Legislativa do PL sobre a extinção das Fundações estaduais, a Associação dos Servidores da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (ASSEMA/RS) divulgou documento de duas páginas informando aos deputados que:

[...] o quadro da SEMA não tem condições de incorporar as atribuições da FZB. A SEMA e a FZB apresentam atribuições interdependentes, complementares, **mas jamais sobrepostas**, de modo que nos soa inadmissível - e mesmo falaciosas - a afirmação da Secretária quanto à internalização de competências da FZB/RS por esta Secretaria.

[...].

[...] a SEMA já está com quadro de servidores extremamente reduzido, havendo um esvaziamento de diversos setores, sendo que o Departamento de Biodiversidade, com a recente ampliação das atribuições (como a gestão do Cadastro Ambiental Rural e da Fauna) ainda não dispõe de equipe suficiente em todos os seus setores (e muitos setores sequer estão formalizados). O Departamento de Biodiversidade está com carência de pessoal, os que existem estão sobrecarregados com as atuais demandas **e não vislumbramos forma alguma de incorporar atividades da FZB**, conforme dito pela Secretária em entrevista à rádio Band News, no dia 30.11.2016.

[...].

Os servidores estão dispostos a construir, em conjunto com a Gestão da Pasta, melhorias nos serviços e nas atividades desempenhadas nas instituições públicas do Estado, porém, esse espaço de diálogo ainda não foi oportunizada por parte do Governo. Ressalta-se que as únicas informações que dispomos vem através da mídia, nunca de um diálogo franco e aberto em busca do bem comum do patrimônio ambiental e da sociedade.

[...]. (ASSEMA/RS, 2016, grifos nossos).

Devemos reportar que estas duas manifestações públicas dos servidores estaduais, transcritas anteriormente, não foram repercutidas pelo CP, apesar de portarem informações relevantes e em contradição à, suposta pelo Executivo, saída da crise através da extinção da FZB.

De 2016 mostramos a seguir os fragmentos de notícias sobre o Zoo, sobre um evento público ambiental realizado no espaço do Jardim Botânico, sobre a entrada na pauta da

Fundação Piratini (TVE e Rádio FM Cultura), Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos – FDRH, Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional – METROPLAN. Todas essas foram criadas nos anos 1970. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legislativo/ExibeProposicao.aspx?SiglaTipo=PL&NroProposicao=246&AnoProposicao=2016>> Acesso em: nov. 2019.

situação da Reserva Florestal Padre Balduino Rambo também chamado Horto Florestal e de responsabilidade da FZB:

Os animais foram enviados ao Zoológico de Sapucaia do Sul para saber se necessitavam de cuidados e, após, foram soltos na natureza. [...]. (CP, 8 jan. 2016).

Zoológico se prepara para a Páscoa [título]. (CP, 25 mar. 2016).

O Clube de Observadores de Aves de Porto Alegre, no Jardim Botânico, irá promover neste sábado um espaço de debate sobre "Predadores alados: aves de rapina e arte milenar da falcoaria". [...]. A atividade será no auditório da FZB e é aberta ao público. [...]. (CP, 2 abr. 2016).

Zoológico completa 54 anos [título]. (CP, 1 mai. 2016).

A Fundação Zoobotânica (FZB), responsável pela preservação da Reserva Florestal Padre Balduino Rambo, em Sapucaia do Sul, contabiliza hoje, a tramitação de 36 projetos de reintegração de posse das áreas invadidas nos arredores do Parque Zoológico. [...]. Segundo o advogado da FZB [...] 22 hectares dos 700 que integram a reserva nativa, estão ocupadas de forma irregular por [460] famílias. [...]. (CP, 23 jul. 2016).

Antes de ajuizar uma ação contra o município de Sapucaia do Sul e as concessionárias Corsan e AES Sul, a FZB solicitou mediação do Ministério Público para que seja interrompido o oferecimento de novos serviços as comunidades que ocupam de forma irregular a área do Horto Florestal. [...]. (CP, 13 ago. 2016).

Como a notícia denota, a preocupação da FZB em impedir as ocupações no Horto não é nova. Entretanto, em 3 de junho de 2015, durante audiência pública na Assembleia sobre a intenção do governo Sartori de oferecer à iniciativa privada “um uso comercial” do Zoo e de unidades de conservação estaduais, houve o seguinte relato:

O biólogo e vice-coordenador da União Protetora do Ambiente Natural (UPAN, São Leopoldo), [...], alertou contra a “depleção do patrimônio público para atender interesses privados”. Ele se referiu ao Projeto Unitec/Tecnosinos, apoiado pela Prefeitura de São Leopoldo, que pretende transformar em parque industrial 55 hectares na parte da Reserva chamada Horto. É uma área de mata nativa e cerca de 200 mil pés de eucaliptos adaptados à região há mais de cinquenta anos. Há uma mobilização e até petição online cobrando do Estado que cerque e garanta a segurança porque lá se encontram refugiados animais silvestres, pássaros, répteis e insetos de diversas espécies. “[...]. Dizem também que há estudos feitos sobre como reduzir o impacto negativo, mas este impacto se reduz mantendo a área protegida já que é o último cinturão verde da região metropolitana. O Estado tem que fazer prevalecer o interesse público sobre o privado,” concluiu.²⁰²

²⁰² Disponível em:

<<http://ecoagencia.com.br/?open=noticias&id=VZISXRVVONIYHZFSTxmVaNGbKVVVB1TP>> Acesso em: nov. 2019.

Desde então, a pauta da reintegração de posse da área da FZB, especificamente a do Horto, permaneceu nas páginas do CP. Já a questão acima retratada, de interesse comercial de uso da área sob preservação, não recebeu o mesmo espaço:

Duas famílias foram retiradas ontem, por determinação judicial de reintegração de posse, da área ocupada irregularmente no Horto Florestal Padre Balduino Rambo, espaço pertencente à FZB do Estado, em Sapucaia do Sul. [...]. O presidente da FZB, Luiz Fernando Branco, [...]. "Há muitos processos de reintegração de área no local em tramitação na Justiça. Alguns individuais, outros coletivos. Esperamos que logo outras medidas sejam deferidas. Entre os ocupantes, temos um cadastro com 540 pessoas só naquela área." (CP, 13 jul. 2017).

Solicitada suspensão de remoção [título]. [...]. A segunda recomendação é para que o Estado cumpra requerimento do Ministério Público que pede regularização da área do horto florestal (da FZB) em razão do tempo que a comunidade está consolidada, realocando famílias que vivem em área de risco. [...]. (CP, 7 mar. 2018).

A seguir, apresentaremos fragmentos das notícias do CP sobre a sessão de votação da extinção das fundações estaduais, entre elas a Zoobotânica, órgão essencial da política ambiental do Rio Grande do Sul.

A mobilização dos servidores públicos foi contínua²⁰³ e não teve apenas momentos de tristeza, mas sim ações alegres com a mesma indignação e crítica diante da indefensável redução e risco de destruição do patrimônio público:

Servidores da FZB realizaram ontem um ato de protesto na praça da matriz denominado "infeliz aniversário" em comemoração aos 44 anos de existência do órgão, que pode ser extinto se for aprovado o PL 246, enviado pelo governo Sartori à Assembleia. [...]. Durante o ato, os servidores montaram um "bolo" formado por vasinhos de begônias comestíveis e abriram uma faixa lançada do alto do edifício da Sema. "Como vamos cobrar das próximas gerações que se esforcem na defesa da natureza, se estamos a ponto de acabar com uma fundação pública que faz isso com excelência científica?," indagou o ex-secretário estadual de Meio Ambiente e ex-presidente da FZB, José Alberto Wenzel. (CP, 20 dez. 2016).

A pauta do jornalismo do CP, muito em comum com os demais meios hegemônicos, focou no relato sobre as ações individuais e de pequenos coletivos durante a espera do andamento e resultado da votação dos projetos no interior da Assembleia Legislativa. Essas ações foram baseadas, conforme vemos, em sentimentos de **emoção**, de **revolta** e de **nervosismo** por parte dos servidores, também chamados de manifestantes nos momentos das ações repressivas da Tropa de Choque do governo estadual.

²⁰³ O pacote do Executivo gaúcho atingia diversas categorias estaduais as quais mobilizaram-se também através de um acampamento, entre outras atividades, na Praça da Igreja da Matriz em Porto Alegre, onde também ficam a sede do governo e a Assembleia.

Confronto e tensão em votação do pacote [título]. **Tensão, bate-boca, bombas de gás lacrimogênio, correria**, [...] início da votação dos 22 projetos que compõem o pacote de medidas do **ajuste fiscal** enviado pelo governador José Ivo Sartori (PMDB). Desde cedo o **cenário** entorno da Assembleia era de **confronto**. **Grades** [...] **separaram** o Legislativo e os servidores públicos. Para ingresso no Parlamento foram distribuídas apenas 180 senhas, metade para quem apoiava e outra parte para quem é contra as medidas. Se pela manhã o **clima era de revolta** e constrangimento entre os servidores, principalmente das fundações TVE [Piratini], de Economia e Estatística e **Zoobotânica**, à tarde o **nervosismo** transbordou. Os **manifestantes** [...] e integrantes da Tropa de **Choque** do Batalhão de Operações Especiais (BOE) e da **cavalaria** da Brigada Militar entraram em **confronto direto** [...]. O **tumulto**, que se repetiu outras duas vezes, começou depois que alguns gradis foram derrubados por manifestantes [...]. A polícia reagiu lançando **bombas de gás**. Os manifestantes responderam com **pedras**. [...]. (CP, 20 dez. 2016).

Não somente o cenário era de confronto, como a separação entre os deputados bem como o governo estadual, e os servidores públicos e seus apoiadores, não se restringia às grades instaladas para tentar garantir que os deputados sofressem o mínimo de pressão e que tivessem o menor contato possível com o público de fora do poder legislativo. Sabemos que os debates de ideias, frente a frente, possibilitam o reconhecimento do que parecia distante ou alheio e até mesmo mudanças nas convicções. Nos referimos aqui a uma postura apartada das possibilidades de diálogo com o serviço público do Rio Grande do Sul que foi assumida pelo governo José Ivo Sartori (MDB, 2015-2018). O jornalismo do CP chegou a noticiar que “Aliados e oposição cobram transparência” de Sartori, acusado de não dialogar nem fornecer as informações solicitadas pelos próprios deputados dos partidos aliados (CP, 23 nov. 2016). Nesta mesma edição, a notícia “Empresários elogiam medidas” do governo Sartori cita “o esforço de **enxugamento** da máquina estatal que se faz necessário” segundo a Fiergs e “a coragem de enfrentar os desafios, buscando um **novο** futuro” conforme a Federasul, além das palavras do CDL de Porto Alegre e do Sindicato de Hospedagem e Alimentação de Porto Alegre e Região (CP, 23 nov. 2016).

Para o jornalismo do CP, o PL 246/2016 de extinção das fundações (Zoobotânica, Cientec, Fundação de Economia e Estatística, Fundação Piratini, Metroplan e Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos) gerou “debate mais tenso” na Assembleia entre todos os demais projetos do pacote do Executivo.

[...] rendeu **discussões e bate-boca**, ontem, entre deputados de oposição e aliados do governador José Ivo Sartori [...] apesar dos governistas terem feito o possível para se manterem em **silêncio** no plenário. O segundo dia de discussões os projetos do ajuste fiscal [...] foi ainda mais **tenso** [...]. O **combustível** para o clima de **enfrentamento** em plenário foi a defesa do trabalho científico prestado pelas fundações, que cessará com a aprovação dos projetos. [...]. Próximo das 23 horas, após mais de sete horas de discussões, a oposição ainda se revezava na tribuna e nenhum projeto havia ainda sido apreciado. [...]. (CP, 21 dez. 2016).

O fragmento a seguir mostra o acontecimento no interior do plenário onde houve a votação que extinguiu as fundações, como a Zoobotânica. O discurso novamente enfatizou a **emoção**, e a **polêmica** caracterizada pela ausência de diálogo já que os deputados governistas não respondiam às questões e argumentações feitas pelos que dariam votos contrários às extinções.

Emoção e polêmica com o fim das fundações [título]. [...]. Às 3h58 da madrugada, após 13h de discussões e **polêmicas** no plenário e em torno do Legislativo, por 30 votos a 23, **deixavam de existir** as fundações Zoobotânica, de Ciência e Tecnologia (Cientec), de Economia e Estatística (FEE) [...]. [...]. A votação do projeto, apontada como centro do pacote de medidas enviado pelo Executivo à Assembleia, foi **tensa**. [...]. Constatada a aprovação, os servidores que ocupavam o centro das galerias primeiro deram as costas aos parlamentares e, quando se viraram para os deputados da base do governo, passaram a entoar o **bordão** “não esqueceremos, não esqueceremos”. [...]. (CP, 22 dez. 2016).

As duas notícias acima mencionadas enfatizaram a perda de cargos de 1,2 mil servidores estaduais, a cessação do funcionamento das fundações e a transferência dos seus bens ao patrimônio do Estado. Se o impacto da aprovação do PL 246 já era conhecido, não era o argumento favorável da maioria dos deputados. Não sabemos se não aceitaram conceder entrevista. O jornalismo era a única instituição social que podia circular na Assembleia, entre o plenário, a galeria e os gabinetes dos deputados. Mesmo assim, ao menos para o CP, não houve possibilidade de mostrar as visões individuais dos governistas, bem mais silenciosos do que os da oposição.

No início de 2017 três notícias do CP abordaram a indefinição sobre a manutenção do patrimônio público e das próprias atividades da FZB já que a fundação é a responsável pelo Jardim Botânico, Parque Zoológico e Museu de Ciências Naturais. Enfim, o CP não tratou mais das atividades da FZB em funcionamento, apenas as dúvidas sobre a extinção:

[...]. A Fundação Zoobotânica, que abriga o Jardim Botânico, está área nobre, no centro do bairro de mesmo nome. Ao todo são 361,7 mil metros quadrados [...]. [...]. O maior temor de ambientalistas e servidores da Zoobotânica não é de que o Estado venha a permutar ou vender a área do Botânico, mas de que esteja abrindo caminho para, no futuro, tentar permutar ou alienar pequenas frações dos mais de 360 mil metros quadrados, localizadas nas extremidades da área. Eles invocam o fato de a área ser especial de proteção ao ambiente natural, por abrigar um parque natural. Citam, como exemplo, que uma destas frações, antes era utilizada pela Fepam para pesquisa, ter sido desativada no ano passado, fortalecendo o argumento de que era área que a Fundação não necessitava. “Agora o Estado não pode vender. Para isso, precisaria haver uma nova lei, e eu duvido que isso ocorra. Porque a área é uma unidade de conservação. Mas é fato que a Agapan (Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural) tem um certo temor sobre o que pode vir a ocorrer no futuro,” destaca o ex-secretário de meio Ambiente de Porto Alegre, Beto Moesch. [...]. (CP, 15 jan. 2017).

Os servidores estaduais atingidos pelas medidas do governo de José Ivo Sartori participaram [...] da plenária em defesa do trabalho, dos direitos e do patrimônio público. [...]. A manifestação reuniu servidores da Cientec, da Fundação Piratini (TVE e FM Cultura), Fundação de Economia e Estatística (FEE), da Metroplan, da Corag e da Fundação Zoobotânica (FZB) que discutiram a extinção das fundações. [...]. (CP, 21 jan. 2017).

O governo do Estado publicou nota, ontem, em sua página na Internet, para responder a ação do Ministério Público estadual, que ajuizou ação para proteger o Jardim Botânico de Porto Alegre e o Museu de Ciências Naturais de privatizações. De acordo com a nota, o Estado não irá se desfazer do patrimônio ambiental formado pelas duas unidades [...]. [...]. O texto publicado pelo governo do Estado afirma que o "patrimônio formado pelos imóveis, móveis, benfeitorias, instalações e acervo integrantes desses bens, cuja preservação e proteção são de interesse público em razão do valor ambiental, científico e paisagístico, passa à gestão da Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável." (CP, 16 fev. 2017).

Além dessa pauta, houve uma reportagem especial publicada em um domingo de outubro, ausentando o papel do Zoológico do Rio Grande do Sul diante do resgate de fauna silvestre. O Parque Zoológico do Rio Grande do Sul, localizado em Sapucaia do Sul, região metropolitana de Porto Alegre, surgiu através da lembrança de uma fonte ouvida sobre sua trajetória na medicina veterinária influenciada pela convivência com os animais no Zoo. Na sequência, aparece a menção no texto da acomodação que os animais recebem em zoológicos “como os de Gramado e de Sapucaia do Sul” (CP, 8. out. 2017). Assim, até esta penúltima página, o encaminhamento dos animais silvestres resgatados do tráfico, entre outros casos, se referiu ao Centro de Triagem do Ibama e ao núcleo de atendimento prestado pela UFRGS chamado “Preservas”. Portanto, enfatizou o trabalho de dois órgãos federais nas três primeiras páginas. As duas últimas páginas centraram no atendimento prestado por clínicas particulares. Uma possível dificuldade na obtenção de informações junto ao Estado, ficou sugerida no trecho: “No Rio Grande do Sul não há uma estatística geral sobre tráfico e caça ilegal de animais silvestres. De acordo com a Assessoria de Comunicação do Governo do Estado, ‘cada órgão policial possui seus registros próprios’.”. (CP, 8. out. 2017). Com a extinção da FZB aprovada pelos deputados e sancionada pelo governo Sartori, uma das perdas imediatas foi do Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS) do Parque Zoológico já que a noticiada suspensão pelo Jornal Já (TENTARDINI, 2018, p. 186) em 2018 ainda não foi revertida. Não encontramos nenhuma notícia sobre o CETAS no CP durante o período da nossa análise. Mas a questão esteve presente nos debates desde 2015 quando da apresentação pelo Executivo estadual do primeiro projeto de extinção da FZB:

O Comandante do 1º Batalhão do Comando Ambiental da Brigada Militar, o major Rodrigo Gonçalves dos Santos, disse que a FZB é uma parceira importante na proteção ambiental do Estado. “Além das pesquisas, os laudos técnicos ajudam de forma indelével no êxito da aplicação da lei dos crimes ambientais,” afirmou.

Dentre as várias preocupações manifestas, estava sobre o destino do CETAS (Centro de Triagem de Animais Silvestres) que funciona junto ao Parque Zoológico. “Só na região metropolitana, o Batalhão apreende 3 mil animais/ano devido crime ambiental e todos passam pelo CETAS. Se não tivermos o CETAS, já não temos uma rede no RS, para onde levaremos os animais apreendidos?,” questionou.²⁰⁴

A sua presença na reportagem da questão do CETAS era esperada porque o governo estadual garantiu que após a extinção da FZB todas as suas atividades seriam continuadas sob a coordenação da Sema. As demais notícias de 2017 abordaram as tentativas do governo Sartori de concretizar a extinção da FZB (e das demais aprovadas pela Assembleia) porém, sem sucesso devido ações judiciais as quais se agudizaram em 2018:

[...]. [...] a Promotoria de Defesa do Meio Ambiente ingressou com nova petição junto à 10ª. Vara da Fazenda Pública, solicitando que o juiz responsável se posicione frente a fatos apontados pelo Ministério Público em relação ao Jardim Botânico e ao Museu de Ciências Naturais que integram a FZB. [...] a liminar solicitada pelo Ministério Público para a preservação dos acervos e a continuidade dos serviços do Jardim Botânico e do Museu ter sido parcialmente acatada [...]. [...]. Três linhas norteiam a ação dos promotores: possibilidade de prejuízos financeiros e à pesquisa científica, risco à manutenção do patrimônio cultural e possibilidade de ameaça ao patrimônio territorial. [...]. (CP, 31 mar. 2018).

O Ministério Público Estadual obteve êxito em pedidos de liminares para impedir as extinções de duas fundações. [...] Na liminar concedida pelo juiz Eugênio Terra proibindo a extinção da FZB ele vedou também o afastamento de técnicos e pessoal especializado do Jardim Botânico de Porto Alegre e do Museu de Ciências Naturais, até que seja apresentado e aprovado um plano de ações. [...] Na decisão, Terra reiterou ainda que o serpentário, que integra o Núcleo Regional de Ofiologia de Porto Alegre, não poderá ser extinto igualmente, tendo em vista sua relevância científica e por ser bem de interesse coletivo. [...] A decisão reafirma que todo o acervo patrimonial (material e imaterial) não pode sofrer qualquer transferência, seja a que título for, até que seja aprovado o plano de ação determinado na decisão liminar. [...]. (CP, 12 abr. 2018).

O governador José Ivo Sartori (PMDB) declarou ontem, em tom de crítica, que discorda da decisão cautelar do Tribunal de Contas do Estado (TCE) que suspendeu os processos de extinção de seis fundações estaduais. "Com todo o respeito, que me desculpem os conselheiros do Tribunal, mas este tipo de decisão não é o papel do TCE: questionar nossa posição e impedir a continuidade deste processo," afirmou. [...] Sartori afirmou que o governo está trabalhando para reverter a decisão e garantiu que não paralisou nenhum serviço das fundações. "Nós continuamos trabalhando normalmente. É preciso que fique claro que extinguir uma fundação não significa extinguir o serviço," sustentou o governador. [...]. (CP, 18 abr. 2018).

Liminares obtidas na Justiça do Trabalho pelo sindicato dos servidores estaduais têm adiado as demissões. No Diário Oficial, o fim das atividades da FZB foi publicado em 11 de outubro de 2018. O governo sustenta que as atividades das três instituições (Museu

²⁰⁴ Disponível em:

<<http://www.ecoagencia.com.br/?open=noticias&id=VZISXRFWwJIUspFWTxmVaNgbKVVVB1TP>> Acesso em: nov. 2019.

Riograndense de Ciências Naturais, Jardim Botânico e Parque Zoológico) que a FZB era responsável estão sendo continuadas sob a coordenação da Sema. Mas, os servidores desmentem:

O biólogo Marco Azevedo afirma que saídas de campo tiveram de ser canceladas por falta de repasses para diárias e gasolina.

Projetos também foram prejudicados pela saída de 40 funcionários que aderiram ao Programa de Demissão Voluntária, e de outros quatro que foram demitidos porque não estavam abarcados na liminar do STF. “Eu mesmo tinha um projeto na orla do Guaíba que exigia análise da qualidade da água por termos físico-químicos. O projeto teve que ser paralisado porque o químico responsável pela análise foi demitido, e nós não temos nenhum outro profissional que pudesse fazer essas análises”, lembra Marco.

O corte de recursos também levou à suspensão dos cursos de capacitação em educação ambiental para professores dos ensinos médio e fundamental. Já os dois principais projetos de educação ambiental para crianças – O Museu vai à Escola e Ciência na Praça – não puderam mais ser levados para o interior do estado por falta de gasolina.

[...].

Entre as incertezas geradas pela extinção da FZB está o futuro do mestrado acadêmico em Sistemática e Conservação da Diversidade Biológica, aprovado há menos de um mês pela Capes. O curso seria uma parceria entre a Fundação Zoobotânica (FZB) e a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs).

Outra preocupação dos ambientalistas diz respeito à lista de animais ameaçados de extinção, cuja atualização sempre ficou a cargo da FZB. A última revisão foi em 2014, e segundo Glayson Bencke já estaria no momento de fazer uma nova atualização. Mas os próprios pesquisadores preferiram não tocar no assunto: “A gente achou temeroso iniciar um processo por nossa conta nessas circunstâncias, porque neste governo houve muitas tentativas de tirar espécies da lista por influência política”.

Apesar do esforço, Glayson acredita que a partir de agora será impossível conter a pressão dos setores produtivos: “Como a lista vai passar a ser de responsabilidade da administração direta, da Sema, não há garantia nenhuma de uma lista isenta, baseada totalmente em critérios técnicos”. [...].²⁰⁵

Entre as Fundações que tiveram a extinção aprovada pelo Legislativo do Rio Grande do Sul em dezembro de 2016, apenas a Fundação de Economia e Estatística (FEE) teve o CNPJ encerrado. Por isso, em recente audiência pública na Assembleia²⁰⁶, os deputados se comprometeram a tentar reverter as extinções da FZB, da Cientec, da Piratini e Metroplan.

Nem o argumento do governo de economia com a extinção da FZB pôde ser sustentado. Em diversas oportunidades, os técnicos citavam comparações²⁰⁷ entre os valores de trabalhos que realizaram e que foram pagos pelo erário público às empresas privadas. Um deles, o plano de manejo do Parque Estadual do Delta do Jacuí feito pela FZB teve o valor de

²⁰⁵ Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/reportagens/governo-gaicho-extingue-fundacao-zoobotanica-sem-detalhar-quem-assume-os-servicos/>> Acesso em: nov. 2019.

²⁰⁶ Disponível em: <<https://www.facebook.com/SalveFZB/posts/2177766519190700>> Acesso em: nov. 2019.

²⁰⁷ Disponível em: <<http://www.ecoagencia.com.br/?open=noticias&id=VZISXRFWWNIUspFVjZkVaNgbKVVVB1TP>> Acesso em: nov. 2019.

R\$ 176 mil, já o plano de manejo da APA do Delta do Jacuí feito por uma consultoria privada custou R\$ 948 mil. Outro exemplo de economia feita pelo governo é o caso da elaboração dos planos de manejo da Reserva Biológica Mata Paludosa, Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos, Área de Proteção Ambiental Rota do Sol e Estação Ecológica Estadual Aratinga por R\$ 660 mil ao passo que o valor a ser cobrado por uma consultoria privada era estimado em R\$ 5.586.504 milhões.

Destacamos a notícia do Jornal Já (8 fev. 2018) sobre a captação da FZB de US\$ 150 milhões para os cofres do Rio Grande do Sul nos últimos 20 anos: “[...] através de convênios e projetos financiados por instituições de fomento nacionais e internacionais e pela iniciativa privada. O valor seria suficiente para custear a FZB por 25 anos.” (TENTARDINI, 2018, p. 183).

Para mostrar a possibilidade de assimilação das funções e responsabilidades da FZB pela Sema o governo publicou o decreto 53.911, de 7 de fevereiro de 2018²⁰⁸ que dispunha mais do que a “estrutura básica” da Secretaria como introduz. O referido decreto arrola as diversas competências da FZB e a administração do Museu de Ciências Naturais, Jardim Botânico e Parque Zoológico de modo a incorporá-las à Secretaria. Não obstante os servidores tivessem alertado para a impossibilidade prática de tal mudança, o decreto vige e a estrutura da FZB foi dramaticamente prejudicada após o Executivo e o Legislativo gaúcho terem determinado a sua extinção.

Destacamos a manifestação do presidente da Agapan, Francisco Milanez, sobre a demanda da entidade quando assumia a presidência em 2017. A resposta²⁰⁹ explicita a fase política vivenciada no Estado: “A grande demanda tem sido, pelo menos nos últimos 10 anos, a legislação ambiental, que se levou 40 anos para conquistar, e que infelizmente a maioria dos congressistas irresponsavelmente está destruindo.”. Entre as alterações legais que representam retrocessos, destacamos o Decreto 52.431/2015²¹⁰ a ser tratado a seguir.

4.3.2.1 Efeitos de verdade e formação dos saberes

A FZB e os órgãos sobre os quais tinha responsabilidade até a extinção ser publicada, o Museu de Ciências Naturais, o Parque Zoológico e o Jardim Botânico circulavam com muita frequência nas notícias do Correio do Povo. As atividades e projetos que realizavam

²⁰⁸ Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/DEC%2053.911.pdf>> DEC 53911 Acesso em: nov. 2019.

²⁰⁹ Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2017/07/politica/572572-movimento-ambientalista-deve-pautar-aco-es-positivas-diz-milanez.html> Acesso em: nov. 2019.

²¹⁰ Que admite a declaração de campos nativos do bioma Pampa, portanto áreas de pastoreio, como “área rural consolidada”, o que é incorreto sob o ponto de vista da pesquisa científica em prol da biodiversidade.

tinham como que um espaço reservado nas edições semanais. Os técnicos especialistas eram ouvidos em entrevistas que repercutiam as pesquisas em andamento e seus resultados. O primeiro projeto de lei do Executivo pedindo a sua extinção gerou o acompanhamento da mobilização durante todo o ano de 2015. Mas, em 2016 com o segundo projeto de lei do Executivo, esse acompanhamento decaiu em quantidade e qualidade culminando com a aceitação da extinção e a repercussão do aspecto emocional dos servidores durante as mobilizações. Já os aspectos também circulantes da resistência e do questionamento, prementes nessas mobilizações, foi sendo deixado de lado pelo jornalismo do CP.

Da mesma forma como ocorreu com o tema da silvicultura, os **técnicos** vinculados aos órgãos administrados pela FZB fizeram circular os discursos oficiais **de resistência** ao saber-poder dominante. Como vimos, em 2015 o jornalismo do CP fez a publicação desses discursos, mas a partir do segundo projeto de lei do Executivo para a extinção da FZB, a postura mudou. As informações mais completas foram publicadas por fontes não-oficiais através da midiatização realizada principalmente pelas associações e pelos sindicatos desses servidores. Tamanha a importância dessa forma de participação social e mobilização cidadã se materializou, como adiantamos²¹¹, através da midiatização promovida a partir da internet. Vimos acontecer nesse período:

[...] um tipo de horizontalização na difusão das informações em comparação com a forma como a difusão era feita anteriormente, ou seja, por um lado, dependente dos meios de comunicação e suas estruturas empresariais e profissionais, por outro, viabilizada por ativistas ambientais, como Roessler nos anos 1950 e Carneiro nos anos 1970 no RS, com o predomínio da comunicação impressa. Em termos de tecnologias na sociedade em rede, esses novos agentes conseguem disputar com a mídia hegemônica a atenção de vários públicos, como é o caso do midiativismo ambiental exercido pelas entidades ambientalistas que contam com jornalistas e/ou ativistas de outras áreas profissionais para atuar nos blogs, sites e redes sociais. (MORAES, FANTE, 2018, p. 341).

As fundações foram extintas²¹² e a justificativa de “considerável redução de gastos” não foi problematizada em nenhuma notícia do CP. Não houve um cálculo do jornalismo do CP, houve sim a reprodução das informações prestadas pelos dois lados apresentados como opostos: pelo governo e pelos técnicos ambientais contrários às extinções. De fato, não eram

²¹¹ Ver na p. 30 deste trabalho.

²¹² São elas: Fundação Zoobotânica (FZB), Fundação de Ciência e Tecnologia (Cientec), Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), Fundação Piratini, Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan). Conferir decreto 53.756 de 18 de outubro de 2017 que “regulamenta a Lei 14.982, de 16 de janeiro de 2017, que autoriza a extinção de fundações de direito privado da Administração Pública Indireta do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências”. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/DEC%2053.756.pdf>> Acesso em: dez. 2019.

opostos, se tratava de uma correlação de forças entre cargos transitórios de governo e cargos estáveis no governo. Mais uma vez a disputa de saber-poder desequilibrada não mereceu uma explicação ou uma contextualização pelo jornalismo. Ficou sugerida uma posição do CP de acordo ou de aceitação passiva da extinção da FZB, e das outras fundações, porque não houve abordagem nos editoriais/opiniões segundo o nosso *corpus*. E ainda, a cobertura no segundo ano ou do segundo projeto de lei do Executivo, este que culminou com a aprovação pelos deputados, se reduziu sobre as atividades da FZB e os órgãos que ela era a responsável (passou a ser a Sema), como o Museu de Ciências Naturais, Parque Zoológico e Jardim Botânico. Essa parca e precarizada abordagem pode ter se configurado num segundo ato de extinção desses órgãos e/ou dos serviços prestados à população. A própria cobertura da votação do PL na Assembleia focou no superficial com os rótulos: polêmica, emoção, bate-boca, nervosismo, revolta, enfrentamento e tensão sem explicar o contexto ou as razões do silêncio mantido pela parte da maioria dos deputados, os mesmos que aprovaram a extinção.

Citamos ainda a publicação do decreto 53.911, de 7 de fevereiro de 2018²¹³ que, ao menos oficialmente, garantiu a incorporação das atividades e atribuições da FZB à Sema, ao apresentar a dita “estrutura básica” da Secretaria. Os servidores alertaram a inviabilidade prática desta transferência, mas o decreto vige. E o jornalismo continua reproduzindo este discurso de que os serviços estão sendo prestados pelo Estado da mesma forma que antes²¹⁴.

4.3.3 Discursividade sobre o bioma Pampa e o CAR

“O Bioma Pampa sempre foi esquecido”, disse o Superintendente do Ibama-RS, João Pessoa Moreira Júnior, em sua fala durante a audiência pública realizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público em Porto Alegre, para tratar da situação do bioma Pampa em setembro de 2014. Este técnico explicou que as políticas públicas brasileiras historicamente consideraram como biomas prioritários a Amazônia e a Mata Atlântica, o que pode ter contribuído para colocar o Pampa em segundo lugar em nível de degradação, perdendo apenas para a Mata Atlântica. Disse também:

²¹³ Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/DEC%2053.911.pdf>> Acesso em: dez. 2019.

²¹⁴ Segundo a deputada Juliana Brizola (PDT), “não há dúvidas quanto à precarização ou extinção de serviços prestados pelas referidas Fundações”. O projeto de lei 203 de 2017 de sua autoria que visava revogar a Lei 14.982 de 2017, das extinções, não saiu da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia e foi arquivado ao final de 2018. Disponível em: <<http://ww1.al.rs.gov.br/julianabrizola/DesktopModules/alrsLegExibeMateria/Impressao.aspx?tabModId=4704&IdMateria=311884>> Acesso em: dez. 2019.

[...] nos últimos anos, vários fatores que contribuíram para isso. Primeiro, foi a oportunidade da silvicultura e, agora, o que nós vemos, a gente observa, é um crescimento muito grande da monocultura da soja entrando nesse Bioma, muito forte. A posição do IBAMA e do Ministério, ela não é, de maneira nenhuma, de obstar o progresso ou o desenvolvimento da região; e, sim, é nós garantirmos a sustentabilidade, que eu acho que é o que nós vamos discutir aqui. Nós precisamos de um novo modelo para esse Bioma, para que, nós, a gente não repita erros do passado. Eu acho que é uma oportunidade. [...]. (CNMP, 2014, p. 12).

Por sua vez, a participação do professor do Instituto de Biociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e coordenador do Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais (INGÁ), Paulo Brack, na referida audiência pública, alçou à agenda vários temas envolvendo a conservação e a economia no bioma Pampa. Inicialmente, expôs contradições legais de atividades econômicas que comprometem os processos ecológicos, tais como as monoculturas de soja e de eucaliptos (silvicultura) sob o ponto de vista do Artigo 225²¹⁵ da Constituição Federal, do qual transcrevemos a seguir as alíneas destacadas: “Parágrafo primeiro Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público: [...]; VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da Lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade; [...]”.

Da mesma forma, ocorre a degradação do Pampa e da Amazônia com a inversão das suas vocações, impondo-se o desmatamento para o plantio de pastagens e incentivos à pecuária na Amazônia, e suprimindo a vegetação campestre no Pampa ignorando a sua própria importância e a vocação pecuária segundo pesquisadores, por meio do monocultivo de árvores exóticas para produção de celulose. Além dessas duas contradições, abordou o que chamamos de simbólica proteção à natureza campestre sulina por meio de 0,9% de unidades de conservação de proteção integral no bioma Pampa e 2,4% de unidades de conservação de uso sustentável. Com isso, este bioma possui apenas 3,3% de sua área protegida. Em 2007 foi atualizada a lista das Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira, porém nenhum passo para a sua implementação foi dado.

Estas constatações reforçam a necessidade da produção de diagnósticos atualizados do estado de conservação do bioma Pampa. O professor explicou que a Amazônia recebe um diagnóstico anualmente, enquanto o Pampa teve publicado em 2010 dados baseados em 2008

²¹⁵ Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_26.06.2019/art_225_.asp> Acesso em: nov. 2019.

denotando apenas 36% de campos remanescentes. A importância desses diagnósticos reside também no atendimento aos interesses econômicos por possibilitar segurança jurídica, disse, demonstrando aos empreendedores onde eles podem investir ou não de modo a deixar claro os limites aos empreendimentos. Ao mesmo tempo, ressaltou a necessidade de revisão dos regramentos vigentes, como naquele momento estava atrasada a revisão do Zoneamento Ambiental da Silvicultura, aprovado em 2009 com a previsão de gerar novas discussões e análises dois anos depois. Pelo contrário, alertou Brack, parecia não haver interesse na divulgação das informações tanto por governos como pelos setores envolvidos, e ainda havia aqueles que defendiam a invalidação desse Zoneamento. Neste ponto dos diagnósticos, relacionamos a invisibilidade injustificada, naquele momento, sobre o resultado dos estudos desenvolvidos pelo Jardim Botânico sobre a flora ameaçada. Brack supunha que houvesse algum tipo de temor por parte de governos sobre possíveis impactos em projetos de empreendimentos considerados estratégicos. Enquanto isso, enfatizou, a lista de espécies de flora ameaçada crescia ao contrário das políticas públicas sobre o estado de conservação das espécies ou mesmo de implantação de programas para a sua proteção.

A proposta deste professor, durante sua exposição na audiência, consistiu na realização do estudo sobre atividades econômicas que contemplassem a vocação do Pampa visando possibilitar a sua conservação e os investimentos adequados. Como exemplo, citou o conhecimento e utilização de espécies nativas como os butiás que produzem frutas conhecidas em diversos países europeus, onde produzem a chamada Jelly Palm ou Palmeira Geleia. Relatou o conhecimento sobre mais de 70 espécies de frutíferas alimentícias no bioma Pampa, como a goiabeira serrana, natural de Caçapava do Sul, mas vendida em Porto Alegre, naquele momento, por R\$ 69,90 o quilo sob o pretexto de que vinha da Colômbia. Citou também o caso das forrageiras nativas utilizadas em outras partes do mundo enquanto no próprio Estado, algumas vezes, são utilizadas forrageiras africanas.

Além das espécies frutíferas, o bioma campestre é rico em flores e outras plantas ornamentais conhecidas internacionalmente, que não eram oferecidas nas floriculturas porque a população não as conhecia e a opção do floricultor era por vender em mais de 60% as exóticas. Deste desconhecimento derivava a biopirataria, alertou Brack, tanto que muitas sementes de espécies nativas podiam ser adquiridas no Chile ou nos Estados Unidos, por exemplo, em vez de no Rio Grande do Sul.

Como podemos ver com a nossa pesquisa, se há alguma falta no Código Estadual do Meio Ambiente é a ausência do bioma Pampa. A partir da aprovação da Lei 12.651 em 2012 de Proteção da Vegetação Nativa (ex-Código Florestal Federal), esta ausência teve que ser

contornada com um decreto do Executivo que regulamentasse a aplicação do Cadastro Ambiental Rural²¹⁶. Sendo um dos dispositivos da Lei 12.651 tem a finalidade de formar um banco de dados, a partir dos imóveis rurais, sobre a vegetação nativa no país e propiciar o controle e o monitoramento delas e a recuperação ambiental de áreas degradadas.

O período de regulamentação do CAR no Rio Grande do Sul concernia ao governo Tarso Genro, ano de 2014. Coube aos técnicos da Divisão de Licenciamento Florestal do Debio²¹⁷ (antigo Defap) da Sema elaborarem uma proposta de minuta para o decreto do executivo. A proposta recebeu contribuições de pesquisadores da FZB, do Centro de Ecologia e do Instituto de Botânica da UFRGS, do MP-RS, da Fepam, entre outras entidades. Conforme divulgaram, o documento trabalhado durante quatro meses:

[...]. [...] estabelece conceitos adequados para o enquadramento da vegetação do RS dentro do Cadastro Ambiental Rural, que reforça a necessidade de autorização prévia do DEBIO/SEMA para supressão da vegetação campestre do RS, seja no Pampa ou Mata Atlântica, e que defina a pecuária extensiva como prática passível de ser conduzida nos campos inclusive sobre reserva legal, entre outros pequenos detalhes.

A intenção foi atender todos os pontos necessários, e para tanto fomos buscar colaboração e subsídios técnicos de profissionais reconhecidamente atuantes na área, bem como propusemos discussão com outras entidades, como o Ministério Público Estadual, e entidades do setor produtivo. Colhemos contribuições, e aquelas que efetivamente contribuíram para a qualidade do texto foram incorporadas, e aquelas que apenas atendiam interesses econômicos particulares não foram atendidas.

O relato dos técnicos dos órgãos ambientais²¹⁸ envolvidos na elaboração do referido documento foi de que o mesmo já havia cumprido o percurso dentro da Sema em dezembro de 2014, porém “ao contrário de ter sido encaminhada ao Secretário Néio Pereira e, posteriormente, ao Governador, retornou ao Gabinete do Departamento de Biodiversidade”. O mandato de Tarso Genro se encerrou e este regramento não entrou em vigor. O problema decorrente foi a continuidade do discurso das entidades do agronegócio sobre a correta espera pelo decreto antes do preenchimento do CAR. Entretanto, há informações de que áreas de vegetação nativa no Rio Grande do Sul, que é campestre, acabaram sendo suprimidas sem o licenciamento durante o chamado pela imprensa período de “indefinição” do Executivo. Em dezembro de 2014, o CP noticiava:

²¹⁶ Estabelecido pelo decreto 8.235 publicado no Diário Oficial da União em 5 de maio de 2014. Desde então vem sendo renovado anualmente para garantir o preenchimento por todos os proprietários rurais.

²¹⁷ Departamento de Biodiversidade.

²¹⁸

Disponível

em:

<<http://www.ecoagencia.com.br/?open=noticias&id=VZISXRFWWNIUspFUT1WNXJFbKVVVB1TP>> Acesso em: nov. 2019.

Setor aguarda por decreto [título].

Depende da publicação de decreto do governador do Estado o deslanchar do CAR cuja obrigatoriedade é determinada no Código Florestal. O impasse sobre as regras para licenciamento envolve a parte brasileira do bioma Pampa, na Metade Sul. A espera se arrasta desde a Expointer. Dados da Farsul indicam que 30% das 470 mil propriedades rurais ficam nessa região. Devido ao impasse com a Sema, o vice-presidente da Farsul [...] aposta na posse do novo governo para resolver o assunto. (CP, 12 dez. 2014).

Na prática, os referidos “impasse” e “aposta no novo governo”, esperaram pelo decreto 52.431 do governo Sartori até 23 de junho de 2015. No entanto, a Rede Campos Sulinos²¹⁹ vinha alertando aos produtores rurais que o preenchimento do CAR deveria ser feito mesmo antes da publicação do decreto.

A nova Lei 12.651 de Proteção da Vegetação Nativa, antigo Código Florestal, exige, no seu Art. 26, licenciamento pelo órgão estadual (SEMA no caso do Rio Grande do Sul) para supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo. Depois de 30 meses da vigência dessa Lei, em várias regiões continua acontecendo supressão ilegal (sem licenciamento) de campos nativos. O argumento de que a aplicação dessa restrição dependeria do cadastramento da propriedade no Cadastro Ambiental Rural (CAR) não é verdadeira. O que o Art. 26 da Lei 12.651 estabelece é que “a supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo ... dependerá do cadastramento do imóvel no CAR ... e de prévia autorização do órgão estadual competente do Sisnama”. Portanto, sem cadastramento no CAR e sem prévia autorização da SEMA, a supressão de vegetação de campo nativo é ilegal. A punição dessa ilegalidade poderia utilizar outros instrumentos de fiscalização, com base no mapeamento existente dos remanescentes de campo em 2008. (REDE CAMPOS SULINOS, 2014).

O pleito das entidades do agronegócio junto aos governos federal e estadual era de considerar o campo nativo como área consolidada, o que permitiria no entendimento delas, um uso para a sojicultura (*commodity* cujo valor estava em alta), por exemplo, sem a necessidade de obter o licenciamento ambiental, e facilitando assim a conversão da área com vegetação nativa. Urgia a compreensão de que:

[...]. [...] no caso dos campos nativos usados para atividade pastoril, mesmo que venham a ser cadastrados no CAR como área consolidada (como defendem determinadas entidades representativas dos produtores), continuam sendo vegetação nativa e assim sua supressão depende de prévia autorização. São campos nativos mesmo tendo sido utilizados por séculos na atividade pastoril, ou que tenham sido eventualmente cultivados no passado e estejam em regeneração, ou que apresentem alguma invasão por espécies invasoras.”. (REDE CAMPOS SULINOS, 2014).

Compreender o significado de campo nativo não era difícil; o mais difícil era aceitar que o governo ou um órgão ambiental pudesse ter algum tipo de controle sobre a atividade

219

Disponível

em:

<https://www.ufrgs.br/redecampossulinos/wordpress/wpcontent/uploads/2014/11/newsletter_novembro1.jpg>
Acesso em: nov. 2019.

econômica particular de um indivíduo, um empresário rural, implicando a criação de um tipo de dificuldade sobre o exercício do seu direito de propriedade (privada).

As notícias do Correio do Povo sobre o CAR retratavam as articulações da Sema “com sindicatos rurais, entidades ligadas aos produtores e executivos municipais”, visando realizar treinamentos para o preenchimento do Cadastro (CP, 21 mar. 2013) e a **indefinição** (2014-2015) sobre como efetuar o cadastro das áreas situadas no bioma Pampa. Havia uma expectativa pela conclusão do resultado do trabalho da Sema no segundo semestre de 2014, o que não se confirmou:

O texto [do decreto do CAR] é considerado muito restritivo pela Sema. "Aplica-se muito mais a florestas e não para os ambientes não florestais, que são só campos nativos do Pampa e da Mata Atlântica," observa o biólogo [...] da divisão de licenciamento florestal da Sema. Por isso, a Secretaria entende ser necessário haver normatização relacionada ao conceito dessas áreas. "A ideia é deixar claro que a vegetação nativa do pampa é o campo, e o campo tem de ser tratado de forma equivalente as florestas no ambiente do bioma pampa." Ele ressalta que há uma interpretação errônea de que a presença de gado favoreceria o desmatamento. "Isso tecnicamente é um absurdo. Esse campo é o campo que tem de ser colocado como remanescente," defende. [...]. [o Pampa] possui 41% de cobertura vegetal nativa. "Isto é, ainda não foram convertidos para agricultura, silvicultura, pastagem cultivada, área urbana ou de mineração. Apresentam-se em estado natural ou seminatural, explica o geógrafo Heinrich Hasenack, coordenador do laboratório de geoprocessamento da UFRGS. [...]. (CP, 24 ago. 2014).

Os secretários da Agricultura e da Sema [...] devem entregar hoje ao governador Tarso Genro documento formalizando pedido de contratação de 14 técnicos aprovados em concurso da Seapa para atuarem na validação do CAR. Devem ser chamados 12 agrônomos e dois engenheiros florestais para agilizar o cadastramento no RS. A Sema negocia ainda a liberação de recurso para contratação de bolsistas. [...]. (CP, 28 ago. 2014).

A secretária estadual do Meio Ambiente, Ana Pellini, quer que as entidades do setor produtivo incentivem as inscrições no CAR, especialmente na área de Mata Atlântica, que ocupa 37% do território gaúcho. [...]. Proprietários com áreas no bioma Pampa e banhados, sem regras estabelecidas no código florestal, esperam que as normas para seus cadastros sejam definidas em decreto do governo estadual, que deve sair até o final do mês, e alegam aguardar isso para fazer suas inscrições. [...]. "Não é em todo o Estado que há bioma Pampa e banhados," afirmou Ana Pellini, que na semana passada reuniu-se com as entidades do setor. Para a secretária, o avanço no número de cadastros facilitaria o pedido de prorrogação do prazo junto ao governo federal. "É difícil chegar a um órgão, pedir para dilatar um prazo e não ter avanço," comenta. [...]. (CP, 16 fev. 2015).

[...]. A pequena procura pelo cadastramento preocupa o governo e agricultores já que faltam dois meses para o encerramento do prazo. [...]. Os agricultores alegam que esperam por uma definição legal dos banhados e do bioma pampa, ainda inexistente, para passarem a se cadastrar. A secretária-adjunta do Meio Ambiente, Maria Patrícia Mollmann, diz que o conceito de banhado já está "praticamente" fechado. "Mas com relação ao bioma Pampa, em função de ele não ter uma legislação específica, como tem a Mata Atlântica, ainda há algumas dúvidas de enquadramento na lei federal," explicou. Por falta de consenso, o decreto estadual que deverá reger aquele ecossistema não deve ser publicado antes de 17 de março, quando há uma reunião com o setor produtivo. [...]. (CP, 7 mar. 2015).

[...]. O presidente da Fetag [...] pontua que com a prorrogação [prazo do CAR], a Sema precisa agilizar a regulamentação de áreas que causam dúvidas aos agricultores e pecuaristas do Rio Grande do Sul como o bioma Pampa. [...]. (CP, 1 mai. 2015).

O discurso do CP não contemplou uma explicação sobre o papel da reserva legal nas propriedades rurais e em especial nos imóveis situados na metade sul do Estado ou bioma Pampa. Não que a informação não estivesse disponível naquele momento. Na mesma audiência pública citada anteriormente, a engenheira agrônoma e técnica do Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio), Eridiane Lopes da Silva, deu a sua contribuição explicando a importância da averbação ou cadastramento de áreas de Reserva Legal no bioma Pampa. Para exemplificar, comparou a existência de áreas de preservação permanente (APP's) a unidades de conservação de proteção integral, e a existência de áreas de reserva legal a unidades de conservação de uso sustentável. A seguir, Eridiane conta como funciona na Área de Proteção Ambiental (APA) do Ibirapuitã, em Santana do Livramento, onde trabalhava na época:

A pecuária extensiva sobre o campo nativo, desde que adequado o ajuste de carga animal é uma forma de uso sustentável, compatível com as áreas de Reserva Legal demarcadas em áreas campestres do bioma Pampa. Isso a gente tem observado na gestão da área de proteção ambiental, que é uma área da APA do Ibirapuitã, que é uma área de uso sustentável, onde a porção da APA que está melhor conservada é justamente aquela que temos a pecuária extensiva como atividade. A produção de mel, a partir de floração da vegetação nativa, é um outro uso compatível com a área de Reserva Legal. Uma outra consideração, ainda quanto à averbação de áreas de Reserva Legal no bioma Pampa, é quanto ao cercamento dessas áreas. A gente entende, na APA, que esse cercamento, ele é indesejável porque ele restringe o acesso da mastofauna de médio porte, no nosso caso, lá na região, principalmente de veados, e o acesso de emas às áreas cercadas. Lá, onde a gente trabalha, é muito comum a gente encontrar carcaça de ema emaranhada em cerca, nem sempre elas conseguem atravessar, às vezes, elas se trancam ali e acabam morrendo nessas cercas. E também entendemos que não é desejável o cercamento porque altera a composição florística das áreas campestres, uma vez que o pastejo provoca uma composição variada na vegetação das propriedades, formando o mosaico composto por áreas de campo baixo, manchas de campo sujo, áreas com capoeiras e áreas com mato nativo. A manutenção desse mosaico de habitat é importante para manter a riqueza da biodiversidade associada a cada uma dessas áreas. Além disso, o cercamento das áreas de Reserva Legal, para nós, representa um custo alto para os proprietários e o impacto ambiental indireto, porque ela necessita de queima de combustíveis no transporte de mourões e arames, de extração de madeira para a produção de mourões e de extração de minérios e gasto de energia em siderurgia para fabricar os arames. (CNMP, 2014, p. 27).

O prazo de preenchimento do CAR, determinado pelo Ministério do Meio Ambiente, a pedido dos deputados ligados à bancada do agronegócio foi prorrogado anualmente, de maio de 2014 até maio de 2015 e, maio de 2015 até maio de 2016. Neste segundo ano, pouco

ou nada mudou conforme podemos verificar na manifestação do presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (Fetag). Naquele momento, 13% dos proprietários haviam preenchido o CAR:

[...]. Para ele, o grande problema nas terras gaúchas foram as novas regras do sistema que enquadraram o bioma Pampa no CAR. Até dezembro do ano passado, os produtores não sabiam ao certo se essa área deveria ser inscrita no programa, fato que foi confirmado em dezembro do ano passado. “Perdemos quase dois anos tentando entender as regras do bioma Pampa. Se não tivesse essa questão, as terras estariam quase 100% cadastradas”, [...]. Mas não foi só a indefinição sobre as regras do bioma Pampa que atrasou o andamento das inscrições. [...]. “No início, o CAR não foi muito bem explicado aos produtores. Até mesmo o governo não conseguia passar as orientações de forma clara”, pondera o presidente da Fetag. Apesar de todo o atraso no Rio Grande do Sul, [...] ressalta “os produtores gaúchos não estão boicotando o CAR. Estamos trabalhando para regularizar todos os imóveis”. [...].²²⁰

Devemos destacar que em todos os Estados do país houve variados motivos para o atraso no preenchimento e diversas dificuldades na implantação do CAR, o que possibilitou a ação bem-sucedida da bancada ruralista do Congresso Nacional de garantir várias prorrogações do prazo. De maio de 2016, o prazo para preenchimento do CAR foi prorrogado para maio de 2017. Ainda insuficiente, este prazo foi estendido para 31 de dezembro do mesmo ano. Às vésperas do fim de 2017, o prazo foi prorrogado para 31 de maio de 2018. Em maio, a prorrogação foi para 31 de dezembro de 2018 e, antes deste prazo findar, foi estendido para 31 de dezembro de 2019. Ainda em maio de 2018, a Fundação SOS Mata Atlântica manifestou repúdio ao adiamento da implantação da lei:

A protelação desse instrumento legal, incluído no novo Código Florestal, que foi alterado com o argumento do setor de buscar “segurança jurídica” para o produtor rural, irá fragilizar novamente a adequação dos imóveis rurais mantendo os proprietários na irregularidade. Os prazos previstos na Lei já foram prorrogados anteriormente com as mesmas justificativas, em uma clara estratégia de desmonte da legislação ambiental brasileira.

A prorrogação de prazos legais confirma a busca de anistia aos crimes ambientais que estava por trás da mudança do Código Florestal brasileiro. Em campanha pública a sociedade, movimentos sociais e setores do agronegócio se manifestaram contra a prorrogação de prazo para o CAR.

A SOS Mata Atlântica repudia essa prática que tem se tornado comum no país, de empurrar para frente questões estratégicas e o cumprimento das Leis, tratando de forma desigual os cidadãos.²²¹

²²⁰ Disponível em: <<https://blogs.canalrural.uol.com.br/gaf/2016/04/05/rs-pode-ficar-de-fora-do-car/>> Acesso em: nov. 2019.

²²¹ Disponível em: <<https://www.sosma.org.br/noticias/sabotagem-prorrogacao-car-e-afrota-seguranca-juridica-codigo-florestal/>> Acesso em: nov. 2019.

Até 31 de agosto de 2019, segundo as informações do Serviço Florestal Brasileiro²²² do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o percentual cadastrado no CAR é superior a 100%, já que era esperado o cadastramento de uma área de 397.836.864 hectares e estava cadastrada 531.173.861 hectares. Em estados do bioma amazônico como o Pará, a área cadastrada supera a área do próprio Estado, uma questão ainda em aberta sobre como resolver. Já o caso do Amazonas impressiona: a previsão de cadastro de mais de 6.700 milhões de hectares se revelou, até este momento, no cadastro de mais de 54.570 milhões de hectares. Nos demais estados da região Norte do Brasil também houve um aumento em relação ao número de hectares previstos para serem incluídos no CAR. Somente Espírito Santo, Paraíba, Bahia e Alagoas não completaram 100%. No Rio Grande do Sul, este percentual foi ultrapassado sendo que, a área prevista para cadastro de 20.326.355 hectares está em 22.212.117 hectares cadastrados pertencentes a 580.100 imóveis rurais.

No Rio Grande do Sul, a disputa discursiva e judicial seguiu nesses anos todos e o preenchimento do CAR continua e não sabemos o tamanho da supressão de vegetação nativa até pela precarização dos órgãos ambientais que fiscalizam. Em notícia recente, vimos que em final de novembro de 2019 a Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça “manteve decisão da 10ª Vara da Fazenda Pública no que se refere à exigência de manutenção de reserva legal nas áreas do Bioma Pampa em que existe atividade de pecuária”.

A Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente da Capital, através do Núcleo de Proteção ao Bioma Pampa, é autora da ação civil pública de julho de 2018 contra o Estado do Rio Grande do Sul com o objetivo de assegurar a proteção jurídica para o bioma Pampa. A justificativa é de que o Decreto Estadual 52.431 de 2015 ratificou a distinção entre área consolidada por supressão de vegetação nativa com atividade pecuária, das áreas remanescentes de vegetação nativa tidas como não antropizadas. O que significa uma incompreensão sobre o papel da pecuária na conservação dos campos do sul, papel este reconhecido pelas pesquisas científicas em torno da prática vigente há cerca de 300 anos no Rio Grande do Sul. Legalmente, a distinção significou “a dispensa da reserva legal para os imóveis rurais de até quatro módulos fiscais” localizados no bioma Pampa (que corresponde a mais de 60% da área do Estado). Portanto, segue em vigor a obrigatoriedade de manter 20% de reserva legal nos imóveis rurais com campo nativo e/ou com pecuária sobre a vegetação nativa remanescente. As fiscalizações estão previstas já que a ação civil pública pede também

²²² Disponível em: <<http://www.florestal.gov.br/documentos/car/boletim-do-car/4283-boletim-informativo-car-agosto-2019/file>> Acesso em: nov. 2019.

o reconhecimento da ilegalidade das eventuais infrações administrativas ocorridas entre 22 de julho de 2008 e 25 de maio de 2012.

4.3.3.1 Efeitos de verdade e formação dos saberes

Semelhante ao que ocorreu na cobertura do jornalismo do CP sobre a disputa entorno das alterações no Código Estadual do Meio Ambiente, as notícias sobre o decreto do Executivo para regulamentar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) focaram a repercussão sobre o discurso ruralista interessado na declaração das áreas campestres dos imóveis rurais como áreas consolidadas. Ao repetir o discurso das fontes, o jornalismo do CP reforçou a invisibilidade do gaúcho, adjetivo pátrio do daquele que conduz o rebanho da atividade produtiva característica dos campos, harmoniosa com a natureza embora nem tanto socialmente diante da concentração de terras (percebida também no negócio das monoculturas) e é um processo de cerca de 300 anos. A pecuária familiar contribui com a conservação do bioma Pampa ao promover uma atividade produtiva sustentável. O conhecimento técnico científico disponível sobre a necessidade de declarar no CAR estas áreas de remanescentes campestres acabou omitida diante do discurso do crescimento e desenvolvimento econômico através das *commodities*, principalmente a soja que tem sido a causa da conversão de grandes áreas campestres nos últimos anos.

4.3.4 Discursividade sobre a mineração

Majoritariamente, a mineração apareceu nas notícias do CP de duas maneiras, a primeira em relação a extração de areia do leito dos rios do Rio Grande do Sul e, a segunda, através da possibilidade de exploração do carvão gaúcho, predominantemente dos tipos linhito e sub-betuminoso. Iniciamos a descrição dessa discursividade a partir do carvão mineral por atualmente estar em disputa a emissão ou não de licenças ambientais para megaprojetos, ainda que entre estes, estejam projetos de mineração de outros minérios²²³.

Informações constantes no Atlas de Energia Elétrica do Brasil (ANEEL, 2002, p. 136) dão conta de que “[...] a jazida de Candiota possui 38% de todo o carvão nacional. Mas o minério é pobre do ponto de vista energético e não admite beneficiamento nem transporte, em

²²³ Nos referimos a exploração de fosfato em Lavras do Sul, carvão mineral nos municípios de Charqueadas e Eldorado do Sul, titânio em São José do Norte, zinco, chumbo e cobre em Caçapava do Sul. Estes se somam aos mais de 150 projetos de mineração no Rio Grande do Sul em andamento em algum nível.

função do elevado teor de impurezas. Isto faz com que sua utilização seja feita sem beneficiamento e na boca da mina.” Esta definição caracteriza “a baixa qualidade da maior parte do carvão nacional” e implica um menor rendimento da usina termelétrica: “uma vez que a quantidade de energia produzida é inferior àquela obtida com carvões de alto poder calorífico.” (ANEEL, 2002, p. 138). Não obstante, o segundo governo Lula e o primeiro governo Dilma destinaram recursos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)²²⁴ para construir novas usinas, além das cinco existentes no Rio Grande do Sul.

O próprio Atlas (ANEEL, 2002) reconhece os “significativos impactos socioambientais” e os descreve como na sequência mostramos:

A ocupação do solo exigida pela exploração das jazidas, por exemplo, interfere na vida da população, nos recursos hídricos, na flora e fauna locais, ao provocar barulho, poeira e erosão. O transporte gera poluição sonora e afeta o trânsito. O efeito mais severo, porém, é o volume de emissão de gases como o nitrogênio (N) e dióxido de carbono (CO₂), também chamado de gás carbônico, provocado pela combustão. Estimativas apontam que o carvão é responsável por entre 30% e 35% do total de emissões de CO₂, principal agente do efeito estufa [...]. (ANEEL, 2002, p. 140).

Como pudemos conferir, no início deste século o estado brasileiro já dominava o conhecimento sobre os riscos na utilização de energia termelétrica. Ao mesmo tempo, os governos federais e estaduais no Rio Grande do Sul seguiram insistindo nesta alternativa apesar das informações que pesquisadores de universidades e técnicos de órgãos e entidades ambientais fizeram circular nesses quase 20 anos. Em nível internacional, as informações se ampliaram e passaram a ser relacionadas com maior certeza científica ao aquecimento global de causa antrópica e à mudança climática, caracterizada, dentre outros, pelo aumento da temperatura média na atmosfera do planeta.

O caso da exploração de diversos minérios, dentre eles o carvão, circulou com maior intensidade e pressão de políticos e setor produtivo para concretizar-se. Notícia do CP de 2004 anunciava a retomada das pesquisas de recursos minerais no Rio Grande do Sul:

[...] iniciaram o mapeamento geológico de jazidas carboníferas e de cobre em Hulha Negra, de áreas de extração de ametista e ágata em Sobradinho e Iraí, e a prospecção de ouro e cobre na bacia do rio Camaquã. A previsão é de que as análises estejam concluídas em 18 meses. O anúncio foi feito ontem pelo diretor [...] da Companhia de Pesquisas em Recursos Minerais (CPRM) [...] que junto com o secretário do Meio Ambiente Adilson Troca, estabeleceu convênio de cooperação técnica para o gerenciamento dos recursos hídricos do RS. O mapeamento geológico básico estava paralisado havia 20 anos no país. [...]. (CP, 9 jul. 2004).

²²⁴ “[...] Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica (PDEE 2006/2015 – MME/EPE, 2006) [...]. [...] Plano Nacional de Energia 2030.” (IDEM, p. 138).

O projeto que causa estremecimento em grande parte da população preocupada com a já precarizada qualidade de vida na região metropolitana de Porto Alegre devido poluição do ar e da água, o da Mina Guaíba em intenso debate em 2019, já era anunciado em 2010. A primeira notícia no *corpus* do CP avisava no título “Ambientalistas contra mineração” e que o projeto da Copelmi previa a mineração a céu aberto por 30 anos. (CP, 9 set. 2010). A Carta da Assembleia Permanente de Entidades de Defesa do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul (Apedema-RS) de 2011 com o “alerta sobre os danos socioambientais do uso do carvão mineral do RS”²²⁵ foi ignorada. O lugar discursivo do contra “a” (alguma tecnologia) e/ou “ao” (governo, empreendedor, empreendimento) foi o cedido aos ambientalistas e técnicos ambientais pelo jornalismo do CP, mas também pela imprensa hegemônica em geral. A identidade negativada de algumas fontes e a positivada de outras polarizou o debate admitindo dessa maneira, os confrontos discursivos ou o que foi repercutido como “bate-boca”. Além de não determinar nem fixar os papéis dos grupos sociais organizados, caberia mais ao Jornalismo descrever as respectivas posições. Sem julgamento ou mera classificação entre positivo e negativo ou outra dualidade; essa pretendida neutralidade analítica não favorece ao diálogo, antes estabelece, sim, as arenas de combate e os gladiadores cujos perfis também já estão definidos. O senso comum vai reproduzir essa interpretação, como na Assembleia Legislativa vimos, não raras vezes, os seguranças vigiarem visitantes “contrários” aos projetos de lei em trâmite, impedirem a aproximação dos deputados e, também, a circulação e a exposição de faixas e cartazes com suporte de metal ou madeira. O foco do Jornalismo está na compreensão, análise e problematização de ideias, e não na classificação de perfis amigos ou menos amigos como foi a prática do CP.

Em 2013, a notícia sobre a inclusão do carvão nos leilões de energia foi estritamente econômica ao ressaltar a “nova chance de valorização” para o carvão gaúcho, que poderia render R\$ 7,5 bilhões. A palavra do governador Tarso Genro (PT) festejou a novidade: “Obviamente, temos de ter todos os **cuidados ambientais**. Afinal, somos um dos maiores **depósitos** de carvão para produção de energia térmica do país.” (CP, 20 mar. 2013).

Dias depois, o discurso do secretário da Sema, Hélio Corbelini, pareceu conciliador ao sinalizar o papel do governo de “priorizar investimentos que tenham essa mesma lógica, de respeitar as áreas de preservação ambiental, e incentivar cada vez mais pesquisas voltadas ao uso sustentável do carvão”. A notícia abordava a assinatura do protocolo de intenções de investimento de R\$ 6 bilhões em usinas termelétricas e informava que cinco já funcionavam

²²⁵ Disponível em: <<http://www.agapan.org.br/2011/08/alerta-sobre-os-danos-socioambientais.html>> Acesso em: nov. 2019.

no Rio Grande do Sul, entre as quais estavam as que respondiam por 13,52% da geração de energia. (CP, 31 mar. 2013).

A notícia de 2018 mencionou o conteúdo do documento "Mineração no RS: Diagnóstico Setorial e Visão de Futuro" que foi “desenvolvido em coautoria com o Serviço Geológico do Brasil (CPRM²²⁶) e o DNPM²²⁷ e teve a **colaboração** da Fepam e outras entidades (CP, 23 nov. 2018). Reparemos no papel destinado à Fepam: mera colaboradora com o agravante de coincidir com o momento da extinção do órgão de excelência em pesquisa e planejamento (a FZB), que também desenvolvia este tipo de estudo. Para o governador José Ivo Sartori, “Destravamos a discussão sobre o carvão no RS, apontando como referência a evolução tecnológica e ambiental que já é uma realidade no Japão para produção de energia com sustentabilidade ambiental. Trabalhamos para trazer esta realidade para o Estado”²²⁸, o que nos remete à viagem em 2017 ao Japão e às parcerias internacionais que vinham sendo buscadas ainda em governos anteriores.

O documento assinado por 20 entidades, divulgado no Dia do Meio Ambiente de 2017, descreveu o “processo de guerra contra o meio ambiente, com destaque às políticas do governo do Estado, que se refletem em leis que trazem o desmonte da Sema e das Fundações do Rio Grande do Sul”²²⁹. Afirma:

[...] nesta Semana de Meio Ambiente uma comitiva chefiada pelo governador foi ao Japão oferecer parceria para explorar o carvão mineral do Estado bem como conhecer o suposto modelo de sustentabilidade de uma usina de carvão da empresa Tepco, mais conhecida pelo recente desastre nuclear em Fukushima. Ignoram as múltiplas evidências científicas que ligam o crescimento da quantidade de gases de efeito estufa com os registros recordes de subida da temperatura da atmosfera do Planeta. Demonstram, assim, desconsideração ao cumprimento do Acordo de Paris sobre as Mudanças Climáticas, acordo que prevê limitar este aumento em 1,5⁰ C até o final do século XXI a fim de evitar o agravamento das tragédias socioambientais associadas às mudanças climáticas. [...].”

Todas as notícias que circularam no CP sobre a mineração e, em especial relacionadas ao carvão mineral, repetiram o discurso oficial do governo tal qual uma assessoria de comunicação poderia fazer a um cliente. Embora saibamos que é também sua função alertar e evitar a difusão de enganos, como o de que usinas termelétricas podem ser sustentáveis e/ou

²²⁶ Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, atualmente denominada Serviço Geológico do Brasil.

²²⁷ Departamento Nacional de Produção Mineral.

²²⁸ Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/publique/Noticias/Diagnostico-setorial-da-mineracao-do-RS-e-lancado-5301.html>> Acesso em: nov. 2019.

²²⁹ Disponível em: <<http://www.ecoagencia.com.br/documentos/a-guerra-declarada-contra-a-vida-e-o-dia-do-meio-ambiente-final.pdf>> Acesso em: nov. 2019.

não poluentes. A cobertura da missão do governo no Japão valorizou a defesa do carvão gaúcho para garantir a energia:

"Há um preconceito [com o uso do carvão] em razão do passado. E hoje temos um grande esforço pela busca de energia sustentável," afirmou a secretária estadual do Meio Ambiente, Ana Pellini, integrante da missão gaúcha e favorável a implementação de uma usina com essa tecnologia no Rio Grande do Sul. "Estão sendo feitos muitos estudos e, quanto mais embasados, mais rápido os técnicos da Fepam, que serão rigorosos, aprovarão," projetou ela. "Tomaremos cuidado inclusive com a paisagem," garantiu. A opinião é respaldada pelo secretário de Minas e Energia, Artur Lemos: "Temos que tirar do imaginário a usina suja". (CP, 6 jun. 2017).

Futuro presidente da federação das Indústrias do RS (Fiergs) [...], que acompanha a delegação, salientou a importância do investimento do carvão. "Temos que ter matrizes que assegurem energia. O consumidor quer ligar o interruptor e ter luz, não importa se chove pouco na região da usina hidrelétrica," comparou. "O carvão oferece esta segurança." "A energia mais cara é a que não temos," afirmou o secretário de Minas e Energia Artur Lemos, exemplificando que o Estado importa energia elétrica, mesmo tendo a maior reserva de carvão do Brasil. [...]. (CP, 6 jun. 2017).

Os projetos de mega mineração são rechaçados pelas comunidades a serem atingidas e também por pesquisadores e professores de universidades e de outros órgãos, mas convicto e persuasivo é o discurso dos políticos e das empresas que acabam reproduzidos por muitos meios de comunicação. O discurso econômico caracterizado pela apresentação do volume dos investimentos e do número de empregos parece ser o suficiente, segundo o governo, para suplantar as demais ponderações:

O diagnóstico ressalta os investimentos previstos no Estado que somam R\$1,3 bi. O projeto Fosfato Três Estradas, que prevê investimentos de R\$184 mi e a geração de 350 empregos. O projeto Retiro, classificado como jazida nível mundial, para exploração de titânio e zircônio com investimento de R\$800 mi e 350 empregos e o projeto Caçapava do Sul de zinco, chumbo e cobre, que vai gerar 450 empregos e investimento de R\$37 mi.²³⁰

De fato, o discurso tornado único em favor dos investimentos monetários e sem a contabilidade e a divulgação dos custos sociais e ambientais, pouco difere da imprensa estatal em comparação com a imprensa hegemônica:

[...]. A meta é potencializar esses recursos como instrumentos de desenvolvimento econômico. "Ou seja, o uso dessa riqueza com uma abordagem nova, olhando matriz econômica, exportações e importações", complementa a secretária.

²³⁰ Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/publique/Noticias/Diagnostico-setorial-da-mineracao-do-RS-e-lancado-5301.html>> Acesso em: dez. 2019.

Um exemplo citado pela dirigente são os agrominerais como nitrogênio, fósforo e potássio que são importados pelo setor agrícola, mas existe a possibilidade da extração desses itens no Estado. Essa prática significaria uma fonte de suprimento nacional e a substituição da compra de outros países. Susana informa que, em 2016, o Brasil gastou quase US\$ 2 bilhões com a importação de potássio e com o nitrogênio cerca de US\$ 1,5 bilhão. [...].²³¹

Passou despercebida ou talvez tomada como irrelevante pela imprensa hegemônica uma questão levantada pelo professor da Universidade Federal de Pelotas e integrante do Movimento Gaúcho em Defesa do Meio Ambiente (Mogdema), Althen Teixeira Filho, ao menos desde o período de construção do Zoneamento Ambiental da Silvicultura (ZAS, 2006-2008). Nos referimos ao interesse das empresas e corporações da silvicultura para a produção de celulose nas terras do Rio Grande do Sul, para posteriormente, explorarem os minérios. Fizemos um rápido levantamento de dados no site da Agência Nacional de Mineração²³² o qual mostrou que em 2007 houve o maior pico do período quanto ao número de Requerimentos de Registros de Extração, tendo sido 972. O segundo pico foi em 2014 (196) e outro em 2017 (264), mas sem dúvida o que houve em 2007 surpreende e foi o ano da apresentação do ZAS, o qual não foi aceito pelas empresas da silvicultura e celulose, o que resultou em um ano de intensa disputa discursiva e de poderes sobre os critérios de licenciamento dos plantios arbóreos.

O professor Althen manteve na pauta do movimento ambientalista a relação direta da degradação dos solos através dos plantios arbóreos exóticos (eucalipto, pinus e acácia) com a mineração, que segundo ele, era a alternativa produtiva sequencial. Em 2012, por conta das alterações propostas ao Código Florestal Federal, este professor alertou:

[...] no município gaúcho de São Sepé, segundo Althen, áreas públicas como a praça central e uma propriedade privada tiveram permitidas a pesquisa do solo em busca de ouro, entre outros minerais. Dentre as requerentes destas autorizações estão empresas de celulose e metalúrgicas. As mesmas são responsáveis pelo financiamento de campanhas eleitorais dos políticos da chamada bancada ruralista. "A Votorantim plantou a monocultura de árvores na Serra das Encantadas, aqui no Rio Grande do Sul, e depois que o solo estiver exaurido vai explorar minérios, como o zinco, cuja pesquisa já iniciou," disse Althen. [...].²³³

²³¹ Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/economia/2018/11/657478-rio-grande-do-sul-apresenta-estudo-sobre-mineracao.html> Acesso em: nov. 2019.

²³² Disponível em: <<http://www.anm.gov.br/dnpm/planilhas/estatisticas/requerimentos-protocolados/requerimentos-protocolados-por-gerencias-regionais-2019>> Acesso em: nov. 2019.

²³³ Disponível em: <<http://www.ecoagencia.com.br/?open=noticias&id=VZISXRVVONIUsRmcT1GeWJFbKVVVB1TP>> Acesso em: nov. 2019.

Na própria audiência pública promovida pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) em 2014, o professor Althen reiterou o alerta:

[...] uma das empresas que explorou, e explora, aqui, no Rio Grande do Sul, o plantio de chamadas florestas, que é eufemismo, que, na realidade, são lavouras de árvores, já tem um pouco mais de 320 mil hectares de subsolo reservado para mineração de cobre e zinco, na metade Sul, no Bioma Pampa. [...]. (CNMP, 2014, p. 72).

O nosso rápido levantamento de dados no site da Agência Nacional de Mineração revelou que, o número de Requerimentos de Pesquisa seguiu aumentando em 2008 com 609 pedidos até 2016 com 959. Sendo que os picos foram alcançados em 2012 (1179), em 2014 (1008) e em 2015 (1180). Em 2013 houve a inclusão do carvão nos leilões de energia do governo federal (CP, 20 mar. 2013) e grande repercussão entre o final do governo Tarso Genro (2014) e o início do governo José Ivo Sartori (2015). De fato, foi nestes dois governos que o Rio Grande do Sul chegou a terceira posição (2014 e 2015) no ranking nacional dos estados em relação aos números de requerimentos. Nos demais anos desses dois governos, o Estado ocupou o quarto e o quinto lugar no ranking. Por fim, destacamos que entre 2012 e 2015, o número total de requerimentos não baixou de 1500, tendo sido: 2012, com 1753; 2013, com 1563; 2014, com 1679; e 2015, com 1788.

Neste contexto surgiu o Comitê de Combate à Megamineração no Rio Grande do Sul²³⁴, cujo manifesto intitulado “Sim à vida! Não à destruição!” apresenta o pouco que se sabe sobre os projetos, busca a realização de audiências públicas e defende a realização de plebiscitos. Mais de 120 órgãos e entidades signatárias tem buscado complexificar o debate sobre a qualidade dos projetos produzindo conhecimento junto às comunidades. Baseado nestes estudos, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) recomendou à Fepam, em dezembro de 2019, a anulação da Licença Prévia do Projeto Fosfato Três Estradas da empresa Águia a ser implantado em Lavras do Sul. Neste mesmo mês, os especialistas integrantes do Comitê lançaram o dossiê “Painel de Especialistas – Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental da Mina Guaíba”²³⁵. A área almejada pelo projeto da Copelmi se situa nos municípios de Charqueadas e Eldorado do Sul e dista a 16 km do centro de Porto Alegre. A área a ser devastada com a exploração de carvão a céu aberto é de cinco mil hectares. Em São José do Norte, o projeto Retiro da Rio Grande Mineração (RGM) obteve licença prévia do Ibama para extrair titânio no litoral gaúcho. Mas, o Plano Diretor do município aprovado

²³⁴ Disponível em: <<https://www.facebook.com/ComiteCombateMegaminerao/>> Acesso em: dez. 2019.

²³⁵ Disponível em: <https://rsemrisco.files.wordpress.com/2019/12/painel-mina-guaicc81ba_digital_150-1.pdf> Acesso em: dez. 2019.

pelos vereadores e sancionado pela prefeita Fabiany Zogbi Roig, em junho de 2019, proíbe a mineração “de portes médio, grande e excepcional para todos os tipos de mineração e em todas as zonas do município, além da proibição para todos os portes de lavra de minério metálico a céu aberto, conforme os parâmetros estabelecidos pela Resolução 372/2018 do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema)”²³⁶. Em Caçapava do Sul, o projeto que leva o nome do município e é da Nexa Resources planeja extrair zinco, chumbo e cobre de uma mina a céu aberto. Estão na fila mais de 150 projetos de mineração no Rio Grande do Sul cuja pretensão é tornar o Estado o terceiro maior minerador do país.

4.3.4.1 Discursividade sobre mineração de areia

A exploração de areia de forma irregular apareceu no *corpus* do período em todos os governos, porém de maneira diferente no último, o Governo Sartori, quando a Sema autorizou a retirada de areia do rio Jacuí.

A questão do uso da areia pela construção civil, principal motivo da exploração comercial, aparecia no caso da extração irregular, como no Rio dos Sinos em 2005, quando o “Ministério Público deu prazo de 20 dias para que os órgãos ambientais do Estado apresentem os responsáveis por danos ao meio ambiente” (CP, 18 fev. 2005) e em 2010 no distrito de Águas Claras (município de Viamão) com o “descumprimento da licença de extração” (CP, 28 out. 2010).

Até este momento não havia circulado no jornal a informação de que estava no horizonte a falta do produto areia para extração e o atendimento à demanda da construção civil. Mas o tema da iminente escassez de areia não se tornou pauta em consideração ao estado dos rios ou da biodiversidade interdependente desse ecossistema. O que seria de se esperar já que o fato materializa a devastação ambiental ou a exploração comercial insustentável da areia. A pauta focou na indignação manifesta pelas fontes devido ao risco de faltar areia paralisando obras e causando desemprego. Em maio de 2013, o secretário da Sema Néio Pereira, ao assumir logo após o impacto da Operação Concutare, tinha como “primeira prioridade”:

[...] descobrir os motivos que levaram a Justiça a suspender a extração de areia do rio Jacuí. "Aquela areia estava sendo utilizada pelas empresas da construção civil como matéria-prima em obras de toda a região metropolitana. Se a suspensão da

²³⁶ Disponível em: <<https://www.brasilefato.com.br/2019/06/24/plano-diretor-de-sao-jose-do-norte-proibe-mineracao-no-municipio/>> Acesso em: dez. 2019.

extração permanecer por muito tempo, corre-se um sério risco de paralisação dos serviços," advertiu. [...]. (CP, 17 mai. 2013).

Dez dias depois, o CP noticiou a iniciativa da Fepam de contratar uma empresa para elaborar o zoneamento no rio Jacuí de modo a estabelecer os locais disponíveis para a exploração da areia.

[...]. O governo espera que medidas como a espontânea disposição em realizar um zoneamento no rio e de incrementar as equipes de fiscalização ambiental sejam suficientes para que a Justiça retire a proibição da extração no Jacuí. [...]. Até a suspensão judicial da extração, as empresas mineradoras extraíam, em média, de seis a sete milhões de toneladas de areia por ano [...]. (CP, 24 mai. 2013).

Somente no início de junho, o secretário da Sema informou que sem os estudos sobre a oferta de areia no rio Jacuí não haveria como autorizar a extração “apesar das reclamações da indústria da construção civil”. E anunciou “o início do zoneamento no Litoral, em Guaíba e no Bioma Pampa”. Três empresas estavam com as licenças ambientais suspensas e não havia um prazo para a retomada da exploração de areia. A saída encontrada pelo Sindicato das Indústrias da Construção Civil do RS (Sinduscon) e do Sindicato da Indústria da Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplanagem em geral (Sicepot) foi “alertar” que “as obras da Copa do Mundo em Porto Alegre podem parar por falta de areia”.

[...] do Sicepot [...] entende que o governo do Estado tem de tomar as rédeas da situação e entrar em entendimento com o Ministério Público e Tribunal de Justiça. [...] do Sinduscon [...] explicou que outras obras sofrerão o impacto como o Programa Minha Casa, Minha Vida. [...]. Os dois sindicatos entendem que qualquer solução diferente da retomada da exploração mineral do Jacuí levará muito tempo. "O maior prejuízo é o de não fazer as obras. Além disso, não tendo areia, não se vende tinta, madeira, aço, móveis," comentou [...]. [...]. (CP, 4 jun. 2013).

Nem a fala das fontes expressando a gravidade da dependência de um recurso natural escasso por causar a quebra de uma cadeia produtiva motivou o CP a problematizar a questão da areia, além de reproduzir os dizeres. O Dia do Meio Ambiente, 5 de junho, não ajudou o despertar para a pauta. No dia seis, a notícia retratou a manifestação promovida:

[...] com 120 caminhões representando os fretes que deixaram de ser feitos, o protesto bloqueou ruas e causou um grande congestionamento [...]. [...]. Entidades de classe estimam que 600 trabalhadores diretos estejam sendo prejudicados, além do dano em toda a cadeia produtiva pela falta de areia. Segundo o presidente do Sindiareia/RS [...] em torno de 29 mil m³ deixam de ser extraídos por dia. O grupo se reuniu com deputados [...] para pedir que o Parlamento interceda junto ao governo estadual. [...]. (CP, 6 jun. 2013).

Ao menos, pela primeira vez, na mesma data e em outra notícia, o CP apontou a ação civil pública movida por uma associação com denúncias de danos às encostas, ilhas e mata ciliar do rio.

O magistrado entendeu que com base no princípio da precaução, deve ser aguardada a conclusão da fase pericial e o zoneamento ecológico econômico. "A adoção dessa medida, diante da ausência de elementos seguros, é imprescindível para uma efetiva tutela do meio ambiente, a fim de suspender a continuidade dos danos e de prevenir a ocorrência de danos futuros, ainda quando estiverem em questão interesses econômicos e sociais relevantes," observou o desembargador. (CP, 6 jun. 2013).

O próprio CP, na sua segunda página, manifestou-se preocupado com “a falta de areia para a atividade da construção civil” como se fosse possível desconsiderar os impactos da escassez de areia na natureza. A posição do CP foi: “é importante que haja uma solução para que esse item essencial não falte nos canteiros de obras”. O caminho indicado foi a realização de um acordo, a elaboração do zoneamento ecológico do Rio Jacuí e o aumento no número de fiscais em curto prazo. (Opinião CP, 16 jun. 2013).

A realização de acordos entre Fepam e as empresas de mineração de areia incluíram a implantação de sistema de rastreamento das dragas. “Segundo o chefe da divisão de mineração da Fepam [...], a ideia é que o dispositivo tecnológico instalado no barco da mineradora e em 120 dragas, desligue o motor em caso de avanço irregular. Também se espera que a ferramenta emita sinal de alerta na sala de monitoramento do órgão. [...]” (CP, 20 jun. 2013).

No entanto, uma semana após foi noticiada, a assinatura do termo de ajustamento de conduta entre os órgãos ambientais estaduais, o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual para garantir a continuidade da extração de areia no Rio Jacuí, de forma controlada, enquanto o zoneamento econômico ecológico não estivesse concluído. Apesar da situação crítica de escassez da areia, 14 empresas foram autuadas: “Em duas semanas de atuação da força-tarefa [Fepam, Sema, Brigada Militar, Polícia Civil, SPH] instalada pelo governo do Estado para fiscalizar a extração de areia, foram flagradas 14 ações irregulares. Nove no Rio Jacuí, três no Rio Camaquã e duas nos Sinos.” (CP, 27 jun. 2013).

O segundo semestre de 2013 passou e no início do ano de 2014, novas denúncias de “extrações irregulares de areia do rio Jacuí” levaram ao aumento da fiscalização:

Segundo o chefe da divisão de mineração da Fepam [...] foram recebidas denúncias de algumas retiradas que burlavam o monitoramento. "Era feita uma espécie de ligação direta. Assim, a draga permanecia desligada, mas a areia seguia sendo

extraída, sem o nosso controle, " afirmou o técnico. [...]. O equipamento será colocado em cem dragas que pertencem a 50 empresas que atuam no rio Jacuí [...]. (CP, 21 mar. 2014).

Nada mais circulou no nosso *corpus* sobre o andamento dos trabalhos de elaboração do zoneamento econômico ecológico do rio Jacuí para orientar a real possibilidade de extração de areia. Um ano depois e outro governo, com foto e ocupando meia página de capa, o CP anunciou: "Extração de areia é liberada", com a legenda "Depois de uma proibição que durou dez anos, a **Fepam resolveu ontem autorizar a retirada em alguns pontos**, mas ambientalistas estão de olho e vão ficar acompanhando a decisão [...]". (CP, 18 mar. 2015). A notícia no interior da edição era minúscula em comparação à importância cedida através do espaço ocupado na capa da edição e trazia duas fontes oficiais:

Após mais de uma década de impedimento, **a Fepam emitirá neste mês autorização para a extração de areia em alguns pontos do Guaíba**, em Porto Alegre. A medida foi anunciada ontem pela secretária estadual do Meio Ambiente e presidente da Fepam, Ana Pellini. **A liberação é válida para uma empresa, que não teve o nome revelado**. Segundo ela, estudos indicaram a possibilidade da extração sem dano ambiental. A decisão deve abrir precedentes para novas autorizações. Integrante da ONG Mar de Dentro Ambiente e Educação [...], recebeu com desconfiança a informação. A ONG ingressou na Justiça com ação, em 2011, para suspender a extração no Guaíba. [...]. (CP, 18 mar. 2015).

Não houve continuidade sobre o zoneamento do Rio Jacuí e surge a notícia sobre o lago Guaíba somente em atendimento a uma empresa. A capa do jornal foi ocupada com uma informação prestada por uma fonte oficial, porém sem ter ocorrido o fato, ou seja, a concessão do licenciamento para a extração de areia. Teria sido um teste sobre a receptividade do público? O que levaria um jornal privado, que se diz independente da política partidária ceder a sua capa para um tema cujas informações estavam incompletas? Dias depois tivemos a confirmação do fato "não-acontecido", apesar de noticiado pelo jornalismo do CP. Isto porque o Ministério Público Estadual recomendou à Sema e à Fepam que não fosse "emitida qualquer licença ambiental para a atividade de pesquisa ou extração de areia no Guaíba, enquanto não for elaborado o Zoneamento Ambiental do Lago Guaíba". Recomendou também a anulação do que tiver sido autorizado e a manutenção da suspensão de 2010 da atividade. Além das ameaças ao ambiente natural e a qualidade da água que abastece Porto Alegre e outros municípios vizinhos, a notícia do *Sul21* de 1 de abril de 2015 destaca um estudo iniciado pelo governo, porém não concluído:

O Ministério Público assinala também que sequer o Estudo Hidrossedimentológico do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) para atividade de mineração e batimetria do Lago Guaíba, objeto de um convênio firmado entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Centro de Estudos de Geologia Costeira e Oceânica (CECO/UFRGS), por intermédio da Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foi concluído, o que confirma a ausência de informações técnicas atualizadas fundamentais para se decidir sobre atividades econômicas no Guaíba. E mesmo que o Estudo Hidrossedimentológico do Guaíba estivesse concluído, ainda assim haveria a necessidade de se realizar um Zoneamento Ambiental para o Lago, de modo a compatibilizar os diversos usos e enquadramentos previstos em resoluções já existentes.²³⁷

Pouco mais de um ano e o tema da mineração no Jacuí ressurgiu, mas através de uma notícia publicada no site do MPF em 10 de junho de 2016, a qual trazia diversas informações como a da determinação de o governo fazer uma licitação para executar o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE). A notícia apresentou as manifestações dos participantes no encontro além do Ministério Público Federal (MPF) e da Procuradoria-Geral do Estado do RS (PGE/RS).

O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) aproveitou o espaço para elaborar uma apresentação sobre as “causas naturais e antrópicas” da erosão nas margens do rio Jacuí. Segundo o órgão, ela seria resultante, em maior parte, da dinâmica natural do próprio rio, incluindo cheias e correnteza. Afirmou, entretanto, que a ação humana realizada sem controle também pode ser causa, com a construção de pontes, taludes, represas e, inclusive, a extração de areia dos leitos.

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) e o Estado do RS apresentaram informações atualizadas acerca da situação do zoneamento e da nomeação de novos agentes para fiscalização ambiental. O executivo estadual alegou falta de recursos para o custeio do estudo técnico. A magistrada observou, entretanto, que os valores obtidos nos orçamentos prévios estão próximos do previsto pela própria PGE/RS. “A razoabilidade tem que se fazer presente em ambos lados no processo” ponderou lembrando que o contrato deverá ser cumprido ao longo de dois anos, dando certo prazo ao Estado para arcar com os custos. “Estamos há três anos com o projeto executivo parado, está na hora de ir a campo”, completou.

Também foi relatado que apenas quatro empresas demonstraram interesse no projeto, o qual prevê o zoneamento segmentado em três diferentes trechos do rio. Foi informado ainda que a Fundação Zoobotânica ficará responsável pelo mapeamento das margens. A partir dos dados apresentados, a magistrada fixou então que a licitação para execução do ZEE será realizado até o dia 21/9, data da próxima audiência.

A Fepam comprometeu-se a nomear 40 aprovados no último concurso, de modo a completar o provimento das 100 vagas previamente determinadas. Também ficou acordado que os relatórios de fiscalização realizados pela fundação devem ser apresentados mensalmente. Na próxima audiência, será definida a realização da inspeção judicial nos trechos do rio Jacuí alegadamente degradados pela mineração. A ação civil pública foi ajuizada pela Associação de Pesquisas e Técnicas Ambientais (Apta) contra a Fepam, o DNPM, a União e as empresas Aro Mineração, Sociedade dos Mineradores de Areia do Rio Jacuí LTDA (Smarja) e Sociedade Mineradora LTDA (Somar).

²³⁷ Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2015/04/mp-recomenda-e-fepam-suspende-licenciamento-para-mineracao-no-guaiba/>> Acesso em: nov. 2019.

Segundo a autora, a atuação das mineradoras estaria em desacordo com os parâmetros estabelecidos em lei, causando considerável devastação ambiental. A Apta requereu a anulação das licenças concedidas, a revogação dos direitos minerários das rés e a aplicação de multa. Ação Civil Pública nº 5026100-41.2013.404.7100.²³⁸

É válido problematizar a notícia acima no âmbito do trabalho de uma assessoria de comunicação de um órgão estatal que realiza um relato mais consistente e aprofundado em comparação às notícias publicadas pelo jornalismo dos meios de comunicação. Sem a referida notícia, não teríamos tido acesso as informações sobre a situação da mineração de areia no Rio Jacuí.

Finalmente, a questão da exploração de areia no leito dos rios gaúchos apareceu no CP ainda em 2018. No canto menos privilegiado da página da edição, o inferior esquerdo, e em duas colunas com cinco linhas cada, apenas citou uma portaria:

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) atualizou as regras para a extração de areia no Rio Grande do Sul. Nova portaria, publicada no Diário Oficial do Estado, apresenta medida de reforço do controle. “Vamos garantir que a natureza seja protegida,” disse a secretária do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e presidente da Fepam, Ana Pellini. (CP, 30 abr. 2018).

Supostamente, a informação foi repassada tal como foi ouvida e ainda pela fonte oficial indicada na notícia. Porém, as palavras das fontes oficiais seriam o suficiente para eximir o trabalho de apuração e pesquisa do jornalismo? Acreditamos que não. Além disso, foi perdida a oportunidade de obter respostas sobre o andamento dos zoneamentos que devem viabilizar a extração de areia no Rio Jacuí e no Lago Guaíba. O discurso da “atualização” também pode ter servido para justificar uma possível aceitabilidade do público leitor diante da precariedade das informações. Pelo o que temos visto neste trabalho, as chamadas **atualizações** na legislação têm, sim, se caracterizado por **retrocessos**. A nossa busca pela nova portaria²³⁹ chegou a publicação no Diário Oficial em 01 de fevereiro de 2018: “Portaria Fepam 09/2018”, ou seja, quase três meses antes da notícia do CP. E a notícia feita pela assessoria do governo do Estado²⁴⁰, publicada em 27 de abril de 2018, arrola novidades como a redução do tamanho dos canos de sucção da areia, cuja limitação pode ser descartada se o empreendedor provar que não está provocando dano ambiental. A notícia afirma que o

²³⁸ Disponível em: <<https://www2.jfrs.jus.br/noticias/extracao-de-areia-no-rio-jacui-licitacao-para-execucao-do-zoneamento-ecologico-economico-deve-ocorrer-ate-219/>> Acesso em: nov. 2019.

²³⁹ Disponível em: <<https://www.sema.rs.gov.br/upload/arquivos/201802/15171207-2018-portaria-fepam-n-09-2018-atualiza-definicoesd-e-criterios-tec-amb-procedimentos-lic-ambiental-ref-atividades-de-lavra-de-areia-e-ou-cascalho-no-estado-rs-01-02.pdf>> Acesso em: nov. 2019.

²⁴⁰ Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/fepam-atualiza-regras-para-extracao-de-areia-no-rs>> Acesso em: nov. 2019.

diagnóstico da situação do leito do rio fica ao cargo do empreendedor, o qual deverá ser apresentado à Fepam para o requerimento de uma nova licença de operação. Portanto, caberá a uma consultoria privada, ou particular e não pública, informar a condição do leito do rio onde há exploração de areia. Não haveria conflito de interesse, já que essa informação está prevista pela portaria para ser levantada pelo empreendedor, aquele que pretende dar continuidade a sua atividade produtiva? Ao final desta notícia um dirigente da associação e do sindicato ligado à mineração de areia revelou-se satisfeito com as novas regras: “[...] tudo que a Fepam implementar vem a melhorar os empreendimentos de extração de areia como um todo” [...].

4.3.4.2 Efeitos de verdade e formação dos saberes

O discurso sobre a mineração focou na reprodução das informações das fontes oficiais, tendo sido do Executivo as predominantes e em tom festivo com relação ao carvão mineral, talvez pela abundância do recurso natural e, à extração de areia do leito dos rios para ampliar a urbanização, em **tom** de “exigência” ao que tecnicamente consistia num “requerimento de licença”. Inclusive, desconsiderando completamente a situação de escassez, consequência da exploração comercial descontrolada e devastação ambiental. **Tom** este, endossado pelo CP em editorial.

Tanto nas notícias sobre o carvão mineral como sobre a areia a polarização caracterizou a apresentação das fontes ouvidas e os seus argumentos. O jornalismo do CP situou os ambientalistas e técnicos ambientais no polo do contra “a” (tecnologias) e/ou “ao” (governos, empreendedores, empreendimentos). Esta **identidade negativada** de algumas fontes e positivada de outras pode ter induzido a percepção, que outras notícias do próprio CP, repercutiram como “bate-boca”. Lembrando a abordagem jornalística em geral sobre as manifestações nas ruas, o significado é de que os do contra, caracterizados como aqueles que fazem greves e passeatas, atrapalham o trânsito, ou seja, o fluxo “normal”, ou progresso “natural”. Vimos com Michel Foucault que os micropoderes também são exercidos na sociedade e interferem nas correlações de poder, mas a prática discursiva do CP optou pela sua classificação e anulação.

O discurso do neoliberalismo, de preponderância da razão econômica sobre as demais, apareceu também no governo de esquerda, Tarso Genro (PT, 2011-2014) especialmente no caso do carvão mineral porque “poderia render R\$ 7,5 bilhões” com “todos os cuidados ambientais” (CP, 20 mar. 2013). A proteção e a conservação foram substituídas pelos **cuidados** ambientais em quase todos os períodos de governos que revisitamos através

das notícias do CP. Durante o governo Rigotto (2003-2006) a disputa discursiva se deu em torno do licenciamento já que a exploração do carvão mineral e a implantação da silvicultura passaram a sair do planejamento e a se concretizar nos governos posteriores: Yeda (PSDB, 2007-2010) e Sartori (MDB, 2015-2018). Ao mesmo tempo, devemos ponderar, que se os projetos das empresas da mineração e das empresas da silvicultura e celulose, tivessem requerido as licenças ambientais nos governos Rigotto e Tarso, a disputa por sentidos e poderes, como o de decidir autorizar ou não, possivelmente teriam ocorrido de forma semelhante. Isto porque a racionalidade econômica conseguiu marcar, ainda que com nuances, todos esses governos.

Parece que estamos longe de um jornalismo nas empresas de comunicação para além das fontes oficiais, porque nem expandiram ainda este leque, já que o foco esteve sobre os agentes do Executivo, Legislativo e do saber jurídico. Com menor frequência e espaço, fontes oficiais da ciência e dos movimentos sociais. Quando o Jornalismo vai buscar compreender os acontecimentos junto às comunidades sem ter nenhum representante de qualquer outro poder orientando o seu caminho? A nossa formação profissional, técnica e intelectual, prevê esta competência.

No caso da mineração de areia, os estudos dos órgãos ambientais, sobre o estado de conservação do leito do Rio Jacuí e do Lago Guaíba não foram concluídos ou não foram divulgados. Tampouco houve alguma publicação de notícia reivindicando estes dados e informações, nem mesmo com argumentos em favor da manutenção da cadeia produtiva da construção civil que é dependente da extração do mineral já escasso na natureza do Rio Grande do Sul. Se há escassez, não só a cadeia produtiva dependente do recurso está ameaçada, e seus respectivos empregos, como a biodiversidade correspondente aos ecossistemas dos leitos dos rios gaúchos sofre a redução da população, da diversidade e até extinções.

E quem levanta estas informações se não o Jornalismo? O jornalismo do CP e o estatal estiveram, no período da nossa análise, centrados nas fontes oficiais do Executivo e do Legislativo. Possivelmente tenham sido feitos estudos por universidades e outros centros de pesquisa os quais poderiam ter sido repercutidos. A circulação da informação não poderia se sujeitar a uma dependência dos poderes já que visa atender ao coletivo predominantemente urbanizado sobre ecossistemas transformados, antropizados. Isso por si já implica devastação da natureza e extinções, considerando a interdependência da espécie humana com as demais da fauna e da flora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DA PESQUISA

“Quais transformações ocorreram no discurso do Correio do Povo sobre a política ambiental do Rio Grande do Sul?” foi a pergunta que fizemos ao *corpus* desse jornal diário, o principal documento do arquivo arqueológico foucaultiano que construímos. A nossa inquietação tornou-se o objetivo geral nesta tese: “compreender como o jornalismo do Correio do Povo construiu o discurso do desmonte da política ambiental do Rio Grande do Sul entre 2003 e 2018”. Em atendimento aos objetivos específicos, conforme o instrumental teórico-metodológico da Arqueologia de Michel Foucault (2002; 2006), o nosso percurso iniciou com (1) o mapeamento dos enunciados que circularam nas notícias e nos editoriais/opiniões essencialmente e dos acontecimentos discursivos publicados. Em seguida, apresentamos a descrição da discursividade do jornalismo do CP sobre a política ambiental no capítulo quatro deste trabalho. Foi essa imersão no *corpus* discursivo que nos permitiu (2) evidenciar os efeitos de verdade e a formação dos saberes sobre a política ambiental, os quais apresentamos ao final de cada discursividade descrita, referente aos órgãos e aos temas. Finalmente, passaremos a (3) descrever o funcionamento do discurso do jornalismo do Correio do Povo no contexto do desmonte da política ambiental do Rio Grande do Sul.

A política ambiental é complexa e constitui-se de diversas leis e de órgãos técnicos ambientais. Os temas que abrange são inúmeros, perpassam a legislação assim como são objeto de estudo, planejamento, monitoramento, fiscalização enfim, do trabalho dos órgãos que têm ramificações em municípios do Rio Grande do Sul, através dos balcões de licenciamento ou dos escritórios regionais da Sema e da Fepam. A nossa busca pela compreensão do discurso do desmonte da política ambiental focou na Sema, na Fepam e na Fundação Zoobotânica (FZB), os órgãos mais visibilizados pelo jornalismo do CP. Focou também nos seguintes temas: licenciamento ambiental, silvicultura, mortandade no Rio dos Sinos em 2006, mineração de carvão e de areia no leito dos rios, tentativas de alteração nos Códigos Estadual do Meio Ambiente e Florestal Estadual, alterações no Sisepra, na estrutura da Sema e o decreto (judicializado) sobre o Pampa para a implementação do CAR.

A constatação sobre o desmonte da política ambiental partiu do movimento ambientalista, constituído por profissionais de diversas áreas do conhecimento e atuantes nas mais variadas entidades, instituições, grupos sociais, como ONG's, empresas, universidades, serviço público (municipal, estadual e federal). De modo coletivo ou individual denunciaram

principalmente pela internet através de email, sites e redes sociais e dos eventos promovidos como audiências públicas, palestras, cursos, aulas abertas, etc.

O discurso do desmonte da política ambiental do Rio Grande do Sul não foi um discurso **do** jornalismo do CP, mas foi um discurso que o jornalismo do CP repetiu, reproduziu e, por consequência, produziu, a partir da **decisão** de garantir as informações através, ou na dependência, das fontes oficiais e limitadas aos cargos de chefia. Não consideramos que o Jornalismo reflita a sociedade, transmita ou repasse informações. Queremos dizer aqui que o Jornalismo sob nossa análise entre 2003 e 2018, reproduziu e produziu informações (e saberes) restritos em relação à complexidade da política ambiental. Isto pode ter sido causado e/ou condicionado pela estreita relação comercial da empresa de comunicação com as fontes que circularam nas notícias ou quem/o que elas representavam, já que majoritariamente as fontes jornalísticas foram os líderes do Executivo e Legislativo (partidos ou bancadas), dirigentes de empresas específicas e lideranças das entidades de classe patronais. A referida **decisão**, como vimos, esteve em acordo com a visão de mundo liberal e neoliberal expressadas principalmente na página dois do jornal, o espaço editorial do Correio do Povo.

Contamos com a descrição de Michel Foucault (2008), no capítulo três, sobre a discursividade do liberalismo e do neoliberalismo ou do que chamou **governamentalidade moderna** para fundamentar e orientar a nossa compreensão do funcionamento discursivo do jornalismo do CP sobre o desmonte da política pública ambiental do Rio Grande do Sul. A circulação dos seus critérios nas notícias ficou evidente com os enunciados (principais): **flexibilização** (de leis e nos procedimentos dos órgãos), **atualização**, **modernização** e **reestruturação** de leis e órgãos.

A “vontade de verdade” que predominou no discurso do CP produzido pelo seu jornalismo sobre o desmonte da política ambiental e que circulou para o público foi unidimensional. Caracterizou-se pela defesa de um saber específico e sustentado na racionalidade econômica neoliberal que vê a decisão individual preponderante à coletiva, e a privada (empresarial) superior à do Estado (representado pelos governos e representante do que é coletivo e/ou público na nossa sociedade). No entanto, o compromisso de informar a verdade/o verdadeiro orienta o Jornalismo para a multidimensionalidade de modo a compreender também as disputas de poder, nas quais as “vontades de verdade” circulantes na sociedade estão se apoiando, a serem evidenciadas nas notícias com a descrição das interrelações/interdependências das fontes com os fatos. Polarizar, contrapor através da exposição de somente “dois lados” e a falta de equanimidade entre as fontes (possíveis),

favorece mais aos desencontros entre os agentes sociais, distanciando-se, de certa forma, da mediação que a Comunicação Social se propõe.

A nossa descrição sobre a discursividade do jornalismo do CP mostrou como houve a sua valorização (FOUCAULT, 1999c) e convergência/alinhamento com os discursos oficiais do período, seja por parte do poder político (governos) como do poder econômico (empresas e entidades de classe, principalmente do agronegócio) e, em menor volume, ao discurso jurídico (adesão a partir das fontes). Ainda que o discurso da posição institucional do CP tenha convergido com os preceitos da profissão jornalística, a prática discursiva destoou, por vezes, das diretrizes manifestas a cada data de aniversário nos meses de outubro. O atendimento ao interesse público foi materializado através da abordagem das questões dos representantes dos poderes oficiais, em vez da abrangência dos demais poderes, ou micropoderes segundo Foucault, como o exercido pelos servidores técnicos do Estado (também um poder oficial). E, da mesma forma da busca pelas resistências exercidas diante dos poderes já conhecidos, por exemplo as comunidades ameaçadas pelas propostas ou atingidas pelas alterações na política ambiental.

Para completar a descrição do funcionamento do discurso do desmonte sob análise, apresentaremos a seguir as transformações que verificamos. Assim, temos em relação a/ao:

- Sema, a redução (1) da circulação de fontes técnicas, marcadamente, entre 2008 e 2010 e entre 2016 e 2018 e (2) da cobertura das datas especiais para o Meio Ambiente a partir de 2016, o que pode indicar tanto uma influência externa como de fontes oficiais, ou a decisão por uma redução gradativa da cobertura da pauta ambiental sob um entendimento neoliberal onde natureza e meio ambiente passam a ser percebidos somente como matéria-prima e recurso para exploração financeira;
- Fepam, a crítica crescente, a partir do desastre ambiental no Rio dos Sinos, em 2006, discursivizado como uma responsabilidade do órgão público (por suposta omissão) e do licenciamento para a silvicultura discursivizado como obstáculo ou impedimento à implantação dessa atividade produtiva e do desenvolvimento no Estado;
- licenciamento ambiental (de responsabilidade da Fepam e portanto em relação também a este órgão), a partir de acontecimentos discursivos de reivindicação ou justificativa para a **alteração** na legislação (flexibilização, modernização e atualização) e para a **descentralização** (retirada da Fepam e fragilização do serviço) através da habilitação dos municípios e do autolicensing;
- política ambiental do Rio Grande do Sul (leis e órgãos), a precária e insuficiente compreensão de discursos provenientes de outros campos de saber (repetição ou reprodução

de conteúdo equivocado da legislação ambiental), além do econômico-financeiro e adesão ao uso do saber jurídico pelo poder político, o que significou um reforço da argumentação proveniente do saber econômico e um efeito de generalização das justificativas para as alterações;

- proteção ambiental, sua substituição pelo ou a maior circulação do conceito de **cuidado**;
- Fepam, a adição da suspeita de “corrupção” à crítica constante, através da **responsabilização** por crimes ligados às licenças (Operação Concutare) não obstante os indiciados e tornados réus tenham sido dois cargos de direção e indicados por governos, e do agendamento de uma inarredável **revisão** dos códigos;
- patrimônio público, a restrita cobertura sobre a depredação (roubo de material radioativo da estação de monitoramento de qualidade do ar e arrombamento do Serpentário do Museu de Ciências Naturais da FZB);
- precarizada e decrescente cobertura noticiosa sobre as atividades das fundações²⁴¹, em especial a FZB, após a aprovação das extinções pelos deputados, o que pode ter se configurado num segundo ato de extinção desses órgãos e/ou dos serviços prestados à população.

Nestes 15 anos, o processo do desmonte da política pública ambiental do Rio Grande do Sul constituiu-se de: parques investimentos e posterior redução gradativa; uma fragilização de órgãos com a precarização da infraestrutura e da atuação dos técnicos ambientais; impedimento de funcionar estruturas e redução ou interrupção de programas; ausência de respostas à depredação do patrimônio público e prejuízos/perdas com incêndios (Parque Zoológico); alterações nas leis da política ambiental e publicação de decretos que foram judicializados.

O instrumental teórico-metodológico foucaultiano nos possibilitou perceber as relações que o meio de comunicação tem com os poderes político (governos e legislativo) e econômico (empresas) e como estas se materializam no discurso. Dessa maneira, o jornalismo do CP teve a sua prática profissional atravessada/condicionada ao movimento desses interesses, possivelmente, desconhecidos da redação. Conscientes ou não, os

²⁴¹ São elas: Fundação Zoobotânica (FZB), Fundação de Ciência e Tecnologia (Cientec), Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), Fundação Piratini, Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan). Conferir decreto 53.756 de 18 de outubro de 2017 que “regulamenta a Lei 14.982, de 16 de janeiro de 2017, que autoriza a extinção de fundações de direito privado da Administração Pública Indireta do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências”. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/DEC%2053.756.pdf>> Acesso em: dez. 2019.

jornalistas que produziram as notícias com o discurso do desmonte da política ambiental do Rio Grande do Sul, materializaram a interferência desses interesses (não declarados) nas notícias. Não obstante a prioridade das empresas (em geral, mas neste momento o meio de comunicação Correio do Povo) seja obter lucro imediato, além das funções sociais a cumprir, cabe aos profissionais jornalistas intensificarem as ações por uma reafirmação/confirmação do seu papel na sociedade com vistas ao fortalecimento da nossa prática profissional: uma forma de produção de conhecimento, uma atividade produtiva, uma instituição social que defende os princípios democráticos e que os têm na sua base teórica e técnica.

Em acordo com algumas manifestações que vimos na nossa análise, consideramos que a legislação ambiental do Rio Grande do Sul é válida e a sua relevância se acentua nesta era chamada Antropoceno, cabendo ao Poder Executivo dar a adequada atenção às questões ambientais. Da mesma forma os outros poderes, os profissionais de outras áreas e os do Jornalismo. Não se trata de exigir uma formação específica, mas o acompanhamento e a compreensão sobre os temas ambientais levando em conta os respectivos saberes e poderes em disputa.

Com a prática do Jornalismo Ambiental os profissionais têm as condições de perceber e compreender as especificidades da **questão ambiental** de modo a não incorrer na fragmentação, na invisibilidade ou no silenciamento de realidades nas pautas em quaisquer editoriais: economia, saúde, rural, etc. Diz-se que o jornalista é um profissional generalista, mas ser “generalista” ao menos desde a realização da Rio 92 ou Eco92, implica dar conta de ou buscar a aproximação com saberes desde científicos a tradicionais/comunitários (não menos relevantes) relacionados a questão ambiental. São esses saberes mobilizados e em movimento com a descrição dos fatos e fontes envolvidas, das disputas e correlações de forças, das implicações, das consequências, das possíveis ameaças e impactos, que vão substancializar a nossa produção discursiva jornalística como uma forma de conhecimento.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**. Uma oportunidade para imaginar outros mundos. Trad. de Tadeu Breda. Autonomia Literária e Editora Elefante: São Paulo, 2015.

ADGHIRNI, Zélia. A presença do repórter no jornalismo digital. In: MEDINA, Cremilda. **Ato presencial: mistério e transformação**. SP: Casa da Serra, 2016. p. 248-263.

ADGHIRNI, Zélia. Routines produtivas do jornalismo em Brasília. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs.). **O jornal da forma ao sentido**. Trad. Sérgio Grossi Porto. Brasília: Paralelo 15, 1997. p. 449-468.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). Carvão Mineral. 129-141. In: Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). **Atlas de Energia Elétrica do Brasil**. Brasília, ANEEL, 2002. Disponível em:

<http://www2.aneel.gov.br/arquivos/pdf/atlas_par3_cap9.pdf> Acesso em dez. 2019.

ALSINA, Miquel R.; SILVA, Laerte José Cerqueira da. Ética e Jornalismo na era da pós-verdade. **Revista Observatório**, Palmas, v.4, n.3, p. 726-758, maio. 2018.

ASSEMA/RS. ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE/RS. Senhores deputados. Porto Alegre, 13 de dezembro de 2016. 2p.

ALMEIDA, Júlio Alfredo. A batalha do PL 154/2009 na Assembleia Legislativa. In: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (ALRS). **Código Estadual do Meio Ambiente**. Publicação digital da Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Porto Alegre, 2012. p. 16-22.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. **Lei nº 10.330, de 27 de dezembro de 1994**. Dispõe sobre a organização do Sistema Estadual de Proteção Ambiental, a elaboração, implementação e controle da política ambiental do Estado e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/10.330.pdf>> Acesso em: nov. 2019.

BRASIL. CASA CIVIL. **Emenda Constitucional 95**. “Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.” Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm> Acesso em: dez. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Projeções do Agronegócio: Brasil 2013/2014 a 2023/2024** projeções de longo prazo / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Assessoria de Gestão Estratégica. – Brasília: MAPA/ACS, 2014. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/projecoes-do-agronegocio/projecoes-do-agronegocio-brasil-2013-2014-a-2023-2024.pdf/view>> Acesso em: nov. 2019.

BELDA, Francisco Rolfsen. Jornais sem jornalismo, jornalismo sem jornais. **Observatório da Imprensa**. Edição 965. 06 nov. 2017.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente**. Teoria e Prática. São Paulo: Majoara Editorial, 2007.

BRACK, Paulo. Crise da biodiversidade ainda distante da economia. **Revista Ciência&Ambiente**, nº 42, 2011. p. 147-162. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/reciam/resenha.php?IDResenha=447>> Acesso em: dez. 2019.

- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; et al. A crise financeira de 2008. **Revista de Economia Política**, vol. 29, nº 1 (113), p. 133-149, jan.-mar. 2009.
- CALDAS, Maria das Graças Conde. Ética e cidadania na formação do jornalista. **Revista Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo: PósCom-Umesp, a.27, n. 44, p. 85-101, 2º. sem. 2005.
- CAPPELLI, Sílvia. Entrevista. In: SOUTO, Cíntia V.; YOUNG, Martha W.; CARRION, Raul. (Orgs.). **Histórias de vida no Ministério Público do Rio Grande do Sul**: a atuação do Ministério Público na área ambiental. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Memorial do Ministério Público, 2017. p. 259-279.
- CHARRON, Jean; BONVILLE, Jean de. **Natureza e transformação do jornalismo**. Organizadores: Zélia Leal Adghirni e Fábio Henrique Pereira. Colaboração Dione Oliveira Moura. Série Jornalismo e Sociedade. Vol. 3. Florianópolis: Insular, 2016.
- CNMP. CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Degração: Audiência pública – **A situação atual do bioma do Pampa e o papel do Ministério Público**. Porto Alegre, 23 de setembro de 2014. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portaldatransparencia/atividade-fim/audiencias-publicas-realizadas-res-92-cnmp/164-a-situacao-atual-do-bioma-do-pampa-e-o-papel-do-mp> Acesso em: dez. 2019.
- CONDE, Maria Rosa Berganza. A contribuição de Robert E. Park, o jornalista que se converteu em sociólogo, à teoria da informação. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz. **A era glacial do jornalismo**: teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2008, p. 15-32.
- DINES, Alberto. **O papel do jornal**: uma releitura. 4ª. edição ampliada e atualizada, com um apêndice sobre a questão do diploma. 6ª. ed. SP: Summus, 1996.
- ECOAGÊNCIA. **Servidores apontam controvérsias na proposta de “reestruturação” dos órgãos ambientais do RS**. [site]. Porto Alegre, 10 de fev. 2017.
- ESTEVES, Joao Pissarra. Prefácio. In: MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. **Mídia, ética e esfera pública** [recurso eletrônico]. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2016. p. 8-23.
- FANTE, Eliege M. **As representações sociais sobre o Bioma Pampa no jornalismo** de referência sul-rio-grandense. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.
- FANTE, Eliege. Pellini: o discurso contrário à prática. **EcoAgência** [site]. Porto Alegre, 15 de setembro de 2015.
- FAUSTO NETO, Antonio. Fragmentos de uma “analítica” da midiatização. **Matrizes**, vol. 1, núm. 2, abril, 2008, pp. 89-105.
- FEIX, R. D.; LEUSIN JÚNIOR, S.; AGRANONIK; C. **Painel do agronegócio no Rio Grande do Sul — 2016**. Porto Alegre: FEE, 2016.
- FISCHER, Rosa M. B. **Adolescência em discurso: mídia e produção de subjetividade**. Tese (Doutorado em Educação). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.
- FOUCAULT, Michel. Verdade e Poder. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. (Org. e Trad.) Roberto Machado. 14ª ed. RJ: Edições Graal, 1999a. p. 1-14.
- FOUCAULT, Michel. Soberania e Disciplina. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. (Org. e Trad.) Roberto Machado. 14ª ed. RJ: Edições Graal, 1999a. p. 179-191.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. (Org. e Trad.) Roberto Machado. 14ª ed. RJ: Edições Graal, 1999a.

- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Trad. Raquel Ramalheite. 21ª. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999b.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. [documento eletrônico]. 5ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999c.
- FOUCAULT, Michel. Poder e saber. In: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Manoel Barros da Mota (Org.). Vera Lucia Avelar Ribeiro (Trad.). 2.ed. RJ: Forense Universitária, 2006. (Ditos e Escritos, IV). p. 223-240.
- FOUCAULT, Michel. Diálogo sobre o poder. In: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Manoel Barros da Mota (Org.). Vera Lucia Avelar Ribeiro (Trad.). 2.ed. RJ: Forense Universitária, 2006. (Ditos e Escritos, IV). p. 253-266.
- FOUCAULT, Michel. O cuidado com a verdade (1984). In: FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. Manoel Barros da Mota (Org.). Elisa Monteiro e Inês A. D. Barbosa. (Trad.). RJ: Forense Universitária, 2004. (Ditos e Escritos, V). p. 240-251.
- FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos**: Curso no Collège de France, 1979-1980: aulas de 09 e 30 de janeiro de 1980. Nildo Avelino (tradução, transcrição e notas). [ebook]. São Paulo: Centro de Cultura Social, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Manoel Barros da Mota (Org.). Vera Lucia Avelar Ribeiro (Trad.). 2.ed. RJ: Forense Universitária, 2006. (Ditos e Escritos, IV).
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). Edição de Michel Senellart e tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Ed. de Michel Senellart e tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- FZB. **Secretário de Saúde de Porto Alegre acompanha atividades da FZB**. [site]. Porto alegre, 22 set. 2016.
- GENTILE, Rosana; D'ANDREA, Paulo Sérgio. Biodiversidade e saúde. Uma relação que precisa ser reconhecida. In: PEIXOTO, Ariana Luna. [Org.]. et al. **Conhecendo a biodiversidade**. Brasília: MCTIC, CNPq, PPBio, 2016. p. 157-171.
- GENRO FILHO, Adelmo. **Segredo da Pirâmide**: Para uma teoria marxista do jornalismo. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 1987.
- GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; MASSIERER, Carine; LOOSE, Eloisa B.; SCHWAAB, Reges. Caminhos e descaminhos do jornalismo ambiental. **Revista Comunicação & Sociedade (C&S)**, São Bernardo do Campo, v. 34, n. 1, p. 131-152, jul./dez. 2012.
- GOMES, Mayra Rodrigues. **O Poder no Jornalismo**. São Paulo: Edusp, 2003.
- GÖRGEN, James. **Sistema central de mídia: proposta de um modelo sobre os conglomerados e comunicação no Brasil**?. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.
- GREENPEACE. **Marina Silva pede demissão** e leva junto a credibilidade ambiental do governo Lula. [Site]. 12 mai. 2008. Disponível em: <<https://www.greenpeace.org/archive-brasil/pt/Noticias/marina-silva-pede-demiss-o-e-l/>> Acesso em: nov. 2019.

GROS, Denise Barbosa. **Institutos Liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Sigfried Emanuel Heuser, 2003. (Tese FEE; n. 6).

GROHMANN, R. Michel Foucault, Discurso e Mídia. **Anagrama**, v. 3, n. 2, p. 1-11, 5 out. 2009.

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido: fundamento da Ciência dos Jornais**. (Trad.) Liriam Sponholz. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GUIMARÃES, Manoel M. Sociologia do jornalismo: o caso Brasil. In: NÉVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006. p. 185-193.

HARVEY, David. **O neoliberalismo, história e implicações**. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. p. 568.

KUCINSKI, Bernardo. **O jornalismo além fronteira: notas sobre a ética do jornalismo embutido**. Texto escrito para o Encontro Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, em 2005, a pedido da ONG Repórter Brasil (online). 2005. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/documentos/jornalismo_alem_fornteira.pdf> Acesso em: jan.2020.

LINCKE, Matheus. **O debate público sobre a proposta de extinção da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

LOPES, Katiúscia. A árvore frondosa de dourados frutos. In: MEDINA, Cremilda. **Ato presencial: mistério e transformação**. SP: Casa da Serra, 2016. p. 103-109.

MACHADO, Roberto. Introdução. Por uma genealogia do poder. In: Foucault, Michel. **Microfísica do poder**. (Org. e Trad.) Roberto Machado. 14ª ed. RJ: Edições Graal, 1999a. p. VII-XXIII.

MANUAL da redação: Folha de S. Paulo. São Paulo: Publifolha, 2001.

MARCHESAN, Ana Maria. Entrevista. In: SOUTO, Cíntia V.; YOUNG, Martha W.; CARRION, Raul. (Orgs.). **Histórias de vida no Ministério Público do Rio Grande do Sul: a atuação do Ministério Público na área ambiental**. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Memorial do Ministério Público, 2017. p. 81-116.

MAROCCO, Beatriz. **Prostitutas, jogadores, pobres y vagos en los discursos periodísticos. Porto Alegre - siglo XIX**. Tese (Doutorado em Periodismo y Ciencias de La Comunicación). Universitat Autònoma de Barcelona - UAB, Espanha, 2002.

MEDINA, Cremilda. **Ato presencial: mistério e transformação**. SP: Casa da Serra, 2016.

MEDITSCH, Eduardo. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** Set. 1997. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.html>> Acesso em: dez. 2019.

MORAES, Cláudia; FANTE, Eliege. Uma cartografia do midiativismo ambiental em Porto Alegre. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (Orgs.). **Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática**. CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018. P. 336-355.

NENÊ, Ulisses. Presidenta da Fepam admite que pressionou pela aceleração dos licenciamentos das papeleiras. **EcoAgência** [site]. Porto Alegre, 8 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.ecoagencia.com.br/?open=noticias&id===AUUF0dWtWOXJFbZpXTWJVU>> Acesso em: jul. 2019.

- OLIVEIRA, Naia; MARTINS, Clítia Helena Backx. Estado e meio ambiente: a formação da estrutura institucional para política e gestão ambientais no RS. In: CONCEIÇÃO, Octávio A. C. et al. (Org.). **A evolução social**. Porto Alegre: FEE, 2010. (Três décadas de economia gaúcha, 3).
- PARK, Robert. Notícia e poder da imprensa (1941). In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz. **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 71-82.
- PINTO, Pamela A. Limites e paralelos da geopolítica do jornalismo brasileiro. In: CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da; ATAÍDE, Joanita Mota de; PINHEIRO, Roseane Arcanjo Araújo. **Desafios da pesquisa em Jornalismo**. São Luís: Edufma, 2011.
- PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Tópicos Especiais em Políticas Sociais I - Política Social: conceitos, teorias e história**. Porto Alegre, 2017. Disciplina de um crédito ministrada aos pós-graduandos na Faculdade de Psicologia da UFRGS em 16 nov. 2017.
- PERUZZO, Marinella. Técnicas asseguram que não houve nenhuma morte no RS por falta de soro antiofídico. **Agência de notícias da ALRS**. [site]. Porto Alegre: 24 abr. 2019.
- PONTE, Cristina. **Para entender as notícias**. Linhas de análise do discurso jornalístico. Florianópolis: Insular, 2005.
- PONTES, Felipe Simão. **Adelmo Genro Filho e a teoria do jornalismo no Brasil: uma análise crítica**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis, SC, 2015.
- PORTOCARRERO, Vera. Práticas sociais de divisão e constituição do sujeito. In: RAGO, Margareth (Org.). **Figuras de Foucault**. 2. ed. BH: Autêntica, 2008. p. 281-295.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. RJ: Civilização Brasileira, 2006.
- REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. Tradução de Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez e Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs.). **O jornal: da forma ao sentido**. Trad. Sérgio Grossi. Brasília: Paralelo 15, 1997. p. 225-227.
- SCARIOT, Aldicir. Panorama da biodiversidade brasileira. In: GANEM, Roseli Senna. **Conservação da biodiversidade: legislação e políticas públicas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. (Série memória e análise de leis; n. 2). p. 111-130.
- SCOTTO, Gabriela. **Estados Nacionais, Conflitos Ambientais e Mineração na América Latina**. IV Seminário de Pesquisa do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro: Campos dos Goytacazes, 2011. Disponível em: <<http://www.uff.br/ivspesr/images/Artigos/ST03/ST03.2%20Gabriela%20Scotto.pdf>> Acesso em: jul. 2018.
- SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE. SEMA. Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura. Volume I. Janeiro de 2007. 78p.
- SENELLART, Michel. Situação dos cursos. In: FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Edição de Michel Senellart e tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b. p. 495-538.
- SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**. Perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. Trad. Dinah de Abreu Azevedo. SP: Gaia, 2003.

- SILVA, NOÊMIA FÉLIX DA. **Discurso jornalístico: proposta de mapeamento do Dispositivo Desenvolvimento Sustentável**. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade de Brasília, UnB, 2017.
- SOUTO, Cíntia V.; CARRION, Raul. A atuação do Ministério Público na área ambiental. In: SOUTO, Cíntia V.; YOUNG, Martha W.; CARRION, Raul. (Orgs.). **Histórias de vida no Ministério Público do Rio Grande do Sul**: a atuação do Ministério Público na área ambiental. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Memorial do Ministério Público, 2017. p. 15-52.
- STEIGLEDER, Annelise. Entrevista. In: SOUTO, Cíntia V.; YOUNG, Martha W.; CARRION, Raul. (Orgs.). **Histórias de vida no Ministério Público do Rio Grande do Sul**: a atuação do Ministério Público na área ambiental. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Memorial do Ministério Público, 2017. p. 117-133.
- SVAMPA, Maristella; VIALE, Enrique. **Maldesarrollo**. La Argentina del extractivismo y el despojo [recurso eletrônico]. Buenos Aires: Katz, 2014.
- TENTARDINI, Cleber Dioni. Fundação captou US\$ 15 milhões. In: TENTARDINI, Cleber Dioni. **Patrimônio Ameaçado**. Porto Alegre: JÁ Editores, 2018. p. 183-184.
- TENTARDINI, Cleber Dioni. Triagem de animais no CETAS é suspensa. In: TENTARDINI, Cleber Dioni. **Patrimônio Ameaçado**. Porto Alegre: JÁ Editores, 2018. p. 186.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**, porque as notícias são como são. Volume I. Florianópolis: Insular, 2 ed., 2005.
- UFRGS. Guia de normalização de trabalhos acadêmicos da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS [manuscrito] [editado por] Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Biblioteca da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. 2018.
- VEIGA-NETO, Alfredo. Governamentalidades, neoliberalismo e educação. In: VEIGA-NETO, A.; BRANCO, G. Castelo. (Orgs.). **Foucault: filosofia & política**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. (Coleção Estudos Foucaultianos). p. 37-52.
- VOGEL, Daisi Irmgard. Sobre Foucault e o jornalismo. **Verso e Reverso**, revista da comunicação. Vol. 23; Nº. 53. 2009.
- WALLERSTEIN, Immanuel. ¿Golpe de Estado o fiasco? In: ANDERSON, Perry. [et al.]. **Golpe en Brasil: genealogía de una farsa**. Coordinación general de Pablo Gentili; Víctor Santa María; Nicolás Trotta. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Buenos Aires: Fundación Octubre; Buenos Aires: UMET, Universidad Metropolitana para la Educación y el Trabajo, 2016. p. 115 – 118.
- WEBER, M. Sociologia da imprensa: um programa de pesquisa. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Vol. II Nº 1 - 1º Semestre de 2005. p. 13-21.

APÊNDICE A

Lista de secretários da Sema do Rio Grande do Sul

Período	Secretários e secretárias	Partido	Formação
2003-2006	José Alberto Wenzel	PSDB	Geólogo
	Adilson Troca	PSDB	Contador
	Mauro Sparta	PSDB	Médico
	Cláudio Dilda	PMDB	Licenciado em História
2007-2010	Vera Callegaro	PSDB	Bióloga
	José Carlos Breda	PP	Economista
	Carlos Otaviano Brenner de Moraes	sem partido	Procurador de Justiça
	Francisco Simões Pires	sem partido	Promotor de Justiça
	Berfran Rosado	PPS	Advogado
	Giancarlo Tusi Pinto	PPS	Falecido em 2017
2011-2014	Jussara Cony	PCdoB	Química
	Hélio Corbellini	PCdoB	*
	Carlos Fernando Niedersberg	PCdoB	Químico
	Mari Perusso	PT	Advogada
	Neio Pereira	PT	Médico
2015-2018	Ana Maria Pellini	sem partido	Contadora

*Estudou Economia e Filosofia e foi filiado aos partidos PT e PSB.

APÊNDICE B

Edições do Correio do Povo citadas neste trabalho

CP, 4 jan. 2003; CP, 24 jan. 2003; CP, 2 fev. 2003; CP, 5 fev. 2003; CP, 7 fev. 2003; CP, 26 abr. 2003; CP, 7 jun. 2003; CP, 7 ago. 2003; CP, 31 out. 2003; CP, 7 nov. 2003; CP, 21 dez. 2003; CP, 27 dez. 2003.

CP, 6 fev. 2004; CP, 7 abr. 2004; CP, 24 abr. 2004; CP, 9 jun. 2004; CP, 13 jun. 2004; CP, 17 jun. 2004; CP, 18 jun. 2004; CP, 25 jun. 2004; CP, 5 jul. 2004; CP, 9 jul. 2004; CP, 29 jul. 2004; CP, 3 nov. 2004; CP, 4 dez. 2004; CP, 8 dez. 2004; CP, 22 dez. 2004; CP, 30 dez. 2004.

CP, 5 jan. 2005; CP, 29 jan. 2005; CP, 2 fev. 2005; CP, 4 fev. 2005; CP, 18 fev. 2005; CP, 23 mar. 2005; CP, 27 mar. 2005; CP, 15 mai. 2005; CP, 31 mai. 2005; CP, 5 jun. 2005; CP, 1 out. 2005; CP, 16 out. 2005; CP, 22 dez. 2005; CP, 30 dez. 2005.

CP, 3 jan. 2006; CP, 24 jun. 2006; CP, 17 ago. 2006; CP, 8 out. 2006; CP, 10 out. 2006; CP, 12 out. 2006; CP, 14 out. 2006; CP, 15 out. 2006; CP, 15 out. 2006; CP, 18 out. 2006; CP, 20 out. 2006; CP, 26 out. 2006; CP, 28 out. 2006; CP, 30 out. 2006; CP, 1 nov. 2006; CP, 3 nov. 2006; CP, 4 nov. 2006; CP, 9 nov. 2006; CP, 11 nov. 2006; CP, 14 nov. 2006; CP, 19 nov. 2006; CP, 21 nov. 2006; CP, 29 nov. 2006; CP, 8 dez. 2006; CP, 18 dez. 2006; CP, 20 dez. 2006; CP, 22 dez. 2006.

CP, 16 fev. 2007; CP, 1 mar. 2007; CP, 19 mar. 2007; CP, 1 mai. 2007; CP, 3 mai. 2007; CP, 4 mai. 2007; CP, 5 mai. 2007; CP, 9 mai. 2007; CP, 15 mai. 2007; CP, 17 mai. 2007; CP, 18 mai. 2007; CP, 20 mai. 2007; CP, 22 mai. 2007; CP, 26 mai. 2007; CP, 12 jun. 2007; CP, 24 jun. 2007; CP, 26 jun. 2007; CP, 24 jun. 2007; CP, 4 jul. 2007; CP, 1 ago. 2007; CP, 23 set. 2007; CP, 29 set. 2007; CP, 13 nov. 2007; CP, 29 nov. 2007; CP, 12 dez. 2007.

CP, 17 fev. 2008; CP, 30 mar. 2008; CP, 10 abr. 2008; CP, 11 abr. 2008; CP, 13 abr. 2008; CP, 6 mai. 2008; CP, 18 jul. 2008; CP, 24 jul. 2008; CP, 11 out. 2008.

CP, 5 fev. 2009; CP, 17 mar. 2009; CP, 29 mar. 2009; CP, 7 mai. 2009; CP, 9 mai. 2009; CP, 13 jul. 2009; CP, 9 ago. 2009; CP, 30 ago. 2009; CP, 2 out. 2009; CP, 27 out. 2009; CP, 28 out. 2009; CP, 5 nov. 2009; CP, 10 nov. 2009.

CP, 3 jan. 2010; CP, 19 mar. 2010; CP, 26 abr. 2010; CP, 1 mai. 2010; CP, 7 jul. 2010; CP, 1 set. 2010; CP, 9 set. 2010; CP, 1 out. 2010; CP, 28 out. 2010.

CP, 19 jan. 2011; CP, 22 abr. 2011; CP, 9 mai. 2011; CP, 17 mai. 2011; CP, 4 jun. 2011; CP, 5 jun. 2011; CP, 22 dez. 2011.

CP, 4 fev. 2012; CP, 10 fev. 2012; 2012; CP, 20 fev. 2012; CP, 7 mar. 2012; CP, 13 mar. 2012; CP, 21 mar. 2012; CP, 27 mar. 2012; CP, 14 abr. 2012; CP, 18 jun. 2012; CP, 29 jul. 2012; CP, 13 set. 2012; CP, 1º. out. 2012; CP, 30 dez. 2012.

CP, 3 mar. 2013; CP, 10 mar. 2013; CP, 19 mar. 2013; CP, 20 mar. 2013; CP, 21 mar. 2013; CP, 31 mar. 2013; CP, 2 abr. 2013; CP, 8 abr. 2013; CP, 30 abr. 2013; CP, 1 mai. 2013; CP, 2 mai. 2013; CP, 3 mai. 2013; CP, 4 mai. 2013; CP, 7 mai. 2013; CP, 8 mai. 2013; CP, 15 mai. 2013; CP, 17 mai. 2013; CP, 18 mai. 2013; CP, 24 mai. 2013; CP, 25 mai. 2013; CP, 27 mai. 2014; CP, 31 mai. 2014; CP, 4 jun. 2013; CP, 5 jun. 2013; CP, 6 jun. 2013; CP, 16 jun. 2013; CP, 20 jun. 2013; CP, 27 jun. 2013; CP, 31 jul. 2013; CP, 31 ago. 2013; CP, 10 dez. 2013; CP, 31 dez. 2013 e 01 jan. 2014.

CP, 25 jan. 2014; CP, 29 jan. 2014; CP, 31 jan. 2014; CP, 17 mar. 2014; CP, 18 mar. 2015; CP, 21 mar. 2014; CP, 16 abr. 2014; 1 mai. 2014; CP, 5 jun. 2014; CP, 22 jun. 2014; CP, 24 ago. 2014; CP, 28 ago. 2014; CP, 11 nov. 2014; CP, 12 dez. 2014; CP, 20 dez. 2014.

CP, 16 fev. 2015; CP, 5 mar. 2015; CP, 7 mar. 2015; CP, 18 mar. 2015; CP, 29 abr. 2015; CP, 1 mai. 2015; CP, 4 jun. 2015; CP, 5 jun. 2015; CP, 6 jun. 2015; CP, 7 ago. 2015; CP, 8 ago. 2015; CP, 10 ago. 2015; CP, 18 ago. 2015; CP, 19 ago. 2015; CP, 21 ago. 2015; CP, 21 set. 2015; CP, 1º. out. 2015; CP, 1 nov. 2015; CP, 24 nov. 2015; CP, 26 dez. 2015; CP, 28 dez. 2015.

CP, 2 jan. 2016; CP, 8 jan. 2016; CP, 30 jan. 2016; CP, 14 fev. 2016; CP, 19 mar. 2016; CP, 23 mar. 2016; CP, 25 mar. 2016; CP, 27, mar. 2016; CP, 2 abr. 2016; CP, 1 mai. 2016; CP, 7 mai. 2016; CP, 13 mai. 2016; CP, 15 mai. 2016; CP, 25 mai. 2016; 27 mai. 2016; CP, 4 jun. 2016; CP, 30 jun. 2016; CP, 23 jul. 2016; CP, 13 ago. 2016; CP, 18 ago. 2016; CP, 26 ago. 2016; CP, 12 out 2016; CP, 23 nov. 2016; CP, 27 nov. 2016; CP, 29 nov. 2016; CP, 20 dez. 2016; CP, 23 nov. 2016; CP, 21 dez. 2016; CP, 22 dez. 2016.

CP, 15 jan. 2017; CP, 18 jan. 2017; CP, 21 jan. 2017; CP, 16 fev. 2017; CP, 21 mar. 2017; CP, 6 jun. 2017; CP, 13 jul. 2017; CP, 8. out. 2017; CP, 29 nov. 2017.

CP, 3 jan. 2018; CP, 7 mar. 2018; CP, 31 mar. 2018; CP, 12 abr. 2018; CP, 18 abr. 2018; CP, 27 abr. 2018; CP, 30 abr. 2018; CP, 23 nov. 2018.